

O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

**Obras hidráulicas em rios:
o papel dos cientistas sociais**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor: Hidelbrando dos Santos Soares

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: Maria Lúcia Duarte Pereira

Diretora do Centro de Humanidades: Adriana Maria Duarte Barros

Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados: José Joaquim Neto Cisne

Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Preciliana Barreto de Moraes

REVISTA O PÚBLICO E O PRIVADO

Editor: Roberto Marques

Editora Emérita: Maria Glauécia Mota Brasil

Editor Assistente: Geovani Jacó de Freitas

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Marco Antonio Vasconcelos

Conselho editorial:

Abdelhafid Hammouche, Université Lille 1

Adalberto Moreira Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia

Daniel Cefai, École des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Eduardo Diatary Bezerra de Menezes, Universidade Federal do Ceará

Elísio Estanque, Universidade de Coimbra

Francilene dos Santos Rodrigues, Universidade Federal de Roraima

Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará

Isabel Lustosa da Costa, Fundação Casa de Rui Barbosa

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará

José Alfredo Zavaleta Betancourt, Universidad Veracruzana, México

José Jorge Pessanha Santiago, Université Lumière Lyon 2

José Machado Pais, Universidade de Lisboa

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Mauricio Castro Domingues da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Leticia Maria Schabbach, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lila Cristina Xavier Luz, Universidade Federal do Piauí

Lilia Maia de Moraes Sales, Universidade de Fortaleza

Luiz Jorge Wernek Viana, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Manoel Domingos Neto, Universidade Federal do Ceará

Marcelo Parreira do Amaral, Universidade de Münster, Alemanha

Marcos Luiz Bretas, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Alejandra Otamendi, Universidade de Buenos Aires

Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Maria José Aquino Teisserenc, Universidade Federal do Pará

Maria Ozanira Silva e Silva, Universidade Federal do Maranhão

Maria Stela Grossi Porto, Universidade de Brasília

Mariano Fernandez Enguita, Universidad Complutense de Madrid

Conselho editorial (cont.):

Miguel Alberto Bartolome, Instituto Nacional de Antropologia e História do México

Milena Fernandes Barroso, Universidade Federal do Amazonas

Paulo Filipe Monteiro, Universidade Nova de Lisboa

Pedro Demo, Universidade de Brasília

Perla Orquídea Fragoso Lugo, Ciesas Penisular, Ycatan-México

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ronald Chilcote, University of California

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Susana Durão, Universidade Estadual de Campinas

O periódico **O Público e o Privado** é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de periodicidade quadrimestral (a partir de 2020). Destina-se a publicar e divulgar trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros com relevância e inserção na produção de conhecimentos teóricos e empíricos na área das Ciências Humanas e Sociais.

O periódico tem como objetivo promover a produção e a socialização do conhecimento acadêmico por meio da publicação de artigos temáticos, artigos de fluxo contínuo, entrevistas, traduções, relatórios de pesquisas e resenhas. Além disso, busca incentivar a criação, manutenção e ampliação de redes entre pesquisadores de Universidades nacionais e internacionais.

Endereço para correspondência

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60.740-903

Telefone: (85) 3101.9887 • E-mail: ppgs@uece.br • Site: <http://www.uece.br/ppgsociologia/>

Submissão de trabalhos

A submissão de trabalhos deve ser feita por meio do endereço eletrônico

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado>

Publicação indexada em:

Portal de periódicos da UECE – <https://revistas.uece.br>

Latindex – www.latindex.unam.mx

Sumários de Revistas Brasileiras – www.sumarios.org

Portal de Periódicos da CAPES – www.periodicos.capes.gov.br

FICHA CATALOGRÁFICA

O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral (quadrimestral de 2020 a 2022).

Conteúdo: ano 20, n.42, Mai/Ago, 2022.

1. Humanidades e Ciências Sociais

E-ISSN 2238-5169

CDD 320.000

Sumário

EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO / PRESENTATION	11
NÚMERO TEMÁTICO / THEMATIC NUMBER	
A quem servem as obras hidráulicas no Vale do Tennessee e quais são as responsabilidades dos cientistas sociais frente aos projetos estruturais em rios?	21
<i>¿A quién sirven las obras hidráulicas en el Valle de Tennessee y cuáles son las responsabilidades de los científicos sociales frente a los proyectos estructurales en los ríos?</i>	
Roberto Melville	
Todo sea por el Desarrollo: El reacomodo de comunidades indígenas por la construcción de represas en el Alto Papaloapan	35
<i>It's all for Development: resettlement of indigenous communities for the construction of dams in Alto Papaloapan</i>	
Regina Martínez Casas	
Las presas en Sinaloa, México: asimetrías regionales e inexperiencias necesarias	61
<i>The dams in Sinaloa, Mexico: regional asymmetries and necessary in experiences</i>	
Omar Mancera Gonzáles	
O encontro das águas com a academia: estado da arte do cinturão das águas do Ceará	97
<i>The meeting of the waters with the academy: state of art of the belt of the waters of Ceará</i>	
Estêvão Lima Arrais, Neiara de Morais Bezerra	
Moralidade técnica: reflexões sobre práticas excludentes e administração de água	119
<i>Technical morality: reflections concerning the practice of exclusion and water administration</i>	
Parry Scott	

ARTIGOS / ARTICLES

- "Cracolândia Sitiada" – o "nóia" no paradigma da guerra:
notas de campo da operação de maio de 2017** 145

"Besieged Cracolândia" – The "nóia" in the Paradigm of War: Field Notes of the Operation in May 2017
Ednan Silva Santos

- O perigo de todes! Considerações em torno do banheiro neutro em Fortaleza** 175

The danger of they/them! Considerations around the neutral bathroom in Fortaleza
Emanuel Freitas da Silva, Fabrício de Sousa Sampaio, Pedro Henrique Almeida Bezerra

- Vidas *negras* entre artes, ciências e filosofias** 207

Black lives among the arts, sciences and philosophies
José Juliano Gadelha

- Decolonialidade e a crítica ao projeto democrático** 235

Decoloniality and democratic project critique
José Raulino Chaves Pessoa Júnior, Roberto Marques

TEMAS LIVRES / FREE THEMES

- Corpo, espaço e criação artística na pandemia: um ensaio** 255

Body, space and artistic creation in the pandemic: an essay
Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa

RESENHA / REVIEW

- Tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique** 277

Girino Dinis José Nhatave

EDITORIAL

A Revista O Público e o Privado, em seu Número Temático 42 intitulado **Obras hidráulicas nos rios: o papel dos cientistas sociais**, apresenta aos estudiosos e leitores de modo geral um tema perturbador em tempo de crises climáticas mundiais e de frágeis políticas de proteção ambiental frente à urgência de preservação da vida no planeta e isto quer dizer: deixar de derrubar e queimar florestas, de poluir rios, lagoas, mares e o ar. Ao trazer essa discussão, aborda a problemática político-social que representou em passado recente (nem passado ainda é) a construção de grande represas em grandes rios, em todo mundo, com objetivo de geração de energia para as grandes cidades e suas indústrias acabaram desviando rios, expulsando povos originários, devastando o meio ambiente e o habitat de toda a vida que ali residia. Diante desta realidade, Roberto Lima (UFS) e Roberto Melville (CIESAS, Cidade do México) organizaram o Número Temático **Obras hidráulicas nos rios: o papel dos cientistas sociais**, tendo como referência algumas discussões e diálogos realizados por cientistas sociais do México e do Brasil, como poderemos constatar nos artigos submetidos e aceitos para compor este número por pesquisadores e estudiosos ligados de várias maneiras a “grandes projetos de infra-estrutura ou megaprojetos, construídos sobre rios ou corpos de água”. A questão levantada pelos organizadores que se encontraram no México, em 2016, era “... explorar as responsabilidades sociais dos cientistas ligados de várias maneiras a estes projetos hidráulicos”. É sob esta perspectiva que estamos publicando alguns dos artigos que responderam à chamada **Obras hidráulicas nos rios: o papel dos cientistas sociais**, lançada em 2021 pela Revista O Público e o Privado.

A edição 42 é, ainda, composta por três Seções. A primeira é formada por artigos do fluxo contínuo da Revista e se constitui por quatro textos. O primeiro denominado “**Cracolândia Sitiada**” - o “**nóia**” no paradigma da guerra: notas de campo da operação de maio de 2017, de autoria de Ednan Silva Santos, é resultado de pesquisa realizada sobre as operações de controle de populações

no território itinerante da cidade de São Paulo conhecido como “cracolândia”. Para o autor, as ações ali desenvolvidas estão inseridas em uma lógica global de desenvolvimento da economia neoliberal, marcada pela policialização de políticas públicas e o desmonte de programas sociais. O segundo artigo: “**O perigo de todes! Considerações em torno do banheiro neutro em Fortaleza**”, de Emanuel Freitas da Silva, Fabrício de Sousa Sampaio e Pedro Henrique Almeida Bezerra, apoia-se nos discursos proferidos na câmara de vereadores da cidade de Fortaleza em torno da “descoberta” por meio de “denúncia” da existência de banheiros neutros em um equipamento público dessa cidade. Como fazem ver, o debate acerca das “identidades sexuais e de gênero” polariza os atores envolvidos na polêmica em torno das ideias de “reconhecimento e inclusão” ou “à ‘denúncia’ de um suposto ‘perigo’ a ser combatido. O terceiro artigo: **Vidas negras entre artes, ciências e filosofias**, de José Juliano Gadelha, é instigante ao fazer uso dos campos da arte, filosofia e ciência para caracterizar a invisibilização do pensamento e vida das populações negras, consolidada por múltiplas exclusões institucionais e hierarquizações cotidianas. O texto atualiza referências bibliográficas valiosas em torno de um campo particularmente relevante da produção intelectual e simbólica contemporânea. Vale lembrar os trabalhos recentes publicados na revista *O público e o privado* a esse respeito, notadamente no número temático presente na edição de número 40. Finaliza a Seção, o artigo **Decolonialidade e a crítica ao projeto democrático**, autoria de José Raulino Chaves Pessoa Júnior e Roberto Marques, que realiza uma inflexão sobre o ideal de participação política, que fundamenta o projeto democrático, quando encarado sob o ponto de vista da crítica decolonial. Os autores cotejam o debate contemporâneo que constitui a ideia de participação a partir da liberdade de escolha e representação institucional de diferentes populações à referida crítica. Demonstram que quando diferenças são diluídas em torno da existência de sujeitos alocados em categorias abstratas produzidas pela empresa colonial, produz-se uma ficção de participação democrática.

A Seção de Temas Livres apresenta o texto **Corpo, espaço e criação artística na pandemia: um ensaio** do artista sonoro Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa sobre as relações entre as categorias corpo, espaço e criação

artística tais como vivenciadas a partir da experiência de confinamento desencadeada pela pandemia de COVID-19.

Finalizando a edição 42, a Resenha do livro **“Estudo comparativo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique”**, de autoria das antropólogas Esmeralda Mariano e Andréa Moreira, escrita por Girino Dinis José Nhatave.

Desejamos excelente leitura a todos, todas e todes que acompanham a Revista O Público e o Privado. Que a leitura nos encha de inspiração e vontade de construir um novo mundo.

Os editores

APRESENTAÇÃO

Obras hidráulicas nos rios: o papel dos cientistas sociais

Hydraulic works on rivers: the role of social scientists

Preparamos o atual Número Temático (NT), da Revista O público e o privado, para apresentar alguns documentos, resultado de diálogos entre cientistas sociais do México e do Brasil. Os artigos incluídos aqui são o resultado de uma longa conversa entre cientistas sociais associada ao estudo e gestão de grandes projetos de infra-estrutura ou megaprojetos, construídos sobre rios ou corpos de água. Em 2016, os organizadores deste, Roberto Lima (UFS) e Roberto Melville (CIESAS) encontraram-se no México e organizaram um primeiro evento no CIESAS da Cidade do México, para explorar as responsabilidades sociais dos cientistas ligados de várias maneiras a estes projetos hidráulicos. No ano seguinte, lançamos uma nova chamada de trabalhos, para nos reunirmos em uma mesa redonda no Congresso Latino-Americano de Antropologia, realizado em Bogotá. E finalmente, estamos agora publicando alguns dos artigos que responderam à chamada **Obras hidráulicas nos rios: o papel dos cientistas sociais** lançada em 2021 pela Revista O público e o privado.

O NT visa dar continuidade e profundidade à discussão sobre as responsabilidades dos cientistas sociais. Alguns dos autores participaram do primeiro encontro, um seminário internacional, convocado no CIESAS na Cidade do México em julho de 2016, para responder três questões centrais: A) A quem servem estas obras hidráulicas? B) Quais são os diferentes impactos sociais destas obras sobre as populações ribeirinhas? e C) Por que estas obras estão geralmente associadas a uma narrativa de modernidade e progresso?

Nesse primeiro simpósio, partimos da idéia de que uma grande parte da história humana repousa sobre uma estreita relação entre os grupos humanos e suas fontes de água. As grandes civilizações hidráulicas surgiram em regiões áridas, graças à construção de obras de grande escala para irrigação agrícola e navegação. No século xx, a modernidade implicou novos usos da água, como o aprovisionamento de água potável, geração de energia e prevenção de enchentes, bem como a transposição de águas de áreas úmidas para áreas áridas, a fim de incentivar a colonização.

A religião do desenvolvimento, ou desenvolvimentismo, como proclamado por Nehru na Índia, ergueu seus próprios templos, as grandes represas em rios caudalosos. Mas outras obras de infra-estrutura são igualmente fundamentais para entender a conversão da água em um recurso econômico indispensável: os aquedutos e canais de transporte e transposição de água, e os sistemas de eclusas para irrigação agrícola, drenagem urbana e estações de tratamento.

Ao lado da realidade dos rios represados, transpostos e canalizados, há a realidade das aldeias ribeirinhas que são deslocadas à força. Há a realidade daqueles que experimentam os efeitos da política fluvial quando os rios marcam divisões e fronteiras políticas, ou também quando os rios atravessam essas divisões administrativas e fronteiras políticas. Um esquema de arranjos organizacionais deve ser negociado para regular várias situações impostas por grupos políticos e empreiteiras que muitas vezes contam com o apoio dos Estados, para dirimir conflitos e estabelecer o lugar de grupos ribeirinhos, populações deslocadas e novos colonos e usuários de água.

Este seminário teve como objetivo discutir apenas uma parte deste processo repleto de conflitos sociais sobre rios e outros cursos de água. O objetivo era discutir, sob a perspectiva das ciências sociais, as mudanças e impactos que os grandes projetos de infra-estrutura implicam nos os rios e sua população, e também responder às perguntas que fizemos.

O seminário internacional contou com pesquisadores do Brasil, do México e dos Estados Unidos. Ele nos mostrou primeiro que cada uma destas questões abriu um amplo delta de respostas possíveis, dependendo das forças (locais, nacionais e imperialistas) que estavam em jogo durante a implementação do

projeto hidráulico. Mas também deixou entrever que a própria história da institucionalização das ciências sociais estava em jogo nos diferentes países.

A maior importância das ciências sociais, em particular a antropologia, na construção do projeto Estado-nação no México, assim como a participação de cientistas sociais em vários órgãos executores já no início do século xx, fez com que a crítica aos projetos de desenvolvimento regional se manifestasse cedo, a partir dos anos 1950, se tomamos como referência o livro de Alfonso Villarojas sobre a construção da represa Miguel Aleman no estado de Veracruz. Mas também foram feitas outras críticas à participação de antropólogos em diferentes situações de inserção nos órgãos executores dos projetos. Algo semelhante também aconteceu no Brasil, mas décadas depois.

Outra questão que surgiu foi que as diferenças na estrutura institucional, os chamados pesos e contrapesos, poderiam levar a resultados diferentes com relação às populações diretamente afetadas pelos projetos. Isto pode ser visto nos artigos apresentados por Melville e Martínez Casas neste número temático.

A conversa estava apenas começando. Uma das conclusões a que chegamos foi que este diálogo entre pesquisadores de diferentes países precisava ser aprofundado e ampliado. Assim, no ano seguinte, em 2017, foi realizada uma segunda rodada de discussões em Bogotá, convocada pelos organizadores, no âmbito do V Congresso Latino-Americano de Antropologia, onde outros pesquisadores se juntaram ao diálogo e à discussão iniciada na Cidade do México. Em Bogotá, Omar Mancera (Universidad Autónoma de Sinaloa) e Parry Scott (UFPE) se juntaram a nós.

Assim, compreendemos que a tarefa de reflexão e divulgação deve continuar. Para isso, apresentamos os artigos revisados, ampliados, corrigidos e avaliados de alguns dos autores que, tendo participado das duas primeiras reuniões (MÉXICO, 2015 E BOGOTÁ, 2017), responderam ao chamado da revista o Público e o Privado (2021).

O número temático começa com o artigo de Roberto Melville, que nos traz uma pesquisa muito original, por vários motivos. Apresenta a pesquisa de uma equipe mexicana que iniciou um estudo de campo nos Estados Unidos para avaliar o famoso projeto da Comissão do Vale do Tennessee. Este

ambicioso projeto hidrológico, iniciado na década de 1930, foi exportado como modelo de desenvolvimento regional para muitos países em desenvolvimento e em descolonização (incluindo México e Brasil). O impacto deste projeto no sul dos Estados Unidos e nos países para os quais foi transplantado foi, em todos os casos, controverso. Melville apresenta aqui um exercício comparativo sobre o processo de construção de duas barragens, uma das quais foi encomendada a pedido da população local e cujos resultados positivos contrastam com as controvérsias e debates desencadeados pela barragem construída sem consulta e apoio local, mas sim como resultado de slogans e interesses burocráticos.

A pesquisadora do CIESAS Regina Martínez Casas apresenta uma avaliação detalhada do trabalho mais famoso da Comissão Papaloapan, uma comissão mexicana inspirada no modelo da Comissão do Vale do Tennessee: as barragens de Miguel Aleman e Cerro de Oro. A extensa pesquisa nas comunidades realocizadas nos apresenta uma história que foi afundada pelo discurso oficial e que precisa ser trazida à superfície, onde se podem destacar a necessidade de redefinição do conceito de comunidade (pela perda do território histórico), mudanças na organização do trabalho e forte resistência linguística com alto grau de bilingüismo coordenado.

Omar Mancera González (Universidad Autónoma de Sinaloa) faz um balanço dos efeitos sobre as populações locais da construção de todas as barragens localizadas no noroeste do estado de Sinaloa, “o celeiro do México”, bem como sobre as inconsistências nos relatórios oficiais e reflete sobre os problemas que já podem ser previstos para as futuras barragens ainda em construção naquela região. As doze represas construídas em Sinaloa a partir de 1945 realocizaram 193 comunidades. São milhares de pessoas que tiveram suas vidas transformadas, muitas vezes para pior, como se percebe nos trabalhos etnográficos apresentados por ele.

Estevão Lima Arrais e Neira de Moraes Bezerra apresentam o futuro projeto no Cinturão das Águas no estado do Ceará. É provável que este projeto tenha sucesso, ou seja, resolva algumas das principais necessidades hídricas desta região semiárida. Entretanto, olhando para outras experiências históricas de construção de barragens naquele estado, podemos também antecipar

controvérsias e críticas severas. Este ainda é um projeto no papel, portanto a revisão de outras experiências incluídas neste dossiê nos apresenta uma oportunidade para uma ação ética e reflexiva por parte dos cientistas sociais que venham a se envolver nesse projeto.

O número temático é encerrado com um artigo de Parry Scott (UFPE) que avalia a atuação dos engenheiros e outros agentes técnicos governamentais na construção de duas grandes barragens no Brasil (Sobradinho e Itaparica no rio São Francisco) e elabora um conjunto de conceitos úteis para a análise etnográfica das atitudes deste grupo de especialistas na execução de políticas públicas frente às populações locais (um processo que ele define como “descaso planejado”). Conceitos esses que se mostram úteis não só em relação projetos hidráulicos, mas também em outros campos, como o da gestão da saúde pública (ele descreve os efeitos desse descaso na gestão da epidemia de Zika vírus).

Finalmente, fizemos um esforço para traduzir os artigos de Melville e Martínez Casas para o português e eles também são publicados em espanhol, para que este dossiê se torne um convite aos estudantes brasileiros para conhecerem este ramo dos estudos antropológicos mexicanos. Desejamos-lhes uma boa leitura.

Organizadores

Roberto Lima¹

Roberto Melville²

1.Doutor em Antropologia, Professor da Universidade Federal de Sergipe(UFS), <https://orcid.org/0009-0004-1438-636X> **nadanacuca@gmail.com**

2.Doutor em Antropologia Social, Professor investigador do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS),Mx <https://orcid.org/0000-0002-2505-2013> **melville@ciesas.edu.mx**

Presentación

Obras hidráulicas en los ríos. El papel de los científicos sociales

Hemos preparado el actual Número Temático (NT), de la revista *O público e o privado*, para dar a conocer algunos documentos, fruto de una conversación entre científicos sociales de México y Brasil. Los artículos que se incluyen en este dossier son el resultado de una prolongada conversación entre científicos sociales asociados al estudio y gestión de grandes proyectos de infraestructura o megaproyectos, construidos en los ríos o cuerpos de agua. En 2016, los organizadores de este dossier, Roberto Lima (UFS) y Roberto Melville (CIESAS) se encontraban en México y organizaron un primer evento en el CIESAS de la Ciudad de México, para explorar las responsabilidades sociales de los científicos vinculados de diversas maneras a estos proyectos hidráulicos. Al año siguiente lanzamos una nueva convocatoria, para reunirnos en una mesa de discusión en el Congreso Latinoamericano de Antropología, celebrado en Bogotá. Y finalmente ahora se publican algunos de los artículos que respondieron a la convocatoria “Obras hidráulicas en los ríos: el papel de los científicos sociales”, lanzado en 2021, por la revista *O público e o privado*.

El NT pretende dar continuidad y profundidad a la discusión sobre las responsabilidades de los científicos sociales. Algunos de los autores asistieron al primer encuentro, un seminario internacional, convocado en el CIESAS de la Ciudad de México, en julio de 2016, para responder tres preguntas centrales: A) ¿A quién sirven estas obras hidráulicas?, B) ¿Cuáles son los diferentes impactos sociales de dichas obras en las poblaciones ribereñas? y C) ¿Por qué estas obras generalmente se asocian a una narrativa de modernidad y progreso?

En aquel primer simposio partimos de la idea de que una gran parte de la historia de la humanidad descansa en una estrecha relación de los grupos humanos con sus fuentes de agua. Las grandes civilizaciones hidráulicas emergieron en regiones áridas, gracias a la construcción de obras de gran magnitud para el riego agrícola y la navegación. En el siglo xx, la modernidad

ha propiciado nuevos usos del agua, tales como el aprovisionamiento de agua potable, la generación de energía y la prevención de inundaciones; también trasvase de zonas húmedas a zonas áridas para propiciar la colonización.

La religión del desarrollo, o desarrollismo, como lo proclamó Nehru en la India, ha erigido sus propios templos, las grandes presas de los caudalosos ríos. Pero otras obras de infraestructura son igualmente fundamentales para entender la conversión del agua en un recurso económico indispensable: los acueductos y canales para los trasvases, y los sistemas de compuertas para los riegos agrícolas, los drenajes urbanos y las plantas de tratamiento

Junto a la realidad de los ríos embalsados, trasvasados, encauzados, está la realidad de los pueblos ribereños que son reubicados forzosamente. Está la realidad de quienes experimentan los efectos de la política fluvial cuando los ríos marcan divisiones y fronteras políticas, o también cuando los ríos cruzan estas divisiones administrativas y fronteras políticas. Un esquema de acuerdos organizacionales deben negociarse para regular variadas situaciones impuestas por los grupos de políticos y las constructoras que generalmente cuentan con el apoyo de los Estados, para dirimir el lugar que ocuparan los grupos ribereños, las poblaciones desplazadas y los nuevos colonos y usuarios de las aguas..

Este seminario pretendía discutir solo una parte de este proceso lleno de conflictos sociales en torno a los ríos y otros cursos de agua. El objetivo fue dialogar desde la perspectiva de las ciencias sociales, cuáles son los cambios e impactos que los grandes proyectos de infraestructura implican en los ríos y sus gentes, así como dar respuesta a las preguntas que formulamos.

El seminario internacional contó con investigadores de Brasil, México y Estados Unidos. Nos demostró primero que cada una de estas preguntas abría un amplio delta en sus posibles respuestas, dependiendo de las fuerzas (locales, nacionales e imperialistas) que estaban en disputa durante la ejecución del proyecto hidráulico. Pero también dejó entrever que la historia misma de la institucionalización de las Ciencias Sociales estaba en juego en los diferentes países.

La mayor importancia de las Ciencias Sociales, en particular de la antropología en la construcción del proyecto de Estado-Nación en México, así como la participación de los científicos sociales en diversas instancias ejecutoras hizo que la crítica a los proyectos de desarrollo regional, se manifestaran en

gran medida tempranamente a partir de la década de 1950, si tomamos como referencia el libro de Alfonso Villa-Rojas sobre la construcción de la represa Miguel Alemán, en el Estado de Veracruz. Pero también otras críticas que se hicieron por la participación de los antropólogos en diferentes situaciones de inserción en los organismos ejecutores de los proyectos. Algo similar ocurrirá también en Brasil pero décadas más tarde.

Otro tema que surgió fue que las diferencias en el marco institucional, pues los llamados frenos y contrapesos, podrían conducir a resultados diferentes con respecto a las poblaciones directamente afectadas por los proyectos. Algo que se podrá apreciar en los artículos presentados por Melville y Martínez Casas en este número temático.

La conversación apenas comenzaba. Una de las conclusiones a las que llegamos fue que había que profundizar y ampliar este diálogo entre investigadores de diferentes países. Así, al año siguiente en 2017, en Bogotá se realizó una segunda ronda de discusión, convocada por los organizadores, en el marco del V Congreso Latinoamericano de Antropología, donde otros investigadores se sumaron al diálogo y discusión iniciado en la Ciudad de México. En Bogotá se sumaron Omar Mancera (Universidad Autónoma de Sinaloa) y Parry Scott (UFPE).

De ahí comprendemos que la tarea de reflexión y divulgación debe continuar. Para ello presentamos algunos de los artículos revisados, ampliados, corregidos y evaluados por algunos autores que habiendo participado en los dos primeros encuentros (MÉXICO, 2015 Y BOGOTÁ, 2017) respondieron a la convocatoria de la revista *O público e o privado* (2021).

El número temático empieza con el artículo de Roberto Melville que nos presenta una investigación muy original por varios motivos. Da cuenta de una investigación de un equipo mexicano que inició un estudio de campo en los Estados Unidos, para evaluar el famoso proyecto de la Comisión del Valle del Tennessee. Este ambicioso proyecto hidrológico iniciado en la década de 1930 fue exportado como modelo de desarrollo regional a numerosos países en procesos de desarrollo y de descolonización (entre los que se cuentan México y Brasil). El impacto de este proyecto en el Sur de Estados Unidos y en los países a donde fue trasplantado en todos los casos es controvertido. Aquí se presenta

un ejercicio comparativo acerca del proceso de construcción de dos presas, una puesta en marcha a solicitud de la población local y cuyos resultados positivos contrastan con las controversias y debates que desató la presa construida sin la consulta y respaldo local, sino fruto de consignas e intereses de la burocracia.

Regina Martínez Casas, investigadora del CIESAS, nos presenta una detallada evaluación de la más famosa obra de la Comisión de Papaloapan, una comisión mexicana inspirada en el modelo de de la Comisión del Valle del Tennessee: las presas Miguel Aleman y Cerro de Oro. La extensa investigación en las comunidades reubicadas nos regala una historia anegada por el discurso oficial y que hace falta sacar a flote, en donde pueden destacar la necesidad de redefinición del concepto de comunidad (por la pérdida del territorio histórico), cambios en la organización del trabajo y fuerte resistencia lingüística con un alto grado de bilingüismo coordinado Omar Mancera González hace un balance de los efectos en las poblaciones locales de la construcción de todas las presas ubicadas en el estado nor-occidental de Sinaloa, “el granero de México”, así como acerca de las inconsistencias en reportes oficiales y reflexiona sobre los problemas que ya se pueden anticipar para las futuras presas todavía en construcción en esa región. Las doce presas construidas en Sinaloa a partir de 1945 han relocalizado a 193 comunidades. Son miles de personas que tuvieron sus vidas cambiadas, muchas veces para peor, cómo si percibe en los trabajos etnográficos presentados por el.

Estevão Lima Arrais e Neira de Moraes Bezerra presentan el futuro proyecto en el cinturón de aguas en el estado de Ceará. Este proyecto es probable que tenga éxito, es decir, resuelva algunos de las principales necesidades hídricas de esta semiárida región. Sin embargo, al mirar otras experiencias históricas de construcción de presas en ese estado, también podemos anticipar controversias y severas críticas. Se trata aún de un proyecto todavía en el papel, por lo cual, la revisión de otras experiencias incluidas en este dossier nos presenta una oportunidad para una actuación ética y reflexiva de los científicos sociales que vengan a involucrarse con el.

Al final, el número temático cierra con el artículo de Parry Scott (UFPE) que evalúa la actuación de los ingenieros u otros agentes gubernamentales en la construcción de dos grandes presas en Brasil (Sobradinho y Itaparica en el

rio São Francisco) y elabora un conjunto de conceptos para el análisis etnográfico de las actitudes de ese grupo de expertos en la ejecución de políticas públicas frente a poblaciones locales (un proceso que él define como “negligencia planificada”). Conceptos esos que se muestran útiles no solo en su relación con proyectos hidráulicos, pero con otros en campos como la gestión de salud pública (en específico, él describe los efectos de esa negligencia en la gestión de la epidemia del virus del Zika).

Por ende, hemos hecho un esfuerzo para traducir los artículos de Melville y Martínez Casas al portugués y se publican también en español, para que ese número temático se convierta en una invitación a los estudiantes brasileños para conocer esta rama de estudios de la antropología mexicana. Los deseamos buenas lecturas.

Organizadores

Roberto Melville³

Roberto Lima⁴

3. Doctorado en Antropología Social, Profesor-investigador do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), Mx, <https://orcid.org/0000-0002-2505-2013>
melville@ciesas.edu.mx

4. Doctorado en Antropología, Profesor da Universidad Federal de Sergipe (UFS), Brazil, <https://orcid.org/0009-0004-1438-636X> **nadanacuca@gmail.com**

A quem servem as obras hidráulicas no Vale do Tennessee e quais são as responsabilidades dos cientistas sociais frente aos projetos estruturais em rios?¹

¿A quién sirven las obras hidráulicas en el Valle de Tennessee y cuáles son las responsabilidades de los científicos sociales frente a los proyectos estructurales en los ríos?

Roberto Melville¹

1. Profesor-investigador do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) na Cidade do México, Distrito Federal, Doutor em Antropologia Social pela Universidad Iberoamericana (1990). <https://orcid.org/0000-0002-2505-2013> melville@cieras.edu.mx

Resumo: Perguntamos quais são as responsabilidades dos cientistas sociais face a fenômenos tais como a construção de barragens num rio. Estas são construídas para evitar inundações, irrigar campos de culturas, e gerar energia. Na América Latina seguimos modelos norte-americanos como o projeto do Tennessee, com financiamentos atrativos de bancos internacionais. Os governos da região executaram os trabalhos patrocinados pelas agências de desenvolvimento. Alguns antropólogos mexicanos procuraram saber se estas barragens tinham contribuído para resolver os problemas de desenvolvimento

1. Artigo traduzido por Roberto Lima (UFS).

nos Estados Unidos ou como previsto para os países em desenvolvimento. E sob que circunstâncias é razoável iniciar tais obras hidráulicas. Para tal, identificaram e estudaram o caso do Vale do Rio Elk, onde os residentes daquela região rural atrasada construíram uma barragem de tamanho médio para resolver os seus problemas de atraso social e económico. Para estes antropólogos mexicanos, a compreensão das semelhanças e diferenças contextuais dos projetos de barragens tanto no norte como em vários lugares do sul responde à questão das responsabilidades dos cientistas sociais face a estas infra-estruturas.

Palavras-chave: Cientistas Sociais. Responsabilidade. Barragens. Rio Tennessee. México.

Resumen: Nos preguntamos cuáles son las responsabilidades de los científicos sociales ante fenómenos tales como la construcción de represas en un río. Estas se construyen para evitar las inundaciones, irrigar los campos de cultivo, y para generar energía. En América Latina seguimos modelos norteamericanos como el proyecto Tennessee, con atractivo financiamiento de la banca internacional. Los gobiernos de la región ejecutaban las obras patrocinadas por agencias de desarrollo. Unos antropólogos mexicanos se propusieron averiguar si estas presas habían contribuido a resolver problemas del desarrollo en Estados Unidos o tal como se pronosticaba para los países en desarrollo. Y en cuáles circunstancias es razonable iniciar tales obras hidráulicas. Para ello identificaron y estudiaron el caso del Valle del río Elk, donde los residentes de aquella región rural atrasada, construyeron una presa de tamaño mediano, para afrontar sus problemas de rezago social y económico. Para estos antropólogos mexicanos, lograr una comprensión de las similitudes y diferencias contextuales de los proyectos de presas tanto en el norte, como en variados lugares del sur responde a la pregunta de las responsabilidades de los científicos sociales frente a estas infraestructuras.

Palabras clave: Científicos Sociales. Responsabilidades. Represas. Río Tennessee. México.

Introdução

Essas reflexões sobre a responsabilidade dos cientistas sociais frente aos grandes projetos de desenvolvimento são resultados de um experimento científico original da antropologia mexicana. Na década de 1980, participei com outros antropólogos mexicanos de uma pesquisa sobre os resultados e o impacto social do projeto estadunidense denominado *Tennessee Valley Authority* (TVA).

O êxito desse projeto singular de controle e aproveitamento do rio Tennessee e de desenvolvimento regional da bacia de tal rio teve enorme influência no planejamento estatal em outras partes do mundo. Por exemplo, nos anos 1940, no México esse projeto estadunidense serviu de inspiração e impulso para iniciar projetos de desenvolvimento nas bacias do rio Papaloapan, na vertente do golfo do México e do rio Tepalcatepec, no estado de Michoacán. No Brasil, nos mesmos anos foi inspiração para a criação da Comissão do Valle do São Francisco.

A contribuição original dos antropólogos mexicanos ao estudo do projeto TVA consiste na aplicação do método de trabalho de campo como fonte direta para a obtenção de informação sobre o impacto do projeto. Esse experimento de estudar uma região de uma sociedade complexa e altamente desenvolvida com métodos formulados para o estudo de sociedades simples e marginalizadas e, com recursos humanos e financeiros próprios de um país subdesenvolvido tem um interesse particular por sua originalidade. Assim, essa experiência tem como impulso central os problemas dos países subdesenvolvidos. Projetos regionais inspirados pelo projeto do vale do Tennessee, como os mencionados para as bacias mexicanas e brasileiras não alcançaram todos os objetivos que foram traçados ao serem postos em movimento. E as agências criadas não alcançaram o caráter descentralizado que o modelo do Valle do Tennessee patrocinava. A busca de respostas a esse comportamento desigual dos planos de desenvolvimento guiava nossas perguntas.

Essa pesquisa antropológica sugere que os resultados dos planos de desenvolvimento regional estão estreitamente imbricados ao tipo de relações existentes entre governo e sociedade, entre a agência regional e as autoridades constituídas em diferentes níveis e entre a agência e os grupos sociais mais influentes na área estudada.

1. Abordarei em primeiro lugar a pergunta sobre a responsabilidade dos cientistas sociais

Considero que as responsabilidades dos cientistas sociais frente às obras estruturais em um rio não são tão diferentes das responsabilidades de outros especialistas e políticos envolvidos nesses complexos projetos tecnológicos e seus programas complementares.

Também considero que tais responsabilidades tampouco são muito diferentes daquelas que adquirimos ao abordar outros assuntos com grande repercussão socioeconômica, como a reforma agrária, a urbanização, o desemprego, a juventude, a violência e etc.

Entretanto, o caso que me concerne e a partir do qual apresentarei minhas considerações possui certas características peculiares que vou enunciar sinteticamente ao longo de minha fala. As obras hidráulicas no vale do Tennessee e os programas entrelaçados a elas foram objeto de atenção e esperança entre líderes de todo o mundo, como instrumentos para o desenvolvimento econômico e descolonização, em um momento de grave crise econômica e política. De maneira semelhante se prestava atenção e geravam enormes expectativas aos projetos socialistas na URSS e na China. De forma similar a como a socialização dos meios de produção e a coletivização da terra foram utilizados como esquemas exemplares na rota socialista para a prosperidade e liberdade, o projeto Tennessee também foi convertido em modelo exemplar nas mãos da hegemonia adquirida pelos EUA ao final da segunda grande guerra por suas características “democráticas”. Uns e outros merecem ser analisados com o mesmo rigor pelos cientistas sociais. Essa responsabilidade abarca a todas as propostas elaboradas para alcançar as expectativas de bem-estar para a humanidade

No caso do Tennessee, os antropólogos mexicanos tiveram claro que esse projeto foi citado pelas autoridades mexicanas como um exemplo a seguir na configuração das obras que pensavam construir nos grandes rios do México: o Papaloapan, o Balsas, o Forte e etc. E a pergunta construída para abordar essa dimensão resultou um eixo fundamental: que efeitos gerou o projeto Tennessee, antes de sua exportação como modelo na superação dos grandes problemas que

afligiam o Sul Profundo (fazendo eco da expressão de Bonfil)? Minha seleção de problemas são o latifúndio monocultor, a segregação racial e a hegemonia de um único partido político.

Assim entendemos que o interesse pelas responsabilidades da ciência se estende também à publicação dos trabalhos de investigação. E quando é pertinente, à denúncia oportuna de falsificação de expectativas, ocultação de consequências, danos colaterais e outros.

2. Sobre o exame dos beneficiários das obras hidráulicas em um rio

O que me corresponde nessa primeira mesa é examinar, a partir de minha experiência no estudo das obras hidráulicas no vale do Tennessee, como abordar essa questão que nos foi apresentada: a quem serve um projeto?

O rio Tennessee se encontra na vertente ocidental dos Apalaches (a fronteira oeste das 13 colônias inglesas). Inicialmente o rio foi utilizado pelos habitantes da vertente atlântica quando começaram a expandir-se para o oeste, como uma via fluvial. As lendas de Daniel Boone e David Crocket pertencem a essa fase da história.

O vale do Tennessee tem forma de mariposa. Nas altas montanhas dos apalaches o rio nasce com as fortes precipitações pluviais. Vários tributários correm para o sul, em direção ao golfo do México. Mas na metade de seu curso, por um acidente geológico, o rio se volta para o oeste e logo para o norte para desaguar no rio Ohio. O Ohio com as águas do Tennessee deságua no Mississipi que drena um território da vastidão de metade do território dos EEUU. O Tennessee é, portanto apenas um importante tributário de uma rede de rios imensa e complexa. É importante essa contextualização do Tennessee como parte de uma rede de rios para entender como se concebeu o programa em 1933.

Em 1918 se construiu uma barragem no curso médio do rio, a represa Wilson. Foi construída pelo engenheiro Hugh L. Cooper (que realizou barragens nas Cataratas do Niágara, em São Paulo para a Light, a represa Necaxa no México e a represa Dneprostroi na URSS). A finalidade dessa represa era

evitar que durante a primeira guerra, o sul algodoeiro ficasse estrangulado pelo bloqueio alemão sem provisão de guano chileno, e, portanto, gerar energia para fixar industrialmente o nitrogênio em fertilizantes químicos. Essa obra empreendida durante a guerra deveria posteriormente ser posta em mãos da iniciativa privada.

Em 1928 se produziu uma enorme devastação por inundações nas partes baixas do rio Mississippi. O congresso ordenou ao Army Corps of Engineers que elaborasse planos para ordenar ou coordenar os aproveitamentos que haviam em cada bacia fluvial (umas 300). E um dos primeiros planos para aproveitamento “integral” foi o elaborado para o rio Tennessee. Quando F. D. Roosevelt foi eleito presidente, com um mandato para enfrentar e resolver a devastadora crise financeira e econômica de 1929, pôs em marcha vários instrumentos de alcance nacional para enfrentar a crise que havia produzido quebras, desemprego, diminuição dos preços dos produtos para exportação e, no âmbito social, desânimo e desespero. Então, dentro dos primeiros 100 dias de seu governo, ele promoveu esse projeto experimental de âmbito regional para buscar soluções às disparidades sociais, econômicas e políticas que persistiam entre o norte e o sul desde o tempo da guerra civil. Ele deixou nas mãos dos legisladores (deputados e senadores) que se pusessem de acordo acerca das características do projeto regional no vale do Tennessee. Para o presidente, o programa tinha a intenção de resolver problemas sociais. Mas os legisladores estavam interessados em resolver o problema da barragem Wilson (1918) e dispunham dos planos de aproveitamento integral do rio Tennessee que haviam solicitado depois das inundações do Mississippi. E ao selecionar o engenheiro Arthur Morgan, um homem visionário como diretor da agência, sistematizaram-se vários componentes do programa. Os outros diretores indicados foram David E. Lilienthal, um homem pragmático e interessado na eletrificação pública e o terceiro foi Harcourt Morgan, um agrônomo interessado na promoção do uso de fertilizantes industrializados na agricultura nacional.

A junta diretora da TVA, integrada pelos três, recrutou os profissionais mais destacados em distintos campos da ciência e da tecnologia para trabalhar em diferentes projetos que foram sendo amarrados na planificação de um

sistema de represas para o aproveitamento “integral do rio”. Eram três objetivos em um único esquema: um canal navegável de mais de 1400 quilômetros; geração de eletricidade e; controle de inundações. Os outros programas foram sendo ensaiados, como: a construção de vilas modelo para o pessoal recrutado; produção de fertilizante fosfatado (e não nitrogenado como estava previsto) para fomentar uma reviravolta na economia de plantio monocultor e abrir oportunidades para as produções mistas, de gado e grãos. O fomento do cultivo de pasto para fixar a terra, a educação dos agricultores para utilização de aragem em curva de nível e a promoção do uso de fertilizantes tinham conexões com o manejo do rio, já que a erosão dos solos ameaçava a vida útil das barragens.

Há de lembrar que as populações nativas que habitavam originalmente os territórios ao Leste do Mississippi haviam sido despojados de suas terras e deslocados para reservas no Oeste desde o princípio do século XIX, usando a coerção militar e tratados firmados pelo presidente Jackson. Desta forma os planos do Tennessee afetavam e beneficiavam a colonizadores que haviam imigrado desde o Leste: uns para instalar-se como agricultores de tamanho médio (202 hectares) e outros como moradores isolados nas montanhas (“*hillbillies*”).

Os grandes opositores à TVA foram as companhias elétricas que supriam de eletricidade apenas as cidades grandes e medias. Essa oposição foi resolvida nos tribunais, resultando favorecida no litígio a TVA. Empresas de mineração que tinham suas próprias represas não disputaram legalmente, mas assinaram acordos favoráveis a uma integração da rede elétrica. A TVA criou cooperativas e agências municipais para que se encaregassem da distribuição aos usuários finais da energia, cooptando interesses locais nas metas do grande esquema. Os latifundiários afetados foram indenizados a preços de mercado. Os meeiros, negros e brancos pobres, ficaram prejudicados por que as indenizações foram pagas aos proprietários da terra. Também outros programas federais destinados a reduzir a área de cultivo do algodão, para criar com esse artifício uma alta de preços, prejudicaram aos colonos meeiros, porque os benefícios não se distribuíram entre eles mas foram monopolizados pelos proprietários de terras.

As indústrias do Norte que se pensava atrair para o Sul não vieram e a eletricidade que já começava a ser gerada foi distribuída nas casas das zonas rurais, organizando-se assim o primeiro programa de eletrificação rural do mundo. Mais tarde, durante a segunda grande guerra, a eletricidade gerada por umas 20 represas do sistema Tennessee foi usada como parte do esforço de guerra para produzir urânio ou plutônio enriquecido em instalações super-secretas na região.

Esse pequeno sumário me é útil para discutir a pergunta sobre a quem servem as instalações hidráulicas construídas nos rios. Parece-me que se trata de um palimpsesto: apenas recorremos 10 anos de história do projeto Tennessee — ou uns 25 anos se tomamos em consideração seus antecedentes imediatos — mas verificamos (de forma muito superficial por falta de tempo) como o projeto foi-se construindo e se foram sobresscrevendo novos interesses, complementando ou corrigindo os anteriores. Vimos os interesses dos políticos que organizam e põem em marcha os projetos; vimos os interesses dos profissionais que conformaram uma estrutura tecnocrática com quadros selecionados por suas qualidades profissionais; vimos os interesses de indústrias e atividades preexistentes, tais como as empresas de distribuição elétrica, os latifundiários, os meeiros e etc. E não os mencionamos, mas também estão presentes os operários recrutados das filas de desempregados para a construção da infraestrutura no rio: barragens, diques, eclusas, a passagem de cabos elétricos e etc.

Nem todos os planos fluíram como estavam traçados, e foi necessário inserir novos destinatários para a energia, por exemplo. As fazendas algodoeiras já não foram as principais beneficiárias da produção de nitrogenados, mas as pequenas propriedades mistas que introduziram áreas de pasto. O objetivo da agência era evitar que os solos fossem parar no fundo das represas, mas as milhares de propriedades mistas olharam favoravelmente o aporte de fertilizantes fosfatados e o apoio de extensionistas agropecuários como subsídios e apoio técnico à prosperidade das empresas.

No sistema estadunidense, os tribunais onde se litigam as causas entre interesses conflitivos são chaves para entender o equilíbrio entre uma tecnocracia poderosa e os particulares. O manejo do sistema de fluxos de água para

os três propósitos enunciados – geração de energia, controle de inundações e canal navegável – está sujeito ao pagamento de indenizações aos afetados. O sistema de custos de produção e preços da energia consumida também está vigiado por outras instancias. Esse sistema de pesos e contrapesos inerente à forma de operar do modelo Tennessee é esquecido quando o modelo estadunidense é exportado para outras regiões do mundo. Onde não há uma divisão de poderes nem um sistema de litígios, as comissões de bacia se convertem em instituições poderosíssimas e operam sem os contrapesos necessários que acompanham o controle tecnocrático da água.

3. O Caso da Barragem Tims Ford no vale tributário do rio Elk

Vamos voltar para a responsabilidade dos cientistas sociais. A reconstrução da história do vale do Tennessee, a que aludi entre 1918 e 1948 apenas, é fruto de um trabalho de biblioteca e arquivo. Diferente do trabalho tradicional da antropologia até aquele momento onde a maior parte dos resultados de uma pesquisa eram fruto do trabalho de campo, para o caso de um projeto de enorme complexidade e de articulações entre o regional, o nacional e o mundial, era necessário envolver-se em um estudo da história dessa região baseando-me nas contribuições de especialistas. Sem dúvida, as perguntas que nos formulamos desde México (ou desde América Latina) sobre a maneira como o projeto do Tennessee haveria resolvido os graves problemas que afligiam o Sul Profundo - economia de *plantation*, segregação racial, e monopólio político - não podiam ser respondidas apenas com a leitura atenta da extensa bibliografia já escrita sobre a TVA. (Infelizmente essa extensa bibliografia não era conhecida nos países receptores do modelo TVA no momento de recepção do esquema). Deixemos, portanto, estabelecido que parte da responsabilidade dos cientistas sociais é de esquadriñar os modelos sócio-políticos, suas consequências, em seus lugares de origem antes de convertê-los em panaceias para os países receptores, inclusive afligidos por problemas similares às regiões de origem, mas (e há de sublinhar isso) dotados de um sistema institucional marcadamente distinto. Essa questão do entorno institucional que acompanha

a transferência de tecnologia é muito importante se está-se buscando evitar a fetichização dos constructos tecnológicos, como a máquina a vapor, o trem, as barragens, os computadores. Há, portanto, que estar atento aos procedimentos, à rede de relações sociais, as estruturas de poder, os contrapesos interinstitucionais.

Mas, uma vez reconstruída uma parte da história e do contexto do projeto TVA, restava uma questão que me intrigava e que não podia ser resolvida apenas através da pesquisa de gabinete. Sempre tive a intenção de realizar pesquisa de campo em alguma porção do Vale do Tennessee. Mas aqui nesta argumentação foi necessário começar pelos resultados da pesquisa bibliográfica para colocar em discussão essa ideia: das diferentes camadas de interesses que se entrelaçam e sobrepõem e vão mudando durante o desenvolvimento de projetos hidráulicos nos rios.

Agora devo resgatar as lições obtidas pela via do trabalho de campo sobre os interesses que impulsionaram a construção de barragens nos rios. Fomos muito felizes ao selecionar o vale do rio Elk como base para meu trabalho de campo. Esse rio tem cerca de 220 km de comprimento e desagua no curso médio do Tennessee. A superfície da bacia abarca 8 condados, uns no estado do Tennessee e outros no estado do Alabama. Sabíamos ao selecionar a área de estudo antropológico que aí havia acontecido um movimento de líderes locais que propuseram à agência TVA a construção de uma barragem como meio para resolver os problemas de marginalização rural e desemprego. Mas não sabíamos que íamos encontrar um caso oposto em uma sub-bacia vizinha, um caso controvertido onde a agência TVA tinha interesse em construir outra barragem, mas com pretensões de caráter imobiliário. Dizendo mais claramente, um caso semelhante às experiências de construção de barragens em países latinoamericanos dirigidos por interesses autoritários, impostos de cima para baixo. Desta sorte, o acompanhamento do caso da represa Tims Ford se contrapõe ao caso da barragem de Tellico

Estes projetos nos rios tributários começaram em 1960, quando a TVA atravessava uma crise de confiança no Congresso. Havia congressistas poderosos que discordavam da relativa autonomia com a qual a TVA estava operando

seus ingressos provenientes da geração de energia. A diretoria da TVA idealizou um esquema “populista” de construção de pequenas barragens em rios tributários para mobilizar os interesses dos congressistas em seu favor. Assim, como uma artimanha de poder, nasceu esse programa de projetos de desenvolvimento em afluentes.

Sem dúvida, para esse caso, é importante assinalar que os líderes do rio Elk se apropriaram da iniciativa e começaram as gestões frente à TVA. Para cobrir alguns requisitos puseram-se a fazer um levantamento regional sobre distintos aspectos da economia regional (uma espécie de monografia). Fruto desse trabalho, os ativistas começaram a conhecer sua própria região com elementos que iam reunindo no levantamento e também se começaram a forjar relações entre os habitantes e as autoridades dos diferentes condados. Finalmente conseguiram uma narrativa de diagnóstico muito convincente. Os habitantes rurais sustentavam com seus impostos as escolas primárias e secundárias. A agricultura em lugar de aumentar as oportunidades de emprego as havia reduzido por causa da mecanização. Em consequência, a maioria dos jovens que egressavam do sistema de educação básica emigravam para as cidades para conseguir trabalho ou para seguir estudando. Era necessário implantar um sistema de economia mista, agricultura e indústria, caso houvesse interesse em reter aos jovens e incorporá-los à economia regional e à base tributária. E era indispensável criar novos empregos para criar uma base tributária mais ampla. Para promover a indústria, criaram esquemas similares aos nossos parques industriais, onde oferecia-se facilidades de carga ferroviária, parcelamento de terrenos aptos para as fábricas, montadoras ou semelhantes, e energia barata. Também eram consideradas outras necessidades como uma universidade, um aeroporto, um clube de golf e etc. para atrair aos executivos das indústrias e suas famílias. E neste esquema de desenvolvimento rural, a construção da barragem de Tims Ford era a pedra angular.

Durante o trabalho de campo escutamos testemunhos da batalha que os líderes do vale do rio Elk travaram no Congresso, em Washington, para conseguir que seu projeto original fosse autorizado em lugar do favorito da agência TVA no rio Little Tennessee, a barragem Tellico. Aqui em América Latina

não teve ressonância essa controversa represa, construída apesar da falta de respaldo local. Mas nos EEUU o escândalo teve proporções nacionais. Os opositores a barragem recorreram à lista de espécies em perigo de extinção para deter a construção e a operação da barragem Tellico através da intervenção da Suprema Corte de Justiça.

Ao contrário, o caso da barragem Tims Ford, posta em marcha graças a esse processo de tipo democrático e estudada pela equipe de antropólogos mexicanos é praticamente desconhecido aqui e lá. Talvez meu estudo e documentação seja a única referência acadêmica séria sobre esse caso de uma barragem construída pela vontade de um setor da cidadania e superando as preferências e manipulações da TVA no Congresso para favorecer a outra barragem (Tellico) que não contava com esse respaldo popular.

Digo que a barragem Tims Ford contou com apoio de uma boa parte da população rural do vale do rio Elk porque também houve oposição e resistência. Esta provinha dos interesses estabelecidos, os grandes proprietários, os bancos e outros interesses conservadores que desejavam seguir prosperando em uma economia baseada exclusivamente no regime agropecuário. Suspeitavam corretamente que a introdução de indústrias na região, auspiciadas por aqueles que queriam ampliar a base de empregos e a base tributária da economia rural, também repercutiria em uma alta de salários dos trabalhadores rurais. A indústria criaria outros padrões. Mas os bancos não estavam dispostos a financiar operações industriais.

A barragem Tims Ford contribuiu muito pouco para a produção de energia no sistema Tennessee. Assim que a pergunta central de minha orientadora, sobre porque tanto entusiasmo e energia coletiva ao redor desse projeto deverá encontrar uma resposta em outra direção. A participação neste movimento, que de forma eficaz demonstrou a capacidade dos líderes para realizar ações, permitiu que a cidadania começasse a prestar atenção neles para ocupar postos de eleição popular, alcaides, juízes de condado, deputados estaduais e federais. De tal forma que a reconfiguração das autoridades eleitas foi apoiando e reforçando o esquema de transformações na economia rural mista, tal como havia sido concebida ao redor da construção da barragem de Tims Ford.

Sem dúvida, a construção das obras de infraestrutura em rios é hoje um assunto muito controverso. Minha contribuição para esse debate pode parecer marginal e casuística, mas considero que a documentação da forma como uma barragem pode ser construída a partir de um diagnóstico local, com a participação dos cidadãos, e inclusive graças à astúcia para contornar problemas burocráticos, constitui uma significativa contribuição ao debate, demonstrando que as obras hidráulicas podem contribuir para o bem-estar e reordenamento da economia em uma região. A conclusão de meu trabalho é que as barragens podem servir à população local. Este único exemplo de um manejo democrático, com resultados tangíveis na economia e na vida política de uma região permite des-fechichizar as barragens e as estruturas construídas nos rios. É minha responsabilidade como cientista social, como antropólogo, defender o caso que por sorte me tocou estudar e investigar, buscando documentar como a TVA se convertera em um exemplo controverso sobre a universalidade da modernidade associada à construção de barragens e ao aproveitamento integral dos rios do mundo.

Referências

GRANT, Nancie. **TVA and Black americans. Planning for the status quo. Filadelfia.** Temple University Press. 1990.

MELVILLE, Roberto. **TVA y el desarrollo de las cuencas fluviales.** Tese de doutorado apresentada à Universidade Iberoamericana. México. 1990

MELVILLE, Roberto. "TVA y la comisión del Tecaltepec, una comparación tentativa". Em Carmen Viqueira e Lydia Torre (coords.) **Sistemas hidráulicos, modernización de la agricultura y migración.** México. El colegio Mechiense e Universidad Iberoamericana.

PRITCHETT, C. Herman. **The Tennessee Valley Authority. A study of public administration.** Russell, Chapel hill e Ney York. 1943.

Recebido: 22/09/2022

Aceito: 25/10/2022

Todo sea por el Desarrollo: El reacomodo de comunidades indígenas por la construcción de represas en el Alto Papaloapan

It's all for Development: resettlement of indigenous communities for the construction of dams in Alto Papaloapan

Regina Martínez Casas¹

1. Lingüista y antropóloga. Es profesora-investigadora del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) y miembro del Sistema Nacional de Investigadores Nivel II y de la Academia Mexicana de Ciencias. <https://orcid.org/0000-0002-4746-4836>
reginamc@ciesas.edu.mx

Resumen: El presente artículo está basado en una investigación de campo realizada entre 2009 y 2011 en comunidades chinantecas que fueron relocalizadas de Oaxaca al Sur de Veracruz por la construcción de represas en la región. A partir del trabajo de campo y archivo y de entrevistas realizadas en estas comunidades de reacomodo se muestra la manera en que se ha modificado la organización social chinanteca y el impacto que han tenido los megaproyectos de desarrollo en su lengua y su cultura.

Palabras clave: Mega Proyectos de Desarrollo. Represas. Chinantecos. Reacomodo.

Abstract: This article is based on a research Project which took place between 2009 and 2011 in chinantec communities from Oaxaca moved to Southern Veracruz, Mexico because of the construction of a dam in that region. The project involved field work, archive reviews and interviews with chinantec

people in order to show how these mega projects affect social organization, language and cultural patterns of this indigenous Mexican people.

Keywords: Mega Development Projects. Dams. Chinantec People. Rearrangement.

Introducción

El estudio de la movilización de grandes contingentes poblacionales por diferentes motivos es uno de los ejes de reflexión de las ciencias sociales contemporáneas a nivel mundial. Muchas de estas movilizaciones se justifican por argumentos que tiene que ver con el desarrollo regional, nacional e internacional. Desde las investigaciones sobre migración global, la migración interna y el reacomodo que produce migración forzada se están creando nuevos paradigmas analíticos para entender una gran cantidad de fenómenos sociales como la dinámica socioeconómica y su impacto en las relaciones entre economías industrializadas y emergentes y las identidades étnicas en contextos que no suelen ser mirados como multiculturales. En este trabajo se presentan algunos de los resultados de un proyecto colectivo de investigación que buscó explorar la dinámica lingüística en el Sur del estado de Veracruz, en México, marcada por el contacto entre comunidades asentadas en esa región. En particular presentaré el caso de comunidades chinantecas que fueron reacomodadas desde Oaxaca en varios municipios de la cuenca del Papaloapan en los últimos cuarenta años. Para el trabajo de campo de realizaron entrevistas biográficas, observación participante, investigación de archivo y cuestionarios sociolingüísticos con la finalidad de contar con una base de datos amplia que permitiera reconstruir el proceso de reacomodo y la conformación de las nuevas comunidades, así como aquellos elementos sociales y culturales que fueron resignificados en el proceso de esta migración forzada justificada en aras del *desarrollo* regional y nacional.

Un poco de historia...

En 1944 una fuerte inundación afectó todas las localidades ribereñas de la cuenca del Papaloapan desde Tuxtepec hasta Tlacotalpan cerca de la desembocadura del río (VELAZCO TORO, 2002)¹. Durante varias semanas miles de

1. La región del Papaloapan abarca una parte del norte del estado mexicano de Oaxaca y una franja

familias vivieron en los techos de sus viviendas pasando hambre y enfermedades y se desconoce el número de muertos que se registró en el periodo. Unos meses después —y retomando la experiencia de la Comisión del Valle del Tennessee en Estado Unidos de América— el entonces presidente Miguel Alemán fundó en 1947 la Comisión del Papaloapan (BARTOLOMÉ; BARABAS, 1990), con la finalidad de llevar a cabo estudios técnicos para el diseño de un megaproyecto de desarrollo que implicaba no solo el control del caudal de los afluentes del Papaloapan, sino también la construcción de la primera gran planta hidroléctrica en México. También incluía la planeación de grandes extensiones de agricultura extensiva y la introducción a la *modernidad* para indígenas de la región norte del estado de Oaxaca y el Sur del estado de Veracruz que se caracterizaban por ser territorios multiétnicos pero también *atrasados y pobres* (VILLA ROJAS, 1955)².

Desde el inicio de la operación de Comisión de Papaloapan se contempló la contratación de antropólogos responsables del diseño del componente social del proyecto, pues implicaba el reacomodo, en una primera etapa, de decenas de miles de familias oaxaqueñas, principalmente mazatecas, al municipio de Playa Vicente en Veracruz y a otras localidades circunvecinas a la cortina de la presa.

La Comisión tendrá las más amplias facultades para la planeación, proyecto y construcción de todas las obras de defensa en los ríos, las de aprovechamiento en riego, desarrollo de energía y las de ingeniería sanitaria, las de vías de comunicación comprendiendo vías de navegación, puertos, carreteras, ferrocarriles, telégrafos y teléfonos y las relativas a creación y ampliación de centros poblados, y tendrá también amplias facultades para dictar todas

de la llanura costera del sur del estado de Veracruz y por ella cruza uno de los ríos más caudalosos del país. Es también una región multicultural con una larga historia de asentamientos humanos marcada por una rica producción agrícola y comercial que ha usado el río como un componente central en la vida de las sociedades que allí se han asentado.

2. El trabajo de Villa Rojas es una de las primeras publicaciones de Instituto Nacional Indigenista de México y expone la justificación para la construcción de una presa en la región como un experimento social para incorporar al desarrollo nacional a personas indígenas del norte de Oaxaca.

las medidas y disposiciones en materia industrial, agrícola y de colonización en cuanto todo lo anterior se refiera al desarrollo integral de la Cuenca del Papaloapan (COMISIÓN DEL PAPALOAPAN, 1949, p. 14).

Entre dichas obras se encontraba la construcción de un sistema de presas, que implicó el diseño y construcción de la Presa Miguel Alemán o Temascal entre los años 1949 y 1960, y la Presa Cerro de Oro, construida entre los años 1974 y 1989, con diversos periodos de interrupción de sus obras por conflictos derivados del alto costo de la construcción y las repetidas crisis que han caracterizado a la economía mexicana (RODRÍGUEZ ALQUICIRA, 2013; BARTOLOMÉ, BARABÁS 1990).

Para la construcción de la segunda etapa del megaproyecto –la presa Cerro de Oro– se planeó reacomodar a varias comunidades chinantecas en dos regiones veracruzanas³. En un primer momento se crearon trece nuevos centros de población en la región de los Uxpanapa cerca de los Tuxtlas, en Veracruz. En una segunda fase de reacomodo se seleccionaron terrenos pertenecientes a cuatro municipios de la cuenca veracruzana del Papaloapan: Tierra Blanca, Tres Valles, Cosamaloapan y Rodríguez Clara para la creación de cinco nuevos poblados en los que se asentaron chinantecos provenientes de 31 ejidos de los municipios de Ojitán y Usila en Oaxaca (RODRÍGUEZ ALQUICIRA, 2013). A este último municipio, como anteriormente en el caso del municipio de Playa Vicente, arribaron también campesinos de comunidades oaxaqueñas, casi todos ellos indígenas, en la búsqueda de tierras (RODRÍGUEZ, 2009). Este patrón de migración masiva forzada complementada con otras migraciones internas generó una serie de comunidades con diferentes formas de organización social que se refleja actualmente en perfiles sociolingüísticos claros que permiten formular una tipología de comunidades relativamente nuevas insertas en la dinámica de una región con una antigua historia de contacto y conflicto interétnico y con una gran diversidad lingüística (GUTIÉRREZ, 2011).

3. Las comunidades indígenas que se mencionan son hablantes de un conjunto de lenguas de la familia otomangue.



Fotografía 1: Censo agrario en los Ideales. Comisión Agraria Mixta, 1973.

Una muy buena revisión del proceso de reacomodo por las presas del Alto Papaloapan la realizaron Alicia Barabas y Miguel Bartolomé (1990) quienes fueron originalmente contratados por el Instituto Nacional Indigenista para acompañar a los chinantecos en el proceso de traslado desde Ojitlán y Usila a los diferentes destinos en Veracruz. Su texto documenta puntual, pero también críticamente, tanto la gestión gubernamental para hacerse de las tierras veracruzanas como el drama de las familias que perderían no solo su territorio, sino también su modo de vida. La documentación de este proceso culmina justo antes de la fundación de las cinco comunidades de los municipios de la cuenca, de Papaloapan, por lo que poco mencionan detalles de esta última fase del reacomodo, salvo la resistencia que generó en varios líderes chinantecos la posibilidad de ser reubicados en la selva de los Uxpanapa –agreste y mal comunicada– lo que motivó el hecho de que negociaran ejidos en una zona

mucho mejor ubicada en la geografía veracruzana, cercana a uno de los centros comerciales de la región y cruce de caminos desde la época de la revolución mexicana de 1910: Tierra Blanca.

Hacia una nueva definición de comunidad...

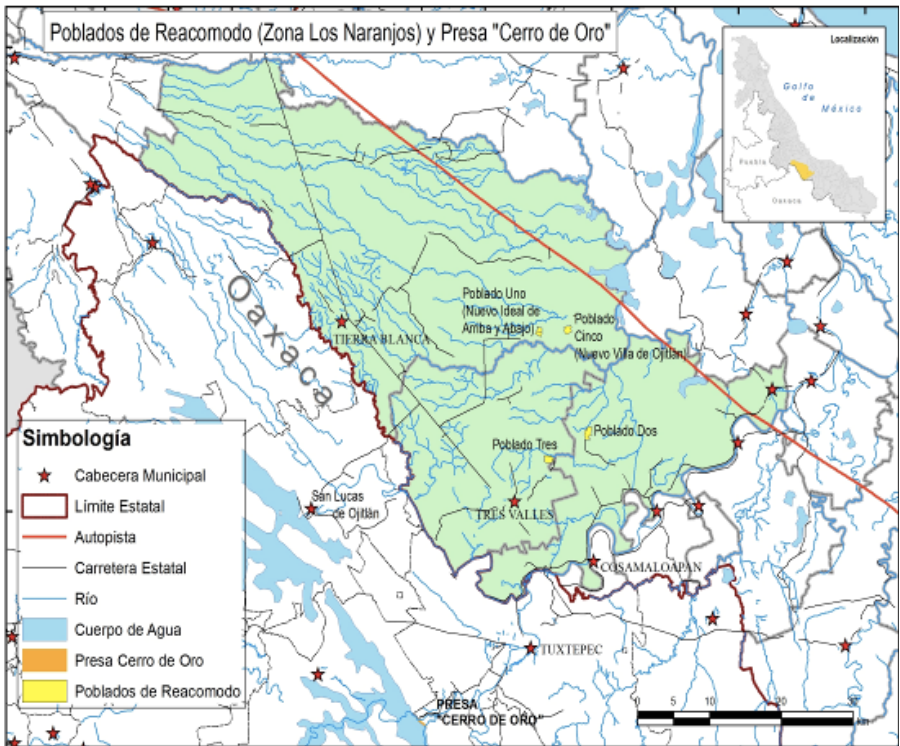
En trabajos previos sobre indígenas radicados fuera de sus territorios históricos he desarrollado una serie de reflexiones alrededor de la tipología de comunidades planteada originalmente por Max Weber y posteriormente revisada por Redfield y Anthony Cohen (ver: Martínez Casas y de la Peña, 2004 y Martínez Casas, 2007). En dichas reflexiones el argumento central gira alrededor de la existencia de comunidades cuyo territorio es exclusivamente simbólico y se basaban fundamentalmente en el componente moral planteado por Weber para garantizar la convivencia al mismo tiempo jerárquica y solidaria. El tema de la comunidad lingüística –apenas esbozado en el texto clásico de Weber de 1922 que le permite sustentar la existencia de comunidades étnicas– es después desarrollado por autores como Duranti (2000) para explicar la diversidad lingüística en países multiculturales. Sin embargo, la experiencia de trabajo en las comunidades chinantecas de la cuenca del Papaloapan me obliga a redefinir el concepto para proponerlo como una categoría de análisis que permite entender el surgimiento de nuevas relaciones sociales en espacios en los que el territorio de origen es solo una narración y la jerarquía y solidaridad se mantienen a partir de la lealtad lingüística.

Por otro lado, la región conocida por los lugareños como *Los Naranjos* ha sido escasamente estudiada (OROPEZA, 2006; RODRÍGUEZ ALQUICIRA, 2013) y fue el sitio seleccionado por el equipo que me tocó encabezar para indagar sobre el impacto del reacomodo de comunidades indígenas por megaproyectos de desarrollo, en parte por el extenso trabajo que previamente habían realizado con otras comunidades Barabas y Bartolomé, pero posteriormente un equipo encabezado por Ana Paula de Teresa en la región de los Uxpanapa en 2011.

Como mencioné al inicio, el trabajo implicó la realización de varios periodos de campo en las cinco comunidades chinantecas de la región del Papaloapan, entrevistas biográficas, observación participante y la aplicación de

10,000 cuestionarios sociolingüísticos para tratar de entender el impacto de la migración forzada en las familias de origen chinanteco, sus vecinos mazatecos y jarochos (como ellos denominan a los veracruzanos vecindados en sus poblados) y algunos otros hablantes de otras lenguas indígenas cercanas como náhuatl y popoluca y que conviven en las mismas comunidades fundadas originalmente para albergar a la población chinanteca reacomodada.

Mapa 1



Fuente: INEGI, 2010 (Realizado por Santiago Meza y Rodríguez Alquicira).

Estas comunidades, denominadas en los documentos técnicos de la Comisión del Papaloapan *Nuevos Centros de Población* fueron planeadas para el desarrollo de la agricultura extensiva, sin embargo, varios de los ejidatarios recibieron títulos como ganaderos. De hecho, desde principios de la década de 1980 se creó la infraestructura para que en estas tierras se sembrara caña de azúcar pues en sus cercanías se encuentran tres de los ingenios más grandes de México: San Cristóbal, Tres Valles y Tuxtepec. Así, los chinantecos pasaron de cultivar la *milpa* (en buena medida para el autoconsumo de maíz, frijol, verduras y animales de corral) a producir masivamente para los ingenios azucareros bajo contratos que los han vinculados principalmente al mercado mundial de la industria azucarera para la producción de bebidas azucaradas y alcohol. La dinámica en la que se relacionan con los ingenios implica que cada ejidatario recibe un *anticipo* cuando la caña está apenas creciendo en los cañaverales y una *liquidación* una vez que se terminó la zafra y se fijaron los precios del azúcar en el mercado internacional. Eso implica que muchos de ellos en realidad reciban poco o nada de *liquidación* y estén endeudados con los ingenios desde que reciben el *anticipo*. Esta dinámica obliga a los ejidatarios a seguir cultivando caña de azúcar, pues si quisieran volver a cultivar maíz o a combinar la caña con otros cultivos que tradicionalmente florecían en esas tierras como los árboles frutales de cítricos, mangos y plátanos, se verían imposibilitados de cumplir con las obligaciones que han adquirido con los ingenios azucareros. Esto también implica que pocos de ellos migren fuera de la región y que procuren que sus hijos tampoco lo hagan, pues se necesita mucha mano de obra en tiempos de cosecha y para el cuidado de los cañaverales.

Otro cambio drástico fue el cambio lingüístico. Estos nuevos centros de población se formaron con familias provenientes de los 31 ejidos inundados originalmente en Oaxaca con la represa Cerro de Oro y en muchas ocasiones se mezclaron hablantes de diferentes variedades dialectales de chinanteco. Investigaciones lingüísticas plantean que una de las lenguas mexicanas que muestran un mayor grado de divergencia entre variedades es precisamente el chinanteco (HERNÁNDEZ, 2000). Esto implicó que buena parte de las familias reacomodadas tuvieran que optar por aprender velozmente el español, pero

también por crear variedades de convergencia que les permitieran mantener una identidad lingüística y garantizar la comunicación entre ellos.

En este caso nos enfrentamos entonces a comunidades sin territorio (al menos su territorio histórico), con fuertes cambios en el modo de producción y la consecuente organización para el trabajo, pero con una fuerte resistencia lingüística enfrentada a la tensión del cambio por la exposición al español y a otras lenguas indígenas. En las siguientes páginas expondré algunos de los hallazgos sobre la conformación comunitaria de los chinantecos que actualmente radican en la región de Los Naranjos.

De la tierra perdida a la tierra prometida...

Como documentan Barabas y Bartolomé (1990) unos cuantos líderes de Ojtlán buscaron negociar el reacomodo en mejores condiciones que las que habían conseguido los mazatecos reubicados en el municipio de Playa Vicente en la década de 1950 y que muchos ejidatarios que se habían topado en los Uxpanapa con selvas poco aptas para la agricultura extensiva (TOMO II, p. 137). Tuve la fortuna de conocer bien a uno de estos líderes que, a pesar de ser ahora ya un anciano, completó la información que había sido ya registrada y me permitió acompañarlo en algunos de los últimos episodios de su accidentada relación con autoridades federales y locales en Veracruz. Quizá la más terrible fue el asesinato en 2010 de Don Catarino, el principal líder del reacomodo chinatenco mientras trataba de organizar un nuevo movimiento de resistencia para exigir les fuera consultada la aprobación de la construcción de una tercera represa para incrementar la generación de energía eléctrica de la envejecida planta de Temascal, lo que hubiera implicado otro proceso de reacomodo de mazatecos y chinantecos. El proyecto para la tercera represa fue abandonado en 2012.

Los testimonios recabados por Gabriela Rodríguez Alquicira y por mí durante el periodo de trabajo de campo permiten construir una nueva perspectiva del proceso de reacomodo contrastante lo que pudimos recabar en el trabajo de archivo. Es significativo que muchas de las narraciones incluidas en las trayectorias de vida giraban alrededor de la pérdida de sus tierras en

Oaxaca y los retos que tuvieron que enfrentar para reinventarse en un nuevo espacio que ni siquiera tiene nombre propio. Las comunidades de reacomodo tanto en los Uxpanapa como en Los Naranjos fueron creadas a partir de una nomenclatura propuesta por un ingeniero que trabajó durante muchos años en la Comisión del Papaloapan y que, además de haber revisado la experiencia de la Comisión del Valle de Tennessee, había viajado a la entonces Unión Soviética para informarse sobre la experiencias de las granjas colectivas conformadas durante los años de desarrollo del modelo socialista soviético. Jaime L. Tamayo propuso como estrategia para facilitar el reacomodo y agilizar los cambios sociales vinculados a las modificaciones en los patrones de organización para la producción agrícola y los cambios en los modelos culturales fundar comunidades sin nombre: *Poblado Uno*, *Poblado Dos*... hasta llegar al *Poblado Quince*. Estos nuevos centros de población contenían en sus planos calles trazadas en cuadrícula, una plaza central en la que se ubicaron las primeras barracas de vivienda provisional, escuelas y canchas deportivas. No contaban con templos ni locales comerciales⁴. El señor Juan Esteban Ramos, uno de los miembros fundadores de Poblado Uno narra:

Este pueblo ha sufrido mucho por la presa, por las dos presas, porque en el 55 (1955) nosotros fuimos sufridos por la presa de Miguel Alemán y en el 75 (1975) empezaron la construcción de Cerro de Oro, por eso le digo por las dos presas somos afectados nosotros y somos los más olvidados en el Poblado Uno (Juan Esteban Ramos, entrevista 18 de septiembre 2011)⁵.

Las experiencias previas a la construcción de la Presa Cerro de Oro, como fue el caso del la Presa Miguel Alemán y el reacomodo de los mazatecos, los

4. Esta información me fue proporcionada por el ingeniero Manuel Aguirre, colaborador y amigo del ingeniero Tamayo. El ingeniero Aguirre trabajó tanto en la Comisión del Papaloapan como en el ingenio San Cristóbal y tuve la oportunidad de sostener con él largas conversaciones ente 2010 y 2013.

5. Todas las entrevistas fueron grabadas en audio y contaron con la autorización por escrito de nuestros colaboradores para reproducirlas con fines académicos y de denuncia. Se transcribieron respetando el particular uso del español que usan estas personas que son bilingües.

mantención atentos al proceso de reacomodo, lo que se reflejaba en la preocupación, en un principio, por la elección del lugar de reubicación y posteriormente por el traslado de su patrimonio material. La señora Luisa López Contreras, hija del comisariado ejidal de aquellos tiempos, Pedro López, cuenta:

Pues se encargaba de hacer la reunión a la gente, de ir a la reunión que se le hacía a la gente del gobierno, luego le llevó mensaje a su pueblo, fue cuando la primera vez vinieron a conocer esta tierra, porque la gente del gobierno lo trasladaron a gente del pueblo para conocer a la tierra donde le iban a entregar. Iban y dejaban pasar a la gente y fueron al Valle de Uxpanapa, no le gustaron, fueron no sé a qué otro pueblo y no, tampoco le gustaron; entonces le gustaron vivir acá (Luisa López Contreras, entrevista 13 de septiembre 2011).

Nos parecieron especialmente valiosas las narraciones de las personas que tuvieron cargos de comisariado ejidal en los años del reacomodo porque aportaron importante información de quienes fueron protagonistas de las primeras negociaciones del proceso. Estas negociaciones iniciaron con los primeros rumores de la construcción de una Presa que afectaría a sus comunidades, posteriormente pasaron por las primeras reuniones informativas con autoridades de la Comisión del Papaloapan, hasta llegar a las labores de convencimiento y negociación con sus propias comunidades. El señor Juan Esteban Ramos, ex comisariado ejidal recuerda:

Empezamos el movimiento de los reacomodos hacia 1972 cuando Luis Echeverría, estaba como presidente de la república, entonces hacían las reuniones en Ojitlán, luego en Tuxtepec, no sé exactamente la fecha en que estuvo Echeverría con nosotros ahí en Tuxtepec y en (el) Club Campestre, en donde nos decía que había oficialmente la construcción de la Presa Cerro de Oro. Entonces, más tarde, forma un comisión (...) con el comité regional (...) inmediatamente entra don Cristóbal Juárez para reclamar de que él no quería la Presa Cerro de Oro, bueno, llegaron, llegamos más bien a

la Ciudad de México, en el Palacio de los Pinos, entonces nos dijeron que de todas maneras la Presa se iba a hacer y cuando aquel entonces un 28 de agosto de 1972, cuando firma del decreto presidencial para así ponerse de acuerdo ya detalladamente en el Diario Oficial de la Federación, donde nosotros íbamos [a] reacomodar aquí, con una superficie de cada ejidatario de 10 hectáreas, teníamos que tener escuela, centro de salud, agencia municipal, carreteras pavimentadas, cosa que no fue posible (Juan Esteban Ramos, entrevista 14 de septiembre 2011).

En dichas reuniones se les planteaban las posibilidades de negociación y se buscaba llegar a acuerdos con las autoridades de cada ejido. Estas mismas eran las encargadas de informar a los miembros de su comunidad. Este proceso desencadenó desacuerdos e inconformidades. Javier Francisco Pablo relata al respecto:

Yo tenía como 8, 9 años cuando inició el movimiento; mi papá era una de las personas que tenía cargo aquella vez y a veces –como chamacos– nos gustaba acompañarlo a la reunión de las 8 de la noche a las 9, 10 de la noche; se discutía mucho, en los ejidatarios que no querían salir de su tierra, mi papá decía que no quería, hubo un movimiento, hubo muertos, problemas... mataron entre ellos mismos porque era el líder el que botaba el dinero, agarraba dinero y muchos, hubo problemas con la misma gente de ahí mismo, se acusaba uno al otro, que ya había agarrado dinero y la mitad de la gente se quedaron con muchos conflictos. (Javier Francisco Pablo, entrevista 25 de septiembre 2011).

Las negociaciones se prolongaron por largo tiempo, debido a que había muchos desacuerdos, entre los que estuvo la elección de las nuevas tierras. Esto implicaba buscar un buen terreno que les garantizara el sustento económico de los ejidatarios y sus familias y por el otro la necesidad de encontrar una zona que les permitiera seguir en contacto con su pueblo de origen. Por ese motivo, los habitantes de los distintos ejidos eligieron la zona de Los Naranjos, por

estar más cerca que Uxpanapa de sus comunidades históricas y por el contrario con terrenos más fértiles. El señor Isidro López Palacios nos narró lo siguiente:

Pues sí, porque hicieron varias veces las reuniones las autoridades, porque apenas uno o dos años que ingresé al ejido, apenas yo tenía 20 años cuando comenzó sobre la presa y había autoridad y cada rato hacían reuniones; que van a México, que van a Oaxaca y por eso les recomienda a nosotros que avisen quién fue, qué se vio, qué es lo que va a hacer y se hizo cambio, que va a hacer reacomodo para allá en la zona de los Naranjos y parte en Uxpanapa, otra parte por acá por Joaquín y así muchas partes se dividieron. En Uxpanapa la mayoría creo que salieron se fueron pa' allá y nosotros no quisimos ir pa' allá, o sea mi gente más grande que yo pues, no quisieron dice, porque está muy retirado pa' allá y lejos y feo. (Isidro López, entrevista 14 de septiembre 2011).

Algunas de las personas que vivieron el proceso de reacomodo, recuerdan un momento caótico, en donde posteriormente al censo que realizó la Comisión de Papaloapan entre 1972 y 1973, del que se desprendió el proceso de distribución por *calles*⁶ y en el que se exigió respetar la organización de la familia extensa, lo que implicaba dotar de terrenos contiguos a padres, hijos y nietos mayores de edad. Sin embargo, no en todos los casos sucedió así, por lo que en la actualidad se localizan familias dispersas en el ejido e incluso separadas por poblado o hasta por zona de reacomodo. Este hecho trajo tristes consecuencias, expresadas en situaciones que afectaron emocionalmente a los chinantecos, provocaron la fragmentación de muchas familias y comunidades y pusieron en riesgo la continuidad de prácticas culturales que iban desde la forma de vincularse con la tierra para su sustento, hasta la socialización de su lengua originaria a las nuevas generaciones.

6. En realidad, a los ejidatarios les mostraron planos de los poblados que incluían modernas urbanizaciones, pero a su llegada encontraron que se trataba de terrenos descuidados, muchos de ellos comprados o expropiados a sus anteriores dueños, por lo que a los chinantecos que iban llegando tenían que limpiar de maleza lo que sería después su solar.

Adicionalmente, y bajo la incertidumbre de lo que sucedería por los incesantes recortes presupuestales, las autoridades de la Comisión del Papaloapan, mediante asambleas informativas con representantes ejidales, afirmaron que entregarían a los nuevos poblados de reacomodo espacios de viviendas con todos los servicios básicos, es decir: agua potable, electricidad, drenaje. También se comprometieron a construir comunidades dotadas de infraestructura como calles pavimentadas, banquetas y carreteras. Sin embargo, al llegar a la zona que se les había asignado, los chinantecos encontraron un panorama distinto, en el que la constante fue el incumplimiento de promesas, pues al entrar a los nuevos poblados se enfrentaron a enormes carencias. La señora Luisa Contreras comenta:

Según mi papá cuenta, dijeron que aquí iban a entregar todo; calle pavimentado, casas hechas y todo y pues no se cumplió porque como quedó la calle, dijeron que iban a entregar todo, o sea la casa completa y no, no se cumplió porque, quién sabe, la gente empezaron a salir mucho más antes de cuando tenía programado que según hasta que cumpliera el Decreto Presidencial y la gente empezó a venir y a venir. (Luisa Contreras, entrevista 13 de septiembre 2011).

Este tipo de comentarios se repiten en las diversas narraciones que pudimos recabar en los cinco poblados de *Los Naranjos*. En diversos testimonios se recuerdan las insuficiencias de su nueva comunidad, en las que tampoco encontrarían infraestructura destinada a atender los servicios de salud, educación y religión; Juan Esteban López comenta al respecto:

De ahí estando la gente de acuerdo empezaron las dificultades, porque no veíamos las iglesias de lo que nos comprometió el gobierno del estado de Oaxaca y el gobierno de Veracruz, porque iban a trabajar de acuerdo el gobierno federal, tanto iban a ser beneficiados tanto los reacomodados y los que de por sí estaban por esta zona, cosa que nunca se llegó. (Juan Esteban López, entrevista 18 de septiembre 2011).

Esta situación generó en los chinantecos reacomodados una narrativa común que, sumada a la pérdida de su territorio histórico implicó la sensación de abandono y traición de las autoridades y gran incertidumbre sobre su futuro. Alfonso Manuel Segura, jefe de manzana y ejidatario, nos comentó:

(...) el gobierno se comprometió por ejemplo; calle pavimentada, banqueteta, casas, vivienda pues y eso nunca lo vimos porque somos jóvenes nuevos y nos platica la gente, ejidatarios viejos que son compromisos que hizo con el gobierno y el gobierno nos hizo un compromiso de cambiar nuestro estado, casa según nos iba a entregar con las llaves, no más llega uno por acá tu llave abre tu puerta, con luz, con todo completo [...] eso nunca lo vimos, nunca se cumplió; por ejemplo la banqueteta nunca lo vimos, carretera, no tenemos carretera pavimentada, todo eso nos quedó pendiente y hasta la fecha no se ha cumplido, hay problemas de las casas, mira como tenemos eso, esos son lo que ellos nos hicieron (Alfonso Manuel Segura, entrevista 16 de septiembre 2011).

La falta de espacios para la reproducción de sus actividades rituales fue quizá una de las carencias más sensibles. Incluso generó resentimiento contra los pocos chinantecos que pudieron permanecer en la cabecera municipal de Ojitlan, pues les impidieron viajar con alguna de las imágenes religiosas que tenían en la iglesia local y les prohibieron utilizar la imagen de Santa Rosa, patrona de la región. Dos décadas después de que llegaron los primeros ejidatarios a los poblados, se logró la construcción de iglesias católicas en las cinco comunidades. Cada una eligió un nuevo santo patrono. Gabino Galisosa Campos, uno de los ejidatarios y que además es un personaje muy comprometido como evangelizador católico, señala:

(...) yo comencé con la construcción de la capilla, me eligieron en una asamblea general del ejido y ahí empezó la construcción como en 1997 (...) de cemento, (...) antes era de palma, era una casa rústica (...) estaba la virgen María de Guadalupe, esa era la patrona. (Gabino Galisosa Campos, entrevista 25 de septiembre 2011)

Posteriormente y gracias a la necesidad de ubicar una capilla en el centro de cada poblado, fue construida la Capilla de las Tres Caídas en el Poblado Uno, don Miguel Francisco Cabrera, encargado de las labores de limpieza y toque de campanas, recuerda:

(...) vamos al centro porque ahí en el centro es donde está la capilla de la Tercera Caída, algo así del centro llegamos, ahí llegamos (...) no más lo hicimos primero de material alrededor y nada más unas laminas estaba ahí puesto, hacíamos la misa, una palma o así como palapa así lo hicimos. (Miguel Francisco Cabrera, entrevista 23 de septiembre 2011)

Es frecuente que el sacerdote de la parroquia que se ubica en Los Naranjos, cerca de la cerreta Panamericana, y a quince minutos de Tierra Blanca, visite los nuevos templos realizados por los chinantecos, oficie misa en las festividades y realice rituales asociados al ciclo de vida, como bodas y bautizos. Sin embargo, buena parte de la vida ritual de los cinco poblados recae en los propios chinantecos que han buscado crear nuevas redes religiosas a partir del reacomodo. Algunas de sus fiestas se encuentran ya tan consolidadas que en fechas recientes sus familiares y amigos que no fueron reacomodados viajan desde Ojitlán y Usila, pero también de otras comunidades mazatecas en Oaxaca, para celebrar con ellos.



Fotografía 2: Celebración del señor de las tres caídas en Poblado Uno en la cuaresma de 2011 (Regina Martínez Casas).

Otro espacio que se han ido apropiando estas nuevas comunidades chinantecas es el de la escuela. A mediados de la década de 1980 algunas promotoras bilingües que se encontraban trabajando en Oaxaca pidieron su cambio a Veracruz para vivir cerca de sus familiares reacomodados. La maestra Rosa narró la siguiente historia:

Primero no me querían dejar venir (a Poblado Dos), que porque la escuela no existía y no sabían cómo iba a ser la escuela. La gente quería una escuela bilingüe, como las de Oaxaca. Después de mucho insistir me movieron a

una escuela de mazatecos, de los primeros reacomodos en Nuevo Pescadito ¿conoce por allí, cerca de la presa? Pero mis papás estaban aquí. Me movieron después de dos años con la condición de que no pidiera yo tierras como ejidataria y que supervisara la construcción de unas aulas. Empecé dando clase debajo de una enramada –como palapa– a niños de todas las edades porque muchos se habían quedado a medias con la mudanza de sus familias. Después ya vinieron los del gobierno y nos hicieron una escuela con patio y todo. Nos costó mucho, pero logramos que fuera bilingüe. (Rosa Francisco, entrevista 12 de diciembre de 2011).

Poco tiempo después los comisariados ejidales lograron también gestionar en Xalapa, capital de Veracruz, la construcción de un preescolar bilingüe y una telesecundaria en cada comunidad. Actualmente dos de las comunidades cuentan también con telebachilleratos⁷ y con un convenio con una escuela agropecuaria técnica que funciona en Poblado Dos. La mayor parte de los profesores de preescolar y primaria son chinantecos y en 2012 varios padres de familia se manifestaron frente a las oficinas de la Secretaría de Educación y Cultura en Xalapa para denunciar a la directora de la telesecundaria de Poblado Uno por castigar a los niños que hablaban chinanteco en clase.

Actualmente los padres de familia que no envían a sus hijos a las escuelas de las comunidades son multados. Los chinantecos apuestan a las nuevas generaciones para cristalizar las promesas de *progreso* que ellos no han visto cumplidas en el proceso de relocalización después de haber perdido sus tierras en Oaxaca.

Primeras reflexiones...

No hablé de los resultados de los cuestionarios sociolingüísticos, pero algunos de nuestros análisis muestran que en las cinco comunidades de Los Naranjos existe un alto grado de bilingüismo coordinado⁸ y que el chinanteco

7. Educación de tercer ciclo, o medio superior

8. El bilingüismo se define como coordinado cuando dos lenguas en contacto son usadas de manera cotidiana por una comunidad lingüística determinada.

es la lengua de uso en la mayor parte de los espacios tanto en los hogares como en las actividades comunitarias. Incluso en las escuelas se da la batalla por la enseñanza de la lengua con fines formativos, sin embargo, solo las profesoras de preescolar usan el chinanteco como primera lengua. En el resto de los niveles educativos la tendencia es a usar el español como lengua de instrucción, pero se realizan actividades cívicas y culturales de manera bilingüe. Por otro lado, encontramos que el 12% de los hogares no son chinantecos y que muchos de ellos están formados por parejas en las que uno de los cónyuges es mazateco. Existen varias familias que enseñan ambas lenguas a sus hijos, pero la mayoría opta por una variedad de chinanteco que se ha vuelto más o menos estándar en las cinco comunidades. Al preguntarles por estos procesos de reajustes lingüísticos el representante de asuntos indígenas del municipio de Tierra Blanca responde:

Tenemos que comunicarnos entre todos, aunque seamos de municipios diferentes. Yo hablo todos los días con mis compañeros de Tres Valles, de Cosamaloapan. Apenas nombraron a una compañera en Rodríguez Clara. Es la primera vez que tenemos representación en los cuatro municipios y tenemos que defendernos. Si perdemos nuestro idioma nos quedamos sin nada...nos quitaron nuestra tierra, nuestros animales y hasta nuestros muertos, pero no nos pueden quitar nuestra manera de hablar. Yo quisiera que mis hijos aprendieran a defender sus derechos lingüísticos, por eso es mejor que estudien aquí en el Poblado. (Javier Francisco, entrevista 3 de mayo de 2012).

Por otro lado, la relación con las autoridades de los ingenios es cada día más conflictiva. En 2013 ejidatarios de varios de los poblados amenazaron con dejar de pagar sus deudas y sembrar de nuevo maíz, frijol y verduras. Después de largas negociaciones los comisariados los convencieron de seguir sembrando caña de azúcar y colaborando con las cuadrillas de trabajadores para la zafra⁹.

9. Ese es el nombre con el que se conoce a la cosecha de la caña de azúcar que implica cortar la mayor parte de las plantas maduras, pero dejar una base que seguirá creciendo para futuras cosechas.

Los resultados preliminares de este trabajo muestran que, si bien el proyecto de reacomodar grandes contingentes de familias indígenas pretendía, entre otras cosas, conseguir un rápido cambio cultural e integrar a los indígenas al *desarrollo nacional*, los chinantecos han encontrado mecanismos para construir nuevas formas de comunidad sin perder su identidad. Sin embargo, el precio que están pagando ha sido muy alto. Se encuentran mal comunicados con lugares de comercio y servicios, pues no cuentan con acceso a carretas pavimentadas ni transporte público confiable y ya no producen en sus tierras nada que puedan consumir ellos, salvo algunos animales de traspatio. Pocos migran porque se necesita mucha mano de obra para el trabajo en los cañaverales y las relaciones que tienen con los *jarochos* son tensas y persisten situaciones de violencia hacia ellos. Para complicarles más la vida, en fechas recientes se convirtieron en región de paso de migrantes centroamericanos porque sus ejidos se ubican cerca de las vías del tren que va del sureste mexicano al centro del país¹⁰. La violencia en las cabeceras de sus municipios es continua y muchos chinantecos temen viajar a Tierra Blanca, a Cosamaloapan o a Tres Valles.

En 2010 los afluentes del Papaloapan crecieron de manera extraordinaria y volvieron a desbordar el río y localidades como Tlacotalpan estuvieron bajo el agua por semanas. Las represas no han controlado del todo las inundaciones y la producción energética de la hidroeléctrica disminuye cada año mientras la demanda de energía barata se incrementa. El sacrificio de las tierras, y modos de vida de indígenas oaxaqueños —pero también de muchas familias que habitaban en la cuenca del Papaloapan— quizá no valió la pena.

Referencias

ARAGÓN, Georgina Calderón. La reubicación y la creación de un desastre. In: MACÍAS, Jesús Manuel Macías (comp.). **Reubicación de comunidades humanas**. Entre la producción y reducción de desastres. Universidad de Colima, 2009. p. 267- 298.

10. El tren conocido como *La Bestia* cruza por esa región veracruzana y parte del tráfico de personas denunciado desde hace años ocurre en los bordes de sus ejidos.

ÁVILA, Pacheco; SIMÓN, David; LUCERO, Márquez, ÁLVARO, F. Alternativas para el reacomodo de la población afectada por la construcción de la presa Cerro de Oro. El desarrollo regional en México y su problemática agraria. **Cuadernos de trabajo**. México. DEAS-INAH, 1979. p. 3-26.

BARABAS, Alicia; BARTOLOMÉ, Miguel Alberto (s/f). **Informe antropológico sobre la población chinanteca que será afectada por la presa "Cerro de Oro"**. México, s/p.

BARABÁS, Alicia; BARTOLOMÉ, Miguel Alberto (1992). Antropología y relocalizaciones. **Revista Alteridades**, México, v. 2, n. 4, p. 5-15, 1992.

BARABÁS, Alicia (coord.). **Diálogos con el territorio**. Simbolizaciones sobre el espacio en las culturas indígenas de México. México, INAH, 2003.

Barth, Fredrik. **Los Grupos étnicos y sus fronteras**. México, FCE, 1996.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto; BARABÁS, Alicia. **La presa Cerro de Oro y el ingeniero el gran Dios: Relocalización y etnocidio chinanteco en México**. Tomo I. México, Instituto Nacional Indigenista, 1990.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto; BARABÁS, Alicia. **La presa Cerro de Oro y el ingeniero el gran Dios: Relocalización y etnocidio chinanteco en México**. Tomo II. México, Instituto Nacional Indigenista, 1990.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Gente de costumbre y gente de razón**. Las identidades étnicas en México. México, Ed. Siglo XXI, 2006.

CABRERA., Gustavo A. Dinámica demográfica. In: **Recursos naturales de la Cuenca del Papaloapan**. Tomo II. México. SARH-Comisión del Papaloapan, Instituto Mexicano de Recursos Naturales Renovables, 1977. p. 691-717.

ARAGÓN, Georgina Calderón. La reubicación y la creación de un desastre. In: MACÍAS, Jesús Manuel Macías (comp.). **Reubicación de comunidades humanas**. Entre la producción y reducción de desastres. Universidad de Colima, 2009. p. 267- 298.

CANDAU, Joël. **Memoria e identidad**. Buenos Aires, Ediciones del sol, 2008.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. El Papaloapan, obra del presidente Alemán. Secretaría de Recursos Hidráulicos. Reseña Sumaria del magno proyecto de planificación

integral que ahora se realiza en la Cuenca del Papaloapan, 1949.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. El Papaloapan, un proyecto de desarrollo regional en ejecución. Breves apuntes de la Cuenca del Papaloapan y de la labor realizada por la Comisión del Papaloapan. Cd. Gral. Miguel Alemán, 1959.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. Nuevo estudio hidrológico Temascal-Cerro de Oro. México. Secretaría de Recursos Hidráulicos. Estados Unidos Mexicanos, 1962.

DÍAZ SOLÍS, Adrian. **Impacto en la Agricultura de la Cuenca baja del río Papaloapan a partir de la operación de la presa Presidente Miguel de la Madrid Hurtado**: Cerro de Oro, Ojitlán, Oaxaca. Tesis de ingeniería agrónoma. Córdoba, Veracruz. Universidad Veracruzana. Facultad de Ciencias Agrícolas. 1954.

DISTEL STEIN, Fanny. **Mito y realidad de un programa de desarrollo regional**: Cerro de Oro y Uxpanapa desarrollo ¿Para quién?. Tesis de maestría en antropología social. México. ENAH, 1982.

DURANTI, A. Antropología Lingüística, Madrid, Cambridge University Press, 2000.

ESCANERO GONZÁLEZ, Francisco José. **Reacomodo de campesinos afectados por la construcción de la Presa Cerro de Oro**. Tesis de licenciatura en Ingeniería Civil, México, Facultad de Ingeniería, UNAM, 1977.

ESPEJEL, Alberto García. **Reacomodos, actores y necesidades**. Las Contradicciones del desarrollo. In: _____. El impacto social de los reacomodos involuntarios por proyectos de desarrollo. Querétaro. Universidad Autónoma de Querétaro. Facultad de Filosofía, 2003. p. 55-106.

EWELL, Peter T.; POLEMAN, Thomas T. **Uxpanapa reacomodo y desarrollo agrícola en el trópico mexicano**. Xalapa, Veracruz. Instituto Nacional de Investigaciones sobre recursos bióticos, 1980.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memoria social**. Madrid, Frónesis Cátedra Universitat de València, 2003.

GARIVAY, Ricardo María V.. La política de desarrollo para las comunidades afectadas por la presa Cerro de Oro. FONSECA, Salvador Anta (coord.), **Ecología y manejo integral de recursos naturales en la región de la Chinantla**. México. Facultad de Ciencias PAIR-UNAM. Fundación Frederich Ebert, 1992. p. 239-250.

GOBIERNO DEL ESTADO DE VERACRUZ, Sistema de Información Municipal, Cuadernillos Municipales, Tierra Blanca, Secretaría de Finanzas y Planeación, In: http://portal.veracruz.gob.mx/pls/portal/docs/page/gobversfp/sfpportlet/sfppportletsdifusion/cuadernillosmunicipales/2011_2013/tierrablanca.pdf

GONZÁLEZ SOLANO, José Martín. **Proyecto de desarrollo hidráulico “Cerro de Oro” indígenas Chinantecos y el conflicto por su reubicación.** Tesis de maestría en historia. División de Ciencias Sociales y Humanidades. UAM- Iztpalapa, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e processo de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INSTITUTO NACIONAL INDIGENISTA. Programa de desarrollo rural integral para los chinantecos. Veracruz, México. s/f.

INSTITUTO NACIONAL INDIGENISTA. Los chinantecos desalojados de la presa “Cerro de Oro”, serán reacomodados, en Acción Indigenista: boletín mensual del Instituto Nacional Indigenista. n. 247, 1974.

MCHMAHON, David (1973). **Antropología de una presa:** Los mazatecos y el proyecto de Papaloapan. México. UNAM, INI-CONACULTA, 1973.

MARTÍNEZ CASAS, María Regina, DE LA PEÑA, Guillermo . Migrantes y comunidades morales: resignificación, etnicidad y redes sociales en Guadalajara (Méjico). **Revista de Antropología social de la Universidad Complutense de Madrid.** v. 13, pp. 217 -255. 2004.

MARTÍNEZ CASAS, Regina . **Vivir invisibles. La resignificación cultural entre los otomíes urbanos de Guadalajara.** México. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Etnicidad y estructura social.** México, CIESAS, 1992.

OROPEZA, Minerva. Poblamiento y colonización del Uxpanapa en el marco del istmo veracruzano. In: LEONARD, Eric; VELÁZQUEZ, Emilia (coords.). **El Sotavento veracruzano. Procesos sociales y dinámicas territoriales,** CIESAS, Institut de recherche pour le dévelloppement, México, 2000. p. 43-61.

OROPEZA, Minerva. Los chinantecos en el Uxpanapa. Dinámica étnica en una

situación de reasentamiento involuntario. **The journal of intercultural studies**. n. 27. Kansai University of foreign studies publication. Japan, p. 233- 260. 2000.

OROPEZA, Minerva. Procesos identitarios en un poblado chinanteco de reacomodo, **Sotavento**, Revista de historia, sociedad y cultura, n. 7, Veracruz, Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, p. 65-103. 2006.

PARDO, Teresa. Los chinantecos frente a la empresa Cerro de Oro. **América Indígena**. v. 50. n. 2-3, abril-septiembre. p. 150-183.1990.

PÉREZ GUERRERO, Juan Carlos. Del yo al nosotros. Las fronteras transitables de la memoria. **Anales de la Antropología**. v. 34. México, IIA- UNAM, p. 261-280. 2000.

PÉREZ RUIZ, Maya Lorena. La Comunidad indígena contemporánea. Límites, fronteras y relaciones interétnicas. In: GUILLEN, Miguel Lisboa. (coord.). **La comunidad a debate. Reflexiones sobre el concepto de comunidad en el México contemporáneo**. México, El Colegio de Michoacán, UNICACH, 2005. p. 87- 100.

PÉREZ TAYLOR, Rafael. **Entre la tradición y la modernidad**: antropología de la memoria colectiva. México, IIA-UNAM, Plaza y Valdés, 2002.

POZAS, Ricardo; POZAS, Isabel. Informe crítico del centro coordinador del Papaloapan, México, Instituto Nacional Indigenista. 1955.

RAMÍREZ SORIANO, Jorge (coord.) (2010). Catálogo de las lenguas indígenas y sus variantes lingüísticas del estado de Veracruz. Academia veracruzana de las lenguas indígenas. Gobierno del estado de Veracruz de Ignacio de la Llave, en <http://portal.veracruz.gob.mx/pls/portal/docs/PAGE/AVELI/DOCUMENTOS/catalogo.PDF>

REDFIELD, Robert. **La pequeña comunidad, sociedad y cultura campesinas**. Editorial de Ciencias Sociales. Instituto Cubano del Libro, 1961.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ ALQUICIRA, Gabriela. **Crónica de uma terra perdida. Chinantecs em Terra Blanca, Veracruz**. 2013. 128f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), Escola Nacional de Antropologia e História. Cidade do México, México, 2013. Disponível em: <https://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/tesis%3A2455>

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ma. Teresa; SÁNCHEZ, Vázquez, Antonio (et. al.) De campesinos a campesinos pescadores: el caso de la presa Miguel de la Madrid H. (Cerro de Oro). In: FONSECA, Salvador A. (coord.). **Ecología y manejo integral de recursos naturales en la región de la Chinantla**. México. Facultad de Ciencias PAIR-UNAM, Fundación Frederick Ebert, 1992. p. 191-238.

TAMAYO, L. Jorge L.. Las actividades de la Comisión del Papaloapan en el Estado de Oaxaca en 1977. Folleto de la Comisión del Papaloapan. México. Editorial Bodoni, 1978. p.11.

VELASCO TORO, José. **El péndulo de la resistencia**. La defensa de la territorialidad y la autonomía indígena. Gobierno del Estado de Veracruz. Fondo editorial de culturas indígenas, 2002.

VELASCO TORO, José. Espacio y territorio: ámbito de la etno-identidad. **Revista del CESLA**, n. 10, Varsovia, Uniwersytet Warszawski, p. 53- 70, 2008. en <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=243316417004>

VILLA ROJAS, Alfonso. **Los mazatecos y el problema indígena de la cuenca del Papaloapan**. México, Memorias del Instituto Nacional Indigenista, 1955.

WEBER, Max **Economía y sociedad**. México, Editorial Fondo de Cultura Económica, 2008 [1922].

Recibido: 30/03/2022

Aceito: 23/01/2023

Las presas en Sinaloa, México: asimetrías regionales e inexperiencias necesarias

The dams in Sinaloa, Mexico: regional asymmetries and necessary inexperience

Omar Mancera Gonzáles¹

1. Profesor-Investigador-Fundador (Escuela de Ciencias Antropológicas, Department, Faculty Member), Universidad Autónoma de Sinaloa: Culiacan, Sinaloa, México. Doctor en Estudios Migratorios. Universidad de Granada, España (2019). <https://orcid.org/0000-0002-7970-2624>
omancerag@uas.edu.mx

Resumen: La construcción de presas en Sinaloa, al noroeste del país, es de las más complejas en México, ya que obedece a una política hidroagrícola impulsada desde la primera mitad del siglo anterior, y cuyo resultado coloca a la entidad como la principal productora de granos y hortalizas. La vocación agrícola de la entidad, impulsada por la construcción de grandes embalses durante los últimos ochenta años, genera que la actividad agroalimentaria no pueda sostenerse sin un abasto permanente y seguro de agua, y es por eso, que se prioriza la construcción de presas. Sinaloa cuenta con doce grandes embalses, uno más en construcción, dos proyectos ejecutivos listos para aplicarse y generar dos embalses más, así como por varias decenas de obras hidráulicas complementarias, como embalses menores, diques, represas y canales de riego. De las doce presas instaladas nueve requirieron el desplazamiento de poblaciones. La imposición de los proyectos y las condiciones de los traslados y de la habitabilidad en los nuevos pueblos fueron en detrimento de las familias afectadas, que suman más de cuatro mil. El presente trabajo es parte de los resultados de una extensa y prolongada investigación etnográfica, donde se

ilustran algunas características de cada desplazamiento o de los avatares en la adaptación a las nuevas localidades donde fueron asentados los desplazados, en un rescate de la última historia de los 198 pueblos inundados, y cuyo recuerdo puede perderse porque no existen registros oficiales de cuántas comunidades fueron anegadas, cuántas familias desalojadas, e incluso cuántos nuevos pueblos se crearon para esas familias.

Palabras clave: Relocalización. Agroindustria. Política Hidroagrícola. Grandes Presas. Desplazados.

Abstract: The construction of dams in the state of Sinaloa, in the northwest of the country, is one of the most complicated in Mexico, since it is due to a hydro-agricultural policy promoted since the first half of the previous century, and the result of which places the state as the main producer of grains and vegetables. The agricultural vocation of the state, driven by the construction of large dams during the last eighty years, means that the agri-food activity cannot be sustained without a permanent and safe supply of water, and that is why the construction of dams is prioritized. Sinaloa has twelve large dams, one more under construction, two executive projects ready to be applied and generate two more reservoirs, as well as several dozen complementary hydraulic works, such as smaller dams, and irrigation canals. Of the twelve dams installed, nine required the displacement of populations. The imposition of the projects and the conditions of the relocation and of the habitability in the new towns were to the detriment of the affected families, who number more than four thousand. The present work is part of the results of an extensive and prolonged ethnographic investigation, where some of the arbitrariness of each displacement or the vicissitudes of adaptation to the new peoples are illustrated, in an attempt to rescue the historical memory of the 198 flooded towns, and whose memory may be lost because there are no official records of how many localities were flooded, how many families were displaced, and even how many new towns were created for those families.

Keywords: Relocation. Agribusiness. Hydro-agricultural Policy. Large Dams. Displaced Persons.

Introducción

La política hidroagrícola mexicana es la principal promotora de la construcción de presas, a pesar de que existen otras premisas como la generación de energía eléctrica, el control de afluentes (para evitar inundaciones en comunidades ribereñas), o el usufructo de los embalses para la pesca comercial y el turismo. Las presas se construyen pensando en el desarrollo agrícola, en potencializar las cosechas de alimentos a través de la agricultura de riego, y en esa dinámica algunas entidades federativas han sobresalido, como ocurre con Sinaloa.

Esta entidad, insertada en el noroeste mexicano, con una extensa línea de costa que colinda con el Océano Pacífico y el Golfo de California, posee una riqueza hídrica particular, que a la par de políticas férreas de desarrollo agrícola, han conducido a la entidad a ser una de las principales productoras y exportadoras de alimentos en México. En términos hídricos, la disponibilidad de agua renovable per cápita en la entidad, correspondió a 2 mil 937 metros cúbicos por año, colocándola en el 14vo lugar a nivel nacional respecto a este concepto, según los registros anuales de la Comisión Nacional del Agua (CONAGUA, 2018).

En lo referente a la agricultura, Sinaloa produce el 30 por ciento de los alimentos del país, cifra que pretende aumentarse con la construcción de nuevas grandes presas, la ampliación de la agricultura de riego, y el apoyo a las organizaciones agrícolas locales y de administración del agua.

Se estima que en México existen 21 millones de hectáreas de cultivos, de las cuales 6.5 millones corresponden a la agricultura de riego (CONAGUA, 2018). La productividad de estas tierras es tres veces superior a las de temporal, por lo que su extensión logra que las superficies irrigadas sumadas a las de temporal produzcan más de un cuarto de los productos agropecuarios producidos del país. El 88 por ciento del agua empleada en estos sistemas proviene principalmente de fuentes superficiales, como los embalses de las presas o de los ríos (CONAGUA, 2018). La dependencia federal añade que, del total de agua dulce en México, el 77 por ciento se destina a la agricultura.

Lo anterior demuestra la importancia en el impulso de los gobiernos federal y estatales al desarrollo de la agricultura, y al aprovechamiento del agua de los ríos. Las políticas públicas desarrollistas en materia hidroagrícola en Sinaloa no han cambiado mucho desde el gobierno del presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940). A pesar de la diversidad social, económica y política, así como al progreso de la entidad en distintos rubros productivos, la agricultura de riego que necesita de presas continúa siendo una directriz en los gobernadores sinaloenses. Bajo este esquema, Sinaloa ha construido presas desde 1939 (año en que inició la construcción del embalse Sanalona), hasta 2015 (cuando comenzó la edificación de la presa Santa María).

Hasta inicios de 2022 Sinaloa contaba con doce presas de gran magnitud, una en construcción, y dos proyectos más impulsándose desde el gobierno estatal, el Congreso local y distintas agrupaciones de productores agrícolas. Los embalses menores, compuestos por diques, bordos y pequeñas presas, suman un total de 46 (Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca del Gobierno del Estado de Sinaloa).

La presente investigación aborda el fenómeno social del desplazamiento forzado de poblaciones por la construcción de presas en México y, particularmente, en Sinaloa, al noroeste del territorio nacional.

La revisión documental, teórica, metodológica y empírica de las relocalizaciones en México permite establecer similitudes en torno a los impactos socioambientales generados por la construcción de represas hidroeléctricas o derivadoras, por lo que este trabajo aprovecha las experiencias en otras latitudes del país para reforzar premisas, discutir hallazgos etnográficos y ejemplificar las relaciones entre el Estado y las poblaciones, cuyas asimetrías se acentúan por coyunturas específicas como la planeación, anuncio, construcción y operación de una presa, así como de su invariable relocalización de poblaciones.

Las consecuencias sociales derivadas de la construcción y operación de presas en Sinaloa, del desplazamiento de poblaciones y de la vida en los pueblos que tienen décadas relocalizados y no han experimentado el discursivo desarrollo de los proyectos hidráulicos de gran envergadura, se encuentran casi invisibilizadas, en confusos datos oficiales, en historias orales que se extinguen, y en escasas alusiones académicas secundarias o genéricas.

El estudio de una realidad compleja y regional en la que se inmiscuyen áreas geográficas distintas, con lógicas de poblamiento diferentes, requirió que en la investigación se emprendiera un estudio multisituado que comprendiera los 17 pueblos en Sinaloa creados para las familias relocalizadas por la construcción de nueve presas (como se detallará en la metodología).

La valía de los estudios multisituados radica en que generan una “una base disciplinar más amplia para un trabajo contemporáneo más innovador, desechando la ya establecida técnica de vincular tales proyectos al archivo etnográfico tradicional” (MARCUS, 2018); es decir, que el habitual trabajo de campo concentrado en una sola comunidad o ubicación se potencia cuando se realiza en distintas zonas geográficas, con la finalidad de obtener panoramas eclécticos, regionales, cuyas interrelaciones permiten reconocer las dinámicas territoriales de fenómenos complejos, como los impactos sociales de la construcción de presas.

Como establece Marcus, la etnografía multisituada rebasa “la geografía de los estudios del área” sin eliminar la importancia de los desarrollos socioculturales particulares (2018, p. 182); de esta forma, el análisis estatal planteado en este trabajo se nutre con las particularidades sociales, espaciales, culturales e históricas de cada población desplazada. Se establece una visión concentradora pero no generalizante, y en esa determinación de priorizar los desarrollos particulares, se fundamenta la importancia de los estudios multisituados.

Finalmente, el análisis general planteado aquí se convierte en un diagnóstico cuya importancia radica en que a pesar de la vocación hidroagrícola de Sinaloa, que en la construcción de sus presas hubo poblaciones relocalizadas, y en que eso cambió la geografía regional y social, son escasos los estudios sociales y ambientales hechos por la academia; incluso el rescate historiográfico es precario, y la poca cobertura de la prensa genera que el fenómeno de la construcción de presas y sus consecuencias en la entidad sean poco conocidas¹.

1. La presa Picachos es la excepción debido al contexto político heterogéneo en que se construyó, a los medios de comunicación y su cobertura informativa y, principalmente, a la proximidad de las comunidades y de la obra misma con la ciudad más cercana (Mazatlán).

Metodología

El método de investigación fue etnográfico, con herramientas cualitativas como entrevistas, diarios de campo, estudios de caso e historias de vida, así como el mapeo, georreferenciación y censos personales en las comunidades cuyo tamaño menor permitieron generar este ejercicio.

Durante la investigación etnográfica se privilegió el contacto permanente con varias personas por comunidad (de dos a siete, en concordancia con el tamaño de la localidad), con la intención de establecerlos como informantes clave. En cada visita siempre se acudió primero con ellos, se pernoctó o consumió alimentos en sus hogares, y se establecieron lazos de comunicación permanente mediante medios electrónicos o telefónicos. Los informantes clave ayudaron a constatar o rebatir la información obtenida de otras fuentes (como documentos oficiales, artículos periodísticos, censos y decretos gubernamentales, trabajos académicos), a ganar la confianza de otros habitantes de la misma comunidad, o a establecer redes informativas útiles a la investigación.

Cuando se acudió por primera vez a cada localidad y comenzó a entrevistarse a los habitantes respecto a las presas, las entrevistas se realizaron en el sitio donde se encontraba la persona, con el tiempo que quisieran otorgar para contestar cada cuestionamiento. En ocasiones los encuentros eran breves, de cuatro o cinco minutos, sin que superaran el cuarto de hora. Posteriormente, con el resto de las visitas y la familiarización hacia el investigador, se diseñaron entrevistas estructuradas, realizándose en los hogares de las personas. De esos encuentros se obtuvieron grabaciones que después de transcribirlas se convirtieron en versiones estenográficas.

En las entrevistas semiestructuradas la temática se concentró en cómo era la vida antes y después de la relocalización de cada pueblo, además del cómo es ahora. Por otra parte, en las entrevistas estructuradas el guion contempló detalles sobre indemnizaciones, compensaciones y otros temas delicados, y se los trataron en distintos momentos de cada encuentro, evitando que se hablara sobre el mismo fenómeno de forma prolongada. Con los informantes clave, debido a la confianza, los temas relacionados a pagos o protestas se trataron en reiteradas ocasiones con la profundidad necesaria.

En total se trabajó con 55 familias y 57 informantes clave, donde la observación participante, consistente en convivir con ellas y ellos en sus actividades y pasar tiempo en sus viviendas compartiendo alimentos o su tiempo, fungió como un instrumento de aproximación y generación de confianza, además de permitir la implementación del resto de las herramientas cualitativas mencionadas.

Debido a la cantidad de comunidades creadas para los desplazados por presas en Sinaloa (17 en total) los recorridos y estancias de campo tuvieron que programarse obedeciendo a una lógica geográfica que inició con las localidades del norte de Sinaloa, para descender paulatinamente hasta culminar con las ubicadas en el sur de la entidad.

Fases de la investigación etnográfica

La investigación etnográfica tuvo una duración de catorce meses, dividida en tres fases, durante los años 2017 y 2018. En las tres etapas se visitaron todas las comunidades relocalizadas por presas en Sinaloa, de norte a sur, con la premisa de acudir primero a las más lejanas e ir descendiendo geográficamente; de esta forma se visitó inicialmente a Huites, en el extremo norte (municipio de Choix), ubicado a 347 kilómetros de Culiacán, capital de Sinaloa. En el otro extremo, las comunidades más al sur y próximas a ser relocalizadas por la construcción de la treceava presa son Santa María, El Palmarito, y Las Cebollitas (pertenecientes al municipio El Rosario) ubicadas a 325 kilómetros de la ciudad capital de Culiacán.

Debido a que en los proyectos hidráulicos de gran envergadura existen distintos niveles de participación, la metodología incluyó un análisis de cada nivel, desde la población directamente afectada por el proyecto hasta los funcionarios del gobierno estatal o federal que lo promovieron y operaron, incluyendo también los distintos niveles del movimiento social de protesta contra la presa Picachos.

El trabajo de gabinete, donde se sistematizaron los datos obtenidos en la etapa etnográfica, en la investigación documental, hemerográfica y bibliográfica, abarcó un periodo de seis meses. Adicionalmente se realizaron visitas a

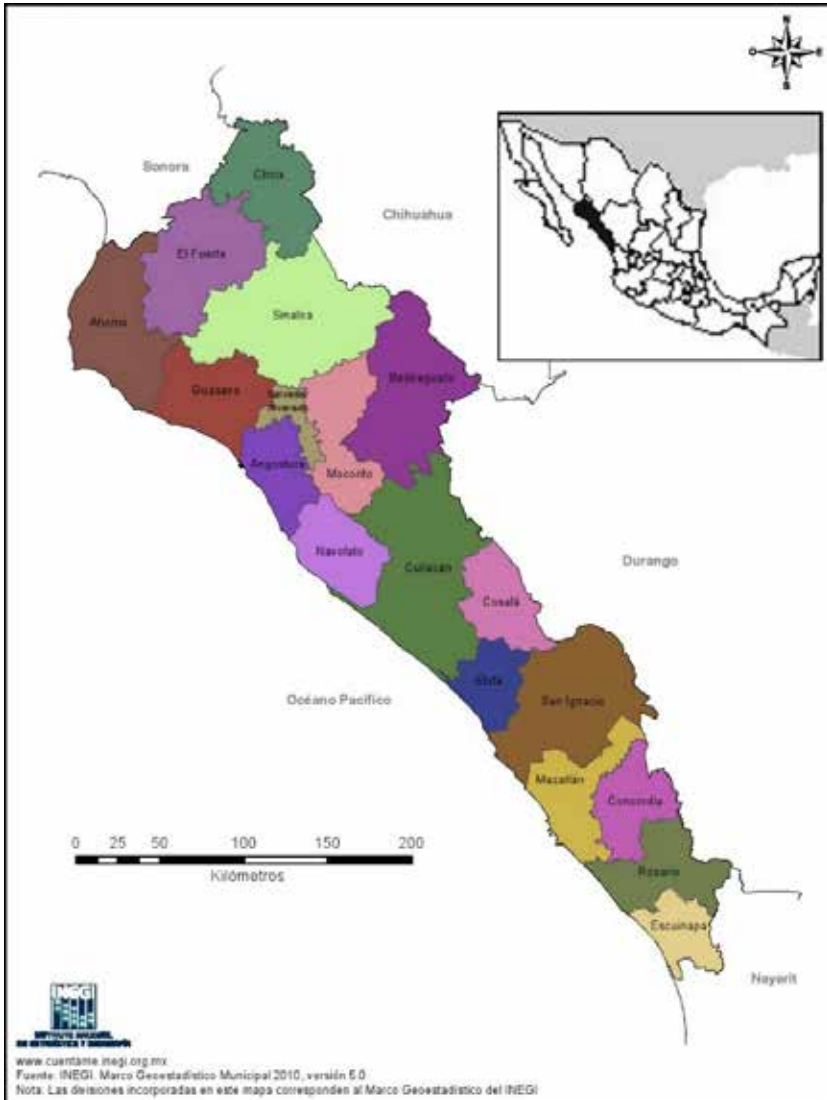
dependencias oficiales en Culiacán y en la Ciudad de México, como el archivo histórico de Sinaloa, la Comisión Nacional del Agua (CONAGUA) y el Archivo Histórico del Agua.

El “granero del país”

Sinaloa es una entidad federativa de la República Mexicana, compuesta por 18 municipios (como ilustra el Mapa 1); colinda con los estados de Durango, Chihuahua, Nayarit y Sonora, con una extensión territorial de 57,365 kilómetros cuadrados, lo que representa el 2.9 por ciento de la superficie del país. A lo largo de Sinaloa, paralela a la línea de costa existe una frontera imaginaria, una zona de encuentro entre la sierra y la llanura, que divide a la Sierra Madre Occidental de la Llanura Costera del Pacífico, lo que otorga a la entidad una variedad de climas, vegetaciones, orografías y tipos de suelo.

La población total de Sinaloa es de 2,966,321 habitantes (INEGI, 2020), con una densidad poblacional de 48.2 habitantes por kilómetro cuadrado, lo que coloca a la entidad en el sitio número 14 de los menos densamente poblados (con respecto a su superficie) en el país (INEGI).

Mapa 1: División municipal de Sinaloa y su posición respecto a México.



Fuente: INEGI.

Sinaloa es conocida como “el granero del país”, pues su producción de granos y hortalizas abastece a gran parte del mercado nacional². Para mantener esa producción masiva se requiere abasto permanente de agua. Esta vocación hidroagrícola provoca que las políticas públicas estatales se enfoquen y prioricen el desarrollo de la agroindustria, por lo que el riego tecnificado de cultivos cambió la geografía estatal, ampliando lo que se conoce como *frontera agrícola* a lo largo de la entidad, paralela a la línea de costa (INEGI, 2017).

Sinaloa posee trece grandes ríos (ilustrados en el Mapa 2), ocho de ellos (junto con tres afluentes de los mismos) se encuentran contenidos por 12 presas de gran envergadura (embalses mayores, según data el gobierno de la entidad). Los ríos Fuerte, Sinaloa, Mocorito, San Lorenzo, Elota, Piaxtla, Quelite, Presidio, Baluarte y De las cañas, cruzan completamente la entidad, naciendo en los estados vecinos de Chihuahua y Durango, y desembocando en el Golfo de California o en el Océano Pacífico; por su parte, los ríos Humaya y Tamazula atraviesan gran parte del territorio de Sinaloa, pero se unen en el municipio de Culiacán, formando un sólo afluente, también llamado Culiacán.

2. Según el *Panorama Agroalimentario 2021* (SAGARPA, 2021) Sinaloa es líder nacional en la producción de maíz en grano, berenjena, garbanzo, tomate, pepino, tomate verde, y ajonjolí. Ocupa el segundo lugar nacional en la producción de sorgo en grano, chile verde, papa, mango; así como el tercer lugar en la cosecha de cártamo, trigo en grano, y arándano. Durante el periodo 2018-2020 Sinaloa fue la entidad más productiva en la cosecha de frijol porque se produce “aplicando tecnología”. La entidad también es líder nacional en agricultura protegida.

Mapa 2: Ríos de gran afluente en Sinaloa.

Fuente: Gobierno del Estado de Sinaloa.

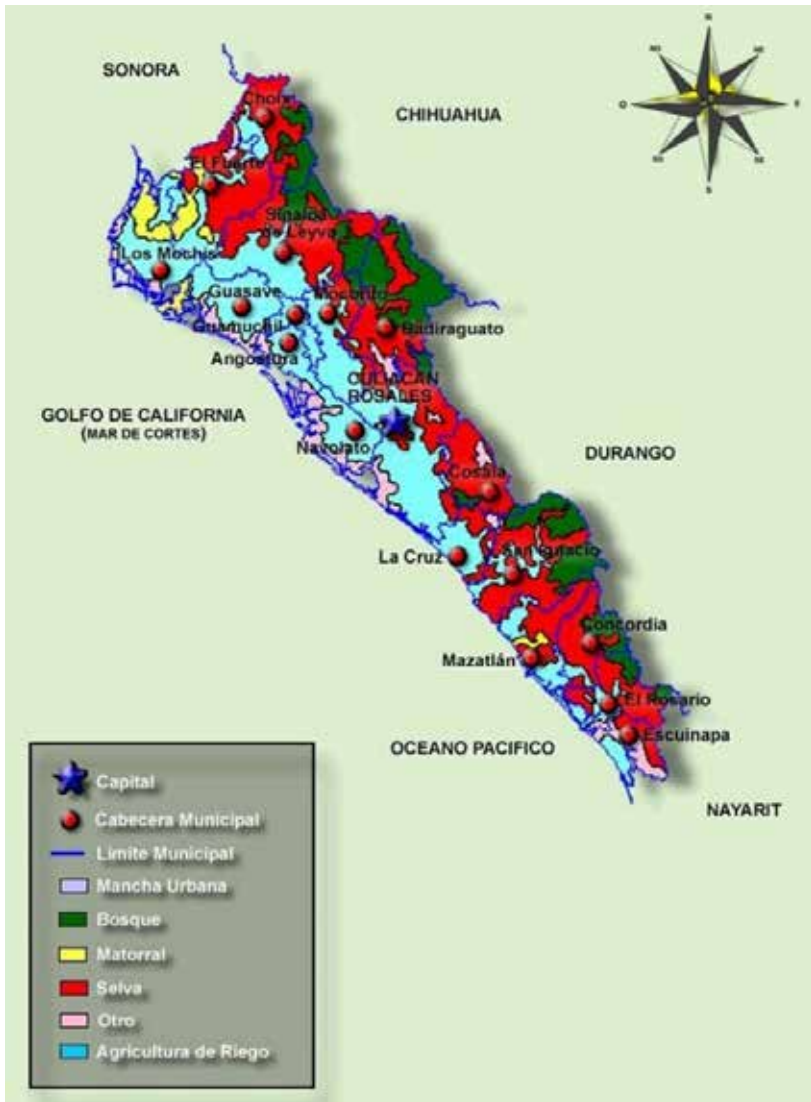
Esta entidad federativa fue de las primeras en México en construir presas derivadoras. Los argumentos oficiales para la construcción no han variado desde las primeras obras, coincidiendo en discursos como el abasto de agua potable a las ciudades, el riego agrícola y la protección contra inundaciones (RAMÍREZ, 2008). El abasto de agua para consumo humano y la protección

contra las crecientes de los ríos son aspectos discursivos legitimadores de las obras, pues en la práctica priva el interés por extender la *frontera agrícola* de riego tecnificado.

Infraestructura y maquinaria hidroagrícola estatal

Las políticas públicas gubernamentales en Sinaloa respecto a la expansión y fortalecimiento del riego agrícola y la agricultura tecnificada de las últimas décadas favorecieron el desarrollo de una importante maquinaria hidráulica, cuyo pilar es la construcción y operación de grandes presas. Actualmente, las doce presas mantienen a casi todo el territorio central y norte de la entidad bajo el esquema de agricultura de riego, como lo data el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) en el Mapa 3.

Mapa 3: Agricultura de riego y vegetación de Sinaloa.



Fuente: INEGI, 2017.

Durante la segunda mitad del siglo anterior la habilitación de infraestructura hidráulica axial permitió el surgimiento de industrias productoras y manufactureras como las de caña de azúcar, procesadoras de algodón y arroz, molinos de trigo, entre otros (GONZÁLEZ, 2007). Para la década de los setenta la agricultura era el eje conductor del desarrollo estatal y se estimó que la superficie propensa al riego alcanzaría los 5.8 millones de hectáreas. El autor considera que en las décadas siguientes la *frontera agrícola* se incrementó exponencialmente, en obediencia a los adelantos tecnológicos y a la Reforma Agraria, así como a la construcción de grandes presas en los principales ríos (en los municipios del centro y norte).

El desarrollo de la maquinaria hidroagrícola en la segunda mitad del siglo anterior generó una dicotomía en la realidad estatal que, combinada con otros factores de transformación social, legaron problemas a largo plazo, como la proliferación de actividades ilícitas, específicamente el narcotráfico. De esta forma, para Ronaldo González en Sinaloa se evidenció una contradicción “entre una economía con una infraestructura hidráulica consolidada, una producción agrícola importante y una población con problemas de desempleo, carestía y pocos servicios públicos” (GONZÁLEZ, 2007, p. 41-42).

Adicionalmente, González sitúa los conflictos territoriales (de apropiación) dentro del “calendario de construcción de las obras de irrigación” (2007, p. 35), ligadas a las grandes presas. La apropiación de tierras ejidales o de los campesinos en las comunidades rurales está sujeta a intereses particulares, negociaciones informales, y cambios de uso de suelo expeditos e ilegales. Para contextualizar con mayor detalle al objeto de estudio se describirán mediante la Tabla 1 las presas de la entidad, los municipios al que pertenecen, los ríos que las abastecen, las poblaciones relocalizadas, los nuevos pueblos creados para los desplazados y el número de familias movilizadas.

Tabla 1: Comunidades anegadas y relocalizadas por la construcción de presas en Sinaloa.

Presas Y río	Municipio	Período de construcción	Población inundada	Nuevos pueblos para los desplazados (Municipio)	Familias relocalizadas
Luis Donald Colosio (Huites). Río Fuerte	Choix	1992-1995	Huites, Cajón de Huites, Las Juntas, La Misión, Bacapaco, Caimanero, Las Cruces, Agua Calientilla, Techobampo, Mezquite Caído, Los Mezquitones, El Tori.	Las Cruces (Choix). Pueblo Nuevo Huites (Choix). 1994.	930
Miguel Hidalgo (El Mahone). Río Fuerte	El Fuerte y Choix	1952-1956	El Mahone, Los Mezcales, Los Arenales, Conde Sinaloíta, Gipago y Peñasco, Las Ciruelas San Francisco, Algodones, Japaraqui, San Felipe, El Pajarito, Caballhuasa, Baca, Maquicoba, Picachos, El Saúz, El Toro, Ballehuey, La Mesa de los Gastélum, Papariqui, El Aguaje, Nahuila, Rincón de Sinaloíta, Tuchi, Cubampo, Torocahui, Aguazarca, Chinoaqui, Aguacalientita, Jambiola, Colmoa, Las Mesas de Huahui, Los Mautos, El Siviral, El Sabino.	Juan José Ríos (Guasave y Ahome). Adolfo Ruiz Cortines (Guasave). 1955.	835
Josefa Ortíz de Domínguez (El Sabino). Río Álamos	El Fuerte	1965-1967	Lo de Mayo, Barranca, Los Llanetes, El Sabino, La Viznaga, Techuari, El Mezquite, Jaguara, Carranza, Poblado Cinco, El Llano.	Villa Gustavo Díaz Ordaz [El Carrizo] (Ahome). 1969.	220
Guillermo Blake Aguilar (El Sabinal). Arroyo Ocoroni	Sinaloa de Leyva	1980-1985	Ninguna.		

Presa Y río	Municipio	Periodo de construcción	Población inundada	Nuevos pueblos para los desplazados (Municipio)	Familias relocalizadas
Gustavo Díaz Ordaz (Bacurato). Río Sinaloa	Sinaloa de Leyva	1977-1981	La Estancia, El Arenal, La Ciruela, Las Lajitas, Palo Colorado, El Hornito, Los Placeres, Basitito, Turaquito, Tenuchivo, La Hazienda, La Guayaba, La Higuera, Chicorato, Los Mezcales, Santa María, Sataco, Los Limones, Bataihuina, Rancho El Pachi, Bacurato, La Piedra, Rancho El Padre, Temuicina, La Ciruela, Mezquitillo, Terahuito, El Manchón.	El Mezquite Alto (Sinaloa de Leyva). Terahuito (Guasave). 1979.	133
Eustaquio Buelna (Guamúchil). Río Mocorito	Salvador Alvarado	1970-1972	Ninguna.		
Adolfo López Mateos (El Humaya). Río Humaya	Badiraguato	1957-1964	Alicama, San Juan de Yacobito, Caramaten, Saca de Agua, Vinolitos, Paso del Huejote, Atoribito, El Riyito, Ocuaitita, Salate de los Ibarra, Careatapa, Moritapo, Higuera de Ballaca, Palos Verdes, La Cienegueta, Ojito de Agua, Tres Arroyos, Los Mimbrés, El Reparo, El Sabino, Comitita, Los Sabinos, Los Amoles, La Terupata, El Cabrito, Piedra Rajada, La Compuerta, El Embarcadero de Alicama, Las Casitas, La Quebrada de Santa Lucía, Socotita, Santa Fe, Paso de San Nicolás, Los Macuchis, Cacalotita, Los Parajes, Los Cedros, Las Víboras, Vítopo, Lo de Ventura, El Riito, El Palmar, La Ciénega, Bebelamas.	Villa Adolfo López Mateos [El Tamarindo] (Culiacán). 1962.	540
Sanalona Río Tamazula	Culiacán	1939-1948	La Cofradía, El Tapacal, Higuera de Sanalona, Ojo de Agua, El Rincón, Agua Caliente, Las Cupias, El Moral, El Aguallamo, Quiata.	Villa Benito Juárez (Navolato). 1945.	109

Presa Y río	Municipio	Período de construcción	Población inundada	Nuevos pueblos para los desplazados (Municipio)	Familias relocalizadas
Juan Guerrero Alcocer (Vitoramas). Arroyo El Bledal	Culiacán	1992-1994	Ninguna.		
José López Portillo (El Comedero). Río San Lorenzo	Cosalá	1977-1983*	El Comedero, Aguacaliente, El Papachal, Achota, Mezcalitán, Los Mayos, El Rodeo, Casablanca, Aguafría, La Vega Grande, El Embarcadero, El Llano de los Tapia, El Capule, El Llano del Copale, San José de las Bocas, Pueblo Nuevo de Higuera, Ilama, Pueblo Nuevo, El Barreno, La Canaria, Jacopita, Jacopa, Antonio Sausado, Aguafría de las Vegas, Buenavista, El Ranero, El Llano de Toño Parra, Ranchito, Las Truchas, La Ciénega, Los Molinos, Las Vegas.	Pueblos Unidos (Culiacán). 1979.	707
Aurelio Benassini (El Salto). Río Elota	Elota	1981-1988	Salto Grande, San José Conitaca, Zoquititán, Las Moritas, Salto Chico, Los Corochis.	San José Conitaca (Elota). El Salto Grande (Elota). Pueblo Nuevo (Elota). 1988.	200
Picachos. Río Presidío	Mazatlán y Concordia	2005-2009	Las Iguanas, Casas Viejas, El Guamuchilar, Las Lagunitas, Palmillas, San Marcos, Puerta de San Marcos, El Placer, El Tepehuaje, Las Pilas, Boca de Arroyo, La Embocadura II, Los Ciruelos, Los Ciruelos II, Las Negras, San Jerónimo, El Sanjón, Las Azulitas, El Debonal, Los Copales.	San Marcos (Mazatlán). Puerta de San Marcos (Mazatlán). Las Iguanas (Concordia). Casas Viejas (Concordia). 2009.	800

Presas y ríos	Municipio	Período de construcción	Población inundada	Nuevos pueblos para los desplazados (Municipio)	Familias relocalizadas
Santa María (en construcción). Río Baluarte	El Rosario	2015 (inicio de la obra)	Santa María, El Palmarito, Las Cebollitas. (próximas a relocalizar).	Santa María. (El Rosario).	270 familias.

Fuentes: Elaboración propia a partir de la investigación etnográfica y CONAGUA, 2018.

*Este dato, publicado por el cronista oficial de Pueblos Unidos, Adrián García (2007), se contraponen a la fecha oficial registrada por la CONAGUA: 1975-1981. Se establece aquí la fecha del cronista debido a que concuerda con las entrevistas realizadas a los informantes clave.

Hasta el 2022 la última presa construida en Sinaloa en su totalidad es la Picachos, que contiene y controla el afluente del río Presidio, ubicada al sur de la entidad, entre los municipios de Mazatlán y Concordia. A lo largo de la vega del río han vivido por cientos de años comunidades rurales dedicadas a la agricultura, la ganadería a pequeña escala y la pesca ribereña, principalmente de auto abasto (MANCERA, 2019). Con la construcción de la presa 20 localidades fueron directamente afectadas y relocalizadas a otros sitios debido a que el embalse las anegó. Dichas poblaciones oscilan en tamaño y en número de habitantes, por lo que existían algunas pequeñas con menos de 50 habitantes, hasta las mayores, con un promedio de mil, según registros del FIHSIN³.

Las poblaciones afectadas y relocalizadas por la construcción de las presas sinaloenses han condicionado sus acciones, inconformidades, protestas, las dinámicas de negociación de medidas compensatorias y de las relocalizaciones, al contexto político de cada época en que se desarrollaron los proyectos. El poder del gobierno estatal, su capacidad de cooptación, de filiación político-partidista, así como la “bondad” de las comunidades, la incertidumbre y el estrés que generó cada proyecto, favorecieron la construcción de los embalses con la menor resistencia.

En ese sentido la presa Picachos rompió el esquema tradicional de construcción porque se constituyó un movimiento social de protesta organizado, con líderes y estructuras jerárquicas, con movilizaciones y acciones de protesta concertadas, sistemáticas y emprendidas en dos de las principales ciudades de la entidad (Mazatlán y Culiacán). El gobierno de Sinaloa tuvo que pagar, en varias ministraciones, indemnizaciones por las viviendas y las tierras de cultivo, así como relocalizar a todas las poblaciones en siete grandes pueblos dotados con la infraestructura urbana y de comunicación necesaria (MANCERA, 2010).

Rescatando y creando registros de las relocalizaciones forzadas

3. Fondo de Infraestructura Hidráulica de Sinaloa (FIHSIN), instancia que en 2005 elaboró una Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) de la presa, como parte de los requisitos legales para construir este tipo de obras.

La cifra de población relocalizada por presas en México es incierta y en ocasiones confusa, pues no se cuenta con un censo oficial específico porque los ejecutores de las obras no comparten la información, porque pertenecen a gobiernos, paraestatales, organismos temporales y a épocas históricas distintas. La relocalización es un fenómeno coercitivo que ilustra la asimetría entre el gobierno y las poblaciones, representa la arbitrariedad gubernamental porque obedece a intereses partidarios, políticos y principalmente económicos de un grupo, contra cientos o miles de personas cuyo poder económico e influencia no alcanza para librar una batalla con el Estado.

Los fondos, comités, fideicomisos, comisiones u otras instancias que promueven la construcción de presas derivadoras o de almacenamiento, además de la Comisión Federal de Electricidad (CFE), promotora de las hidroeléctricas, utilizan censos poblacionales para conocer el universo a relocalizar. La legislación ambiental actual exige que la información censal esté contenida en la Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) que cada promovente debe presentar. En ocasiones quienes elaboran las MIAs prefieren usar sólo datos del INEGI (cuyos censos generales de población son cada diez años), para evitar el gasto de emprender un censo propio. Por otra parte, en los embalses construidos antes de esta legislación⁴ se tuvo más facilidad para manipular la información, y aunque las instancias ejecutoras de los proyectos realizaban sus propios censos, ninguna dependencia gubernamental obligaba a realizar consultas públicas o a manifestar la cantidad de población afectada por la presa, mucho menos el impacto ambiental en la zona involucrada.

El número de personas desplazadas forzosamente por la construcción de presas en México varía según la fuente y el momento histórico e incrementa con cada proyecto. El último conteo relativamente confiable se expuso en la tesis de maestría de Mónica Olvera (2012), cuyos datos sobre los desplazados fueron publicados en distintos medios de comunicación. Las cifras son

4. La Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección al Ambiente fue promulgada el 28 de enero de 1988. La última modificación se realizó en 2015. La Ley faculta a la SEMARNAT para exigir, revisar y en su caso aprobar las MIAs. Disponible en: <http://www.semarnat.gob.mx/temas/gestion-ambiental/impacto-ambiental-y-tipos/definicion-y-objetivo>

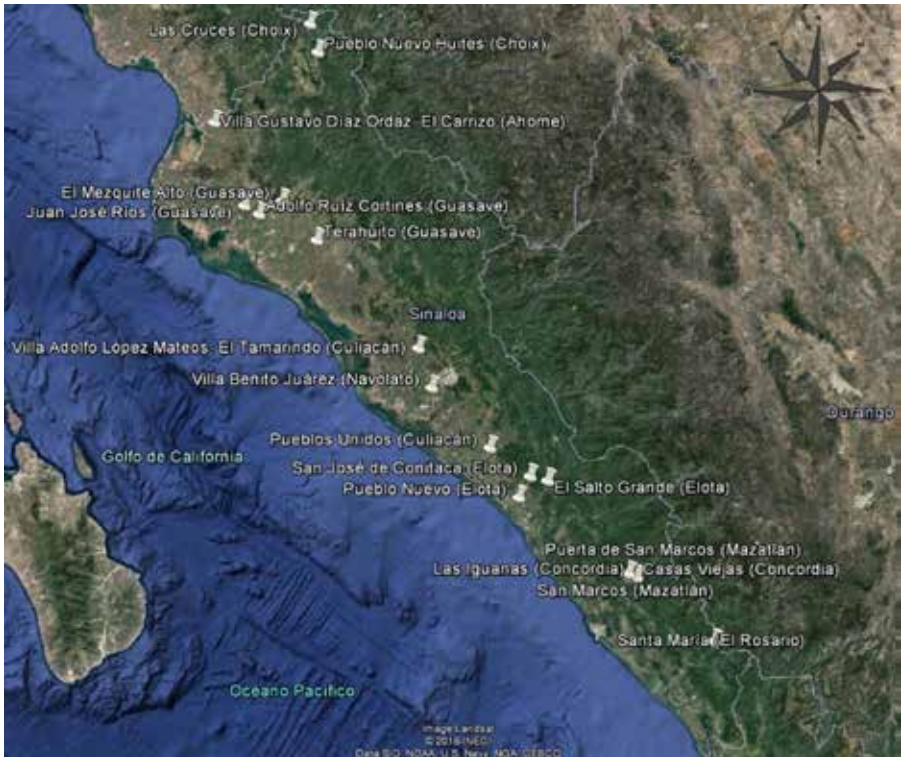
imprecisas porque la investigadora reconoce que en algunas presas no existen registros y porque los datos que expone sobre los desplazados en Sinaloa no corresponden a la investigación etnográfica, documental, bibliográfica y heme-rográfica realizadas en este estudio.

Una de esas omisiones consiste en que la autora sólo reconoce a los relocalizados por tres presas sinaloenses cuando fueron nueve embalses los que requirieron la reubicación de poblaciones (hasta inicios de 2022). La investigación de Olvera determina que en México, hasta el 2006, fueron relocalizadas 185 mil 690 personas por la construcción de 30 presas.

La diferencia en los datos se debe al fenómeno mencionado respecto a la escasez de registros oficiales. Ninguna dependencia federal ha emprendido un programa de rescate de esos números porque es un dato que no conviene a la imagen del gobierno y a la misma construcción de presas planeada para el futuro. Otro fenómeno que dificulta la obtención de datos de la población relocalizada por presas en México es el ocultamiento o manipulación de registros por parte de los gobiernos estatales, como ocurre en Sinaloa.

Durante la etnografía en las 17 comunidades creadas para los desplazados por presas en Sinaloa (ilustradas en el Mapa 4), así como en la búsqueda efectuada en los registros del archivo histórico de Sinaloa y del archivo histórico del agua, fue complicado rescatar la cantidad exacta de personas relocalizadas. Para completar el registro planteado en la Tabla 1 se consultaron decretos federales (de la creación de las presas o sus Distritos de Riego), archivos periodísticos, crónicas locales, o investigaciones de otra índole que mencionaban el dato. Finalmente, la información fue corroborada o contrastada con los entrevistados de cada comunidad; por lo general, todas las fuentes apuntaron al número de familias y no de personas, por lo que se optó por homologar la información para tener un panorama general uniforme.

Mapa 4: Ubicación de los pueblos creados para los relocalizados por presas en Sinaloa.



Fuente: Google Earth. Elaboración propia a partir de la investigación etnográfica.

En el análisis de la Tabla 1 se pueden constatar diferencias en torno al número de familias desplazadas y de comunidades anegadas, según las características de cada proyecto. Por ejemplo, en la presa Huites se desplazaron a 930 familias que vivían en 12 comunidades, mientras que en el embalse El Mahone se afectaron a 835 familias originarias de 35 localidades. La presa El Humaya fue la que más pueblos inundó, sumando un total de 44, pero las familias desplazadas sumaron 540; también se puede agregar que esos

mismos realocalizados se concentraron en una sola comunidad: Villa Adolfo López Mateos (El Tamarindo). Lo anterior contrasta con el caso de la presa El Salto, donde se inundaron seis poblados y se crearon tres nuevas comunidades (San José Conitaca, El Salto Grande y Pueblo Nuevo) para las 200 familias movilizadas.

El total de familias realocalizadas por la construcción de presas en Sinaloa hasta el 2022 es de 4 mil 474, originarias de 198 pueblos que hoy yacen bajo las aguas de nueve presas, y reubicadas en 17 nuevos poblados creados por las instancias gubernamentales de cada época histórica. Además, la cifra aumentará en 2023 debido al reasentamiento de los afectados del embalse Santa María, cuya estimación es de 270 familias por desplazar.

La Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA) considera que hasta el año 2000, aproximadamente 580 mil personas fueron realocalizadas por 62 grandes presas en Latinoamérica, pero podrían sumarse 170 mil desplazados con la construcción de cinco embalses más (AIDA, 2009).

Los datos más confiables –aunque en ocasiones dispares– respecto a la realocalización de poblaciones en México pertenecen a las investigaciones publicadas sobre presas en particular, pero no puede hacerse una sumatoria de todos los casos debido a que existen muchos por investigar. Alicia Barabás y Miguel Bartolomé (1992) determinaron que la presa La Angostura (en Chiapas) realocalizó a 17 mil personas, mientras que el embalse contiguo, Chicoasén (en la misma entidad federativa) a dos mil; la presa El Caracol (en Guerrero) afectó a cinco mil habitantes, y las presas Cerro de Oro y Miguel Alemán (ambas en Oaxaca) desplazaron a 26 mil y veinte mil indígenas, respectivamente (BARABÁS Y BARTOLOMÉ, 1992)⁵.

Aronsson (1992) encontró una diferencia entre los datos censales recabados por la CFE para la construcción de la presa Zimapán (en Querétaro e Hidalgo) con los que recabó durante su trabajo de campo. La paraestatal

5. Sobre las presas Miguel Alemán y Zimapán se han publicado cifras distintas que apuntan a que en la primera se realocalizaron a 22 mil personas (PÉREZ, 1992), y en la segunda a dos mil 452 (SCCUDER, 1982). Sólo en este par de ejemplos existe un desfase superior a las dos mil personas.

consideró dos mil 114 afectados, mientras que la autora contabilizó a dos mil 151. Esta diferencia aparentemente inocua puede generar sospechas sobre otros censos realizados por la CFE para la construcción de otras hidroeléctricas, con la posibilidad de que las omisiones conviertan a decenas en miles de personas.

También existen otros casos de manipulación que pueden alterar el registro de desplazados, como ocurrió con la construcción de la presa Picachos (al sur de Sinaloa). Durante el desarrollo del proyecto y del conflicto que generó, los afectados, el movimiento social de protesta y los medios de comunicación siempre mencionaron un universo de 800 familias (alrededor de cuatro mil habitantes) dañadas por el proyecto, pero la MIA de la obra establece que serían relocalizadas mil 884 personas que habitaban 560 casas (FIHSIN, 2005). Esos cuatro mil afectados fueron incluidos en el universo de 185 mil 690 relocalizados por presas en México, establecido por Mónica Olvera (2012), y en el registro de esta investigación.

Para las agencias gubernamentales la inexistencia de un censo oficial general de desplazados por presas en México es igual de despreocupante que la elaboración de MIAs, así como la contratación de científicos sociales que asesoren a los constructores para reducir los impactos socioambientales, o el cumplimiento de mandatos judiciales u otro “impedimento” administrativo que comprometa el avance de estos mega proyectos. Las relocalizaciones “carecen de un análisis serio y profundo de la situación que viven y a la que van a ser enfrentados los afectados” debido a que el procedimiento, inherente a la mayoría de las presas, se considera “simples obras de ingeniería menor frente a la magnitud evidente de la construcción de las presas” (VELASCO *et al.*, 1994, p. 260).

Estos autores consideran que la centralización de las decisiones, correspondiente a un modelo de organización vertical y jerárquica que no incluye la opinión de los afectados, es el motivo del fracaso de las relocalizaciones (VELASCO *et al.*, 1994). Sin embargo, se debe considerar que desde la planeación de las grandes presas está inserto ese esquema jerárquico, demostrado además públicamente en la inauguración de los embalses, a donde siempre acude el presidente de la República Mexicana, el gobernador de la entidad, los

funcionarios de ambos niveles, los gobernantes de los municipios involucrados y, en última instancia y como público, los habitantes de las comunidades afectadas que no representan un riesgo para boicotear el evento.

Las transformaciones que estos mega proyectos generan en las localidades son a largo plazo, ya que se ha demostrado que en la mayoría de las poblaciones relocalizadas los niveles de morbilidad aumentan, así como la pobreza, la marginación y la dependencia a la asistencia gubernamental (BARABÁS, 1995; VELASCO *et al.*, 1994). La exigencia de adaptación que imprime la relocalización en una comunidad que mantenía un estilo de vida tradicional es excesiva y limitada en tiempo.

Para Ángel Palerm las relocalizaciones forzadas “aceleran los cambios socioculturales, destruyendo la vida y la organización tradicional, haciendo entrar a la población más rápidamente que nunca en el sistema nacional de cultura, de economía y de política” (PALERM, 1969, p. 1).

Una estrategia utilizada en contra de las poblaciones que protestan por mejorar las medidas compensatorias o las condiciones de la relocalización es el llenado del embalse sin previo aviso o desalojo, para que el agua expulse a los afectados y los obligue a tomar posesión de los nuevos pueblos. En varias comunidades sinaloenses se negaron a abandonar sus hogares, por lo que los constructores de las presas decidieron cerrar las compuertas e inundar las comunidades. En la presa Picachos el gobierno estatal cerró las compuertas y debido al intenso caudal del río Presidio el agua rápidamente amenazó a las comunidades que continuaban en sus viejos asentamientos; a continuación se transcribe un fragmento de la crónica realizada respecto al suceso:

La madrugada del 16 de julio de 2009 la Dirección de Seguridad Pública del municipio de Concordia recibió una llamada (por radio) de auxilio, proveniente de Las Iguanas. Eran los habitantes que pedían ayuda porque el nivel del embalse estaba a 40 metros de las casas y crecía con rapidez. La dependencia desplegó de inmediato a todas las patrullas del municipio y a los elementos policíacos en turno para auxiliar a la población. Las entrevistas con policías y empleados de la Dirección coincidieron con las

conversaciones de los afectados, respecto a cómo las familias abarrotaron las unidades y fueron llevadas al nuevo pueblo, inicialmente con sólo la ropa que portaban y acaso una caja, maleta, o bolsas con documentos y objetos de valor. Las viviendas más cercanas al agua tuvieron que ser desocupadas casi por completo, de tal forma que en las patrullas también se transportaron muebles y enseres domésticos. La prioridad fue desalojar a la población, y una vez que ésta estuvo en el nuevo pueblo los policías regresaron, junto con algunos integrantes de cada familia, por las pertenencias, convirtiendo el rescate en una mudanza que se prolongó toda la noche. Los policías lucían exhaustos y llenos de lodo, los pies de casa⁶ se llenaron con pocos muebles, quedando muchos a la intemperie (MANCERA, 2010, p. 154-155).

En otras latitudes de Sinaloa se registraron casos similares. José Barrera, habitante de Juan José Ríos (Guasave), fue uno de los desplazados por la presa Miguel Hidalgo (El Mahone). El adulto mayor recordó que en 1955, cuando comenzaron a relocalizar a las familias de las 12 comunidades afectadas en los dos nuevos pueblos (Juan José Ríos y Adolfo Ruíz Cortines), en varios asentamientos decenas de familias se negaron a abandonar sus viviendas, a pesar de las advertencias de los funcionarios gubernamentales; para abatir la resistencia, la entonces Comisión del Río Fuerte decidió comenzar el llenado del embalse y el agua expulsó a los inconformes. Lo mismo ocurrió con varias familias afectadas por la presa Gustavo Díaz Ordaz (Bacurato), que se negaron a dejar sus viviendas y el agua los expulsó cuando el gobierno decidió llenar el embalse, según recuerda Catalino Figueroa, habitante de Terahuito, Guasave.

En las comunidades afectadas por la presa El Humaya también hubo familias que se negaron a desocupar sus casas para trasladarse a la Villa Adolfo López Mateos (El Tamarindo). Jaime León Martínez y Mateo Avitia coincidieron en que hubo casos de resistencia para abandonar los domicilios, pero

6. Fueron las viviendas otorgadas por el gobierno de Sinaloa como restitución. son pequeñas, alrededor de diez metros cuadrados, constan de tres piezas: cocina, baño y una habitación, construidas sobre un terreno de 20 por 40 metros. poseen techo de asbesto, piso de cemento pulido y paredes de block sin recubrimiento.

ante la amenaza de “echarles el agua” los renuentes tuvieron que trasladarse al nuevo pueblo y aceptar los inmuebles otorgados en restitución.

Otro fenómeno asimétrico en la relación Estado-relocalizados es el discurso que bifurca a los personajes inmersos en los proyectos; los promotores y constructores de presas suelen insertar a la población afectada en categorías que dañan la identidad de sus pueblos. Estas categorías, como la de *campesinos*, “niega la alteridad cultural que los identifica como heterogéneos entre sí” (VELASCO *et al.*, 1994, p. 261). En la construcción de las presas sinaloenses se catalogaron a los afectados como *campesinos* o *comuneros* (en el caso Picachos), mientras que en las comunidades indígenas, como Pueblo Nuevo Huites, la denominación de campesinos desestimó el origen étnico de la población mayo-yoreme.

El presente y el futuro de los proyectos hidráulicos en Sinaloa

Desde el inicio de este texto se ha hecho alusión a las magnas presas de Sinaloa y otras en México, por lo que es necesario establecer formalmente a qué se refiere la categoría de *Grandes presas*. La International Commission on Large Dams (ICOLD), de la que México es miembro a través del Comité Mexicano de Grandes Presas, señala que el requisito fundamental para que un embalse se considere *grande* es que la cortina debe medir por lo menos 15 metros de altura. La ICOLD establece otras categorías de medición adicionales, pero la altura de la cortina aparece como el principal requisito.

En Sinaloa los doce embalses abordados en esta investigación y el que está en proceso de construcción se catalogan como Grandes presas, mientras que los embalses menores mencionados en la introducción (diques, bordos y pequeñas presas) se alimentan con las aguas derivadas de estas magnas obras y pertenecen al mismo sistema hidroagrícola. El 96 por ciento del recurso almacenado en todos estos cuerpos de agua se destina al riego agrícola, dejando con porcentajes menores al uso para generar electricidad, para el consumo humano y el control de avenidas (protección contra inundaciones). Desde una imagen satelital puede apreciarse cómo las grandes presas se encuentran alineadas en una franja paralela a la costa (Mapa 5).

Mapa 5: Ubicación geográfica de las principales presas de Sinaloa.



Fuentes: Google Earth. Elaboración propia a partir de la investigación etnográfica.

Los mega embalses sinaloenses forman parte del primordial sistema de presas en México y son los principales responsables de que en la entidad se produzca el 30 por ciento de los alimentos del país. La capacidad total de almacenamiento de las doce presas es de 22 mil 801.7 Mm³ (Millones de metros cúbicos), lo que representa el 15 por ciento de la capacidad de almacenamiento de todas las presas, pequeñas y grandes, del país (CONAGUA, 2018).

La información sobre las presas vertida aquí fue principalmente extraída de la CONAGUA, ya que los datos del gobierno de Sinaloa no son confiables porque difieren y en ocasiones contradicen a los publicados por la dependencia federal a cargo de administrar y preservar los recursos hídricos nacionales.

Todos los datos mencionados con procedencia del gobierno estatal fueron contrastados con al menos tres fuentes más (gobierno federal, asociaciones civiles, documentos académicos y entrevistas).

Hacia el futuro cercano el gobierno de Sinaloa y el Congreso estatal han fomentado y gestionado con ahínco desde hace un lustro la construcción de dos presas más: *Las Juntas* y *La Sábila*, proyectando su operación dentro de la maquinaria hidroagrícola estatal antes del 2025.

Los ríos que aún permanecen libres de presas en Sinaloa pertenecen al sur: Piaxtla, Quelite, Baluarte y De las Cañas. Con la actual construcción de la presa Santa María se eliminará de esta lista al afluente Baluarte, quedando tres ríos cuyos caudales son importantes y donde se genera un vacío de infraestructura hidráulica axial entre el municipio de Elota (con la presa El Salto) y el de Mazatlán (con Picachos). Más al sur, en los límites con Nayarit, se encuentra el río De las Cañas, cuyo afluente corresponde en su mayoría a la vecina entidad, por lo que represararlo implicará la coordinación entre dos gobiernos estatales.

Los proyectos para construir presas en los ríos Piaxtla y Quelite, denominados *Las Juntas* y *La Sábila*, respectivamente, son longevos, pero en años recientes fueron reactivados por el gobierno de Sinaloa e incluso se destinaron partidas presupuestales para la elaboración de estudios de factibilidad y se han presentado MIAS ante las instancias federales correspondientes⁷.

La presa *Las Juntas* podría agregar a la *frontera agrícola* de riego tecnificado más de treinta mil hectáreas, mientras que *La Sábila* irrigaría hasta 20 mil hectáreas adicionales. La presa *La Sábila* inundaría el poblado El Jinete (en el municipio de San Ignacio) con menos de cien habitantes, mientras que *Las Juntas* no afectaría a ninguna comunidad (por lo menos es lo que mencionan los proyectos y la MIA). De concretarse ambas obras todos los grandes ríos de Sinaloa (excepto el De las Cañas) estarían contenidos por presas; en términos agrícolas toda la entidad se sumergiría en la extensa franja de cultivos de irrigación y en su dinámica de producción masiva de alimentos para el mercado nacional e internacional.

7. Información disponible en: <http://187.141.149.126/consejociudadanosinaloa.org/fichas/ficha574.pdf>; <http://riodoce.mx/noticias/niega-semarnat-permiso-para-presa>>.

La construcción de grandes presas posee implicaciones sociales complejas en todas sus fases: antes, durante y después de la obra. En cada etapa las dinámicas y problemas sociales son distintos e incluso diametralmente opuestos, imprimiendo en las comunidades nuevas identidades e imaginarios sociales entorno a su vida en los pueblos anegados y en los otorgados como compensación, e incluso respecto a las presas que los desplazaron.

Conclusiones

La relocalización de poblaciones en Sinaloa por la construcción de presas es un fenómeno complejo que ilustra grandes contradicciones, ya que a pesar de haber reubicado a 4 mil 474 familias durante 64 años (de 1945 a 2009), las experiencias aprendidas son mínimas. Los gobiernos estatal y federal operan bajo la lógica de prueba y error, en ocasiones retomando algunos elementos de la experiencia anterior inmediata, mientras que en otras construcciones pareciera que es la primera que emprenden. No existe una legislación estatal sobre directrices y normatividades hidroagrícolas, acerca de la construcción de grandes embalses, de la negociación con los afectados ni de la relocalización de las personas en nuevos asentamientos creados para dicho fin.

La academia también carece de experiencia respecto a estos fenómenos, ya que a pesar de contar con Universidades, centros de investigación, tesis de licenciatura y posgrado e investigadores de diversas disciplinas, los estudios científicos o históricos de las presas son escasos.

Las fuentes oficiales como el gobierno estatal, la CONAGUA u otras dependencias federales, cuentan con escuetos datos sobre las poblaciones desplazadas por presas, incluso ni siquiera existe un consenso sobre cuáles son los nuevos pueblos, o cuál fue el periodo de construcción de los embalses y la relocalización de las poblaciones. Existe un preocupante ejercicio de irresponsabilidad en este sentido, quizás porque se apuesta a que la memoria histórica se extinguirá con los relevos generacionales, desapareciendo el rastro de las arbitrariedades y la imposición de proyectos que benefician a una oligarquía agrícola y política añeja y autopoietica.

La conformación de un panorama general de las relocalizaciones en el estado, basado en los análisis particulares de las experiencias de cada comunidad, sitúa a esta investigación en un campo poco explorado por la antropología social, cuyos paradigmas generalmente aluden a reducir el objeto de estudio y concentrarse en una sola comunidad o fenómeno social. En ese sentido el análisis multisituado es una herramienta metodológica útil para establecer similitudes, panoramas regionales, e incluso para emprender prospectivas basadas en hechos tangibles y comprobados.

Una aportación pretendida en este trabajo es destacar la importancia del análisis multisituado, cuyo desarrollo permitió estructurar un panorama estatal a través de la reconstrucción e interrelación de las realidades particulares en todas las regiones de Sinaloa impactadas por presas. A través del estudio multisituado pudieron establecerse coincidencias entre las relocalizaciones en la entidad, así como en el resto del país. Finalmente, el análisis multisituado es una herramienta metodológica útil para establecer similitudes, panoramas regionales, e incluso para emprender prospectivas basadas en hechos tangibles y comprobados.

La construcción y operación de presas generan impactos ambientales severos que repercuten directamente en la economía y en el estilo de vida de las familias. La reconversión productiva es quizás el menor de los embates contra los desplazados porque finalmente sustituyen una actividad por otra, sin embargo, la pérdida absoluta de las formas de sustento es la principal amenaza de las presas. Como ocurrió en Picachos, los relocalizados perdieron sus tierras y no recibieron otras en restitución, sólo un pago que con el tiempo se gastó; la agricultura pereció completamente y estará a cargo —cuando se concrete la ampliación de la *frontera agrícola* en el sur de Sinaloa— de particulares que acapararon las tierras antes y durante el desarrollo del proyecto hidráulico (MANCERA, 2019). Las familias de Picachos han migrado a la ciudad de Mazatlán principalmente, mientras que otras intentan sostenerse con la incipiente pesca de tilapia y el turismo en el embalse.

En otros casos las tierras otorgadas en compensación resultaron infértiles o salobres, los cultivos están sujetos a los caprichos del mercado, y existe una

vasta red de acaparadores (coyotes) que compran las cosechas de los agricultores a precios ínfimos, para revenderlas por encima de lo pagado inicialmente.

Todas las coyunturas generadas por la construcción de grandes presas en México son similares porque los promotores de las obras operan bajo la misma lógica y porque la resistencia de los afectados es vista como un impedimento al progreso, pues escudados en argumentos desarrollistas los impulsores de las magnas obras axiales descalifican a la oposición, los consideran retrógradas, que atentan contra el “beneficio” de todo Sinaloa por mantener el estilo de vida de unos cuantos. Sin embargo, como se estableció en esta investigación, fueron cientos las comunidades relocalizadas y miles los afectados a lo largo de la historia de las presas en la región.

Establecer un diagnóstico estatal sobre las comunidades creadas para los desplazados por presas en Sinaloa, al igual que detectar dichas poblaciones, determinar la cantidad de familias afectadas por cada proyecto, así como las generalidades de las compensaciones e indemnizaciones entregadas a los afectados son contribuciones que generan nuevo conocimiento y que se exploran desde una línea de investigación a largo plazo. Las etnografías de las relocalizaciones sinaloenses son inéditas, y como se mencionó, incluso los gobiernos y sus fuentes oficiales desconocen la cantidad exacta de desplazados o las comunidades creadas para ellos.

Los resultados de investigación planteados aquí se conforman como un documento que rescata del olvido gubernamental las cifras de desplazados, de localidades inundadas, pueblos nuevos construidos, mientras se intenta también rescatar las voces y las experiencias de las personas afectadas por proyectos de gran envergadura impuestos desde el Estado mexicano, y que además, para abonar al encono y la apatía gubernamental, tampoco genera experiencia en torno a la construcción de embalses, como si en Sinaloa se comenzara de cero con cada obra, sin aprender nada del pasado, en lo social e incluso en la misma construcción de las presas; pero esa inexperiencia es necesaria y permite invisibilizar errores, asimetrías y desplazados.

Referencias

ARONSSON, Inga-lill. Impresiones de un proyecto de reasentamiento. **Alteridades**, n° 4, p. 51-59, 1992.

ASOCIACIÓN INTERAMERICANA PARA LA DEFENSA DEL AMBIENTE (AIDA). **Grandes represas en América, ¿peor el remedio que la enfermedad? Principales consecuencias ambientales y en los derechos humanos y posibles alternativas**. Colombia: Editorial Gente Nueva, 2009.

BARABÁS, Alicia Mabel. Normatividades jurídicas en torno a las relocalizaciones de población indígena. **Pueblos indígenas ante el derecho**. México: CIESAS/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1995.

BARABÁS, Alicia Mabel; BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Antropología y relocalizaciones. **Alteridades**, n° 4, p. 5-15, 1992.

COMISIÓN NACIONAL DEL AGUA (CONAGUA). **Estadísticas del agua en México 2018**. México: SEMARNAT, 2018. Disponible en: <http://sina.conagua.gob.mx/publicaciones/EAM_2018.pdf> Acceso el: 25 feb. 2022.

COMISIÓN NACIONAL DEL AGUA (CONAGUA). **Atlas del agua en México 2015**. México: SEMARNAT, 2015. Disponible en:

<<http://agua.org.mx/cono/multimedia/mapas/1131-mapas/38767-atlas-del-agua-en-mexico-2015>> Acceso el: 25 feb. 2022.

FONDO DE INFRAESTRUCTURA HIDRÁULICA DE SINALOA (FIHSIN). **Manifestación de Impacto Ambiental**. México: Documento presentado ante la SEMARNAT, 2005.

GARCÍA CORTÉS, Adrián. **Pueblos Unidos, la tierra prometida**. México: Ayuntamiento de Culiacán/Instituto La Crónica de Culiacán, 2007.

GONZÁLEZ VALDÉS, Ronaldo. **Sinaloa: una sociedad demediada**. México: H. Ayuntamiento de Culiacán/Casa Juan Pablos, 2007.

INTERNATIONAL COMMISSION ON LARGE DAMS (ICOLD). **Carta Circular 1443**. Disponible en: <https://www.icold-cigb.org/GB/members_section/circular_letters.asp?IDG=1#main> Acceso el: 25 feb. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **México en cifras**. México: Base de datos. 2020. Disponible en: <<https://www.inegi.org.mx/default.html>; <http://cuentame.inegi.org.mx/monografias/informacion/sin/poblacion/>> Acceso el: 25 feb. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Anuario estadístico y geográfico de Sinaloa 2017**. México: INEGI, Gobierno del Estado de Sinaloa, 2017. Disponible en: <https://www.datatur.sectur.gob.mx/ITxEF_Docs/SIN_ANUARIO_PDF.pdf> Acceso el: 25 feb. 2022.

MANCERA GONZÁLEZ, Omar. Estrategias de supervivencia y empoderamiento de las comunidades desplazadas por presas en Sinaloa (México), en Egea, Carmen y Nieto, José (coords.). **Colectivos en desventaja social y habitacional. La geografía de las desigualdades**. España: Universidad de Granada. Pp. 171-185, 2019.

MANCERA GONZÁLEZ, Omar. **Etnografía de la relocalización. Procesos socio-gubernamentales derivados de la presa Picachos, Sinaloa**. México: Tesis (Maestría en Antropología Social) Universidad Iberoamericana, 2010.

MARCUS, George E. Etnografía Multisituada. Reacciones y potencialidades de un Ethos del método antropológico durante las primeras décadas de 2000. **Etnografías Contemporáneas** 4(7), p. 177-195, 2018. Disponible en: <<https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/475>> Acceso el: 28 oct. 2022.

OLVERA MOLINA, Mónica. **Conflictos por el uso del agua en las políticas de escala de la configuración territorial de grandes presas hidroeléctricas en México: El río Santiago durante el neoliberalismo**. México. Tesis (Maestría en Geografía) Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2012.

PALERM, Ángel. **Aspectos socioeconómicos del proyecto La Angostura**. México: Informe elaborado para la CFE/Manuscrito original, 1969.

PÉREZ QUIJADA, Juan. Reacomodos treinta años después. **Alteridades**, n° 4, p. 61-66, 1992.

RAMÍREZ LÓPEZ, Jesús Antonio. **Análisis socioambiental. La construcción de la presa Picachos: una visión histórico-socioambiental**. México: Dirección General de Educación en Ciencia y Tecnología del Mar/Centro de Estudios Tecnológicos del Mar, 2008.

SCCUDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. From welfare to development: A conceptual framework for the analysis of dislocated peoples. **Involuntary migration and resettlement**. USA: Hansen and Oliver Smith, 1982.

SECRETARÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA, DESARROLLO RURAL, PESCA Y ALIMENTACIÓN (SAGARPA); SERVICIO DE INFORMACIÓN AGROALIMENTARIA Y PESQUERA (SIAP). **Panorama Agroalimentario 2021**. México: SIAP, 2021. Disponible en: < https://nube.siap.gob.mx/gobmx_publicaciones_siap/pag/2021/Panorama-Agroalimentario-2021 > Acceso el: 28 oct. 2022.

SECRETARÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESCA DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE SINALOA. **Embalses del estado de Sinaloa, México**. México: Gobierno del Estado de Sinaloa, 2010. Disponible en: <[http://laipsinaloa.gob.mx/images/stories/CEMARCOSIN/EMBALSES%20FINAL\(1\).pdf](http://laipsinaloa.gob.mx/images/stories/CEMARCOSIN/EMBALSES%20FINAL(1).pdf)> Acceso el: 25 feb. 2022.

VELASCO TORO, José; CRUZ SÁNCHEZ, Martín; MARTÍNEZ MARANTO, Alfredo. Los hombres que dispersó el agua. Políticas de relocalización involuntaria. **Anuario IX**. México: Universidad Veracruzana, p. 259-276, 1994.

Recibido: 05/04/2022

Aceito: 25/10/2022

O encontro das águas com a academia: estado da arte do cinturão das águas do Ceará

*The meeting of the waters with the academy:
state of art of the belt of the waters of Ceará*

**Estêvão Lima Arrais¹,
Neiara de Morais Bezerra²**

1. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios (LACITE/UFCA). <https://orcid.org/0000-0002-5484-3244> **estevaolarrais@gmail.com**

2. Doutora em “Democracia no Século XXI” pela Universidade de Coimbra. Pesquisadora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) da Fundação Getúlio Vargas/RJ. Atualmente, é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). <https://orcid.org/0000-0003-3868-6303> **neiara@hotmail.com**

Resumo: O Governo Estadual do Ceará possui um portfólio variado de grandes obras hídricas, dentre elas o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) que atualmente encontra-se em fase de execução. A implementação de uma obra hídrica resulta na expansão da disponibilidade hídrica no Estado, porém é também marcada por várias controvérsias, tais como: conflitos ecológicos, processos de desterritorialização e desequilíbrios de forças entre Estado e Sociedade. Diante deste contexto, este artigo objetiva apresentar a revisão de literatura sobre o CAC. Os dados foram coletados em março de 2022 em plataformas científicas digitais. Como instrumento de análise, optamos pela análise de conteúdo, classificando

os estudos com base em seus resultados. Obtivemos as seguintes nomenclaturas: 1) Conflitos ecológicos instalados pelo CAC; 2) Impactos sociais e geográficos decorrentes da implementação do CAC; 3) Impactos psicológicos decorrentes da desapropriação provocada pelo CAC; e 4) Discurso legitimador do CAC. Por fim, verifica-se que as pesquisas analisadas sinalizam que a política privilegia grupos econômicos em detrimento das comunidades camponesas locais; e o processo de implementação provoca uma radical ruptura territorial, afetando a saúde, a moradia e a qualidade de vida da população atingida, reafirmando sua relação direta com a temática de conflitos ecológicos distributivos.

Palavras-chave: Cinturão das Águas do Ceará. Conflitos Ecológicos Distributivos. Desterritorialização. Infraestrutura Hídrica. Transposição do Rio São Francisco.

Abstract: The State Government of Ceará has a varied portfolio of large water works, among them the Ceará Water Belt (CAC) that is currently in the execution phase. The implementation of a water work results in the expansion of water availability in the State, but is also marked by several controversies, such as: ecological conflicts, deterritorialization processes and imbalances of forces between State and Society. In this context, this article aims to present a literature review on CAC. Data were collected in March 2022 on digital scientific platforms. As an instrument of analysis, we chose content analysis, classifying the studies based on their results. We obtained the following nomenclatures: 1) Ecological conflicts installed by the CAC; 2) Social and geographical impacts arising from the implementation of the CAC; 3) Psychological impact stemming the expropriation proven by the CAC; and 4) Legitimizing discourse of the CAC. Finally, it is verified that the analyzed productions indicate that the policy favors economic groups to the detriment of local peasant communities; and the implementation process causes a radical territorial rupture, affecting the health, housing and quality of life of the affected population, reaffirming its direct relationship with the theme of distributive ecological conflicts.

Keywords: Ceará Water Belt. Distributive Ecological Conflicts. Deterritorialization. Water Infrastructure. Transposition of the São Francisco River.

Introdução

O Estado do Ceará é pioneiro na temática de gestão dos recursos hídricos no país. Formado por uma robusta arquitetura institucional, composta por uma Lei Estadual de Recursos Hídricos (PERH) instituída em 1992, portanto, cinco anos antes da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); e por um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH), composto por organizações de planejamento, pesquisa, infraestrutura hídrica e execução, o Ceará tem tido bastante êxito na elaboração, gestão e implementação de obras hídricas. Na atualidade, o modelo de gestão continua sendo uma referência nacional e internacional.

O Governo Estadual do Ceará também possui um portfólio variado de grandes obras hídricas, com destaque para o Canal do Trabalhador, Açude Castanhão, Eixão das Águas, Sistema Metropolitano de Integração e, mais recentemente, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). A implementação destas obras resulta na expansão da capilaridade e disponibilidade hídrica no Estado, porém, o momento também é marcado por várias controvérsias, sendo possível observar a existência de conflitos territoriais, divergências paradigmáticas, desequilíbrios de forças entre Estado e Sociedade, dentre outros fenômenos correlacionados.

A literatura que versa sobre políticas públicas de infraestrutura costuma salientar que o processo de implementação tende a formar arenas extremamente conflituosas, pois paradoxalmente gera benefícios econômicos difusos ao mesmo tempo em que afeta negativamente as comunidades locais (HOCHSTETLER, 2018). Além disso, há autores que sinalizam para a dificuldade de promover um arranjo institucional coeso, o que pode gerar omissões de informações fundamentais no processo de planejamento, resultando em impactos negativos na implementação e, conseqüentemente, na ampla governança da política pública pelos múltiplos atores (GOMIDE, 2014).

Atualmente, o CAC está em fase de implementação. Esta obra consiste em uma transposição de água que se inicia no Eixo Norte da Transposição do rio São Francisco e objetiva distribuir as águas deste rio sobre as principais bacias hidrográficas do Ceará, ampliando o número de beneficiados e potencializando

seus respectivos benefícios. O CAC possui 1300 km de extensão e será a maior transposição já realizada em território cearense.

Imagem 01: Trechos do Cinturão de Águas do Ceará.



Fonte: COGERH (2018).

Na atualidade, o trecho I do CAC (imagem 02), que perpassa os municípios de Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda, está em fase de finalização.

Imagem 02: Trecho I do Cinturão das Águas do Ceará.

Fonte: COGERH (2018).

Esta pesquisa tem como objetivo descrever as principais características e conclusões obtidas pelos pesquisadores que estudam o CAC. Trata-se, portanto, de um estudo inicial de revisão de literatura, que permite elucidar quais as abordagens metodológicas empregadas; recortes de análise e os principais resultados obtidos. Assim, esperamos contribuir com estudos e produções futuras, de forma a evitar discussões recorrentes que muitas vezes geram pesquisas ‘duplicadas’, mais ‘inflando’ a área estudada do que promovendo algum ponto de inflexão ou novos pontos de análise. O ineditismo desta pesquisa repousa na inexistência de estudos que apresentem um panorama da produção acadêmica vigente sobre o objeto de estudo (CAC).

Além desta introdução, o artigo está dividido em três seções. A primeira levanta elementos históricos e teóricos sobre o CAC. A segunda condensa o ritual metodológico para a execução deste artigo e apresenta os principais resultados obtidos. Por fim, a terceira consolida as discussões e aponta para os principais pontos de inflexão e novos pontos de partida encontrados.

Conflitos ecológicos e neodesenvolvimentismo: reflexões a partir do CAC

Os primeiros esboços sobre o CAC surgem ao final dos anos 1990 como resultado de um desdobramento da Transposição do rio São Francisco. O seguinte problema estava posto: como recepcionar a água do rio São Francisco integrando-a as potencialidades hídricas já existentes do Estado? (BRASIL, 2000) Como resposta, surge uma proposta de construção de vários canais aglutinados que perpassassem as zonas sul, oeste, litorâneas e extremo norte nas proximidades da capital, Fortaleza (BRASIL, 2000).

A assinatura da implementação ocorreu em 2011, mas foi apenas em 2013 que a ordem de serviço foi autorizada, dando início a construção do Trecho I. Porém, quatro anos depois, em 2017, o trecho I ainda não havia sido concluído, restando ainda 50% da obra a ser entregue e sob um cenário de intensa seca e risco de uma crise hídrica, especialmente em Fortaleza. As principais causas da lentidão da obra se deram em função da redução orçamentária e conflitos locais ocasionados pela sua implementação (o povo, 2017).

Os estudos de Nobre (2015) e Brito (2016) evidenciam que, apesar do longo período de estudo de viabilidade feito pela empresa responsável, pouco se fez no sentido de compreender as particularidades regionais nos seus aspectos culturais, sociais e ecológicos, provocando processos violentos de ruptura e desterritorialização. A região mais afetada no trecho I foi o Distrito de Baixio das Palmeiras, no município de Crato, localidade onde a obra provocou diversas situações de violações de direitos e sofrimentos psíquicos, como ressalta Martins (2020) ao estudar os impactos psicossociais promovidos pelo CAC sobre os moradores do distrito em questão.

[...] os trabalhadores da empresa terceirizada responsável pela construção do Cinturão das Águas **adentraram as propriedades sem o consentimento dos moradores, fazendo medições para cálculos relacionados ao perímetro da obra.** Indignados com essas ações, os moradores começaram a se organizar socialmente em uma frente de resistência ao processo. Em 2012, o processo de demarcação tornou-se mais intenso, e **os moradores atingidos, interpelados pelos funcionários da terceirizada contratada pelo governo do estado, foram informados que seriam desapropriados por conta da construção do CAC. O processo de metragem das casas afetadas iniciou sem nenhum contato ou exposição prévia da proposta para a sociedade civil, inclusive, não houve uma audiência com os moradores, como é previsto pela Lei 3.665/1941, para informar as comunidades atingidas sobre o processo** (BRITO, 2016; NOBRE, 2017). **A audiência referente à implantação da obra, em 2012, foi restrita aos representantes de instituições públicas, sendo que a primeira ocorreu em Fortaleza, e a segunda, na Universidade Regional do Cariri (URCA), no Crato.** [...] a reunião ficou restrita a essas representações, logo, não houve um espaço de comunicação com os povos atingidos, somente com a instância gestora municipal. A partir de abril do mesmo ano, os atingidos começaram a tornar público o problema que estavam passando. Como estratégias de enfrentamento, utilizaram da divulgação do problema na imprensa local, com panfletos informativos sobre o clima de conflito instaurado na comunidade, exposição do problema em eventos promovidos na região e emissão de denúncias ao Ministério Público Federal (MPF) e à Procuradoria da República. **Somente após várias denúncias e requerimentos da população, aconteceu a primeira reunião sobre a obra com os atingidos, em agosto de 2012** (MARTINS, p. 109-110, 2020, grifo nosso).

Em função da pressão social, promovida por associações comunitárias, estudantes, professores, advogados populares e grupos sociais, os habitantes do Baixo das Palmeiras conseguiram reduzir o número de casas impactadas de 120 para 70 (CARIRI REVISTA, 2016).

Corroída pelas dúvidas, a Associação se perguntava por que era possível alterar a rota para baixar os danos às propriedades, mas não podiam desviá-la completamente, poupando a comunidade? O que havia de tão necessário para que o canal passasse mesmo ali? “A justificativa deles é que, como é por gravidade, tem que passar por aqui, e aí o jeito é atingir a gente. Mas continuamos imprimindo resistência” [...] o Baixio é apenas um lugar entre tantos que vão enfrentar a mesma situação. Mesmo sendo Área de Proteção Ambiental, a Chapada do Araripe dará passagem às tubulações do canal. Elas vão descer por meio da força gravitacional, medida que descarta gastos operacionais com bombas e baixa os custos (CARIRI REVISTA, 2016).

Segundo a Carta do Fórum Justiça sobre o caso Baixio das Palmeiras – Crato/CE, a região se tornou uma arena conflituosa entre os habitantes do distrito e a empresa contratada para a implementação da obra: a organização é acusada de violação de direitos na comunidade, pois realizou invasões nas propriedades dos moradores; fez estudos sem identificação e autorização; e omitiu informações para a comunidade (FÓRUM JUSTIÇA, 2013).

[...] desde junho de 2013 a empresa elaborou um Termo de Autorização e foi a campo solicitar a assinatura dos moradores. O documento contava com logomarcas do Governo do Estado e da VBA, havendo em seu conteúdo a descrição de autorização dos estudos, dizendo também que, ao assiná-lo, os moradores permitem o início das obras, sem nada poder ser reclamado posteriormente. [...] **é um documento de desapropriação sendo assinado como Termo de Autorização para estudo. Sem a orientação e acompanhamento da associação, muitos foram obrigados a assinar o termo. Os que resistiram em não assinar receberam a informação que ficariam “pendentes” com a VBA e não receberiam a indenização.** [...] A maioria dos moradores do Baixio das Palmeiras sobrevive da agricultura familiar. **Esse povo simples, tradicional e pacato teme enfrentar o Governo e sofrer repreensões posteriores, seja com as indenizações do Projeto Cinturão das Águas ou de futuros benefícios que ele poderá**

oferecer (FERREIRA, 2014, GRIFO NOSSO).

Um documentário desenvolvido pela Nigéria Audiovisual (2013) buscou entender os impactos provocados pelo CAC na ótica dos moradores da comunidade de Baixio das Palmeiras (ver Quadro 01). O conflito instalado não está relacionado com o acesso à água, mas sim à resistência e manutenção territorial, tendo em vista que a obra necessita deste mesmo território para seguir rumo às zonas produtivas.

No tocante aos impactos nos municípios onde foi implementado o CAC, observamos que 1104 famílias¹ e quase 25 km² de propriedade privada foram expropriadas, sendo a maior parte das expropriações oriundas do município de Crato. A obra, que segue em atraso e prevista para ser finalizada em 2040, já custou mais de R\$ 1 bilhão até outubro de 2020² e sua previsão é superar R\$ 2 bilhões³.

1. A Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará não especificou de forma precisa o que significa a nomenclatura “famílias”, não esclarecendo a quantidade de membros por agrupamento.

2. Informação obtida por meio de solicitação no Portal da Transparência.

3. Previsão estipulada em 30 de junho de 2018 na plataforma do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal: <http://pac.gov.br/obra/8035>.

Quadro 01: opinião dos moradores do distrito de Baixo das Palmeiras sobre a implementação do Cinturão das Águas do Ceará.

Moradores entrevistados	Opinião
Zé de Teta	<p>“Porque a obra em si, ela não vai beneficiar o Baixo das Palmeiras. A água passa aí, mas a comunidade não terá acesso. Apenas ela vai servir de passagem para essa água. A realidade é que a gente não é contra a obra, mas a forma como eles [engenheiros e técnicos responsáveis pela obra] entram na comunidade, na forma como eles tratam as grandes obras. Somos contra o modelo de política que é feito [...] quando eles vêm, já vem com o projeto pronto: ‘oh... vai passar isso aqui, se você aceitar... bem, passa; se você não aceitar, passa da mesma forma.’ Eu acho que num país democrático não deveria ser feito dessa forma. [...] A gente se sente uma formiguinha perante os elefantes. Porque o nosso país só pensa em lucrar, lucrar, lucrar, e não importa por cima de quem ele tá passando, se por pessoas ou histórias.”</p>
D. Lourdes	<p>“O que é que tu tá fazendo aí? [pergunta feita à um técnico no local da obra] ‘Tou trabalhando, mandaram eu trabalhar, eu vim trabalhar’. No outro dia, já veio outro... como é que vai ser isso aqui? Pra que vocês estão medindo isso aqui? ‘foi porque mandaram e por isso eu vim’. E outros continuaram a marcar e cavar...”</p>
Elieuda	<p>“tentar aceitar e... sei lá... Pensar que é pra ajudar milhões. Crianças que estão passando sede... é isso o que a gente pensa pra tentar aceitar. Já que é pra gente sair – e a gente não quer não -, mas se for pra sair que seja pelo menos uma indenização mais ou menos justa. A gente não pode sair daqui pra ficar à toa.... eu e a minha família temos que ir para o mesmo espaço que a gente tem e a mesma condição que a gente vive.”</p>
Cristina	<p>“A gente percebe que ainda são preservadas algumas construções antigas do início século XX, casas de farinhas... aqui temos resquícios de povoamento bem antigo mesmo. [...] O projeto vai passar pela comunidade, vai desapropriar muitas pessoas e vai ser perdido muitas coisas. Tanto a questão a ambiental, como a própria história. [...] A ideia era que o governo olhasse mais para as pequenas propriedades, para os pequenos agricultores, e infelizmente a gente sabe que essa água do Cinturão das Águas não vai beneficiar o pequeno produtor.”</p>

Fonte: Nigéria Audiovisual (2013).

Segundo Saboia (2015), o CAC privilegia as bacias hidrográficas que concentram os principais setores produtivos demandantes; e os conflitos pelos recursos hídricos se tornaram mais frequentes em função desta política pública. Entretanto, esses conflitos são silenciados pois os veículos midiáticos encontram-se cooptados, sendo assim favoráveis à obra, omitindo o processo de execução e os danos causados sobre a população, mas – por outro lado – retroalimenta o discurso que o CAC é a solução definitiva para a segurança hídrica (DA SILVA DOMINGOS *et al.*, 2020).

Os conflitos estabelecidos entre o Estado e as sociedades ribeirinhas e locais que buscam o direito à terra e permanência, são características que podem ser vinculadas aos “conflitos ecológicos distributivos”, conceito desenvolvido por Martínez Alier (2018). Segundo o autor, o conceito versa sobre os grupos que são privados do acesso aos recursos e serviços ambientais, obrigando-os a protestar e resistir. No Brasil, ainda segundo o autor, os conflitos mais comuns se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil (especialmente comunidades tradicionais), tendo em vista a visão neodesenvolvimentista estatal (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011) orientada para o crescimento econômico por meio de grandes obras estruturantes e que resulta muitas vezes no processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2003), resultando em disrupções e sobreposições em um determinado território. O próprio Martínez Alier (2018) menciona a Transposição do rio São Francisco como exemplo e a relaciona com a capital do Ceará, Fortaleza:

Nos últimos anos, o acesso à água de qualidade é outro foco de tensão e conflito no Brasil. O caso mais conhecido internacionalmente é a resistência ao projeto de transposição do rio São Francisco. A população ribeirinha de estados como Bahia e Minas Gerais protagonizou uma série de manifestações contra o que dizem ser a retirada de ‘sua água’ para agricultura. O mesmo argumento foi usado pelos defensores da obra: levar água à população que sofre com períodos de estiagem no sertão nordestino. **Entretanto, debates realizados em universidades do país indicam que a intenção é levar água para Fortaleza, capital do Ceará, o que denota uma visão**

desenvolvimentista baseada no uso intensivo da água, que, segundo foi exposto, poderia até ser usada para a industrialização da região e para manter seu crescimento urbano (MARTÍNEZ ALIER, p. 11, 2018, grifo nosso).

No processo de implementação de grandes obras de infraestrutura, observa-se que o Estado muitas vezes não possui controle das resultantes geradas pelas suas políticas públicas. A literatura da Economia Ortodoxa dirá que esse quadro de imprevisibilidade é “comum” e que este processo pode ser chamado de ‘externalidade’, mas para a Economia Ecológica o que ocorre se chama “transferência de custos”, pois “os problemas são deslocados, os custos sociais e ambientais são transferidos” (MARTÍNEZ ALIER, p. 114, 2018).

Revisão de literatura e principais resultados

Os dados a seguir foram obtidos no dia 26 de março de 2022. O termo “Cinturão das Águas do Ceará” (entre aspas) foi pesquisado nas seguintes plataformas digitais: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO)⁴, *Web of Science* (maior plataforma de pesquisas especializadas do mundo), Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Google Acadêmico.

Tanto na plataforma Scielo como na *Web of Science* não foram localizados estudos sobre o CAC. Já no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES há um total de 7 produções; e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 3, havendo casos onde há um mesmo trabalho em mais de um banco de teses e dissertações. Na base de dados Google Acadêmico há um total de 60 documentos, porém, ao serem sistematizados (agrupando pesquisas que tratem especificamente sobre o CAC), têm-se 8 trabalhos, dos quais: 4 artigos de periódicos, 2 capítulos de livros e 2 artigos publicados em anais de evento. Aglutinando estes

4. Biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros. Fruto da parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

trabalhos às dissertações e teses encontradas (7), chegamos ao total de 15 produções científicas.

Estes 15 estudos foram classificados em: I) coleta de dados e técnicas de análise empregadas; II) principais pesquisas ou ‘estudos fundacionais’ do CAC; III) classificação quanto aos resultados; e IV) lacunas do objeto de pesquisa. No caso específico da classificação quanto aos resultados, a pesquisa realizou análise de conteúdo (BARDIN, 2010), categorizando os resultados das pesquisas e definindo novas nomenclaturas.

Coleta de dados e técnicas de análise empregadas

Quanto a técnica de coleta de dados⁵ (ver Quadro 02), verifica-se o predomínio da pesquisa documental (31,87%). Excetuando este método, é notável a heterogeneidade metodológica que se concentra majoritariamente em métodos de coleta de natureza qualitativa.

Quadro 02: Coleta de dados utilizados nas pesquisas que versam sobre o CAC.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS	% de usos
Pesquisa documental	31,87%
pesquisa bibliográfico	13,63%
Entrevistas	9,09%
Observação participante	9,09%
Experimento	4,54%
Escuta sensível	4,54%
Estudo de caso	4,54%
Etnografia	4,54%
História de vida	4,54%
Instrumento Gerador de Mapas Afetivos	4,54%
Revisão de literatura	4,54%

Fonte: elaborado pelos autores.

5. Este estudo optou por descrever os instrumentos de coleta da forma como citados pelos autores, eximindo-se de quaisquer alterações.

No tocante aos instrumentos de análise dos dados, 46,15% das pesquisas não deixam evidente quais os métodos utilizados, entretanto, é importante ressaltar que mesmo não havendo de forma explícita a descrição do método de análise, não quer dizer que os estudos carecem de rigor metodológico, mas sim que os pesquisadores não descreveram o método empregado.

Principais pesquisas ou ‘estudos fundacionais’ do Cinturão das Águas do Ceará

Os estudos mais citados sobre o CAC, e possivelmente compreendidos como ‘estudos originários ou fundacionais’, são da autoria de dois pesquisadores: Anderson Camargo Rodrigues Brito e Francisco Wlirian Nobre. O primeiro autor, com a dissertação intitulada “Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE” (BRITO, 2016); e um artigo publicado em anais de evento, chamado “Cinturão das Águas do Ceará e as (des)continuidades das grandes obras na América Latina” (BRITO, 2015). O segundo autor, com a dissertação “Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no distrito de Baixio das Palmeiras” (NOBRE, 2017); além de um artigo publicado em periódico, em coautoria, denominado “O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará” (FERREIRA DA SILVA; NOBRE, 2016).

Classificação dos resultados

Ao utilizar a análise de conteúdo de Bardin (2016) para catalogar os 15 estudos levantados, foram obtidas as seguintes classificações, com base nos principais achados das pesquisas: 1) Conflitos ecológicos instalados pelo CAC; 2) Impactos sociais e geográficos decorrentes da implementação do CAC; 3) Impactos psicológicos decorrentes da desterritorialização provocada pelo CAC; e 4) Discurso legitimador do CAC.

Quadro 03: classificações dos trabalhos que versam sobre o Cinturão das Águas do Ceará.

CATEGORIAS CLASSIFICATÓRIAS	DEFINIÇÃO	AUTORES
Conflitos ecológicos instalados pelo CAC	Os pesquisadores nesta classificação versam sobre os conflitos instalados ou ampliados na localidade em função da implementação do CAC.	Da Silva Domingos et. Al (2020); Nobre (2017a); Brito (2016); Brito (2015).
Impactos sociais e geográficos decorrentes da implementação do CAC	Os pesquisadores evidenciam as consequências promovidas pelo CAC no território, com ênfase em estudos que versam sobre reverberações no âmbito social ou geográfico.	Souza (2019); Castro (2018); Nobre (2017); Barbosa, Guilherme e Almeida (2016); Tavares (2016).
Impactos psicológicos decorrentes da desterritorialização provocada pelo CAC	Os pesquisadores analisam as resultantes psicológicas das desapropriações na população local.	Martins (2020); Pachecho, Martins e Bonfim (2020); Pereira (2020); Pereira e Zaneti (2019); Leandro e Piancó (2014)
Discurso legitimador do CAC	Os pesquisadores analisam os discursos que permeiam e legitimam o CAC.	Ferreira da Silva e Nobre (2016)

Fonte: elaborado pelos autores.

No quadro 03 é possível verificar que há uma concentração de estudos em três categorias: Conflitos ecológicos instalados pelo CAC; Impactos sociais e geográficos decorrentes da implementação do CAC e Impactos psicológicos decorrentes da desterritorialização provocada pelo CAC. Vale ressaltar que o recorte territorial de análise se concentra majoritariamente na localidade rural conhecida por Baixo dos Palmeiras, localizada no município de Crato, onde os conflitos entre os habitantes e a empresa implementadora do CAC são recorrentes.

No campo da Saúde Mental, o estudo de Martins (2020) evidencia os impactos psicossociais desenvolvidos nas famílias desabrigadas pelas obras do CAC e a necessidade de refletir sobre políticas públicas que integrem as dimensões psicossociais, simbólicas e territoriais, indo além da dimensão econômica

que falsamente reduz a complexidade da obra na relação custo-benefício. No mesmo sentido, Pereira (2020) e Zaneti e Pereira (2019) revelam o sofrimento físico e psíquico que alguns moradores (especialmente os idosos) sofrem em decorrência do deslocamento compulsório que rompem abruptamente laços e forte apego ao território.

No campo da Geografia, Brito (2016) demonstra os conflitos instalados entre a população local e a empresa contratada para o processo de implementação do CAC; e o distanciamento da população local de elementos identitários, simbólicos e sociais do território, devido ao quadro de desterritorialização instalado pela obra. Já no campo do Desenvolvimento Regional Sustentável, Ferreira da Silva e Wlirian Nobre (2016) discorrem sobre a insistência governamental por políticas públicas que não dialogam com as particularidades do semiárido, utilizando o próprio CAC como exemplo deste tipo de desconexão. Por fim, Tavares (2016) demonstra que a implementação do CAC resultou na organização das famílias afetadas em torno do *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras*, iniciativa que estimula atos de resistência e mobilização social.

No campo da Gestão Pública e do Direito, Da Silva Domingos et. al (2020) revela que as matérias jornalísticas, que são favoráveis à obra, omitem os problemas decorrentes do processo de implementação, não evidenciando os danos causados sobre a população local e a violação de direitos humanos, além de retroalimentar o discurso que o CAC é a política pública correta para “combater e acabar com a seca”, mesma linguagem utilizada por classes econômicas dominantes no Estado.

Já no campo da Engenharia, os achados de Barbosa, Guilherme e Bandeira (2016) sinalizam para o potencial de colapsibilidade do solo em um dos trechos localizados na zona rural de Missão Velha, tornando o trecho do canal suscetível a vazamentos, pois apresenta potenciais de colapso superior a 2%.

Lacunas sobre o objeto estudado

Os estudos analisados são apenas exemplos dos recortes e achados, não se esgotando em termos de análise ou abordagem, ao contrário: permitem reflexões para novas perguntas de partida, em torno de um objeto de pesquisa tão

recente, relevante e em fase de desenvolvimento. Nesse sentido, apontamos a existência de algumas lacunas que podem ensejar futuras investigações:

Metodológica: carência de estudos avaliativos sobre os resultados decorrentes da implementação do CAC.

Recorte mais amplo do objeto de pesquisa: na atualidade, os estudos verificados se concentram majoritariamente no Distrito de Baixo das Palmeiras, no município de Crato. Deste modo, sugere-se que novos estudos sejam conduzidos em outros territórios, como a totalidade do trecho I ou outros pontos onde a obra segue em fase de implementação ou já se encontra concluída.

Perspectiva analítica: observamos que há uma carência de estudos à luz do Campo das Políticas Públicas, especialmente no tocante aos processos de formulação, implementação e avaliação do CAC.

Estas lacunas apontadas são apenas exemplos de novos pontos de investigação e não possuem a pretensão de esgotar as possibilidades de novos estudos.

Considerações finais

Este texto registrou uma reflexão sistemática dos trabalhos existentes sobre o tema nas plataformas Scielo, Web of Science, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico. Com isso, esperamos ter contribuído com a continuidade das investigações sobre este tema emergente.

Identificamos e discutimos ao longo deste artigo que as pesquisas pertencem a múltiplos campos do conhecimento (SAÚDE, DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, GEOGRAFIA, DIREITO E GESTÃO PÚBLICA) e podem ser categorizadas em quatro áreas: 1) Conflitos ecológicos instalados pelo CAC; 2) Impactos sociais e geográficos decorrentes da implementação do CAC; 3) Impactos psicológicos decorrentes da desterritorialização provocada pelo CAC; e 4) Discurso legitimador do CAC.

Os ‘estudos fundacionais’ pertencem à Anderson Camargo Rodrigues Brito e Francisco Wlirian Nobre. Quanto aos instrumentos metodológicos, destaca-se o levantamento bibliográfico (31,87%) enquanto ferramenta de coleta de dados; e 30,78% utilizam a análise de conteúdo como método de

análise, mas é importante frisar que 46,15% das pesquisas não deixam evidente o método de análise utilizado, o que não quer dizer que haja perda de rigor metodológico, mas sim que os pesquisadores não descreveram os métodos de análise utilizados.

Por fim, vale ressaltar que há o predomínio do ceticismo na ótica dos pesquisadores sobre o CAC, pois a maioria dos textos reconhecem que o CAC privilegia grupos econômicos em detrimento das comunidades camponesas locais; e o processo de implementação provoca uma radical ruptura territorial, afetando a saúde, a moradia e a qualidade de vida de modo geral da população atingida, reafirmando sua relação direta com a temática de conflitos ecológicos distributivos (MARTÍNEZ ALIER, 2018).

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BARBOSA, Higo Tavares; GUILHERME, Laís Chaves; BANDEIRA, Ana Patricia Nunes. **Análise da colapsibilidade do solo de um trecho do Projeto Cinturão das Águas do Ceará**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica, Belo Horizonte. 2016.
- BRASIL. **Projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional**. 2000. Disponível em: < http://www.mi.gov.br/documents/47109/3768610/IR_VG_RT_GR_001_RELAT_GERAL_TOMO1.pdf/baf57ebe-2faf-4e4e-83f4-84bf3b85aff8 > Acessado em: 28 de abril de 2018.
- BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.
- BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **O Cinturão das Águas do Ceará e as (des) continuidades das grandes obras na América Latina**. In: XI - Encontro Nacional da ANPEGE. ISSN: 2175-8875. 2015.
- Cariri REVISTA. **O Baixo resiste**. 2016. Disponível em: <https://caririrevista.com.br/o-baixo-resiste/>. Acessado em: 24 de dezembro de 2020.

CASTRO, Cicero Luciano Ferreira de. **A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-22032019-133541. Acesso em: 2021-02-17.

COGERH. **Mapas**. 2018. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/mapas/#pid=8>. Acessado em: 02 de dezembro de 2020.

DA SILVA DOMINGOS, Ana Larissa Raynara. DA SILVA, Ítalo John Freitas da. SALVIANO, Júlia Katry Vasconcelos. FAGUNDES, Caroline Grangeiro. BRAGA, Ana Elisa Linhares de Meneses. A luta pela água e a busca pela auto-identificação étnica e direito no interior do Ceará. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 8, n. 2, p. 488-507, 2020.

FERREIRA, Michel Monteiro. **População de distrito no Crato protesta contra obra do "Cinturão das Águas do Ceará"**. 2014. Disponível em: <https://revistaberro.com/noticia/populacao-de-distrito-no-crato-protesta-contr-obra-do-cinturao-das-aguas-do-ceara/>. Acessado em: 21 de outubro de 2022.

FERREIRA DA SILVA, Josier. NOBRE, Francisco Wlirian. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. **Sustainability in Debate/ Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 3, 2016.

FÓRUM JUSTIÇA. **Cartas do Fórum Justiça Ceará**. 2013. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/cartas-do-forum-justica-ceara/>. Acessado em: 25 de dezembro de 2020.

GOMIDE, Alexandre de Avila; PIRES, Roberto (Edit.). **Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014. 385 p. ISBN 9788578111991.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, 2003, 15-19.

HOCHSTETLER, Jathryn. **Conflicts between state and civil Society related to infrastructure projects**. In: Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

LEANDRO, Thamiris da Franca. PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **Os impactos negativos causados pelo projeto cinturão das águas, parte do projeto da transposição do rio São Francisco**, na localidade do Baixio das Palmeiras - Crato/CE. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014.

MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa. **Afetividade em contextos de desapropriação**: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE. Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2011, 31: 507-527.

NOBRE, Francisco Wlirian. Das águas que convergem as águas que divergem: mercadorização da água na região do cariri cearense. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 34, n. 3, 2017a.

_____. **Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato-CE. 2017**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2017.

NIGÉRIA AUDIOVISUAL. **O Baixio Preocupado** – curta. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=48lds9eJxUg>. Acessado em: 25 de dezembro de 2020.

O POVO. **Cinturão das Águas do Ceará**. 2017. Disponível em: < <https://especiais.opovo.com.br/cinturaodasaguas/> > Acessado em 04 de maio de 2018.

PACHECO, Fábio Pinheiro; MARTINS, Cícera Mônica da Silva Sousa; BONFIM, Zulmira Áurea Cruz. Contribuições da psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearenses. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 132-140, jul./dez. 2020.

PEREIRA, Liana de Andrade Esmeraldo. **Migração ambiental compulsória em hidroterritórios: impacto ocasionado nas famílias pelo cinturão das águas, na região do cariri cearense.** 2020. 279f. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável instituição de ensino: Universidade de Brasília, Brasília biblioteca depositária: UNB.

PEREIRA, Liana de Andrade Esmeraldo. ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **Adoecimento em conflitos socioambientais: o projeto hídrico cinturão das águas.** In: Alicerces e adversidades das ciências da saúde no Brasil 5/ Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. - Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

SABOIA, Andrey Luna. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará. 2015. 178 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e meio ambiente)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.

SOUSA, José Anderson de. **Projeto de transposição do rio são Francisco e o agrohidronegócio no Cariri cearense.** 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2019.

TAVARES, Carliana Carvalho Fonteles. **Luta e resistência: do Cinturão das Águas do Ceará ao Movimento Social Somos todos Baixo das Palmeiras.** 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri (UFCA/ PRODER), Juazeiro do Norte, 2016.

Recebido: 09/04/2022

Aceito: 25/10/2022

Moralidade técnica: reflexões sobre práticas excludentes e administração de água

Technical morality: reflections concerning the practice of exclusion and water administration

Parry Scott¹

1. Professor titular do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia - University of Texas at Austin (1981). <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>
rparryscott@gmail.com

Resumo: Quatro projetos de desenvolvimento da administração de água na bacia do Rio São Francisco e na Zona da Mata de Pernambuco são apresentados para elaborar conceitos relacionados com a ideia de Moralidade Técnica, que enfatiza práticas de exclusão de populações locais. A barragem de Sobradinho, a barragem de Itaparica, as barragens de emergência de inundações e a Transposição das Águas do Rio São Francisco fornecem dados e exemplos para a elaboração de conceitos, incluindo o Descaso Planejado, no qual se dá prioridade a demandas e objetivos do projetos de desenvolvimento, relegando as populações locais a um tratamento secundarizado; estabelecimento de relações hierárquicas empregando práticas redistributivas mais que recíprocas; os efeitos da temporalidade de projetos e o Uso de táticas de desmonte da resistência. A temporalidade dos projetos trata do planejamento lento, seguido por execução corrida e por fuga, criando contextos por práticas diferenciadas de exclusão no decorrer do projeto. Os administradores dos projetos recorrem a Táticas de Desmonte de resistência que incluem: 1) desmoralizando a população local; 2) metamorfose institucional, mudando constantemente os canais de comunicação; 3) abandono planejando usando produtos inferiores e

deixando obras inacabadas; e 4) incorporação burocrática, aliciando agentes de resistências para realizar responsabilidades administrativas. Estes conceitos são empregados para sugerir maneiras de abordar outros projetos governamentais, usando os exemplos de investimento na Copa do Mundo e o Combate à vírus do Zika.

Palavras-Chave: Moralidade Técnica. Rio São Francisco. Descaso Planejado. Temporalidade de Projetos. Táticas de Desmonte.

Abstract: Four Water administration Development Projects on the San Francisco River Valley and the Pernambuco Zona da Mata are presented to elaborate concepts related to the idea of Technical Morality, emphasizing the practice of exclusion of local populations. The Sobradinho Dam, the Itaparica Dam, Flood Emergency Dams and the San Francisco River Transposition provide data and examples for the elaboration of such concepts, including Planned Neglect, as giving priority to development demands and objectives, relegating local populations to secondary treatment; establishing hierarchical relations by way of redistributive and non-reciprocal practices; the effects of project timing and the use of Resistance Undermining Tactics. Project timing deals with slow exclusive planning, followed by speedy execution, and abandonment, which create contexts for a differential practice of exclusion as the project unfolds. Administrators of Projects resort to Resistance Undermining Tactics of 1) demoralizing the local population, 2) institutional metamorphosis, constantly changing communication channels, 3) planned abandonment, using inferior products and leaving undertakings unfinished, and 4) bureaucratic incorporation, co-opting agents of resistance into administrative responsibilities. These concepts are used to suggest ways to approach other Government projects, using examples of World Cup Investment project and Combat of the Zika Virus.

Keywords: Technical Morality. San Francisco River. Planned Neglect. Project Timing. Resistance Undermining Tactics.

Introdução

A partir de exemplos de práticas de construção de um campo de ação que se pauta na moralidade técnica na intervenção estatal em projetos de administração de água no Brasil, este trabalho sugere um conjunto de conceitos que possam ser adaptados para a compreensão da relação entre perspectivas do Estado e perspectivas locais num amplo espectro de atividades. O argumento principal é que a ação do Estado é permeada pela referência a uma moralidade técnica que comunica uma distância polarizadora entre os administradores de projetos, planos e programas incentivados pelo governo, de um lado, e as populações locais, que, sistematicamente, e com variabilidade significativa, ocupam um plano secundário, evidente ou disfarçado, nos objetivos de tais projetos, planos e programas, de outro lado.

Ao escolher a categoria “moralidade” para referir às práticas e à ideologia que fundamentam os processos sociais de projetos de desenvolvimento é instrutivo ressaltar dois conteúdos das ideias clássicas que diferenciam propósitos de reciprocidade e de redistribuição na formação de estratificações que atravessam a organização social, criando um substrato para a compreensão de relação entre moralidades, horizontalidade e hierarquizações.

Primeiro, a reciprocidade, tal como concebida em autores como Malinowski (1984), Mauss (1974), Polanyi (2000), Dalton (1971) e Sahlins (1965), se entende como uma dispositiva moral de troca equilibrada que ocorre entre agentes sociais que se tratam como associados numa relativa igualdade. A preservação desta igualdade é uma meta em si. Esta lógica recíproca constitui uma moralidade que opera num campo de variabilidade interna e tensa, mas que gravita para dissuadir estratificações, através de uma noção de semelhança entre parceiros em redes de troca. A própria reciprocidade é uma condição “ideal” em constante ameaça, devido à interação histórica entre diversos agentes com diferentes níveis de poder. Esta interação pode contribuir para a construção de relações duradouras de poder desiguais entre os parceiros, tornando-se a negação da moral recíproca, situando os outros em rangos inferiores dos seus domínios de poder (ADAMS, 1975), mas ao fazer isso perde força o seu aspecto recíproco fundante.

Segundo, a ideia de redistribuição se organiza como legitimadora da preservação de relações de poder desiguais, fundamentando relações de poder centralizadas na forma de um Estado cuja meta prática se distancia profundamente da preservação da igualdade, independente do discurso elaborado pelos seus agentes. Os atores sociais que se encarregam de operar a redistribuição promovem práticas de especialização técnica como justificativa de uma redistribuição que sacraliza uma diferenciação reafirmada na operação contínua das redes de troca existentes nos contextos e campos de ação onde se habilitam para agir. Formam-se domínios de poder. Quando a diferença desigual é sacralizada, como mostra Godelier (2001), há uma quebra da reciprocidade que possa servir para perpetuar ou mesmo acentuar as próprias desigualdades. Neste caso, através da invocação de uma “moralidade técnica”, quem administra a redistribuição visa dar continuidade às desigualdades e os benefícios particulares decorrentes delas em nome da especialização.

Neste sentido, em diferentes contextos e campos de ação, a existência da moralidade técnica como um princípio diretor de ações preferenciais ajuda a entender as divisões que ocorrem e que se acirram entre as perspectivas do Estado e as perspectivas da população local, como vemos nos estudos de James Scott (1985, 1992) e de Arturo Escobar (2008). Acompanhar as oscilações nas maneiras pelas quais o Estado administra as consequências destas trocas perfila os conflitos entre população local e o Estado, informando sobre as táticas de preservação e ampliação de desigualdade calcadas em discursos técnicos que fazem referência a metas de reciprocidade, mas que sistematicamente, na prática, são colocadas em segundo plano, sempre sendo percebidas como sendo de menor importância que os objetivos principais informados pela aplicação técnica em campos específicos. Primeiro a técnica é invocada por empreendedores de grandes projetos como contribuindo para um imperativo moral de resposta a demandas de populações distantes, outras, hierarquicamente diferenciadas e representadas pelos próprios administradores de projetos e planos de desenvolvimento, de grandes obras, que sacralizam as suas técnicas especializadas e demandantes de expertise e conhecimento diferenciado. Segundo, ao referirem-se à população local, a não adequação das práticas e do

conhecimento deste grupos locais à técnica associada ao projeto é construída pelos que implementam os grandes projetos para justificar uma política sistemática de evitar o atendimento de demandas de populações locais e permitir que a sucessão de planos e projetos pode continuar centralizando recursos administrados pelos seus idealizadores.

A administração de água tem fundamentado grandes teorias de Estados despoticamente centralizadoras e de condições de diferenciação interna duradoura e desigual – aqui penso em Wittfogel (1957) – bem como em muitos estudos sobre construção de sistemas de irrigação). Pensando a América Latina, seja em vales e montanhas de países andinos com ecossistemas complexos e interligados bem diferenciados, seja no Nordeste brasileiro com as suas secas milenares e restrito fluxo de águas, e em muitos outros locais, o controle da distribuição da água tem sido alvo de ações centralizadoras que fornecem um contexto para entender como se operacionaliza a formação de campo de ação com base em variedades de uso do discurso de moralidade técnica.

Este trabalho segue muito esquematicamente quatro exemplos históricos desta distribuição de água na história recente do Nordeste brasileiro na bacia do Rio São Francisco para apresentar um conjunto de conceitos elaborados em torno de observações ao longo de quatro décadas (na administração da construção da barragem de Sobradinho, da barragem de Itaparica, na construção emergencial de barragens contra enchentes na Zona da Mata Pernambucana e na Transposição das Águas do Rio São Francisco). De fato, o Vale do Rio São Francisco abrigou historicamente e abriga atualmente inúmeros exemplos dessas práticas, mas a escolha feita favorece uma demonstração de variedades de objetivos construídos em tempos históricos sequenciados que criam sub-regionalizações nas bacias hidrográficas (SCOTT, 2009). Em seguida, sugere que tais conceitos possam ser transpostos a outros campos de ação nos quais as particularidades das metas anunciadas pelos projetos, planos e programas a administrar possam atingir ou impactar populações locais relacionadas a eles, exemplificando através de dois outros contextos como demonstram o efeito da mudança dos objetivos focados, uma perpetuação da aplicação das mesmas categorias, diferentemente realçados por se organizarem em outras técnicas

norteadores de moralidades em diferentes situações. Os outros dois casos são a promoção da Copa do Mundo (anunciada como sede em 2007 e realizada em 2014) e a administração da resposta à epidemia da Síndrome Congênita de Zika, a partir de 2015. Embora cada caso represente um rico campo para explorar detalhes etnográficas do pesquisador e de outros estudiosos, resolvi, ainda com a mesma base de experiências, realçar os conceitos mais de que realizar extensas descrições etnográficas sobre cada um dos casos.

Distribuição de Água, Disputas de espaços e Insegurança Administrada

Populações ribeirinhas são atraídas pela riqueza dos ambientes fluviais cujos fluxos de água oferecem margens aluviais e vazantes que são particularmente convidativos para o plantio, e que se complementam com potencialidades de manejo de pesca e de criatório em terras mais distantes das margens do rio. A compreensão da sazonalidade de fluxos de água é um conhecimento importante para que as estratégias de administração de recursos locais possam levar a uma qualidade de vida prezada pelas populações locais. Mas as mesmas prioridades de uso não são as principais razões de um conjunto de engenheiros, técnicos e especialistas em recursos hídricos se interessar nestas águas. Desde a primeira metade do século xx, a redistribuição de produto dessa água chamou atenção a engenheiros estimulados a responder às necessidades de consumo de energia elétrica de populações citadinas distantes em áreas com atividades industriais e intensivas redes de consumo urbano, bem como de empresários como o produtor de têxteis, Delmiro Gouveia, na primeira metade do referido século. Efetivamente era um produto diferente que os almejados pela população local que visava assegurar uma subsistência razoável desse ambiente fértil. Os engenheiros elaboraram um amplo planejamento de mais que um século de construção de sucessivas barragens ao longo do Rio São Francisco, com a meta de redistribuir a produção de energia para as populações mais distantes. Por mais que o acesso à energia elétrica pudesse trazer algum benefício local à população e tenha sido o alvo de tentativas locais de produção, a aplicação dos projetos técnicos dos engenheiros não se coaduna com as metas da população local.

Então os próprios engenheiros e seus campos institucionais são um segmento sempre envolvido na definição de quais as metas a serem perseguidas por projetos de construção de barragens. Não é por acaso que um dos trabalhos longitudinais mais conhecidos nesta área de estudo e ação inclui no seu título a expressão “*El ingeniero gran Diós*” (BARTOLOMÉ, 1992). Desde os campos de formação de grupos profissionais associados, como engenheiros que têm chamado a atenção de José Sérgio Leite Lopes (comunicação pessoal), até as grandes redes nacionais e internacionais que se constroem em torno do sistema elétrico brasileiro (Eletrobrás, Eletronorte, Furnas, Chesf, Banco Mundial, e instituições congêneres internacionais multilaterais de financiamento), insistem num muito bem articulado conjunto de planos de desenvolvimento de médio e de longo prazo onde a água fornecerá energia e luz para grandes contingentes de populações e de indústrias produtoras que, com frequência, pela sua localização distante dos fluxos de água, são vistos como populações descritas pelo traçado da geopolítica de ser nacional e/ou regional, ou por referência genérica à sua cidadania “consumidora e demandante” em tais espaços distantes. O que pode atrapalhar a construção desta imagem de uma população beneficiária ampla são justamente as populações que pautam o seu cotidiano no uso local de recursos hídricos como um meio de vida.

Então, quando o Estado se aproxima com as suas pranchas e equipes de topógrafos para delimitar o seu campo preferido da água, a população local, a depender do seu grau de conhecimento e poder de manejo de recursos, se torna potencialmente, uma população mais atingida que beneficiada. O que está nas pranchas visa primeiro fazer quilowatts chegarem para outros, e, a depender das forças locais, terá que ver como lidar com a população local para que os desenhos da engenharia elétrica a serviço do país, da região e das classes empresariais e governantes que enxergam demandas de consumo, possam se tornar realidade. Chamo isto de descaso planejado para enfatizar a secundarização dos interesses da população local que historicamente ocupa o território em questão e que ainda pretende viver de recursos hídricos locais. O Estado que declara se interessar em fornecer segurança e condições de vida traduzidas em energia per capita tem duas grandes formas de agir que inquietam a

população local: a primeira eu designo de “insegurança estrutural” que é uma descrição das desigualdades perpetuadas pela própria organização do Estado que mesmo extra-localmente evidencia uma incapacidade repetida de responder a demandas de trabalho, renda, saúde e qualidade de vida para a população toda; a segunda é “insegurança administrada” e que se repete entre populações que cada vez mais aprendem a ser desconfiadas, pois quando o Estado se aproxima com planos para desenvolver, aumenta a sensação e a prática de exclusão, que ou se realiza pela omissão ou pela superinclusão em condições bem piores que antes. A insegurança administrada provoca patologias diversas e gera práticas de resistência nesta população local.

Ao longo da bacia do Rio Francisco, ao longo do tempo

No caso da barragem de Sobradinho, construída nos anos setenta e inaugurada em 1982, e precedida pelas barragens de Paulo Affonso e Moxotó, a política desenvolvimentista da ditadura militar e as limitações de comunicação fizeram com que as pessoas que moravam em aglomerados urbanos como Sento Sé, Casa Nova e Remanso nas margens do Rio São Francisco no estado da Bahia se espalhassem com indenizações nulas ou irrisórias, virando novos retirantes quando antes eram beiradeiros, vivendo em melhores condições que os que precisavam viver do sequeiro, distante do Rio. Tais ações não escaparam das observações de cientistas sociais, antropólogos e sociológicos, bem como sindicalistas incipientes, cujas denúncias da insegurança e prejuízos trazidos à população local teve reverberação nos escritórios no Banco Mundial, juntando-se a casos semelhantes no mundo afora e abrindo espaço para uma legislação elaborada no setor de meio ambiente e de populações locais da instituição multilateral, para insistir que os planos de construção devessem incluir medidas “mitigadoras” e compensatórias, não tanto para eliminar os prejuízos à população local, mas para suavizar o seu impacto e abrir o caminho para a continuação dos conjuntos de barragens esperadas, no Brasil e no mundo, bastante divulgado nas obras de Michael Cernea sobre os impactos e políticas de grandes obras promovidas por instituições promotoras de desenvolvimento (1991, 1993).

Se a barragem de Sobradinho chamou atenção à necessidade de pensar mitigações e modificar a legislação internacional para que os engenheiros pudessem orgulhosamente dizer que criaram “o maior lago artificial de América do Sul,” a população secundarizada em Sobradinho não seria a população diretamente beneficiada por nenhuma nova política de compensações. (MACHADO, 1987; SIGAUD, 1986) E nas próximas décadas nem mesmo os beneficiados em obras subsequentes que aderiram às exigências de ações mitigadoras se sentiam adequadamente contemplados diante de múltiplas estratégias de escamoteação de tais ações, numa prática repetida de promoção institucional que continuava a operar num princípio de moralidade técnica que mal assimilava a ideia da importância das condições de vida das populações locais com o infortúnio de residir em territórios alvos da execução das obras.

Na próxima década, nos anos oitenta, um novo ambiente de abertura democrática no país, com sindicatos de trabalhadores rurais, antes incipientes, e agora em pleno crescimento, com legislação mais favorável aos atingidos, e com a experiência negativa de Sobradinho na década anterior, chegou a vez de entrar nos tempos corridos de finalização da próxima barragem com maior viabilidade nas pranchas dos engenheiros. A barragem de Luiz Gonzaga, conhecida mais pelo nome do reservatório criado por ele – Itaparica, o lago que foi criado quando a barragem foi inaugurada em 1988, com uma política de remoção, designada de “plano de desocupação”, que sugere uma ilegalidade de muitas moradias, diretamente atingidos pela água. Mas os aprendizados e ganhos das equipes de administradores e engenheiros evitaram que isto mudasse a característica da implantação deste projeto. Muito ao contrário, a aperfeiçoamento das técnicas operacionais da implantação da barragem demonstraram uma aumentada sofisticação na prática norteadora de descaso planejado.

Foram acima de 80.000 pessoas removidas e reassentadas, aproximadamente a metade das cidades e a metade do campo. Com muita pressão de sindicatos e com respaldo da obediência à legislação internacional cobrada pelas financiadoras, os administradores da construção da barragem e da distribuição da energia, liderados pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco - montaram uma campanha proclamando que a remoção de

quem morava na área a ser inundada era uma “mudança para melhor” prometendo casas, lotes, agrovilas, serviços de bombeamento e equipamentos irrigação e apoio técnico na área rural. Enquanto os que trabalhavam para o benefício à população atingida, dentro e fora da instituição executora, labutavam para que este “custo social” fosse trazer melhores condições para a população, os engenheiros e administradores que enxergavam a missão da CHESF mais estreitamente como companhia de geração de energia (e não a construção de assentamentos agrários) resmungavam dos altos custos ocasionados pela rede complexa de projetos de reassentamento. Repetindo amargamente que “É o mais alto custo per capita de todos os projetos de construção de barragem”, conseguiram reverter o que conseguiam enxergar como a ênfase indevida na “mitigação” e retomar o rumo da prioridade técnica para a geração de energia.

Fizeram esta reversão por vários procedimentos que podem ser sistematizados a partir da própria observação desse reassentamento (SCOTT, 2012): primeiro, com o realce da missão energética, técnica e moral, da CHESF - enfatizando a capacidade técnica e moral da construção eficiente e geração de grandes quantidades de quilowatts para quem precisava, e, ao mesmo tempo, com uma campanha publicitária dos desafios técnicos, já sendo vencidos, na próxima barragem na sequência – Xingô (inaugurado em 1994) – localizada num canyon esparsamente povoado (ou seja, felizmente, com pouca gente para remover (SIQUEIRA, 1999), e com uso espetaculoso de técnicas de vencer a rocha com procedimentos, cálculos e maquinaria de engenharia das mais sofisticadas. Assim em Itaparica a atenção foi desviada da população removida no tempo corrido que antecedia a inauguração das turbinas marcando o início da geração festejada de energia. Essa população foi removida às pressas para locais ainda sem construção completa e adequada de residências, sem equipamento de irrigação em funcionamento, e sem acesso à possibilidade de plantio rentável para o seu sustento. Isto foi publicizado pela CHESF, muito nas linhas analisadas por Bronz e Bezerra (2014) como um cuidadoso gerenciamento do tempo pelos administradores do projeto, que aproveitaram para focar toda atenção à intensiva movimentação em torno da abertura das compotas que poderiam responder às ameaças de faltas de energia para a população da

região Nordeste. Mas logo em seguida se evidenciaram quatro estratégias de desmorte da possibilidade da população removida ou compensada por outras formas, efetivar as suas demandas como população atingida

Estas táticas, conceituadas com mais detalhes em Scott (2012) incluíam a *desmoralização* formal e informal da população removida (criticando-a de lerdeza e de excesso de esperteza e como preguiçosa aproveitadora de uma compensação mensal que tinham negociado para assegurar a sustentação até que os administradores do projeto pudessem assegurar condições de plantio autônomas); a *metamorfose institucional* (sempre alegando, através de nomes enganosamente sugestivas, estarem promovendo respostas eficientes às demandas dos atingidos, reorganizaram frequentemente os canais de comunicação com os demandantes, resultando em quebras e impedimentos no processo reivindicativo), o *abandono planejado* (justificando o uso de materiais e técnicas inferiores no processo de implantação de reassentamentos pela incapacidade técnica de uma companhia especializada em energia administrar assentamentos e agricultura, até o ponto de gerar um relatório de erros técnicos que inviabilizou a entrega à companhia de produção agrícola – CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, gerenciadora técnica da fruticultura internacionalizada de Juazeiro e Petrolina no Alto Sertão); e finalmente, pela *incorporação técnica* (ocupando os sindicatos e outros atingidos e seus aliados, antes mais reivindicativas, em tarefas de gerenciamento de informações sobre beneficiados, como se fosse responsabilidade executiva – mais de que fiscalizadora – deles assegurar que as medidas compensatórias chegassem a todos). A desmobilização e a desmoralização da população tomaram conta do tempo depois de atingir a meta de gerar energia, um tempo de fuga de responsabilidades enxergadas como de segunda ordem pelos administradores do projeto, agora envolvidos em novos projetos.

Quando a barragem Xingô, vitrine da técnica, foi inaugurada cinco anos mais tarde era historicamente inquestionável para movimentos que as populações locais regularmente se tornam atingidas, e não beneficiadas. Também a elaboração da justificativa de planejamento de novas barragens apresentou maiores dificuldades devido ao baixo retorno energético previsto para duas

barragens com construção pretendida entre Sobradinho e Itaparica (Riacho Seco e Pedra Branca). A resistência de populações locais ficou mais vigilante. Com receio de organização eficiente de grupos étnicos nas áreas previstas para inundação resultou na suspensão do planejamento de Pedra Branca. No caso da Riacho Seco, à montante e com menores contingentes étnicos mobilizados, ainda se seguiu a legislação e realizou extensas avaliações e relatórios de impactos ambientais bastante exigentes, detalhados e cuidadosos. Descrições de baixo retorno energético e perdas potenciais das populações atingidas fizeram com que não houvesse leilão da obra, pois não se encontrava forma de agilizar audiências públicas que pudessem resultar em aprovação dos planos.

Não se pode dizer que planos de grandes obras hidroelétricas foram plenamente abandonados na região, mas a partir desse ponto na história o Rio São Francisco se tornou muito menos atraente que outros rios. A moralidade técnica de capacidade de engenheiros gerar energia elétrica fixou parte da sua atenção em locais mais distantes, e outra parte em maneiras alternativas, não hídricas, de gerar energia (energia eólica e energia solar, sobretudo, mas em menor escala termonuclear e biomassa) ou de distribuir águas (transposição do Rio São Francisco, que exigia estações elevatórias e extensos trechos de canais).

Novos Projetos e Objetivos Oscilantes

As conhecidas lógicas prevalentes em grandes obras hídricas (HANSEN E OLIVER-SMITH, 1982, SCUDDER E COLSON, 1982) repetem uma sequência de controle de tempo em outras grandes obras – um tempo lento de planejamento, um tempo corrido de execução, e um tempo de fuga no período pós-inauguração. Descrevi estes tempos em outro trabalho (SCOTT *et al.*, 2014, p. 98)

O planejamento de uma obra de infraestrutura, como uma barragem ou uma ferrovia ou uma autovia, resulta de um plano estratégico de fornecimento de energia ou de vias de transporte. O agente promotor principal geralmente faz parte de uma burocracia estatal responsável por um planejamento estratégico que trabalha com previsões de demandas de energia ou de transporte e que identifica obras necessárias em espaços que permitem que respondam a demandas crescentes mais ou menos previsíveis, conseqüentemente, como agência

estimuladora, ele pauta as suas metas prioritárias nesses termos (fornecimento de energia, fluxo mais ágil do tráfego) e forma alianças com construtoras.

A violação desta regra de tempos ocorre quando as obras são resultado de ações emergenciais. Em 2010, durante o período anual de chuvas, uma enchente desalojou dezenas de milhares de moradores que viviam e trabalhavam nas cidades e no campo da zona canavieira sul do estado de Pernambuco, levando construções e áreas de trabalho junto. O governo do estado anunciou um plano *emergencial* de construção de cinco barragens de retenção de águas para evitar tais tipos de perdas (CIRILO *et al.*, 2012; LONDE *et al.*, 2015). Apesar de haver a existência de pequenas obras de geração de energia local em vários rios, a moralidade técnica desta construção não seria a geração de energia, e sim evitar futuras enchentes. O planejamento de tais obras era fragmentado e escasso antes das enchentes, e o que regeu o cenário era um tempo excepcional de responder a uma emergência ocorrida em junho de 2010. As imagens das perdas ocorridas se mantinham bem presentes na memória de todos, e favoreciam um ambiente de aprovação quase sumária de obras. Rapidamente se aprovou um plano emergencial, pois todo ano chovia e havia enchentes, mesmo em menor dimensão, historicamente. Se havia poucas articulações significativas antes de haver emergência, isso se devia ao fato de não haver tempo lento de planejamento explícito de realização de alianças em torno das possíveis obras, que eram de baixa prioridade técnica. No tempo corrido da emergência para aliviar danos atuais e futuros também houve limitada articulação de qualquer população pela emergência referir ao alívio das condições de vida da própria população. Em 2019 nove anos depois, apenas uma das cinco barragens estava finalizada. O descaso, nesta situação, ainda foi sofrido pela população local, que era esperançosa (em vez de que desesperada) pela realização das obras, mas que ficou desprotegida.

Voltando para o próprio Rio São Francisco, dissociado dos projetos emergências de proteção contra enchentes, a situação vivida é a progressiva inviabilização do caminho técnico de sucessivas barragens geradoras de energia esboçado e elaborado por além de um século. Diante disso, as avaliações dos engenheiros, elaborados no tempo lento de preparação de alianças para

implantação de outros projetos técnicos existentes há muito tempo, foi pela viabilidade (política, popular e técnica) de outro projeto que já tinha décadas de esboços preliminares nas pranchas: a Transposição de Águas do Rio São Francisco. A água, antes fonte de energia, se torna consumidora de energia. Já consumindo energia polo de agricultura de fruticultura irrigada de Petrolina-Juazeiro, ganha outra função consumidora com ao longo dos canais conectados por elevadores tecnicamente exigentes, para fornecer água de consumo para as cidades mal abastecidas de água no semiárido em dois eixos geograficamente separados em leste e oeste (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Neste processo, já com algumas inaugurações feitas, mais atualmente ainda em andamento, ainda está por fazer uma análise dos procedimentos de discursos de moralidade técnica de compreensões de inseguranças estruturais e administradas para populações locais, de compreensão de práticas de desmonte de resistências e do não atendimento às demandas da população, através de desmoralização dos atingidos, metamorfose institucional, abandono planejado e incorporação burocrática. Diante de uma sucessão de adiamento falta sistematizar as conjunturas políticas de práticas de controle e administração do tempo que passaram por um tempo lento e muito fragmentado de planejamento e alianças, por um tempo corrido de alcance de metas principais que teve também como consequência não contemplar uso de água em muitas comunidades ao longo do canal, bem como cortar e dividir comunidades (GONÇALVES *et al.*, 2018), e por um tempo de fuga de responsabilidades a atendimento de demandas de atingidos com ampla divulgação de canais inviáveis e permeáveis tecnicamente precários, populações tachadas de queixosas e resistentes, sem ter clareza sobre a quem recorrer com a diversidade de responsáveis por segmentos da construção atribuídos a diversas construtoras contratadas.

A celebração da rede de canais resultando na chegada de água a reservatórios que abastecem os municípios distantes com cidades de médio porte procura ofuscar os impactos negativos ao longo dos canais de uma obra que anunciou que faria cumprir uma tarefa sonhada por muitos séculos, de “levar água ao sertão”, sem prejuízos significativos para populações locais. Empregando o objetivo da distribuição de água (e não a geração da energia proveniente por

ela), como uma meta socialmente consequente, a Transposição, de fato, não se afasta da caracterização de obras hídricas (e não somente hidroelétricas) sendo Grandes Projetos de Investimentos (VAINER E ARAÚJO, 1992) que operam segundo lógicas próprias, mas sempre descritíveis com eivados de descaso planejado (SCOTT, 2009). Parecia que ter acesso a água iria coadunar com anseios de uma construção recíproca de relações entre populações que pretendem viver nos contextos locais com disponibilidade inusitada de água, termina por dar vez às demandas hierarquizantes de engenheiros e companhias que se pautam numa moralidade técnica com repercussões para a imagem de regiões, nações, e segmentos diferentes da população, mostrando que fazem água chegar do rio para reservatórios em reservatórios distantes, sem que haja atenção às demandas de populações locais, a menos que consigam fazer as suas vozes serem ouvidas.

Ainda Grandes Projetos, Diferentes Objetivos e Continuidade de Exclusões

A ideia que estes conceitos pudessem ser aplicados a outras realidades está permitindo alguns desdobramentos parciais que merecem muito mais aprofundamento sobre as implicações da mudança de contextos de elaboração de projetos com exigências técnicas e temporais diferentes. Quando pesquisadores se debruçaram sobre a Construção de uma Arena para a realização da Copa do Mundo em 2014 no Recife se percebeu que a “moralidade técnica” não se construía mais sobre nem água, nem energia, e as companhias de construção procuravam novos espaços de moralidade técnica associados a planejamento urbano e circulação de mercadorias e capitais reforçados pela ideia de uma construção estética e eficiente com competência de mostrar a capacidade de obedecer um cronograma fixo num projeto articulador de múltiplos investimentos, promotoras de turismo e fortalecimento de infraestrutura urbana, mais uma vez resultando também na capacidade de se distanciar radicalmente dos interesses de populações locais. Desde a pesquisa paralela realizadas sobre três polos de desenvolvimento em Pernambuco (SCOTT, 2014), entendemos que isso se realiza sistematicamente com a construção de uma noção de construção

de vocações em áreas previamente priorizados pelos planejadores no tempo lento de planejamento (SANTOS *et al.*, 2015; SCALAMBRINI *et al.*, 2014). No caso de Pernambuco a escolha do lugar a construir a Arena para a Copa do Mundo havia um processo sistemático de ocultação da população local e a montagem de novos espaços burocráticos de aperfeiçoamento de técnicas de remoção, muito mais frequentes na constante remodelação de espaços urbanos visando a gentrificação do espaço urbano. As pesquisas demonstram três populações locais excluídas forçosamente pela construção da Arena (no Bairro do Loteamento São Francisco destinado a um “ramal” de transporte de espectadores à Arena, nas diversas estações de metrô e de ônibus que exigiam modificações para facilitar o fluxo da população, e na limpeza da área (SCOTT 2015) centenas de famílias da construção dos seus moradores anteriores (SILVA 2019; MELLO MOURA, 2016; COMITÉ POPULAR DA COPA, 2019; SCOTT E MELLO MOURA, 2014). O projeto (planejado, por sinal, numa área com boa parte designada como sendo de Preservação Ambiental) foi badalado como chave para uma suposta política de Nova Centralização Ocidental da Região Metropolitana do Recife, com um belo projeto arquitetônico e de tecnologia modernizadora (Cidade da Copa). Não recebeu um centímetro de execução em obras além das imediatamente relacionadas à própria Arena (!) e de pontos de transporte e circulação num eixo norte e oeste que desalojou muitos moradores de bairros populares. A aura desenvolvimentista que rodeou o projeto se difundia sobre o nome de “Legados da Copa”, mas esta designação foi transformada pelas Campanhas de resistência e reivindicações dos impactados, que focou nos “Relegados da Copa”. Audiências públicas esvaziadas, processos judiciais de moradores compensações irrisórias (salvo algumas desigualmente excepcionais) sem provisão de novas moradias, dispersão de famílias, eixos de transporte com muitas estações incompletas, e um estado com um novo setor de desapropriações que fortalecia a sistematização de procedimentos de remoção feitos em modalidades “legítimas” na perspectiva do Estado, foram os legados vividos pela população impactada.

Radicalmente mais provocador de adaptações dessas ideias é quando se trabalha com políticas públicas que sofrem de uma insegurança estrutural.

Políticas de educação e saúde são grandes exemplos da dificuldade estrutural histórica de receber um aporte de recursos. O planejamento de técnicos em pedagogia ou em saúde respondem a demandas contínuas da população, não tão claramente associados a projetos específicos de investidores em “desenvolvimento”, e mais associados ao “bem-estar”. Mesmo assim, é importante ressaltar as implicações da declaração crítica de Darcy Ribeiro que a “não educação” da população é um projeto de Estado, à qual se pode acrescentar, sem dificuldades, a precariedade da saúde. A remoção da população não está em jogo, mas o não alcance do Estado aos locais (e aos demandantes) onde se espera que atue está, sim, em jogo. Ao iniciar um estudo sobre o atendimento do sistema de saúde administrado tecnicamente pelo Estado para responder à demanda de cuidados ocasionada pela epidemia emergencial da Síndrome Congênita de Zika que apareceu no final de 2015, cria outro espaço de confronto entre a perspectiva do Estado e a perspectiva das famílias que cuidam dos bebês (e das outras vítimas). Mesmo que, neste contexto, o Estado não se apresente claramente como adversário, a dimensão emergencial da epidemia demonstra que para combatê-la é fundamental controlar o tempo para intensificar a vinda de recursos e respostas inovadoras ao problema de saúde. O tempo de planejamento, por mais precavidos que sejam os setores de vigilância sanitária, se identifica como emergencial, mas os recursos também são injetados em volume significativo por mecanismos que facilitam pesquisas e atendimentos para que se possa entender os fatores relevantes de uma doença ainda muito desconhecida. Os recursos precisam também dar resultados que valorizam o conhecimento técnico da área. No caso de Zika, a técnica de controlar a doença (pela compreensão dos fatores biológicos, químicos e genéticos da patologia, bem como pela eliminação do vetor transmissor, o mosquito) toma prioridade enquanto o cuidado dos que sofrem de danificações neurológicas e múltiplas outras sequelas, mesmo tendo resultados muito humanos e fundamentais, exigem uma luta para serem compreendidos como sendo necessidade de primeira ordem. O bom atendimento e seguimento de pacientes fazem parte da descoberta da doença e das maneiras de controlar a ameaça da sua disseminação (SCOTT *et al.*, 2018)

A compreensão da criação de uma moralidade técnica no contexto de operação de atendimentos e pesquisas na área de saúde pode revelar consequências para as populações atingidas no sentido de que 1) as mudanças na administração de tempo ao longo da epidemia tem efeitos na resposta, com declarações de início e fim de emergências nacionais e internacionais que influenciam fluxos e níveis de aplicação dos recursos; 2) o reconhecimento da incapacidade técnica de reverter condições duradouras de institucionalização fragmentada pode levar a exclusões e recusas de atendimento que também se relacionam a desmoralização da população, criando imagens de desmerecimento das vítimas e seus cuidadores e cuidadoras; metamorfose institucional realizada em nome de maior resposta mas que não responde a possibilidades de mobilidade e atividades cotidianas das vítimas e famílias com unidades terapêuticas mal distribuídas e precariamente aparelhadas; o abandono planejado com a insegurança de saber se as novas condições e estruturas fortalecidas na epidemia se tornarão sustentáveis em tantos locais depois da retração da condição emergencial; e de incorporação burocrática no sentido de envolver as associações mediadoras em discussões sobre a ampliação de cobertura para populações incapacitadas. Tais associações são muito reivindicativas ao representar as demandas da população, e, igual ou mesmo mais, que às unidades terapêuticas, podem ter que enfrentar novas buscas de apoio que acionam fontes filantrópicas que podem mudar prioridades, ou invocar especialidades técnicas menos associadas às condições das pessoas com SCZ, com a passagem de tempo. Pelo fato de a população não ser geograficamente muito delimitada e pela possibilidade da incorporação pretendida ter uma maior possibilidade de durabilidade e incorporação nas redes de atendimento à saúde, talvez seja possível que este envolvimento e diálogo (sistema de saúde – famílias e cuidadores de vítimas) possa diferenciar o tratamento das demandas de saúde desta população por não haver uma sucessão de planos de novos espaços de “desenvolvimento” e obras tão prioritárias para tal diálogo. A moralidade técnica da área de saúde, por mais que exija recursos e obras, se fragmenta e se hierarquiza internamente, também se constrói na base de adesão a políticas de inclusão subjacentes à ideia do Sistema Único de Saúde.

Moralidade Técnica e Exclusão

Chegando ao final deste exercício de reflexão sobre aplicabilidade de conceitos elaborados no contexto de produção energético em grandes rios a outros contextos, a compreensão é que diferentes contextos de moralidade técnica operam por processos muito semelhantes que precisam ser cuidadosamente descritos e interpretados através da compreensão de definição de prioridades e metas, tanto das administradores de planos, programas e políticas em setores específicos, quanto pelas demandas de populações que precisam lidar com mudanças radicais nas suas atividades que forcem uma aproximação mais intensa entre o Estado e população.

Vale abordar quatro conjuntos de conceitos e insistir que tem que haver maleabilidade sensível a diferentes contextos na aplicação de conceitos elaborados em relação a pesquisa em grandes projetos hidroelétricas, mas empregados também em outros contextos. Os conceitos reportam a questões que se repetem. Acompanham o que designo de *moralidade técnica* em políticas e ações que frequentemente resultam em exclusão de setores muito significativos da população:

Prioridade de Objetivos: a intensidade da presença de *descaso planejado* varia com a intensidade da coesão técnica dos agentes promotoras de grandes obras ou de ações de construção de políticas que exige muita atenção ao grau de valorização de técnicas e a distância dos resultados desejado pela aplicação das técnicas em relação à população direta e indiretamente atingida pela ação. O pouco caso dado a *objetivos secundarizados* pode ser uma moralidade técnica que será disfarçada por declaração de adesão a ações de mitigação, ou à resolução de efeitos das ações sobre a população local que disfarçam uma limitação na intenção de serem cumpridos.

Relações Hierárquicas e o Estado: enquanto a *Insegurança Estrutural* se manifesta no acesso desigual a condições sociais e físicas de espaços de vida e moradia cotidiano em inserções diferentes de respeito à cidadania, o grau de intensidade da desconfiança na observação do cotidiano da execução de grandes projeto e obras pode criar uma situação de *Insegurança Administrada*, quando cada ação do Estado reforça a noção de aplicação sistemática de uma

política de exclusão. Quando a técnica acionada para atingir o objetivo principal se aproxima menos a um produto comercial disponibilizado pelo Estado e seus aliados, e mais a questões de sustentação de saúde ou mesmo de maior aproximação à melhora das condições da vida da população atingida, é mais fácil tais feições de Insegurança Administrada, ainda existentes, mas de menor expressão, serem mais dispersas e eventuais, permitindo mais sensação de inclusão cidadã.

Diferença de tempos. Se grandes intervenções repetidamente se organizam em *tempos lentos* de planejamento, *tempos corridos* de execução, e *tempos de fuga* de responsabilidades, é de importância basilar compreender as especificidades de cada tempo. Maior ou menor tempo de planejamento muitas vezes se relaciona com coesões e combinações diferentes em torno das técnicas invocadas para criar a “moralidade” da ação, sendo de cumplicidades, sendo de cooperação, sendo de exclusões, ou sendo de outras qualidades. Em resumo, é um período quando o projeto de inclusões e de exclusões estão sendo embrionados. A situação é semelhante enquanto à necessidade de entender o que ocorre no período corrido. Os cronogramas de execução variam muito e fazem com que varia bastante a possibilidade das populações atingidas organizar as suas práticas de diálogo com o projeto. Se o período corrido é curto demais, pode inviabilizar a organização da resposta dos atingidos, mas um período de execução pouco corrido mas com muitas paralizações também pode gerar os mesmo resultados. Mas nos tempos de fuga, quando se anuncia ter atingido o objetivo principal, o tempo sempre se alastra, com ocasionais picos de atividade residual, por sempre deixar algumas coisas não resolvidas.

As Táticas de Desmonte. Desdobrando as práticas acionadas anteriormente, mas que perduram, e que frequentemente, se intensificam no período depois do anúncio fim da obra, há *táticas de desmonte* que se relacionam à fuga de responsabilidades dos planejadores e administradores em relação ao diálogo com os atingidos. Foram delineados acima, como desmoralização, abandono planejado, metamorfose institucional e incorporação burocrática. Não costumam agir com equilíbrio entre si, mas todos costumam ocorrer de alguma forma. Estes conceitos auxiliam no sentido de identificar práticas institucionais

repetidas que resultem, sobretudo, na exclusão de populações de benefícios dos projetos em graus variados.

Uma lembrança final: os conceitos não são estanques. Nada substitui uma prática de acompanhamento por perto e envolvimento etnográfico, participativo e posicionado em diálogo com planejadores, executores e atingidos para compreender como a moralidade técnica opera na inclusão e na exclusão de populações locais de projetos administrados pelo Estado e seus aliados.

Referências

ADAMS, Richard N. **Energy and Structure: A Theory of Social Power**. Austin: University of Texas, 1975.

BARTOLOMÉ, Miguel. **La presa cerro de oro y el ingeniero gran Diós**. Ciudad de México: Instituto Nacional Indigenista, 1992.

BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otávio. "Grandes empreendimentos", administração pública e populações. **Revista Antropolítica**, n. 37, p. 131-136, Niterói, 2., 2014

CERNEA, Michael (Ed.) **Putting people first: Sociological variables in rural development**. A World Bank Publication, Second Edition, revised and expanded, 1991.

CERNEA, Michael; GUGGENHEIM, Scott (Eds.). **Anthropological Approaches to Resettlement: Policy, Practice and Theory**. Boulder: Westview, 1993.

CIRILO, José Almir; MONTENEGRO, Suzana Maria Gico Lima, ASFORA, Marcelo Cauás. Controle e previsão de cheias no estado de Pernambuco, Brasil: aspectos hidrológicos e ações de reconstrução. **Anais do IWRA - XIV World Water Congress**, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2011.

COMITÉ POPULAR DA COPA, PE. **Das violações às resistências: a atuação do Comitê Popular da Copa PE**, <https://pt.slideshare.net/cendhec/das-violacoes-s-resistencias-a-atuao-do-comit-popular-da-copa-pe> (acesso em 12 de setembro de 2019).

DALTON, George (Ed.) **Economic Anthropology and Development**. Essays on Tribal and Peasant Economies. New York: Basic Books, 1971

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**: place, movements, life, redes. Duke, Durham, 2008.

GODELIER, Maurice, **O enigma do dom**, tradução Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; SILVA, Edson; SCOTT, Russell Parry; GURGEL, Idê Gomes Dantas; COSTA, André Monteiro. A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. **Saúde e Sociedade** (ONLINE) v.. 27, p. 909-921, 2018.

HANSEN, Art; OLIVER-SMITH, Anthony (eds.) **Involuntary Migration and Resettlement**: The Problems and Responses of Dislocated People. Boulder: Westview, 1982.

LONDE, Luciana de Resende; MARCHEZINI, Victor; CONCEIÇÃO, Rodrigo Silva da; BORTOLETTO, Katia Cristina; SILVA, Ana Elisa Pereira; SANTOS, Elisa Volker dos; e REANI, Regina Tortorella. (2015). Impactos de desastres socioambientais em saúde pública: estudos dos casos dos Estados de Santa Catarina em 2008 e Pernambuco em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 32(3), p. 537-562. Acesso em 12 de setembro de 2019: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-3098201500000031>

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.) **Poder e Participação política no Campo**. São Paulo: CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU. 1987

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984 [original, 1922].

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-1924].

MELLO MOURA, Alice Bezerra de. **Remoções forçadas, moradas desmanteladas: Uma intervenção estatal no loteamento São Francisco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco.

MELLO MOURA, Alice Bezerra de; SCOTT, Russell Parry; LEMOS, José Roberto de; **Territorializando a Copa: Discursos em Torno das Mudanças Territoriais na Construção da Arena e da Cidade da Copa em Pernambuco** In: MELLO MOURA,

Alice et. al. (orgs) *Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações*. CD Rom, Organizadores-Fages-UFPE, p. 109-132, 2015.

MELLO MOURA, Alice Bezerra de; SCOTT, Parry; OLIVEIRA, Teresa. **Copa do mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações**. Recife : CD-Rom, Organizadoras - FAGES-UFPE, 2015, p.504.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**, tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000 [original 1944].

RAMALHO, Anna (Org.). **Recife: Impactos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros/Observatório das Cidades, 2015

SAHLINS, Marshall D. **On the Sociology of Primitive Exchange** In: Michael Banton (Ed.) *The Relevance of Models for Social Anthropology*, A.S.A. Monographs 1, London: Tavistock. Publications; New York: Frederick A. Praeger, Publishers, , p. 139 – 236, 1965.

SANTOS, Dayse Amâncio dos; SCOTT, Parry ; ACIOLY, Rafael Freitas Dias; SOUZA, Rosângela Silva. *Desenvolvimento e Reprodução: um estudo comparativo em três polos pernambucanos*. In: QUEIROZ, Tacinara Nogueira de; LINS, Maria Betânia; Cinthia Oliveira; RIOS, Luís Felipe. (Org.). **Crescimento econômico, cidadania e saúde: contextos desafiados e possibilidade de pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos**. Recife: EDUFPE, 2015, p. 16-42.

SCALAMBRINI COSTA, Heitor; LOURENÇO JÚNIOR, Sílvio Diniz de (Orgs.) **Os Atingidos pelo Complexo de Suape: coletânea de artigos, entrevistas e vídeos sobre o complexo industrial portuário de Suape**. Recife: Fórum Suape Espaço Ambiental, (CD), 2014.

SCOTT, James. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University, 1985.

SCOTT, James. *Domination and the Arts of Resistance (Hidden Transcripts)*. New Haven: Yale University, 1992.

SCOTT, Parry. **Negociações e Resistência Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife : Editora Universitaria da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco** In: ZHOURI, Andrea (Org.) Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, p. 122-146. 2012,

SCOTT, Parry. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. **Campos** (UFPR), v. 14, p. 15-36, 2013.

SCOTT, Parry. **Limpendo a área**, (<https://www.youtube.com/watch?v=lwe81PfwQjs>, acesso em 12 de setembro de 2019) e In: Mello et.al org.) Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações. CD Rom, Organizadores-Fages-UFPE, 2015.

SCOTT, Parry; LIRA, Luciana Campelo de; MATOS, Silvana Sobreira de; SOUZA, Fernanda Meira; SILVA, Ana Cláudia Rodrigues; QUADROS, Marion Teodósio de. Itinerários terapêuticos, cuidados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika. *Interface (Botucatu. Online)*, v. 22, p. 673-684, 2018.

SCOTT, Parry; MELLO, Alice Bezerra de M. Desapropriações, resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento. **Revista Antropológicas**. v.25, p.94 - 132, 2014.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco - PE. **Vivencia** (UFRN). v.43, p.29 - 46, 2014.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; ARARIPE DE SOUZA, Eduardo; MELLO MOURA, Alice Bezerra de. **Disputas em Diferentes Tempos na Construção da Arena Pernambucana para a Copa do Mundo**: Planejando, Executando, Mitigando. In: Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações. 1 ed. Recife : Organizadores/fages-ufpe, 2015, p. 86-109.

SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. **From Welfare to Development**: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People, In: HANSEN, A.; OLIVER-SMITH, A. (Eds.). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview. p. 267- 287, 1982.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986.

SILVA, Nubia Michella Clementino da. **"Limpendo o terreno"**: a experiência de remoção forçada dos posseiros de Jardim Penedo de Baixo para a construção da cidade da copa em São Lourenço da Mata - PE. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Brasil, 2019.

SIQUIERA, Antônio Jorge de (Org.) **Identidade e Cidadania no Brasil**, V. 2, Recife, UFPE, Editora Universitária. 1999.

WITTFOGEL, Karl A. **Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power**. Yale University Press, New Haven, 1957

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos hidrelétricas e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CED - Centro de Documentação e Informação, 1992.

Recebido:18/02/2022

Aceito:26/10/2022

"Cracolândia Sitiada" – o "nóia" no paradigma da guerra: notas de campo da operação de maio de 2017

"Besieged Cracolândia" – The "nóia" in the Paradigm of War: Field Notes of the Operation in May 2017

"Belagerte cracolândia" – der "nóia" im Paradigma des Krieges: Feldnotizen der Operation im Mai 2017

Ednan Silva Santos¹

1. Doutorando e mestre pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. <https://orcid.org/0000-0002-0812-6463> ednan.santos@ufabc.edu.br

Resumo: Este artigo visa a reflexão dos fenômenos políticos no que diz respeito ao controle na “cracolândia” em São Paulo e na disputa política no âmbito do discurso e do controle do corpo do usuário de drogas. Para isso, utilizam-se conceitos-chaves de Foucault e Graham, das anotações do trabalho de campo e de notícias de veículos de imprensa que veicularam durante o mês de maio de 2017. Procura-se explicar as inflexões nas propostas de gerenciamento da vida por meio da “policialização” das políticas sociais nas chamadas “Operações” realizadas na “cracolândia” durante o ano de 2017 que resultam na extinção de programas sociais de redução de danos.

Palavras-chave: Crack. Corpo. Estado. Militarismo. Nóia.

Abstract: This article reflects on the political phenomena regarding the control of “Cracolândia” in São Paulo and the political debate about the discourse and the control of the drug abusers’ body. In this sense, key concepts from Foucault and Graham, notes from fieldwork and informations reported in the news in May 2017 are interpreted. The article tries to explain the divergence from the proposals about life management because of the “policialization” in social politics during the so-called “Operations” in “Cracolândia” in 2017, which led to the elimination of the social programs aiming at harm reduction. The authoritarian actions of the public authorities are a result of the appropriation of the discourse about the “noia” (derogatory designation of a crack abuser) in the management of social conflict and substance abuse.

Keywords: Crack. Body. State. Militarism. Nóia (derogatory for a crack abuser)

Zusammenfassung: Dieser Artikel betrachtet die politischen Phänomene bezüglich der Kontrolle der “Cracolândia” in São Paulo und den politischen Konflikt über den Diskurs und die Kontrolle des Körpers der Suchtabhängigen. Dafür werden Schlüsselbegriffe von Foucault und Graham, Notizen aus der Feldarbeit und Artikel aus den Medien vom Mai 2017 benutzt. Es wird versucht, die Abweichungen der Vorschläge zum Lebensmanagement durch “Verpolizeilichung” der Sozialpolitik in den sogenannten Operationen in der “Cracolândia” im Jahr 2017, die zur Abschaffung der Sozialprogramme der Schadensbegrenzung für Suchtkranke führten, zu erklären. Die autoritären Handlungen der Behörden sind das Ergebnis der Aneignung eines Diskurses über den “Nóia” (abwertende Bezeichnung eines Crack-Abhängigen) im Bereich des staatlichen Managements sozialer Konflikte und Suchtabhängigkeit.

Schlüsselbegriffe: Crack. Körper. Staat. Militarismus. Nóia (Suchtabhängigkeit)

Introdução

Este artigo trata a expulsão de populações vulneráveis de seus territórios como programa político, militarização dos programas sociais e das políticas públicas nas ações da prefeitura e do Estado de São Paulo na “cracolândia” de

São Paulo no centro da cidade durante a Operação de maio de 2017. O objetivo do artigo é demonstrar como a Operação de maio de 2017 na “cracolândia” de São Paulo desrespeitou direitos em favor de uma lógica econômica a favor da especulação imobiliária.

Para a produção deste artigo foram utilizados referenciais teóricos que visam compreender fenômenos contemporâneos de gestão de populações urbanas sob o signo do risco, da urgência e da exceção. O artigo propõe o diálogo entre os autores Michel Foucault, Stephen Graham e Boaventura Sousa Santos para assim, demonstrar como as operações realizadas na “cracolândia” estão inseridas em uma lógica global de desenvolvimento da economia neoliberal: policialização de políticas públicas e o desmonte de programas sociais.

Para a produção deste artigo foram utilizadas anotações realizadas durante a pesquisa de campo entre os anos de 2017 e 2018 na região conhecida como “cracolândia” de São Paulo e a interpretação desse processo pelo pesquisador. Entre os anos de 2010 e 2018 fui voluntário da organização Missão SAL que atua na região da “cracolândia” de São Paulo. Ser voluntário na Missão SAL me possibilitou conhecer as pessoas que frequentam a região da “cracolândia” e ao mesmo tempo ser conhecido por eles. Por isso de início realizei minhas visitas ao campo sozinho entre 16 de janeiro e 03 de fevereiro de 2017. Porém, devido as mudanças do campo decidi não ir mais sozinho e procurei uma outra organização para realizar as visitas de campo, a Missão CENA.

A Missão CENA é uma organização cristã evangélica que atua na região central da cidade de São Paulo desde o final da década de 1980. A partir do dia 5 de fevereiro realizei as visitas ao campo todas às segundas, terças e quartas-feiras das 14h as 16h30 e às sextas-feiras das 19 as 20h30. Às terças-feiras a Missão CENA recebia pessoas em situação de rua do bairro da Luz oferecendo banho, alimento, roupas e kit de higiene pessoal. Às segundas, quartas e sextas-feiras fazíamos visitas ao “fluxo”¹. Os missionários convidavam as pessoas que frequentavam o “fluxo” a visitar a Casa Amarela, como é conhecida a sede da Missão CENA na região. Minutos antes das visitas ao “fluxo”, o líder do trabalho, Paulo (conhecido como Paulinho), entregava um crachá de papel para

1. Concentração de usuário de crack

cada missionário e voluntários. Mesmo estando ali para fazer uma pesquisa, também recebia o meu crachá. Saíamos sempre em grupo, conversando com cada concentração de usuários que encontrávamos no caminho.

O percurso até a praça Praça Júlio Prestes durava cerca de 20 minutos. A casa Amarela, a sede da Missão CENA, se localiza na rua General de Couto Magalhães. Todas as tardes seguíamos da Casa Amarela para a rua Dos Protestantes. Durante o caminho já notava a presença de pessoas que aparentemente estavam em situação de rua. Logo se percebe a presença de catadores de recicláveis na rua Dos Protestantes em virtude da quantidade de “carros de catadores” de recicláveis estacionado nas guias. Na frente do “ferro velho” também se percebe uma fila enorme de catadores esperando sua vez de pesar o material recolhido. Em todas as idas ao campo com os missionários e voluntários parávamos para conversar com os catadores de recicláveis que pelo grau de intimidade das conversas parecem ser conhecidos de longa data, ou seja, são pessoas que mantêm uma relação com a Missão CENA ou frequentam a região por um longo período de tempo. O grupo de catadores de recicláveis que encontrávamos no trajeto era majoritariamente masculino e de idade aparentemente entre 30 e 50 anos. No Centro de Recolhimento de Materiais Recicláveis (ferro velho) encontrávamos pessoas que frequentavam tanto o fluxo de usuários de drogas (concentrado próximo a estação Julio Prestes) como a Casa Amarela.

Seguíamos pela rua Dos Protestantes até o cruzamento com a rua Dos Gusmões, onde se localiza um lugar muito conhecido na região: o Teatro dos Containers. Nesse local nos deparávamos com vários grupos distintos: (1) pessoas dormindo na calçada sobre colchões, (2) grupos LGBTQ+ (nas conversas a maioria se assumiam como travestis), (3) outras fumando pedra. Os missionários conversavam com todos, mas demonstravam maior intimidade com o grupo LGBTQ+. Pois sabiam o nome o lugar de moradia e as necessidades financeiras de cada uma delas. Além do mais marcavam visitas e as convidavam a frequentar a Casa Amarela. Não é possível me aprofundar no trabalho da organização com os grupos LGBTQ+ porque apenas participei das visitas ao campo, pois o objetivo do meu projeto de pesquisa com o mestrado era entender o discurso do “nóia” e a ação do Estado com essa corporalidade.

Até a travessa da rua Dos Protestantes com a rua Mauá a Polícia Militar (PM) e a Guarda Civil Metropolitana (GCM) apenas circulavam e faziam abordagens. As pessoas selecionadas pela PM e pela GCM possuíam o mesmo padrão: homens e com idade aparente entre 25 e 40 anos. Na travessa da rua Dos Protestantes com a rua Dos Gusmões, seguíamos subindo em direção ao Memorial da Resistência. Uma inflexão importante ocorre a partir desse ponto do trajeto. Não mais encontrávamos a polícia apenas circulando e fazendo abordagens esporádicas, mas as polícias² se encontravam paradas e distribuídas em pontos específicos da rua Mauá. Quanto mais próximo do fluxo, mais se nota a presença da polícia. No período da tarde apenas algumas pessoas, aparentemente em situação de rua estavam sentadas em frente ao prédio do Memorial da Resistência. Porém, no período da noite se encontravam muitas pessoas por cima de colchões, dentro de barracas improvisadas com lonas e cobertores, sentadas e deitadas nas calçadas, outras fazendo uso de crack. Esse era o cenário encontrado em toda a extensão da calçada do prédio. O movimento e circulação de pessoas fazendo uso de crack sempre foi maior no período da noite.

As polícias ficavam de guarda na garita da entrada lateral da Sala São Paulo e depois novamente na travessa com a rua Cleveland. Não havia um ponto específico de polícias nesses pontos, as vezes era a PM; em outras vezes a GCM; por diversas outras vezes as duas ocupando simultaneamente o mesmo ponto. As polícias formavam uma barreira de entrada e revistavam cada um que entrasse ou saísse do “fluxo”. Não passei por nenhuma revista; assim como os missionários, apresentava o crachá da organização e os polícias nos liberavam a passagem.

Quando chegávamos ao fluxo, enquanto os missionários faziam a divulgação dos trabalhos oferecidos pela Missão CENA, procurei me concentrar nas mudanças do território e nas práticas de controle presente no território. Também procurei conversar com pessoas que estavam no fluxo, mas não estabeleci um padrão para iniciar as conversas. Com os métodos etnográficos procurei entender

2. Utilizei a palavra “polícias” porque esses pontos não era pontos fixos da PM ou da GCM. Em dias distintos, polícias distintas ocupavam esses pontos.

as dinâmicas humanas no território (GEERTZ, 2008) a fim de compreender as regras e padrões das interações sociais, verbais e não verbais (MAGNANI, 2002; PÉTONNET, 2008). As visitas que realizei com a Missão CENA à “cracolândia” não tinham como intenção analisar o trabalho oferecido pela organização, mas a partir da observação direta e observação participante construir uma análise sobre as dinâmicas do território e as ações realizadas pelo Estado e prefeitura na região. A observação participante é um método das pesquisas qualitativa e etnográfica e tem como objetivo a participação do pesquisador nas atividades e no recolhimento dos dados (ANGROSINO, 2009). Durante e no final de cada visita, escrevia em um caderno as minhas percepções sobre o campo. Depois escrevia em um “caderno de relatos de campo” - alguns trechos serão apresentados no decorrer do artigo - o que possibilitou ao autor se adaptar às situações impostas pelo campo de pesquisa e assim buscar entender questões para além das entrevistas e dos relatos colhidos durante as visitas de campo (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2005; CORREIA, 1999; EZPELETA; ROCKWELL, 1986).

Usa-se o mapeamento do Labcidade “Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso” (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), documento produzido durante as Operações na “cracolândia” com o início em maio de 2017. O documento é uma produção do Laboratório de Pesquisa e Extensão da Universidade de São Paulo (LABcidade) e tem como foco acompanhar as remoções e demolições ocorridas no bairro da Luz entre os anos de 2010 e 2017. A pesquisa realizada pelo LABcidade demonstra como os processos de demolições acompanham as Operações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo na região Luz contra os usuários de drogas que se concentram no “fluxo”.

Para reconstruir o contexto político e jurídico que movimentou a Operação de maio de 2017 foram analisadas cerca de 20 reportagens que circularam durante o mês de maio e junho de 2017, reportagens de diferentes jornais e mídias: UOL, Folha de S. Paulo, G1, Estadão. O artigo não se propõe a construir uma análise do discurso da imprensa, mas demonstrar a existência de um amplo processo de disputa política e jurídica que envolveu as Operações na “cracolândia” no ano de 2017.

Disputa Territorial: Projeto Nova Luz

A “cracolândia” no bairro da Luz, no centro da cidade de São Paulo, é um território itinerante que passa por diversas e constantes operações e intervenções de várias ordens: políticas, militares, religiosas e do tráfico (RUI, 2016B E FRUGOLI, 2016). Operações na região ocorrem desde 1999 quando a região passa a ser alvo de investimentos do poder público na tentativa de despertar o interesse do mercado imobiliário com a finalidade de promover um “revigoreamento” urbano no centro velho da cidade. A Operação de maio de 2017 foi apenas uma entre várias (SANTOS, 2019).

O interesse da especulação imobiliária na região é uma questão importante para se entender as motivações que provocam as operações na região da Luz. O documento *Região da Luz em Disputa* (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), produzido pelo Labcidade, procura demonstrar como se deram os processos de intervenções a partir da especulação imobiliária no bairro da Luz. O projeto urbanístico *Nova Luz* já legitimou outras ações na região da “cracolândia” como a *Operação Limpa* em 2005 na gestão de José Serra (PSDB, 2005 A 2006) e a *Operação Sufoco* em 2012 na gestão de Gilberto Kassab (PFL, 2006 A 2007 - DEM, 2008 A 2012).

O projeto Nova Luz visa à ‘revitalização’ do centro velho da cidade de São Paulo e tem como objetivo atrair empresas e projetos residenciais supervalorizadas para a região central de São Paulo. Diante da estrutura e mobilização de recursos, a ‘cracolândia’ passou a ser vista como um empecilho à realização do projeto (ROLNIK, 2015, p. 283).

O plano urbanístico *Nova Luz* possui a terminologia ligada ao “novo”. O termo “novo”, que denomina as ações e os projetos urbanísticos para o bairro da Luz, traz consigo uma ideia de que a região não abriga vida, economia ou relações sociais. A crítica que se constrói ao projeto é que não tem como intenção a melhoria da qualidade de vida de quem mora ou passa pela região, mas de realizar investimentos imobiliários extremamente lucrativos para atrair pessoas de fora. O *Nova Luz* tem como finalidade atrair compradores que possam pagar

pelos imóveis que venham a ser construídos, algo que caracteriza um processo de gentrificação, amparado por forças militares, jurídicas e econômicas. As demolições do dia 4 de maio de 2017 são um exemplo, pois em outras operações vários outros imóveis também foram demolidos. As figuras 1, 2, 3 e 4 foram retiradas do documento *Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso* (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), desenvolvida pelo Labcidade (*ibid.*). As figuras demonstram o avanço das demolições em conjunto com as Operação realizada na “cracolândia” de São Paulo em 2017.

Nessas imagens selecionadas do documento podemos observar em uma sequência o processo que envolve as demolições e como essas demolições fazem parte de todo um processo de reestruturação do bairro. Na figura 1 marcado de azul temos a extensão dos territórios ocupados pela “cracolândia” entre os anos de 1995 e 2017. Já de amarelo são os lotes onde ocorreram demolições durante este mesmo período.

Figura 1: Bairro da Luz/São Paulo. Imóveis demolidos em maio de 2017.



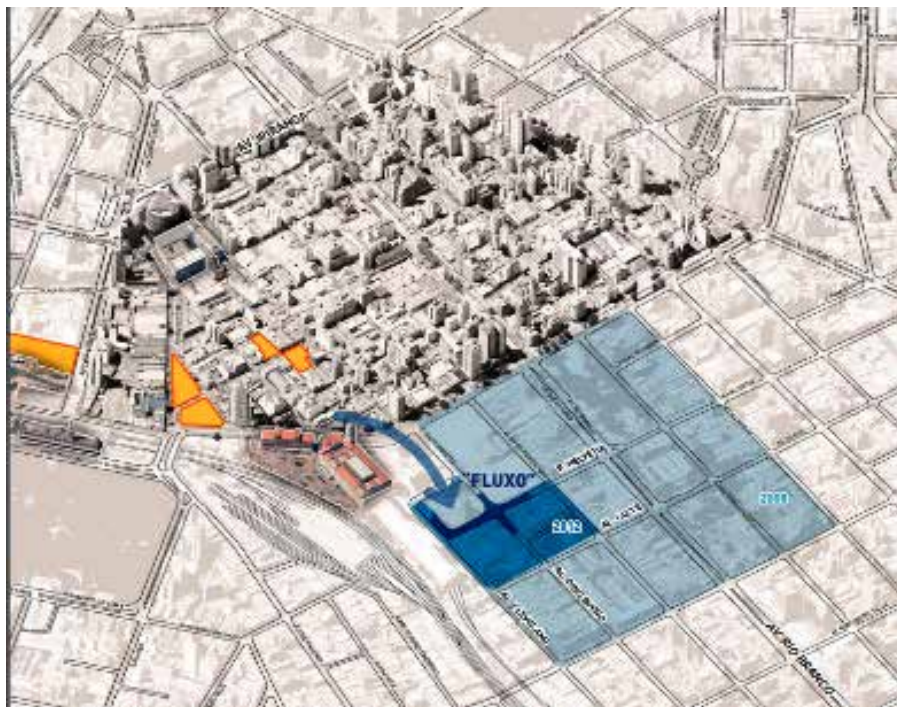
Fonte: Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017).

A ilustrações 2 e 3 apresentam a concentração dos usuários de drogas desde o ano de 1995, onde ocorreram demolições de imóveis e dispersões de usuários de drogas nesses mesmos perímetros e no mesmo intervalo de tempo.

Figura 2: Concentração do fluxo de usuários de drogas de 1994 a 2005.



Fonte: Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017).

Figura 3: Dispersão do fluxo de usuários de drogas em 2012.

Fonte: Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

A Operação Sufoco na “cracolândia” no ano de 2012 dispersou o fluxo de usuários de drogas para fora das áreas onde ocorreram as demolições nos anos anteriores. As remoções das “cracolândias” demonstram que as operações seguem uma lógica de comportamento que predispõem os interesses da especulação imobiliária para a região. A partir do mapeamento das Operações do poder público na região, observa-se como as Operações seguem uma lógica para muito além da punição dos corpos dos sujeitos ali inseridos e contém um modelo econômico incorporado em um processo de gentrificação, até mesmo

porque as Operações promovidas pelo Estado trouxeram consequências para todos que moram ou passam pela região: dependentes químicos, moradores e comerciantes.

As Operações fazem parte de um processo de urbanização da região do bairro da Luz. Construções foram realizadas com o objetivo de valorizar os futuros imóveis da região e assim atrair investimentos do capital imobiliário privado para a região. Exemplos disso são as construções públicas como a Sala de São Paulo (1999), a Estação Pinacoteca (2004), o Museu da Língua Portuguesa (2006), a Estação da Luz linha 4 (2010), o Centro Paulo Souza (2013) e a sede da GCM, como é possível verificar na imagem (4) a seguir.

Figura 4: Construções públicas para atrair investimentos imobiliários para o bairro da Luz/SP.



Fonte: Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

A partir dessas construções públicas valorizaram-se os terrenos no bairro da Luz e permitiram aos investidores especularem sobre a região. Porém, o plano não deu certo, o capital imobiliário não direcionou as atenções dos investidores para a região e assim a prefeitura teve que dar início as Parcerias Públicas-Privadas (PPPs).³ As PPPs são uma modalidade de contrato em que o capital privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra previamente projetada, financiada e construída.

Figura 5: Projeto de concessão urbanística de 2005 (Nova Luz)



Fonte: Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

3. Para melhor entender esse processo ler FRUGOLI, 2016.

Os imóveis demolidos entre 1995 e 2017 foram declarados pela prefeitura utilidade do poder público. O plano de demolições motiva as Operações e as dispersões do fluxo de usuários de drogas da chamada “cracolândia”. Em maio de 2017 ocorreram vários processos de interdição e demolição de prédios, casas e comércios na região através da prefeitura de São Paulo (GOMES, PAULO; MACHADO, LEANDRO; NEVES, FERNANDA PEREIRA; PAGNAN, ROGÉRIO, 2017). Alguns prédios tiveram suas portas bloqueadas com muros construídos por funcionários da prefeitura. Casas foram demolidas ainda com pessoas dentro. A acusação foi denunciada durante a reunião extraordinária da comissão de direitos humanos no dia 23 de maio de 2017 (MILENA, 2017). Esta reunião tratava de buscar medidas sobre as ações da prefeitura na “cracolândia”. Outras acusações surgiram, entre outras, a acusação da morte de um homem que havia ficado trancado dentro de um comércio interditado pela prefeitura. A denúncia foi registrada por moradores da região como é possível ver na reportagem do Jornal GGN do dia 26 de maio de 2017.⁴

Além disso, houve várias remoções, despejos e demolições sem aviso prévio. Ações truculentas, violentas e imorais diante da vida e dos direitos dos cidadãos foram realizadas e legitimadas com força de lei. Táticas brutais e sofisticadas foram empregadas na ação na “cracolândia”: violações, o uso da força ostensiva militar e gentrificação foram estratégias utilizadas pelo poder público, resultando em muitas acusações de descumprimento aos direitos humanos.⁵

4. Cracolândia: Bombeiros teriam removido cadáver de usuário preso desde domingo. 26/05/2017.

Jornal GGN. São Paulo. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/cracolandia-bombeiros-teriam-removido-cadaver-de-usuario-preso-desde-domingo>. Acesso no dia 29 de outubro de 2020

5. Gomes, Paulo; Machado, Leandro; Neves, Fernanda Pereira; Pagnan, Rogério. Ação de Dória para demolir imóvel deixa feridos na Cracolândia. **Folha de São Paulo**, 2017. Acervo online, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml>. Acesso no dia 03 de setembro de 2020

Bergamo, Mônica. Secretaria de Dória entrega cargo após discorda de ação na Cracolândia e chama-la de desastrosa. **Folha/UOL**. São Paulo, 2017. 24/05. Acervo online disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1887181-secretaria-de-doria-entrega-cargo-apos-discordar-de-acao-na-cracolandia-e-chama-la-de-desastrosa.shtml?mobile>. Acesso

Entre as acusações de descumprimento de direitos, o documento *Região da Luz em disputa* indica dois pontos importantes para se mencionar. O primeiro é que as remoções que ocorreram na região da Luz no ano de 2017 fazem parte de uma PPP do Governo do Estado de São Paulo para a construção de unidades habitacionais para a região. De acordo com o contrato a construtora responsável pelo projeto não tem responsabilidade em alojar as famílias removidas da região. A construtora é responsável apenas pela construção e gestão dos futuros condomínios durante 20 anos. O segundo ponto importante apresentado pelo documento é que as áreas de empreendimentos da PPP Habitacional estão sendo produzidas em ZEIS,⁶ algo que desprezita as regras do plano diretor da cidade.⁷

A Operação da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo no ano de 2017 na região da Luz não está desassociada de outras Operações realizadas no passado na região: Operação Limpa (2005) e a Operação Sufoco (2012). Pois, fazem parte do conjunto do plano urbanístico e dos interesses do mercado imobiliário na região. O cerco de 2017 realizado na “cracolândia” sobre a justificativa de reduzir a violência na região e “dificultar” o acesso à droga, porém possibilitou a gestão dos corpos e do território para as finalidades já mencionadas anteriormente. Pode-se destacar que a Operação visava alavancar a imagem política perante a opinião pública, reconhecendo o potencial midiático que a guerra às drogas possui.

O Militarismo Urbano e os interesses imobiliários são duas faces de uma mesma moeda. O militarismo urbano tem como objetivo o controle de grupos de pessoas reproduzidos como uma ameaça, marcados com o discurso do

dia 29 de setembro de 2020

Fernandes, Marcella. Conselho federal de psicologia chama ação de Dória na Cracolândia de ‘barbárie’. **Huffpost**. São Paulo. 22/05/2017. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandi_a_22103998/?ncid=fcbklnkbrhpmg00000004Na. Acesso dia 25 de setembro de 2020

6. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas demarcadas no território de uma cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda.

7. Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), Contrato da PPP Habitacional Lote 1 (2014) Lote 1 (2014)

risco e do perigo. Além do mais, o é uma estratégia utilizada nos trâmites de implementação dos interesses do capitalismo neoliberal no que diz respeito aos empreendimentos imobiliários na região do bairro da Luz. O que temos visto é a forma neoliberal de política, que possibilita o lucro em prejuízo de soluções humanitárias, visando o silenciamento e o sufocamento dos conflitos sociais: “Como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal” (SANTOS, 2007, p. 17).

Isso significa que as vidas dos usuários de drogas são marcadas pela exceção, sendo esta o paradigma da guerra, estabelecida sobre a permissão de cometer todo e qualquer tipo de atentado à vida, sem sofrer represálias ou punição (AGAMBEN, 2004). O paradigma da guerra passa a se concentrar no centro da sociedade, na relação entre Estado e cidadão e marca a presença do estado de exceção na existência destas pessoas, ou seja, a ação do governo do Estado e da prefeitura de São Paulo é o exemplo da guerra inserida nas relações sociais que se sobressai ao direito do cidadão na utilização da exceção como norma. A violência psicológica, a violência verbal, a execução sumária, prisões preventivas sem direito ao habeas corpus, a internação compulsória e o fim de programas sociais como o De Braços Abertos (DBA) foram estratégias utilizadas pela prefeitura de São Paulo. As ações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo marcam a existência da população do fluxo com a marca da exceção permanente.

A prefeitura da cidade e o governo do São Paulo não visam possibilitar soluções de conflitos na esfera democrática, mas em políticas e estratégias de *deixar morrer* (FOUCAULT, 2005B). Para Foucault, esta relação não está inserida apenas no campo da ideologia, mas pode ser encontrada no campo da força física: “Pode até não fazer parte de um sistema de violência bélica, ou do terror e ainda ser de ordem físico” (FOUCAULT, 2014b, p. 29). O exemplo da guerra empreendida aos dependentes químicos na “cracolândia” é o controle do corpo e a inserção deste corpo em uma economia política do corpo (FOUCAULT, 2005A). A biopolítica promove a regulamentação do coletivo, de tornar o coletivo normatizado, controlado e por isso se instaura sobre a população; é o poder articulando e desarticulando o controle sobre os usuários de drogas e dos moradores da região da Luz. A partir desses discursos de poder/

saber se legitima toda uma ordem de dispositivos de segurança que utilizam discursos de necessidade para promover intervenções violentas de controle.

Todo o processo apresentado até o momento direciona aos seguintes resultados: as intervenções militares passaram a ser uma lógica de governo em um campo de disputa oriundos dos interesses imobiliários na região. Por via do discurso da segurança e do risco, construiu-se todo um emaranhado de discursos de ilegalidade que legitima o uso da força. O mesmo poder que constrói as necessidades articula as soluções no paradigma da violência e da gestão dos corpos.

Destaca-se na Operação de maio de 2017 na “cracolândia” a utilização de estratégias militares contra a população civil disfarçadas de cuidado e proteção social (TEIXEIRA, 2016), e por fim, a policialização das políticas sociais (TELLES, 2001). Esta ação se inclui em algo que Stephen Graham (2016) chama de um novo urbanismo militar, caracterizado pelo controle da sociedade civil no espaço urbano por meio de tecnologias militares destinadas a combater cidadãos que passam a serem vistos como uma possível ameaça à ordem vigente.

Assim, o mobiliário das ruas é redesenhado como uma forma de inibir o conforto dos sem-teto. Os subsídios de bem-estar social são reduzidos para punir grupos considerados irresponsáveis, desrespeitosos, preguiçosos ou de má aparência. O tratamento punitivo dado aos ‘ilegais’ é justificado retratando-os não como essenciais às economias bem-sucedidas do Ocidente, mas como contágios criminosos e invasivos que ameaçavam uma ideia de nação definida em termos limitados (GRAHAM, 2016, p. 171).

Para Graham, o uso da metáfora “guerra” serve para descrever as condições em que as sociedades urbanas se encontram, principalmente na forma como o poder político lida com problemas atuais como a “guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança” (GRAHAM, 2016, p. 27). A militarização investida contra a sociedade civil tem como uma das bases o aparato da força dispensado contra os marginalizados. Esse é um dos pés desse novo modelo de controle. A guerra declarada às drogas, o controle da vida urbana

e de grupos sociais não fogem ao desenvolvimento do capital internacional, pois estão inseridos em uma norma global e se apresentam como um novo paradigma para as democracias contemporâneas. Estas novas propostas internacionais abrangem muito mais que apenas a indústria da segurança e fazem parte de uma lógica da economia neoliberal. O controle da população civil surge como “soluções mágicas para problemas sociais complexos” (GRAHAM, 2016, p. 37).

O controle militar da sociedade civil equivale a uma militarização da sociedade como um todo e se coloca como um paradigma da sociedade contemporânea. O paradigma da guerra se aperfeiçoa como proposta política para controlar possíveis ameaças presentes nas cidades e a criação de formas de resoluções de problemas por estes grupos específicos.

No nosso tempo, Estados-nação estão se afastando de seu papel como fiadores de uma comunidade de cidadãos dentro de uma unidade territorial, encarregados de policiar as conexões entre ‘interior’ e ‘exterior’. Em vez disso, esses estados estão se tornando sistemas internacionalmente organizados voltados para tentar separar as pessoas e circulações consideradas de risco ou malignas daquelas consideradas livre de riscos ou dignas de proteção. Esse processo ocorre cada vez mais tanto dentro quanto fora de fronteiras territoriais entre Estado-nação, resultando em uma indistinção entre limites internacionais e urbano/locais. De fato, as duas parecem se fundir cada vez mais, para constituir uma ‘multiplicidade’ de pontos de controle que se distribuíram pelas principais linhas de circulação e geografias-chave de riqueza e poder, atravessando limites entre Estados, além daqueles dentro e para além dessas fronteiras. (GRAHAM, 2016, p. 158)

Como destaca Teixeira (TEIXEIRA, 2016) a utilização do termo “Operação” evidencia o caráter de operação militar, bélico e de urgência na região do centro de São Paulo. Estas ações de gestão dos ilegalismos de caráter militar não possuem em si a política como forma de negociação de conflitos, mas atribuem a noção *de risco* às populações residentes em territórios em conflitos, algo que

permite o militarismo intervencionista no lugar da política como aparato de negociação (GRAHAM 2016; MORAES, 2005; ROCHA, 2013). Utiliza-se a força militar contra cidadãos civis, instalando dispositivos de exceção fundamentados na restauração da ordem e na prevenção da violência e do tráfico de drogas. Não são apenas mecanismos de controle, mas mecanismos de controle aplicadas a grupos específicos e na produção de categorias humanas como verdadeiras ameaças à sociedade e potencialmente difundida como “criminalidade violenta” (TEIXEIRA, 2016).

As supostas associações mencionadas por Graham e Teixeira são constantemente atribuídas ao discurso que entrelaça o “nóia”: violência, desordem, renitência. Pois a existência na “cracolândia” é vista como vida que fere uma ordem dominante econômica, geográfica e uma estética neoliberal (Rui, 2012a, p. 9). Porém, o que difere as Operações daqui das do restante do mundo é o lugar da construção desse discurso. O discurso do “nóia” nasce na periferia e foi apropriado pelo poder público para legitimar as Operações militares contra usuários de drogas (SANTOS, 2019A). O discurso do “nóia” legitima e cria discursos morais, resultando em intervenções e na militarização das políticas sociais.

Consequentemente, as ações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo abandonaram a integração social no que diz respeito à ampliação do acesso ao tratamento de usuários de drogas assim como o acesso à moradia, à cidade e também à qualificação para o mercado de trabalho. A vida passa a ser gerenciada por dispositivos de “policialização das políticas sociais” (MORAES, 2005; ROCHA, 2013). Esse é o paradigma da guerra que se insere nos centros urbanos, Um paradigma ordenado pela disciplinarização da população e no controle coercitivo dos considerados “injustáveis” presentes na “cracolândia” de São Paulo (Bairro da Luz).

A Operação de Maio de 2017

O sítio da “cracolândia” iniciou no domingo, dia 21 de maio de 2017, logo pela manhã. O governador Geraldo Alckmin e o então prefeito João Dória, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB),⁸ não

8. O Partido da Social Democracia Brasileira é um partido político que se autodenomina de centro. O PSDB surgiu da junção de três ideias: (1) social democracia, (2) democracia cristã e o (3)

nomearam a ação. A mídia começou a chamar a Operação de “Megaoperação na cracolândia”. A foto de capa do caderno “Cotidiano” do jornal Folha de S. Paulo (GOMES, PAULO; PAGNAN, ROGÉRIO; VERPA, DANILO 2017) apresenta uma cena de guerra. A Operação foi realizada com cerca de 900 policiais do Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado de São Paulo (GOE) da PM e GCM, todos armados com metralhadoras e pistolas. Na foto de capa os policiais estão usando capacetes e coletes à prova de balas. A reportagem foi marcada por discursos e menções a outras Operações realizadas na “cracolândia” em outros mandatos. Cerca de 50 pessoas foram presas na região. Algumas das pessoas levadas em custódia foram acusadas de serem traficantes do Primeiro Comando da Capital (PCC),⁹ acusação recorrente nessas Operações que buscam configurar a “cracolândia” como um lugar de perigo e insegurança. A Operação de 2017 teve como principal marca o sítio da “cracolândia”, concentrando os usuários na praça Princesa Isabel. Foi possível perceber a dispersão dos usuários de drogas químicos para outros núcleos territoriais pela cidade, algo também presente em outras Operações.

Neste sentido, o que se estabeleceu foi a retomada da lógica irrestrita da guerra, na qual os usuários de drogas ocupam o lugar do inimigo a ser combatido. O furor destinado ao controle do espaço público, atrelada à construção de uma delinquência dos usuários de drogas possibilitou tanto ao governador Geraldo Alckmin (mandato de 2015 à 2018) como ao prefeito João Dória (mandato de 2011 a 2018) tirar vantagens políticas da Operação. Ambos utilizaram-se da Operação como propaganda, criando uma verdadeira economia política em torno das ações militares na região e disputas narrativas entre os dois políticos. Enquanto o discurso do prefeito João Dória insistia no apagamento do local e sua significação simbólica “Aqui a cracolândia não volta mais” (in Gomes, Paulo; Pagnan, Rogério; Verpa, Danilo, 2017), o governador Geraldo Alckmin limitava-se a qualificar a Operação como apenas uma entre outras.

O portal G1 tituló a reportagem do dia da seguinte forma: “Polícia faz liberalismo econômico.

9. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização que nasce nas prisões durante a década de 1990 e que atualmente controla o tráfico de drogas nas periferias do Estado de São Paulo.

operação contra tráfico de drogas e Doria diz que “cracolândia” ‘acabou’. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados.” (POR G1, 2017)¹⁰ O combustível dessa lógica de perigo permanente é o *medo* utilizado para legitimar as ações de violência e para tirar vantagens, sejam de qual tipo forem, das populações residentes nestas áreas. A “cracolândia” é constantemente destacada como zona de perigo e lugar de práticas ilegais que legitimam as intervenções e possibilitam justificativas morais e políticas para as intervenções.

A Operação teve como efeito a dispersão dos usuários de drogas. Diante da resistência das pessoas em permanecer na região central, mais precisamente nas praças Princesa Isabel e Júlio Prestes, a prefeitura buscou uma alternativa e passou a observar como uma possibilidade a internação compulsória. Esta solicitação deu-se após os dependentes químicos não deixarem a região central da cidade, mas resistirem em permanecer nas mediações.

O então prefeito João Dória divulgou, no mesmo dia da Operação de 2017, duas decisões: O fim do programa De Braços Abertos e um novo/ antigo plano urbanístico para o bairro da Luz, o projeto “Nova Luz”. Na manhã seguinte, no dia 11 de maio, os espaços ocupados tanto pelo programa de “De Braços Abertos” da prefeitura de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad/PT (2013-2016) quanto pelo programa *Redenção*, do governo do Estado de São Paulo amanhecera fechados, dando indícios do que viria acontecer. Segundo o “movimento autônomo” A Craco Resiste,¹¹ após

10. Por G1: Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia ‘acabou’. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados, 21 de mai. de 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 de abr. 2020

11. A Cracolândia Resiste é um movimento autônomo que vem marcando presença na região da Luz, no centro de São Paulo, conhecida como Cracolândia, atuando como uma espécie de vigília. Estamos presentes constantemente no território para evitar e denunciar as agressões das forças de segurança e outras formas de violência a que estão submetidas, cotidianamente as pessoas que vivem e frequentam essa área fortemente estigmatizada. Definição da própria organização

a Operação de 2017 a polícia passou a circular pelo território se sentido “livre” para “intensificar” as agressões contra a população do “fluxo”:

Agora, com a retomada aberta do projeto de higienismo declarada sem pudores no discurso truculento de João Doria, os policiais e guardas que estão presentes no território se sentem liberados para intensificar as agressões contra essa população. É constante ainda a ameaça de uma operação organizada para fazer uma verdadeira varrição social, se valendo de interações forçadas, prisões e até demolições, para que não reste nada para impedir o processo de especulação imobiliária e privatização da cidade. (A CRACO RESISTE, 2017)

Os abusos empregados contra a população na “cracolândia” foram registrados pelo movimento A CracoResiste por depoimentos, entrevistas e fotos divulgadas no dossiê: “Agregões e violações na Cracolândia”. No documento é possível perceber as humilhações físicas e emocionais aos quais os dependentes químicos foram e são submetidos cotidianamente. Porém, é sempre importante lembrar que ações de violência e de desrespeito aos direitos humanos são registradas há muito na região e perpassam por todas as gestões da prefeitura e do governo desde os anos 2000.

Porém, algo diferente foi proposto durante a gestão do ex-prefeito Fernando Haddad, o programa social “De Braços Abertos” (DBA), que mesmo diante de possíveis críticas, representou um momento de inflexão na forma de agir do Estado no que diz respeito a sua relação com o uso de drogas. O DBA proporcionou um novo exemplo para as políticas de drogas no Brasil e criou um novo paradigma para programas de redução de danos em todo o país. Pois, possibilitou o acesso ao trabalho, à renda e à moradia, pontos importantes quanto à inflexão proporcionada pelo projeto na região (RUI, FIORE & TÓFOLI, 2016).

Logo, diferentemente de outros programas, ao invés de implementar ações

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwI3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>. Acesso no dia 07 de fevereiro de 2018

de dispersão, de criminalização do usuário de drogas, de violência, de gentrificação, o DBA fez respeitar os direitos destes sujeitos a partir de uma nova possibilidade de gestão da vida e do território na cidade de São Paulo. Porém, o DBA teve seu processo de desmonte iniciado em maio de 2017 sem a oportunidade de se desenvolver por mais tempo. O fechamento do programam DBA soma-se as inúmeras tentativas e violações aos direitos humanos, assim como o despreparo nas ações tomadas pela prefeitura, o que resultou no pedido de demissão da secretária de direitos humanos da prefeitura de São Paulo, Patrícia Bezerra,¹² após classificar a operação na “cracolândia” de “desastrosa” (BERGAMO, 2017). Esta não foi a única crítica que a ação desastrosa, mal preparada e higienista na “cracolândia” recebeu. Por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia chamou a ação do então prefeito João Dória na “cracolândia” e o fim do De Braços Abertos de “barbárie” (FERNANDES, 2017) porque pode ser classificada como um retrocesso na luta antimanicomial no Brasil.¹³

Mesmo diante de tantas críticas sobre o fechamento do DBA e das acusações de que fechá-lo representaria um retrocesso nas lutas antimanicomiais, o prefeito João Dória entrou com a petição na justiça de São Paulo para obter autorização para internar compulsoriamente os dependentes químicos. Seu pedido foi aprovado em caráter de urgência pelo juiz Emílio Neto. Diante da autorização, João Dória e a prefeitura de São Paulo divulgaram 270 vagas para a internação compulsória distribuídas em três clínicas. Porém, dos três locais indicados, apenas uma oferecia o serviço de internação de usuários de drogas. As três clínicas são particulares e conveniadas com a prefeitura. Duas não realizavam o serviço de internação e a outra estava fechada como indica a denúncia do UOL Notícias do dia 26 de maio de 2017 (CABRICOLI, 2017).

O pedido de internação compulsória realizado pela prefeitura de São Paulo torna evidente algumas questões sobre violações dos direitos humanos

12. Patrícia Bezerra também ocupa o cargo de vereadora da cidade de São Paulo, é membro do mesmo partido político ao qual o prefeito João Dória e o governador Geraldo Alckmin são filiados, o PSDB.

13. Luta antimanicomial é um movimento que se caracteriza pela luta dos direitos de pessoas com sofrimento mental. O movimento é contra ações de trancafiamento e isolamento dessas pessoas.

na “cracolândia”. Estas ações são motivadas por medidas que possibilitam a retirada das pessoas moradoras da região da “cracolândia” para outro território e nem de longe são ações de despreparo ou de falta de planejamento, mas são fruto de uma racionalidade de controle e do exercício da *biopolítica* (FOUCAULT, 2005A), ou seja, da inexistência de programas qualificados de assistência social destinados à inclusão social destas pessoas, o combate à desigualdade e a redução de danos.

A internação compulsória não é uma proposta de tratamento da dependência química, mas a do confinamento, do sumiço dos corpos em favor da ordem econômica. São corpos indesejáveis. As propostas dos governos não fogem da simplicidade e da insistência em políticas de guerra às drogas, ineficazes em propor soluções.

A narrativa do “nóia” como paradigma da violência

Parte-se da seguinte noção: a construção narrativa que envolve o “nóia” é sociológica, histórica e fruto de metamorfoses de discursos e práticas (cf. SANTOS, 2019). O “nóia”, como é denominado de forma pejorativa o usuário de drogas, perde o controle do uso. É uma categoria discursiva estigmatizada geralmente associada aos usuários de crack e que legitima abusos, disputas e gestões dos corpos desses usuários de drogas tanto nas periferias como nas “cracolândias” espalhadas pela cidade de São Paulo. O controle exercido no corpo do usuário de drogas nas “cracolândias” da cidade não está alheio às lógicas globais de controle e dominação sobre populações assujeitadas. A relação que se estabelece entre Estado e os grupos marginalizados é o constante e irrestrito controle com a intenção de reconfigurar uma determinada paisagem urbana. O que se vê é a tentativa de atribuir a grupos marginais a responsabilidade sobre a insegurança social que resulta em propostas de segurança como um padrão inegociável, essencial e necessário tanto para a sociedade como para o estilo de vida urbana. Esse discurso de “perigo” viabiliza a implementação de ações de controle do corpo dos usuários de drogas e a inserção destes em uma economia política do corpo, na biopolítica.

Portanto, o “nóia” é o resultado de práticas discursivas que legitimam

abusos e as condições nos quais esses sujeitos estão submetidos de vulnerabilidade social, a pobreza extrema. O discurso do “nóia” inviabiliza a sociedade de entender que o assujeitamento dos usuários que fazem uso abusivo de drogas é fruto de várias violações de direitos que antecedem o uso da droga (SANTOS, 2018). O discurso do “nóia” faz o uso abusivo de drogas ser visto como um caso para o confinamento, punição, averiguação e segurança. Este fato encaixa-se com perfeição naquilo chamado uma “economia política do corpo” por Foucault (FOUCAULT, 2014B). Esta economia política do corpo trata da correção, supressão de determinadas ações e atitudes que o sujeito deixa de ter em detrimento do mundo do trabalho.

O “nóia” é um símbolo de um corpo insubmisso às ordens vigentes. Nesse sentido, o “nóia” apresenta-se como uma categoria discursiva, discursos de poder/verdade apinhados de conhecimentos que legitimam toda uma ordem de violência sobre os corpos dos usuários de drogas. O “nóia” é um discurso de conhecimento/poder que constrói “verdades” sobre o usuário de drogas e sobre o uso de drogas. Encontra-se entre estes discursos de conhecimento, poder e verdade a noção que os dependentes químicos não possuem consciência sobre a condição na qual estão inseridos e conseqüentemente, estes discursos passam a ser utilizados para justificar práticas correccionais destinadas ao trancafiamento. Por exemplo, a internação compulsória é um resultado da construção discursiva do “nóia” (SANTOS, 2019).

A submissão do corpo está inserida diretamente em uma relação social, econômica e de poder. Esta relação da submissão do corpo faz parte das relações com a população. Trata-se de uma tática que dialoga diretamente com o que Foucault chamou de *fazer viver e o deixar morrer* (FOUCAULT, 2005B). O discurso que estrutura o “nóia” parte da noção da indisciplina, da anormalidade e da insubmissão que legitimam o confinamento, a punição e a morte. Foucault alerta como os sistemas de confinamento na contemporaneidade não têm como finalidade ou intenção a reinserção social ou sua correção, mas apenas a extração de docilidade e utilidade dos corpos dos presos ou “delinquentes” (FOUCAULT, 2014B). A violência como força de guerra destinada aos dependentes químicos na “cracolândia” se pauta na noção de risco e legitima-se no discurso de insegurança

sobre determinadas áreas ou pessoas (FOUCAULT, 2010D).

O discurso ou a narrativa do “nóia” é uma construção social que permite o poder incidir e assujeitar esses corpos (FOUCAULT, 2017E). Muitos dispositivos de poder cooperam com essa produção que se alimenta da generalização dos dependentes químicos (RUI, 2012A). Pois, somente a partir da generalização é possível efetivar estratégias de *deixar morrer* aplicadas na “cracolândia”. Essas estratégias fazem do corpo do usuário de drogas um campo de disputa permanente e definem os problemas existentes na “cracolândia” como específicos daquela região, ignorando os laços e os percursos da produção dessa categoria como um problema da cidade.

Conclusão

A ocupação de territórios desejada por investidores é gerida pelo Estado que não mede esforços para realizar o projeto. Diante disto, o processo da Operação com início em maio de 2017 não está deslocado de outras realizadas na “cracolândia” em anos anteriores. Operações militares como a realizada na “cracolândia” de São Paulo em maio de 2017 visam o controle da paisagem urbana e a reconfiguração social da ideia de espaços públicos. São os interesses do mercado revestidos com a roupagem da segurança social aplicados em investimentos e recursos enraizadas nas ideologias, possibilitando a criação de uma forma diferente de como o Estado e a sociedade civil interpretam os espaços públicos e privados, o corpo e o(s) uso(s) de drogas.

A produção de um inimigo perpassa pela lógica econômica e está ligada ao desenvolvimento do neoliberalismo global. Na “cracolândia”, a tática empregada é o *urbanismo militar*. Tais operações, como a de maio de 2017, deslocam o direito de determinado grupo sobre os espaços públicos, rompendo com o paradigma político de conciliação dos possíveis conflitos existentes na região, voltando-se ao ataque das categorias humanas presentes na localidade: dependentes químicos, população em situação de rua e moradores com residência na região.

As ações militares na localidade significam o gerenciamento dos corpos dos dependentes químicos a partir da narrativa do “nóia”. O discurso do “nóia” legitima e cria discursos morais, resultando em intervenções e na militarização

das políticas sociais. O “nóia”, esse tipo social, vive o paradoxo da invisibilidade e o da hiperexposição de seu corpo. Ao mesmo tempo que as suas trajetórias são ignoradas se tornam visíveis a partir de um discurso de “necessidade de controle”. Esse fato demonstra como o “nóia” é um tipo social complexo, isto é, uma produção, envolvendo vários atores a partir de uma gestão de controle exercida pelo Estado e pela economia da droga.

As Operações seguem um padrão de gestão sobre os corpos: controle e dispersão do “fluxo”, ou seja, não há falta da presença do Estado no “território”, mas o Estado se encontra presente gerindo os corpos, o território e os interesses econômicos planejados para a região. As intervenções militares são estruturadas na disputa de programas políticos para a região, algo que demonstra não somente a região como um campo de disputa permanente, mas faz dos corpos dos dependentes químicos um campo de disputa das gestões, dos partidos políticos, das igrejas, etc.

Referências

A Cracolândia Resiste. **Agressões e Violações na Cracolândia**, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwI3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>. Acesso no dia 02 de fevereiro de 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**: homo sacer, II, I. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

ARAÚJO, Glauco; MACHADO, Livia; SANTIAGO, Tatiana. Justiça autoriza Prefeitura a apreender usuário de droga da Cracolândia para avaliação médica. **G1**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-aceita-pedido-de-internacao-compulsoria-para-dependentes-quimicos-da-cracolandia.ghtml>. Acesso no dia 01 de setembro de 2020.

ATKINSON, P., & HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. In: N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, pp.248-61. 2005.

BERGAMO, Mônica. Secretária de Dória entrega cargo após discorda de ação na Cracolândia e chamá-la de desastrosa. **Folha/UOL**. São Paulo, 2017.

24/05. Acervo online disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1887181-secretaria-de-doria-entrega-cargo-apos-discordar-de-acao-na-cracolandia-e-chama-la-de-desastrosa.shtml?mobile>. Acesso dia 29 de setembro de 2020.

BRASIL. Decreto-lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

BRITO, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro. **LABCIDADE:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso, 2017. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2017/08/1e64febe0dcf0aadb23afee2b197afa8.pdf>. Acesso no dia 10 de outubro de 2017.

CAMBRICOLI, Fabiana. Plano de Dória para internar dependentes inclui hospital fechado. **Uol Notícias**. São Paulo. 26/05/2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/05/26/plano-de-doria-para-internacao-de-dependentes-inclui-hospital-fechado.htm> Acesso dia 29 de Outubro maio de 2020.

CORREIA, M. C.. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v.13, n. 2, p. 30-36. 1999.

EZPELETA, J., & ROCKWELL, E. . **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986.

FERNANDES, Marcella. Conselho federal de psicologia chama ação de Dória na Cracolândia de 'barbárie'. Huffpost. São Paulo. 22/05/2017. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandia_a_22103998/?ncid=fbcklnkbrhpmg00000004Na. Acesso dia 25 de setembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de

France. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, Michel **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017e.

FRÚGOLI JR, Heitor. Territorialidades e redes na região da Luz. In: Kowarick, Lúcio(org). **Pluralidade Urbana em São Paulo**. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Ed. 34, 2016. p. 249-271.

FRÚGOLI, Heitor; SPAGIARI, Enrico. Da Cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe**, n. 6, 2010. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/1870>.

Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia 'acabou'. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados. **G1**: 21 de mai. de 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

GOMES, Paulo; Machado, Leandro; Neves, Fernanda Pereira; Pagnan, Rogério. Ação de Doria para demolir imóvel deixa feridos na Cracolândia. **Folha de São Paulo**, 2017. Acervo online, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml>. Acesso no dia 03 de setembro de 2020.

GOMES, Paulo; Pagnan, Rogério; Verpa, Danilo. Doria diz que 'Cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml>. Acesso no dia 05 de setembro de 2020.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas**. O novo Militarismo Urbano. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

Viciados deixam 'favelinha' da cracolândia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/147955-viciados-deixam-favelinha-da-cracolandia.shtml> Acesso em 17 de abr. de 2021.

LEITE, Fábio; Carvalho, Marco Antônio. Polícia faz nova ação na Cracolândia, prende traficantes, mas fluxo retorna a praça. **Estadão**: 11 de jun. de 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-volta-a-fazer-operacao-na-cracolandia-neste-domingo,70001835447>. Acesso em 16/04/2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MILENA, Lilian. Cracolândia: Bombeiros teriam removido cadáver de usuário preso desde domingo. 26/05/2017. **Jornal GGN**. São Paulo. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/noticia/cracolandia-bombeiros-teriam-removido-cadaver-de-usuario-presos-desde-domingo>. Acesso no dia 29 de outubro de 2020.

MORAES, Pedro Bodê de. “Juventude, medo e violência”. Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise: Novos e Invisíveis Laços, 2005.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos**: etnografia em contexto de consumo e comércio de crack. Campinas. 335p. Tese de Doutorado. IFCH / Unicamp, 2012.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: Kowarick, Lúcio (org). **Pluralidade Urbana em São Paulo**. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Ed. 34., 2016b, p. 225-248.

RUI, Taniele; FIORE, M; TÓFOLI, L.F. “Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016c.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras”?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Ednan Silva. **Metamorfoseando o “nóia”**: formas de poder-saber, controle e sujeição em torno da figura do “usuário de crack” em São Paulo. São Bernardo do Campo. 97p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do ABC, 2019a.

SANTOS, Ednan Silva. Planos migratórios na Cracolândia de São Paulo na década de 1990. **Revista Katálysis**. Florianópolis, n. 2 v. 21, p. 336-344, maio/ago, 2018b.

SANTOS

TEIXEIRA, Alessandra. **O Crime Pelo Averso**. Gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2016.

TELLES, Vera. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

Recebido: 28/07/2021

Aceito: 22/01/2023

O perigo de todes! Considerações em torno do banheiro neutro em Fortaleza

*The danger of they/them!
Considerations around the
neutral bathroom in Fortaleza*

**Emanuel Freitas da Silva¹,
Fabrício de Sousa Sampaio²,
Pedro Henrique Almeida Bezerra³**

- 1.** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). <http://orcid.org/0000-0001-6304-4316>. **emanuel.freitas@uece.br**
- 2.** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). <https://orcid.org/0000-0003-4274-1627>. **farcosousa@yahoo.com.br**
- 3.** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Substituto do curso de Serviço Social da UECE. <https://orcid.org/0000-0002-4611-5626>. **pedro.almeida@aluno.uece.br**

Resumo: A agenda em torno das identidades sexuais e de gênero estão inscritas na vida política brasileira sob os mais diversos ângulos, indo da possibilidade de reconhecimento e inclusão à “denúncia” de um suposto “perigo” a ser combatido. A recente empreitada em torno da construção, em espaços públicos, de banheiros neutros (em alternativa a anterior possibilidade do “terceiro banheiro”) tem sido utilizada em ambas as direções. A questão que estrutura este artigo centra-se nos usos políticos da problemática e estrutura-se nos

seguintes termos: como políticas de inclusão, ligadas às questões de identidade de gênero, são utilizadas para gerar polêmicas políticas em espaços de poder institucional produzindo, discursivamente, pânicos morais? Toma-se como corpus de análise discursos proferidos por vereadores na Câmara Municipal de Fortaleza quando da “descoberta”, por meio de “denúncia”, de banheiros neutros em um equipamento público, no ano de 2021, e ações práticas de violência, ainda que verbal, como performatividade após isso.

Palavras-chave: Gênero. Identidade Sexual. Arquitetura dos Gêneros. Pânico Moral. Ideologia de Gênero.

Abstract: The agenda around sexual and gender identities is inscribed in Brazilian political life from the most diverse angles, ranging from the possibility of recognition and inclusion to the “denunciation” of a supposed “danger” to be fought. The recent endeavor around the construction, in public spaces, of neutral bathrooms (as an alternative to the previous possibility of the “third bathroom”) has been used in both directions. The question that structures this article focuses on the political uses of the problem and is structured in the following terms: how inclusion policies, linked to gender identity issues, are used to generate political polemics in spaces of institutional power, producing, discursively, moral panics? It is taken as a corpus of analysis speeches given by councilors in the City Council of Fortaleza when the “discovery”, through “denunciation”, of neutral bathrooms in a public facility, in the year 2021, and practical actions of violence, even if verbal, as performativity after that.

Keywords: Gender. Sexual Identity. Architecture of Genres. Moral Panic. Gender ideology.

1 – Introdução

À medida em que questões sobre sexualidade e gênero avançam e se tornam questões importantes, tanto no espaço social como nos diversos espaços institucionais do poder estatal, reações advindas das mais diversas esferas sociais são levadas a cabo, seja por meio das tentativas de interdição do debate em favor da proliferação impositiva de um discurso tido como conservador

e, em consequência disso, heteronormativo¹; seja por meio de vetos ou mobilizações em contrário ou mesmo pela deslegitimação e ataques aos sujeitos envolvidos nestas questões. Em todas elas está presente o uso da linguagem para mobilizar um imaginário de destruição e perigo em curso a partir da agenda de inclusão implementada.

A recente incorporação, por parte do Estado e do mercado, da agenda em torno do banheiro neutro, tem suscitado os mais diversos tipos de protestos, sempre acionando a ideia de destruição da família e dos valores tidos como tradicionais, ou a ideia de possibilidade de violência sexual contra mulheres que a adoção de tal banheiro pode acarretar². Tal foi o que se sucedeu no caso que analisaremos no decorrer deste artigo.

Era o dia 28 de outubro de 2021 quando o vereador Jorge Pinheiro³ (então no Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, hoje no União Brasil) subiu à tribuna da Câmara Municipal de Fortaleza para fazer o que nomeou como uma “*revoltante denúncia*”⁴ a ser proclamada ali, no plenário: em “*mais uma*

1. Segundo Butler (2010) é socialmente esperada a coerência e a auto-evidência entre sexo-gênero-desejo, equivalência esta em que o pênis está para o macho, assim como a vagina está para a fêmea, e em que um está para o outro do ponto de vista do desejo. Dessa forma, temos a noção de heterossexualidade compulsória, que é o mote central da heteronormatividade. Logo, essa seria a norma heterossexual como padrão a ser seguido e adotado por todos dentro de uma lógica do gênero binário (homem/mulher).

2. A questão em torno do banheiro neutro, ou unissex, foi bastante explorada no segundo turno da eleição presidencial de 2022, como tema de acusação da campanha de Jair Bolsonaro (Partido Liberal) à campanha de Luis Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), de tal modo que esta tratou de negar qualquer possibilidade de vir a encampar a questão como política pública em um eventual governo seu durante evento em que lançou compromissos com evangélicos. Sobre isso, ler: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/a-pastores-lula-diz-que-ideia-do-banheiro-unissex-e-do-satanas-1.2752438>.

3. Membro consagrado da Comunidade Católica Shalom, vereador em seu segundo mandato, tem pautado sua atuação pela defesa do que considera ser os “valores da família cristã”, encampando as mais diversas agendas do conservadorismo contemporâneo.

4. Usaremos aspas neste artigo todas as vezes em que fizermos uso de palavras proferidas pelos vereadores que compõem o *cópus* de análise deste artigo ou de outros personagens que se fizerem

tentativa de imposição” da famigerada “*ideologia de gênero*”, a Rede CUCA⁵ estava pondo “*em perigo*” a vida de crianças da cidade, pois instalara um “*banheiro neutro*”, e que, “*dessa forma como estou vestido, se quiser ir a um banheiro da rede CUCA, eu vou poder entrar desse jeito aqui no banheiro das mulheres*”. Segundo ele, homens e mulheres, e não adolescentes ou crianças, poderiam entrar em qualquer dos banheiros da Rede se assim o quisessem.

A prova cabal deste “perigo” eram placas postas em cada uma das portas dos banheiros do prédio, conforme podemos ver abaixo:

Imagem 01: Placas na porta do banheiro do CUCA.



Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereadores-querem-impedir-banheiros-para-trans-em-fortaleza-apos-polemica-das-placas-na-rede-cuca-1.3155074>

ilustrativos do que aqui estamos a tratar, assim como de trechos de autores dos quais faremos uso.

5. Os Centros Urbanos de Cultura e Arte são equipamentos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, criados ainda na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores), instalados em bairros da periferia da cidade, onde se desenvolvem diversas atividades artísticas e esportivas para as juventudes.

Aparteado por outros parlamentares, o discurso de Pinheiro constituiu-se como mais uma oportunidade para que agentes do campo político conservador hasteassem a bandeira do perigo em torno das questões de gênero como uma ameaça a rondar a cidade, dando seguimento, por toda aquela semana, a discursos que cobravam explicações do prefeito da cidade (José Sarto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT) e da equipe de gestão do Cuca, alardeando o perigo sempre rodante em torno das questões de gênero, interpeladas como ideologia de gênero, uma espécie de expressão guarda-chuva em que se tenta alocar tudo ao qual se precise manifestar oposição através da mobilização da ideia de mal a ser combatido.

A autoproclamada agenda conservadora que contemporaneamente espalha-se pelo mundo, com destaque para a América Latina, elegeu a bandeira contra avanços em torno das questões de direito reprodutivos, sexualidade e de gênero denominando-as sob a alcunha de “ideologia de gênero”⁶, que tem servido para mobilizar ininterruptamente parcelas consideráveis das populações nos mais diversos lugares. No Brasil, tal agenda tem sido efetivamente mobilizada ao menos desde o começo dos anos 2010, com rápida circulação por estados e municípios sobretudo a partir dos anos de 2014, quando se discutiam os planos estaduais e municipais de educação, operando-se uma verdadeira cruzada religiosa para a supressão de toda e qualquer expressão que lembrasse a inclusão da pauta nos currículos escolares.

Recentemente, os empreendedores morais combatentes daquilo que nomeiam como ideologia de gênero radicalizaram os interrogatórios sobre o acesso dos banheiros públicos a partir da referência à prática a partir da

6. A “ideologia de gênero” é um neologismo ou “sintagma neológico” construído pelo ativismo religioso para a mobilização política e a intervenção na esfera pública (JUNQUEIRA, 2018). É uma retórica de defesa da ‘família natural’ ou ‘tradicional’ que objetiva: a reafirmação das hierarquias sexuais; o combate à educação escolar para a sexualidade; o rechaço aos formatos familiares dissidentes da heteronorma; a repatologização das transgeridades e das homossexualidades; a obstrução do reconhecimento aos direitos sexuais e da equidade de gênero; a “rebiologização essencializadora” das concepções de sexo, sexualidade, identidade sexual, heterossexualidade, família, matrimônio, filiação, maternidade e parentesco (JUNQUEIRA, 2018).

mobilização de pânico, terror e medo. A defesa do acesso e o uso correto dos banheiros públicos, ao que nos parece, busca interditar o acesso dos sujeitos dissidentes de gênero (binário) negando-os um direito fisiológico básico, pondo em circulação pânico morais em torno da sexualidade, principalmente através do discurso de preservação da inocência das crianças.

A reação brasileira de larga escala contra a famigerada ideologia de gênero começou a circular, embora em menor escala, a partir da realização das eleições nacionais de 2010, perpetrada por políticos da bancada evangélica e de partidos identificados como de direita (sobretudo os seguintes: Partido Social Cristão, PSC; Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB; Democratas, DEM; e Partido Humanista Social, PHS), que produziam visibilidade na mídia opondo-se aos materiais didáticos produzidos e distribuídos Ministério da Educação (então sob o comando de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, PT), materiais estes que visavam combater a discriminação escolar contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexo, assexuais dentre outras); era parte do Programa Escola Sem Homofobia⁷.

Em uma política de combate ao reconhecimento das questões de direitos humanos no tocante às discussões de gênero e sexualidade, tomava forma ali um imaginário que mobilizava um pânico moral em torno do perigo desse material para as crianças. Discursivamente, a contemplação de direitos à

7. Dentre as iniciativas deste programa, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, existia a proposta de distribuir um material criado pela ONG paulista ECOS- Comunicação em Sexualidade, que foi denominado pelo governo de 'kit anti-homofobia' e seus críticos transformaram em 'kit-gay'. Em meio às polêmicas, a presidenta recém eleita Dilma Rousseff suspende o material no dia 26 de maio de 2011. Este desfecho representou uma concordância do governo sobre a incitação à homossexualidade e a ameaça às crianças que o material continha (BALIERO, 2018). Nas eleições presidenciais de 2018, um dos maiores críticos desse programa na época, o deputado Jair Bolsonaro, utilizou como um dos artifícios discursivos, uma suposta distribuição desse 'kit-gay' em sua campanha. Novamente, a promoção do "pânico moral", em torno das questões de gênero e sexualidade, é acionada para finalidades políticas que foram bem-sucedidas neste pleito.

população LGBTQIA+, que marcava as políticas governamentais da época, foi, já ali e a partir daquele momento, apontada como ameaça às crianças.

Nesse sentido, as investidas antigênero⁸ no Brasil contemporâneo partem da utilização da estratégia discursiva de construção do pânico moral e sexual em torno de um suposto ataque às crianças, tendo nos recentes debates em torno da reformulação dos banheiros uma oportunidade para sua reconfiguração e atuação, sendo estes um dos alvos principais. Assim, a proibição ao acesso e à utilização dos banheiros públicos pelas dissidências de gênero, já existentes, que operam enquanto policiamento do gênero, pode ganhar adeptos quando a heterossexualidade e os gêneros inteligíveis das crianças são utilizados como ameaças previsíveis pelos discursos antigênero. Não basta proibir o acesso das dissidências de gênero aos banheiros públicos binários, mas também é imperativo para a militância antigênero barrar a construção de outros banheiros cuja existência possa desnaturalizar e desconstruir a ficção social edificada em torno da matriz heterossexual.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é o de identificar os elementos constituintes do discurso político conservador-religioso em um de seus principais pilares: a oposição às questões de gênero; para isso, toma-se como corpúsculo de análise os discursos proferidos por três vereadores da cidade de Fortaleza: Jorge Pinheiro (PSDB), Carmelo Neto (Republicanos) e Priscila Costa (Partido Social Cristão). Que elementos compõem a narrativa de atores do campo político-religioso para justificarem sua oposição a elementos que compõem a agenda de políticas públicas no que diz respeito às questões de gênero? – eis a problemática que articula os objetivos deste artigo, que está estruturado por esta introdução, seguido da apresentação e discussão do episódio ao qual, anteriormente, fizemos referência, uma revisão de literatura acerca das relações entre espaços e arquitetura dos gêneros, uma outra sobre a discussão acerca do lugar reservado a travestis no espaço escolar e, finalmente, as conclusões que pudemos elaborar visando momentos outros de análises.

8. Termo que se refere a uma tomada de posição “contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

Ver-se-á, ao fim do artigo, que o episódio, além de servir como elemento constituinte de um projeto político estruturado para a produção do “pânico moral”, também se mostrou um excelente álibi na cruzada religiosa-política de atores do campo conservador contra os avanços na legislação e na formação de políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+, sendo envolvida como mais uma empreitada da “ideologia de gênero”, servindo para que tais atores mostrem-se como “sentinelas” sempre em alerta acerca do perigos que “rondam nossas crianças”.

2 – Banheiro neutro em Fortaleza: o perigo de *todes* para mulheres e crianças

Nesse momento do texto, cumpre-nos apresentar e analisar os discursos proferidos na sessão da Câmara Municipal de Fortaleza, realizada em 28 de outubro de 2021, em que o vereador Jorge Pinheiro apresentou o que chamou de “*denúncia*” e foi aparteado por outros colegas parlamentares. Cumpre destacar que Pinheiro faz parte de um grupo de vereadores que se identificam com o que chamam de “conservadorismo político” e unem-se em torno de bandeiras que fazem oposição a muitas questões, com destaque para aquelas em torno do gênero. Membro de uma Comunidade da Renovação Carismática Católica, tem levado a cabo a agenda antigênero⁹ no Parlamento da cidade. Sua candidatura à reeleição, bem como a de Priscila Costa, evangélica da Assembleia de Deus, foi analisada por Silva, Castro e Moura (2021), e suas trajetórias e os sentidos que dão à política, vendo nela um meio de legitimação da sua fé, por Silva e Torres (2021). Carmelo Neto, por sua vez, é um jovem de 20 anos, eleito em 2020 o vereador mais jovem da cidade de Fortaleza, tendo destacado-se em mobilizações de movimentos conservadores na cidade.

9. Movimento político conservador que visa interditar a proliferação do debate científico sobre a pluralidade do gênero como multiplicidade de expressões e desejos. Esse movimento, intenta, por outro lado, a reafirmação do gênero binário e sua *auto-evidência* (macho-homem-pênis / fêmea-mulher-vagina / heterossexualidade compulsória) com base em preceitos dogmáticos, religiosos e conservadores. Um exemplo das ações da agenda antigênero foi a luta para retirada da palavra “gênero” dos planos estaduais de educação entre 2014 e 2016 (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Importa ressaltar que no atual contexto de mobilização de uma agenda antigênero, no Brasil e no mundo, os Parlamentos têm se constituído como importantes instrumentos para a proposição de legislações que contemplem os mais diversos direitos das minorias, como também para vetar, desvirtuar e macular projetos apresentados nesse sentido, sempre utilizando-se a retórica em torno da “ideologia de gênero”, como, por exemplo, apontado por Silva e Silveira (2021) em trabalho em que se analisou outro episódio, envolvendo dois dos vereadores aqui listados, em um projeto de lei que versava sobre outro aspecto da temática de gênero.

Pinheiro compartilhou em suas redes sociais o discurso proferido na Câmara, em cuja legenda se podia ler o seguinte: “*REVOLTANTE – Recebemos a denúncia de mais uma tentativa de imposição de ideologia de gênero. Dessa vez, o caso ocorreu na rede Cuca*”. Seu discurso tinha o seguinte elemento principal de argumentação em contrário ao banheiro: a indicação de que serviria para oportunizar a entrada de homens em banheiros femininos – “*de acordo com que está aqui nessa placa, eu, dessa forma como estou vestido, se quiser ir a um banheiro da rede CUCA, eu vou poder entrar desse jeito aqui no banheiro das mulheres*”, “*eu posso me considerar uma mulher e se eu me considerar uma mulher, portanto eu terei direito de ir no banheiro*”. Assim, por meio da implementação de uma política pública que visava o reconhecimento de uma questão em torno da diversidade se estava a favorecer o *desacordo* com aquilo que seria a *natureza*.

No mesmo sentido caminhou o discurso da vereadora Priscila Costa, que o anunciou assim em suas redes sociais:

Imagem 02: Priscila Costa anuncia denúncia.



Fonte: <https://www.facebook.com/priscilacostaoficial/videos/3066516146928822>

De início, destaque-se a mesma ideia de “revolta” acionada por Pinheiro, desta vez grafada na cor vermelha, ligando o fato à esquerda, acompanhada de uma *hashtag* em que se lê o nome do prefeito (inclusive, ao iniciar seu discurso, fará referência “*ao governo do PDT*”). Para ela, o banheiro se constituía como uma “*propaganda da ideologia de gênero da maneira mais covarde*”, apontando o perigo de vir a frequentar um banheiro como o que havia sido instalado no Cuca: “*um banheiro que eu pudesse entrar com a minha filha, ele diz o seguinte, que esse banheiro é inclusivo e por isso pode entrar todo tipo de mulher, mulheres não binárias, mulheres trans e mulheres cis*”. Mostrando-se pouca preocupada com o que os termos significam, “*eles são irrelevantes*”, a vereadora compreende-os apenas como termos “*utilizados para uma minoria pequena barulhenta*”, que pintariam “*os nossos banheiros com as suas ideologias*”. Para ela, não-binários seriam apenas “*homens que poderiam entrar dentro do banheiro das mulheres*”, “*homens que segundo essa ideologia pudessem se sentir mulher ou então homens cuja forma dele se expressar seja feminina*”. Por fim, ela ataca: “*Eu quero aqui salientar o perigo que nós, mulheres, corremos; nós, mulheres, que na civilização conquistamos a nossa privacidade, que na civilização conquistamos a nossa proteção, não temos mais agora um banheiro aonde pode se sentir seguro. Não! Agora um homem pode entrar no banheiro das mulheres. Perdemos nossa privacidade, perdemos nossa segurança, e se você acha que não tem a ver o que eu estou falando com uma ação da prefeitura, eu quero lembrar que o CUCA está aos cuidados do governo Sartó*”.

Em seguida foi a vez do vereador Carmelo Neto subir à tribuna para fazer coro aos discursos que ali se proferiram. Também em suas redes, horas depois, poderia se ver o anúncio do discurso ali proferido. Segundo sua argumentação, “*você está no banheiro e acha que o gênero da outra pessoa no recinto não bate com o que diz na porta: não se preocupe a pessoa conhece bem o seu gênero! Isso aqui é um absurdo! Isso daqui é uma vergonha*”. Sua recusa em relação ao fato devia-se a que “*nossas crianças precisam ser respeitadas, nossas crianças não podem estar vulneráveis. Banheiro de homem é banheiro de homem, banheiro de mulher é banheiro de mulher. É muito simples*”. Dias depois o vereador anunciaria que havia protocolado projeto de lei em que se proibia a instalação de banheiros neutros na cidade de Fortaleza.

No dia seguinte a esses discursos, e diante da repercussão que o fato atingira na cidade, sobretudo nas redes sociais, um outro vereador, Inspetor Alberto, de identificação irrestrita aos ideais do presidente Jair Bolsonaro (PARTIDO LIBERAL), anunciou em suas redes sociais que havia ido ao prédio da Rede Cuca, localizado no bairro José Walter, e havia, num exercício de “cidadania”, apreendido as placas que estavam penduradas nas portas dos banheiros¹⁰, conforme se pode ver na imagem por ele compartilhada:

10. Na verdade, o ato foi interpretado como abuso de poder e foi denunciado pelos gestores da unidade e por outras agressões aos direitos humanos, inclusive por transfobia. Sobre isso, ler: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereador-e-investigado-por-arrancar-placa-de-vestiario-para-pessoas-trans-e-nao-binarias-no-cuca-1.3154100;> <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/29/vereador-arranca-placas-informativas-sobre-uso-de-banheiros-por-pessoas-trans-de-unidade-da-rede-cuca-em-fortaleza.ghtml>; <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/10/29/rede-cuca-denuncia-vereador-de-fortaleza-que-arrancou-placas-sobre-identidade-de-genero-fixadas-em-banheiros.html>.

Imagem 03: Inspetor Alberto exhibe placa arrancada.



Precisamos defender nossas crianças disso!

OBS: Amanhã dia 30/10/2021 irei publicar as 7:30 da manhã o meu video da fiscalização e apreensão das placas no Cuca do José Walter.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4190944724365379&set=pb.100003496771906.-2207520000.&type=3>

No dia seguinte, uma outra imagem interpelava à audiência do vídeo em que mostrava o momento em que o parlamentar havia invadido o local e arrancado as placas, como se vê abaixo, acionando a ideia de perigo:

Imagem 04: Inspetor Alberto - fiscalização.



Fiscalizei o Cuca do Bairro José Walter, encontrei placas nas portas dos banheiros que orientavam qualquer pessoa entrar, Homens nos banheiros das meninas, e meninas nos banheiros dos Homens. Posso afirmar, nossas crianças estão em perigo. Assista e compartilhe!

OBS: O Art. 232 do ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE diz; Submeter Crianças e adolescentes sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento: detenção de 6 meses a dois anos.



Fonte: <https://www.facebook.com/alberto.inspetoralberto/videos/253629046733834>

Dizendo-se “pago para fiscalizar”, Alberto discutia com uma das pessoas que trabalham na Rede Cuca, arrancando as placas ao dizer que o ato era um “*flagrante*” (ideia de que o banheiro era um “crime”), pois o certo seria que “*o banheiro para homens é banheiro para homem! Banheiro para mulher é banheiro para mulher!*”. Ali se observava, segundo ele, a possibilidade de que “*uma jovem, com menos experiência, entrar no banho desse aqui e tem um pedófilo ou estuprador aqui dentro*”; por isso, acionaria o “Ministério Público” e a Prefeitura. Em termos chulos, nomeia o banheiro como “*uma putaria que faz com o povo. Você que é pai, você que é mãe, presta atenção isso aqui ó! Você votou nesse prefeito pra ele transformar isso aqui num antro de perversidade com os jovens e ache ruim quem achar: prefeito, governador, seja quem for. Não pode acontecer! Pai, mãe, não deixa acontecer para o seu filho seja manipulado por esse povo que quer acabar a família, a religião. [...] Temos que defender nossas crianças. O negócio é sério, não é brincadeira*”.

Assim, de uma política pública implementada em espaços de lazer e cultura para adolescentes, e não para crianças, o banheiro neutro foi transformado num grande instrumento de destruição das famílias, da religião e da incitação à violência contra as mulheres. Os embates produzidos na Câmara em torno do tema, em tom acusatório, criminalizante e nada aberto à compreensão do que seria a política de identidade em torno do banheiro daria mostras da impossibilidade de consenso produzida nos nossos dias? Um dissenso estruturante se interpõe entre a questão em causa e os agentes que estão a discuti-la. O dissenso torna-se, nesse como em muitos outros casos, um abismo.

É importante destacar que o debate acima travado acontece à revelia e deslocado da decisão dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiram a favor do direito de transexuais usarem banheiros conforme sua “identidade de gênero”, ou seja, como se percebem (homem ou mulher), independentemente do sexo a que pertencem¹¹. Bem como também cabe citar a deliberação do mesmo tribunal em favor do uso do nome social como direito, e, por maioria, decidiu que, para a alteração, não é necessária autorização judicial¹².

11. Renan Ramalho para o G1 em 19 de novembro de 2015.

12. Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 em 29/01/2021.

3 – Espaços e arquiteturas dos gêneros: banheiros e sexualidade na reflexão *queer*

As tecnologias de gênero¹³ operam na reprodução dos processos e espaços sociais vinculados às normas de gênero hegemônicas, às sexualidades inteligíveis e aos desejos autorizados. A qualquer situação social experienciada em determinada cultura, existe uma tecnologia a serviço da regulação, controle e autorização das possibilidades performáticas dos corpos generificados e sexualizados. Preciado (2019) engendra uma reflexão sobre as arquiteturas sociais que, a princípio, poderiam estar a serviço das necessidades naturais básicas tais como comer, urinar, defecar e dormir, mas atuam para regular veladamente o olhar e o acesso, enquanto discretas tecnologias de gênero. Assim, o filósofo espanhol aborda a questão dos banheiros públicos que, embora pensados inicialmente como espaços para gerir o lixo corporal das cidades, transformaram-se em “locais de policiamento de gênero”. Os banheiros se converteram na mais sutil tecnologia de gênero heteronormativa:

Na porta de cada banheiro há um único sinal, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, chapéu masculino ou chapéu feminino, bigode ou florzinha, como se a ação de entrar no banheiro fosse mais para refazer o gênero do que para se desfazer da urina e da merda. Ninguém nos pergunta se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, ninguém se interessa pela cor nem pelo tamanho da merda. O único que importa é o GÊNERO (PRECIADO, 2019).

Se, porventura, o acesso aos banheiros nos espaços privados possa não ter,

13. Partindo da perspectiva teórica foucaultiana que concebe a sexualidade como “tecnologia sexual”, Teresa de Lauretis (1994) propõe analisar o gênero, “[...] como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1987, p. 208). Sinteticamente, o gênero é uma produção e um processo de numerosas tecnologias sociais “[...] com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 228).

hipoteticamente, grandes conflitos, embora a família opere também enquanto “tecnologia de gênero”, pois o acesso aos banheiros domésticos geralmente é individualizado, ou atomizado por gênero – homens e mulheres não costumam utilizar o mesmo banheiro simultaneamente –, o acesso e a utilização dos banheiros públicos na sociedade contemporânea podem suscitar um problema social cujos desdobramentos são imprevisíveis. Esse é o caso que estamos aqui analisando. “Perigos” os mais diversos foram anunciados pelos parlamentares caso os banheiros continuassem a existir na Rede CUCA que, embora voltados a adolescentes, eram apresentados como oportunidade ímpar em que “homens” entrariam em banheiros como “meninas” (a operação discursiva era sempre essa, opondo os dois).

Os banheiros operam como tecnologias sociais da matriz heterossexual¹⁴, ou seja, representam espaços que realizam a inteligibilidade dos corpos, gêneros e desejos a partir da presunção de que a coerência e o sentido dos corpos estão vinculados a um modelo discursivo em que um sexo fixo expressa um gênero estável, de maneira oposicional e hierárquica, em contextos de heterossexualidade obrigatória. Para Butler (2010), o sistema binário dos sexos está intrinsecamente ligado à crença “numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2010, p. 24). Ou seja, mesmo na polêmica produzida, os termos utilizados, em Fortaleza, foram os da heterossexualidade: homens rondando meninas Butler (2010) questiona a evidência e a suposta essência que sustentariam a viabilidade e a regulação social dos corpos sexuados e generificados. O sexo como natureza fixa dos corpos, anterior à inscrição cultural, é produzido pelo gênero, que através do mecanismo da performatividade¹⁵ transforma essa suposta substância inques-

14. Butler utiliza o termo ‘matriz heterossexual’ para designar “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2010, p.216). Ela diz que se baseou na noção de ‘contrato heterossexual’ de Monique Wittig e de ‘heterossexualidade compulsória’ de Adriene Rich.

15. A autora utiliza o conceito de performatividade para fazer uma genealogia crítica tanto do sexo quanto do gênero, que correspondem à reiterações práticas do discurso que objetivam produzir aquilo que nomeiam (BUTLER, 2000). A performatividade não é um ato singular ou intencional do

tionável na matéria corporal (BUTLER, 2000). O sexo e o gênero são “ilusões de substância” produzidos por reiterações discursivas sobre as quais os corpos são obrigados a se aproximarem (BUTLER, 2010). O banheiro, nesse sentido, encerra um dispositivo de determinação subjetiva da inteligibilidade do corpo, do gênero e da sexualidade, cujo poder é expresso pelas ações de publicização ou compartilhamento das intimidades e o ocultamento, ou resguardo, das mesmas. Esse dispositivo atua para controlar corpos sexuados e generificados quando estão em copresença. Para Cruz (2011), os banheiros atuam na reiteração e enunciação das identidades a partir da normatização e distinção que lhes são próprias.

Se nos espaços sociais só devem existir meninos e homens ou meninas e mulheres, então a inexistência ou a proibição do acesso aos banheiros binários para travestis ou transexuais [bem como para os dissidentes do gênero binário] significa a impossibilidade de existência social pública desses corpos considerados aberrações, alvos de cura, exclusão ou readaptação. A divisão binária dos banheiros – masculino e feminino – opera como um processo de purificação social frente à possível “contaminação” desses espaços pelos corpos e desejos desviantes, pois as fissuras e a fluidez não são supostamente admitidas nos modelos culturais hegemônicos de gênero e sexualidade. Daí decorre a necessidade de vigilância constante para evitar a ruptura dessas fissuras. Os banheiros, para além de serem locais sociais destinados às necessidades fisiológicas, atualizam a heteronormatividade balizados no fundacionismo biológico. E as formas oposicionais de utilização dos mesmos são programadas culturalmente na incessante reiteração produtiva e readequadora das masculinidades e feminilidades reconhecíveis socialmente (SAMPAIO, 2015). Quem pode utilizar os banheiros públicos contemporâneos? Em uma configuração binária oposicional, a arquitetura interna dessas “tecnologias de gênero” não apenas assegura a conformação da “matriz heterossexual” como também serve para constringer ou desestimular a utilização desses espaços pelos corpos dissidentes. Os banheiros, públicos ou privados, são construídos para serem utilizados

sujeito, mas uma reiteração de uma norma ou conjunto delas que “oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (BUTLER, 2000, p.166).

pelos corpos cisgênero¹⁶ e representam espacialmente as marcas da feminilidade e da masculinidade socialmente esperadas. A invasão ou utilização de um banheiro por um sexo/gênero não correspondente ou de “sexualidade desviante” representa tanto o cruzamento de fronteiras heterossexistas e a profanação da cultura heteronormativa quanto o risco de desmantelamento das naturalizações culturais sacralizadas e ritualmente reproduzidas por inúmeros dispositivos da heteronormatividade. O banheiro público é um espaço social ambivalente desde sua idealização. É demarcado pela ditadura do gênero nos mais variados espaços de instituições em que eles são instalados e encerram uma proximidade e uma fronteira muito tênue entre a intimidade e a publicidade. Tanto pelo caráter de publicidade do acesso quanto pelo risco de compartilhamento de aspectos da intimidade, os banheiros públicos são arquitetados pelas normas de gênero que regulam a forma como “[...] podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual” (BUTLER, 2018, p.41). Preciado (2019) nos oferece subsídios para compreender o funcionamento dessa tecnologia social. O acesso, ou a proibição, do uso dos banheiros públicos representam o controle das performances de gênero e das sexualidades em que primeiramente o olhar exerce o controle, seguido da palavra em situações sociais que demandam uma intervenção mais efetiva: “[...] qualquer ambiguidade de gênero (cabelo muito curto, falta de maquiagem, uma penugem que aparece em forma de bigode, passo demasiado afirmativo...) exigirá um interrogatório do potencial usuário, que estará obrigado a justificar a coerência da sua escolha de banheiro [...]” (PRECIADO, 2019).

A utilização fisiológica do banheiro feminino não pode ser visível publicamente. O feminino usa o banheiro resguardado em uma cápsula particular que possibilita, na posição sentada, urinar e evacuar: “[...] ao sair da cabine

16. Refere-se ao alinhamento, aceitação e adaptação a lógica de autoevidência entre o genital e sua expressão de gênero social e discursivamente atribuída. Logo, o macho/homem está para o pênis e a fêmea/mulher está para a vagina. Aqueles/as que se adequam a esse esquema de percepção e expressão são considerados/as cisgênero. Dessa forma, aqueles/as que escapam ou não se adequam a esse esquema são considerados/as transgênero.

reservada à excreção, o espelho, reverberação do olhar público, convida ao retoque da imagem feminina sob o olhar regulador de outras mulheres” (PRECIADO, 2019).

Esse autor sublinha a peculiaridade de extensão da domesticidade do feminino nos banheiros públicos: a avaliação incessante da expressão do feminino apenas na privacidade, seja no lar ou em um banheiro público. Em contrapartida, os banheiros masculinos geralmente separam as funções: “mijar-de-pé-mictório/cagar-sentado-privada”. A eficácia da masculinidade heterossexual é produzida pela separação da genitalidade e da analidade. A arquitetura dos banheiros produz e fixa as diferenças entre as funções biológicas: “mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna. Dessa forma, o discreto mictório não é somente um instrumento de higiene, mas uma tecnologia de gênero que participa na produção da masculinidade no espaço público” (PRECIADO, 2019). Sendo assim, os banheiros e suas “próteses normativas de gênero”, são dominados por duas lógicas opostas. O feminino reproduz no espaço público, o espaço doméstico e o masculino torna-se uma extensão do espaço público definido tradicionalmente como espaço do masculino que, na arquitetura dos banheiros, é intensificado pelas leis de visibilidade e posição ereta:

Enquanto o banheiro feminino opera como um mini panóptico, no qual as mulheres vigiam coletivamente seu grau de feminidade heterossexual e no qual toda aproximação sexual resulta numa agressão masculina, o banheiro masculino aparece como um terreno propício para a experimentação sexual (PRECIADO, 2019, p. 30).

Atualmente os interrogatórios sobre o acesso aos banheiros públicos binários por corpos dissidentes das normas de gênero hegemônicas vêm acompanhados da discussão da necessidade de construir banheiros específicos para esses corpos ou não. Expressões como banheiros unissex, neutro, terceiro ou quarto banheiro, sinalizam não apenas a conversão dos banheiros públicos em um problema social, mas, sobretudo, representam avanços no debate em torno

da contemplação de direitos mais básicos. Assim, os banheiros públicos passam a ser arquiteturas de conflito, e atualmente de constante vigilância dos grupos neoconservadores, porque, para além de serem espaços para satisfazer as necessidades fisiológicas, eles operam para reafirmar os códigos de feminilidade e de masculinidade no espaço público. Sob o pretexto da higiene pública, essas tecnologias fabricam os gêneros através de uma arquitetura urinária imposta há dois séculos pelo menos: homem/mulher, público/privado, de-pé/sentado, decente/obsceno, pênis/vagina e ocupado/livre (PRECIADO, 2019).

De maneira geral, a realização das necessidades fisiológicas no interior dessas tecnologias de gênero passa a ser problemática quando a proibição do acesso ou a inexistência de espaços públicos para os corpos dissidentes esbarram na luta e nas políticas de resistência contra a violência estrutural praticada sobre tais corpos: se as dissidências de gênero não podem acessar os banheiros públicos binários, onde esses sujeitos irão fazer suas necessidades então?

4 – A questão em torno do “terceiro banheiro”¹⁷

Uma questão importante acerca da problemática aqui analisada é a posta por Cruz (2011), em que a autora parte de uma reflexão sobre a lógica do gênero binário e suas inflexões biológicas a partir de uma experiência de ministrar aulas para uma especialização em gestão educacional. Nesse contexto, a questão “onde uma travesti deve ‘fazer xixi’ na escola?” foi um mobilizador para que ela iniciasse essa reflexão.

A presença da travesti na escola suscita, pela observação da autora a partir do relato de professores, uma inquietação contundente. A exclusão das pessoas circunscritas à norma sexista as coloca em uma posição em que, segundo a autora, sua cidadania e direitos são desrespeitados de forma contínua e persistente. Há que se contar nessa equação o peso das premissas religiosas e/ou científicas (classificadoras e patologizantes). Nessa lógica, no cotidiano escolar uma alternativa para o uso do banheiro por pessoas trans é a delimitação de

17. Cabe destacar que da pesquisa bibliográfica realizada Preciado (2014; 2019) foi o único autor transsexual que encontramos tematizando a questão em tela. Os demais artigos da revisão de literatura foram produzidos por pessoas cisgênero.

um “terceiro espaço” separado do banheiro masculino/feminino. Por vezes, o banheiro da direção da escola acaba servindo como esse banheiro alternativo.

Após inúmeros debates com diversos grupos de alunos e colegas, Cruz (2011, p. 77) sistematizou as seguintes considerações sobre a questão de qual banheiro a travesti deveria usar:

1. o banheiro adequado era o “dos meninos”, porque ele tinha pênis, então tinha que usar o banheiro dos meninos;
2. o banheiro que deveria ser utilizado era o “das meninas” porque ele agora era mulher, se vestia como uma mulher;
3. o banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, ou “dos(as) professores(as), funcionários(as)” que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos;
4. o banheiro a ser utilizado era o “da diretora” porque era difícil debater este tema com as famílias da escola;
5. o banheiro a ser utilizado era o “dos meninos” porque ele não podia ferir o direito das meninas a ter privacidade;
6. o banheiro a ser utilizado era “o das meninas” porque os meninos zombavam e podiam bater nele;
7. o banheiro a ser utilizado era o da diretora porque os professores/as não gostavam da ideia de vê-lo utilizando o seu banheiro;
8. ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão);
9. talvez precisássemos de um terceiro banheiro;
10. talvez pudéssemos ter nas escolas um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão).

Mediante tantas posições distintas e heterogêneas, fica evidente a forma como esse assunto inquieta o ambiente da escola, mas não só ele, como também o debate público de uma forma geral. Do ponto de vista das normas estabelecidas pela lógica do gênero binário o ser humano é segmentado por uma auto-evidência entre a dualidade do macho-pênis e a fêmea-vagina, sem espaço para manifestações outras de sexo e gênero. A saída fácil seria o que uma das participantes das oficinas sugeriu: “*abafamos o caso*”. Segundo o pensamento da autora, essa afirmação denota um sentido do que Foucault assimila como o fato das produções discursivas também organizarem silêncios. Ou seja, resolver a questão do banheiro sem de fato mudar a estrutura do funcionamento da lógica

do gênero binário. Seria esse movimento de exclusão uma forma estratégica do poder de manter o abjeto dentro dos limites da norma?

O escape à norma materializado na travestilidade funciona como um parâmetro questionador do sistema que ancora a autoevidência entre o sexo, o gênero, a sexualidade e suas expressões. A escola e a sociedade tendem a constantemente rotular, enquadrar e segmentar as pessoas a partir das suas diferenças dentro de uma lógica estabelecida. Mas e aqueles que escapam a esse enquadramento? Segundo a autora, esses são penalizados, punidos, corrigidos e comumente isolados em guetos denominados de minorias.

Cruz (2011) chama a atenção para o fato de que o local onde a travesti deve “fazer xixi” se constitui como uma questão muito mais proeminente do que as escolas contribuindo para exclusão e segregação de travestis. “[...] urinar é uma necessidade fisiológica, portanto biológica e é justamente esta necessidade que não encontra espaço num território que defende o biológico como fundador das diferenças” (CRUZ, 2011, p. 86), conclui ela.

“Aqui só tem viado” e “o homossexual, usa que banheiro?”, são indagações registradas visualmente por Vaz (2012, p. 135) no banheiro da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás em 2011. Para ele, existe a manifestação que parte do heterossexual que reivindica o espaço como seu, por um lado, e a tentativa de compreender o limbo composto entre o desejo e o gênero, por outro. Dessa forma, ele parte para uma análise da constituição do banheiro como uma tecnologia de gênero instituída dentro da lógica da chamada heterossexualidade compulsória.

Na trajetória de pesquisa do autor, ele observou, através dos cursos e grupos de discussão dos quais participou, um posicionamento generalizado entre os alunos sobre a falta de conhecimento ou a “isenção” acerca de questões relativas à sexualidade. Dessa forma, o tema sexo foi colocado no território do tabu. A percepção dos “sujeitos homossexuais” paira sobre a lógica da continuidade entre o sexo biológico e o gênero dentro dos termos da heterossexualidade compulsória que considera o desejo homossexual como desviante e transgressor. Do ponto de vista dos professores, há uma preocupação na forma como esse debate é incluído na sala de aula. O discurso desses tende à sedimentação

das identidades dentro da lógica binária do gênero (Vaz, 2012). Então, apesar da preocupação em pautar o debate, os lados envolvidos na sua discussão tendem à concepção do gênero binário e a sua reprodução.

Nunes e Paulino (2013) reforçam a ideia defendida por Vaz (2012) do banheiro como uma tecnologia de gênero. Para eles, o espaço do banheiro reforça a produção das segmentações e continuidades entre o sexo e o gênero, reiteradas por ações, posicionamentos e enunciações que endossam desigualdades e violências. Dessa forma, a escola, que supostamente ocuparia o lugar de construção do conhecimento de forma democrática e acessível, acaba por cancelar os padrões heteronormativos de gênero a reboque da falta de tato para lidar com as questões a eles concernentes.

Para os autores, a escola configura-se como um local de normatizações. A ida ao banheiro, nesse contexto, acontece geralmente de forma coletiva e sempre vigiada (por professores ou funcionários). A ambiência do banheiro escolar desmobiliza quaisquer sentimentos de privacidade. Ou seja, o tempo todo, quando estamos no banheiro, somos pressionados pelo olhar do outro.

O banheiro constitui-se como um gerador das diferenças de gênero ao passo em que suscita a potencialidade de permissões, proibições, desejos e transgressões. Nessa ótica, as diferenças anatômicas concentradas na oposição pênis *versus* vagina são o ponto central do cerceamento do gênero binário que, por sua vez, organiza não só a divisão dos banheiros, mas também as relações sociais de sexo e gênero de uma forma ampliada.

Segundo a percepção de Nunes e Paulino (2013), os/as professores/as tendem a reforçar visões cristalizadas que se baseiam em proibições e representações paralelas aos discursos organizadores de silêncio mencionados por Cruz (2011) a partir de Foucault. Nesse sentido, o cerceamento do banheiro como local apropriado para “fazer coisa errada” e atentar contra os “princípios e valores familiares”, são posicionamentos recorrentes dos/as professores/as.

Os autores, então, concluem que uma educação para a sexualidade seria um caminho plausível para mitigar as diligências em torno dos usos do banheiro na escola. Esse caminho potencializaria um cenário de diálogo em detrimento dos silêncios, da liberdade ao invés da repressão, e dos sentimentos

no lugar do disciplinamento dos corpos. Essa educação incitaria a discussão de questões sociais, éticas e morais que respeitassem a liberdade, a autonomia e o respeito à intimidade.

Alves e Moreira (2015) analisam o descompasso da fissura aberta entre o estabelecimento da resolução CME/BH nº 002/08 da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte que garante o uso do nome social por transexuais de um lado, porém de outro os/as impossibilita de usar um banheiro compatível com sua identidade de gênero. Eles partem da premissa de que a existência de estudantes com a sexualidade dissidente da norma heterossexual no ambiente escolar manifesta implicações nas subjetividades e demanda abordagens apropriadas da gestão pública e novas políticas públicas educacionais (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60).

Os autores realizam uma revisão teórica com base em artigos científicos brasileiros entre os anos de 2006 e 2014 sobre o uso de banheiros por pessoas trans. Ressaltam que os referenciais teóricos mais recorrentes presentes nessa revisão foram os pressupostos pós-estruturalistas de gênero. Os principais autores citados foram Judith Butler, Paul Beatriz Preciado e Guacira Lopes Louro.

Alves e Moreira (2015) identificaram uma convergência entre os autores revisados no sentido da inviabilidade da construção de um terceiro banheiro para uso exclusivo de pessoas trans. Para eles, esse movimento seria considerado uma reiteração da discriminação e segregação das diferenças. A criação de um terceiro banheiro poderia implicar em uma diluição das variedades transexuais sem, contudo, alterar a lógica classificatória inicial.

Paez (2017) conta a crônica de uma história real, “La Monja”, em que uma transexual foi estuprada no banheiro de uma prisão em que eventualmente contraiu HIV. Esse episódio ocorreu no ano de 2010, ou seja, antes do estabelecimento de normativas que regulamentaram setores específicos para transexuais nas prisões de Córdoba (ARGENTINA). A partir daí, o autor se questiona sobre a divisão arquitetônica da administração dos “lixos corporais” em que, em um contexto de mudanças profundas nas políticas de gênero e sexualidade, os banheiros ocupam o centro do debate da inclusão ou segregação da população transexual.

O autor destaca que a organização arquitetônica dos espaços, na forma como conhecemos hoje, é marcada por rupturas e continuidades de um processo sócio-histórico da passagem da Era Vitoriana para os tempos modernos. Essas passagens são reguladas principalmente pela chegada do capitalismo e pelo conjunto de profundas transformações que ele vai mobilizar nos diversos campos da vida produtiva e social.

Partindo de uma reflexão crítica sobre o paradigma higienista, o autor resgata a forma como as doenças e pragas alastraram os centros urbanos europeus, principalmente com a cólera durante o século XIX, em que se perderam mais de 10 milhões de vidas. Desse cenário, surgiu a necessidade urgente de administração do lixo corporal nos centros urbanos. Com a chegada das redes de água foi possível pensar um espaço reservado para as necessidades fisiológica no interior das residências (PAEZ, 2017, p. 9).

Foi no entrecruzamento do desenvolvimento capitalista e da moral vitoriana do século XIX que os banheiros se organizaram em uma separação binária heteronormativa. A divisão entre o local de trabalho e de moradia, proporcionada pelo avanço do capitalismo e da industrialização nos centros urbanos; e o dever das leis trabalhistas para ponderar a exploração sofrida por mulheres e crianças, levou a uma regulação dos banheiros e espaços através de uma leitura corporal em que as mulheres foram destinadas a uma posição de sexo frágil (condição feminina) e que por sua vez precisava ser protegido. Dessa forma, o compartimentar dos espaços passou a se pautar em pressupostos biológicos, porém essa premissa, em essência, se sustenta em um debate eminentemente social.

Nesse sentido, o autor considera pertinente quando Preciado se referencia aos banheiros como “mini-panopticos de gênero”. A divisão dos banheiros pautada na lógica higienista, na moral vitoriana e no desenvolvimento capitalista parte de uma matriz simbólica que tem pouca relação com uma objetividade sanitária. Os banheiros públicos se constituem como espaços cristalizados que padecem pelo avançar histórico, pois um banheiro pensado para um sujeito vitoriano já não faz mais sentido na proliferação de multiplicidades dos tempos pós-modernos.

Paez (2018), em um movimento de continuidade e amadurecimento da argumentação pregressa (PAEZ, 2017), reitera que o chamado pragmatismo arquitetônico, ao qual, supostamente, a divisão dos banheiros é atribuída, obedece a paradigmas mais extensos, como por exemplo as organizações e estruturas culturais e contingentes. Os banheiros, para além de espaços excretórios, se configuram como dispositivos e mecanismos políticos que mobilizam a criação e recriação de uma estrutura social engessada e segregacionista das normas binárias de gênero (incluídos nesse argumento o patriarcado, o machismo e a heteronormatividade).

A contradição instalada entre o avanço do capitalismo e a moral vitoriana é tensionada com a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua maior presença na esfera pública. Esse movimento esbarra com fronteiras arquitetônicas e sociais preexistentes. Os binômios banheiro feminino e banheiro masculino são invenções recentes (pouco mais de 130 anos), portanto históricas. As tensões suscitadas pelo avanço da luta feminista e a organização dos movimentos e ativismos LGBTQIA+, demandam espaço e reconhecimento para suas pautas e necessidades; dentre elas, o direito de acesso ao banheiro público (PAEZ, 2018, p. 101).

Os autores analisam a forma pela qual o banheiro público se transformou em um dispositivo de gênero. Para eles, o ato de entrar no banheiro é chancelado por uma autorização para circular mediante o enquadramento generificado e binário da pessoa, que prioriza o gênero atribuído na mesa de parto do gênero (BUTLER, 2003) em detrimento a autoidentificação. Esse movimento pode ser entendido também como uma genitalização da subjetividade, ou seja, o sexo biológico identificado/definido pelo binômio médico-legal se sobrepõe de maneira persistente e reiterada a qualquer autoidentificação (estilo corporal, nome social etc.). Vale ressaltar que a concessão da cidadania é atrelada ao gênero binário (BEZERRA, 2021).

A vigilância e a inspeção características dos banheiros públicos é entendida por Preciado (2019) como dispositivos de gênero que mapeiam os indícios de masculinidade ou feminilidade e os territorializam em locais específicos como banheiro feminino ou masculino. A identificação nas portas dos sanitários

funciona como “cancelas de gênero”, ou seja, balizam a entrada de homens e mulheres de acordo com seu órgão genital (CERVI *et al.*, 2019, p. 339).

No caso do banheiro feminino, as mulheres têm sua feminilidade (e heterossexualidade) conferidas por meio de olhares atentos a qualquer ambiguidade de gênero como a ausência de seios, cabelos curtos, postura, ausência de maquiagem, entre outras. No banheiro masculino, homens têm sua masculinidade (e heterossexualidade) avaliadas também por olhares atentos a qualquer sinal de feminilidade na aparência e na performatividade, a qual, em tese, denunciaria uma possível homossexualidade (CERVI *et al.*, 2019, p. 340).

Dessa forma, os olhares, as insinuações e os detalhes sobre o que implica “ser” homem ou mulher são minuciosamente observados e julgados pela vigilância quase onisciente presente nos espaços dos banheiros públicos. O ato de urinar em pé, por exemplo, constitui-se, assim como a vigilância, como uma tecnologia de gênero que denota uma performance de virilidade e masculinidade. São esses dispositivos que, para além da organização arquitetônica do espaço, constroem simbólica e culturalmente o banheiro como ele é. Esse não se configura somente como um espaço para atender as necessidades fisiológicas, mas como um mecanismo de identificação social do gênero designado antes mesmo do nascimento.

Nesse espaço pautado na biologia, na anatomia e na heterossexualidade, tem espaço para um sujeito transexual? Os banheiros regulados como dispositivos do gênero binário confrontam as pessoas trans. a um conflito entre sua genitália e o sexo designado antes de nascer. Interpelam as pessoas trans. a seguir as normas de gênero e sexualidade vigentes.

Cervi (*et al.*, 2019) consideram que o movimento de questionamento dos usos do banheiro quanto a sua posição rígida e intransitiva com relação as pessoas trans., suscitou um desconforto que foi aparelhado por um populismo anti-intelectual – pautado no conservadorismo –, alaistrado pelas redes sociais, que culminou no que hoje é conhecido equivocadamente como “ideologia de gênero”.

Assim como aponta Paez (2017; 2018), Cervi (*et al.*, 2019) considera que o banheiro se configurou para atender a uma necessidade específica de um tempo e local específico. É premente considerar sua dimensão social e histórica. As necessidades da atualidade não são mais aquelas de outrora; então, pensar e viabilizar possibilidades e alternativas é um movimento indispensável para a contemporaneidade.

Alves (*et al.*, 2021) realizam uma análise das placas, em suas mais diversas variedades, utilizadas para designar banheiros ao redor do Brasil. Eles observam que a sinalização reitera o binarismo de gênero e legitima uma concepção universalizante do que é ser homem ou mulher de acordo com o esquema macho-homem-pênis / fêmea-vagina-mulher.

5 – Considerações Finais

É possível afirmar que o movimento político e as práticas tendem a persistir na discriminação sexista e transfóbica, sobretudo após o ainda insipiente debate e a implementação das políticas públicas suscitadas no Brasil nos últimos dez anos. Esse movimento insiste em desconsiderar as formas plurais e diversas de ser homem e mulher distintas daquela das normas binárias de gênero, opondo-se a uma série de questões que reúnem sob a alcunha acusatória de “ideologia de gênero”. É premente, nesse contexto, a abertura para alteridade, ou seja, a utilização do banheiro deve prescindir das formulações e normatizações do gênero instituído.

O questionamento que mobilizou esse artigo foi: que elementos compõem a narrativa de atores do campo político-religioso para justificarem sua oposição aos diversos elementos que compõem a agenda de políticas públicas no que diz respeito às questões de gênero? E como objetivo: identificar os elementos constituintes do discurso político conservador-religioso em um de seus principais pilares: a oposição às questões de gênero. Dessa forma, é possível afirmar que:

- Os discursos políticos em questão partem de um campo denominado “conservadorismo político”;
- Possuem como *background* o dogma e a fé advindos principalmente do protestantismo e da Renovação Carismática Católica;

- Organizam-se sob a alcunha de uma agenda antigênero;
- Buscam reforçar o gênero binário e a heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) como norma e padrão através de tentativas de interditar a discussão sobre gênero e sexualidade não-binários (principalmente nas escolas);
- Utilizam discursos em tom acusatório e criminalizando para fazer usos políticos da questão em proveito próprio.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. **O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos**. *Psicologia & Sociedade*, v. 33, 2021.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro**: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

BALIEIRO, F. de F. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 29 out. 2020.

BEZERRA, P. H. A. **A dobra do gênero binário**: processo de definição do sexo dos bebês da neonatologia de um hospital pediátrico e seus desdobramentos sociais. *IX Curta o Gênero: diálogos convergentes*, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CERVI, Thales de Almeida Nogueira *et al.* **O banheiro público como dispositivo de**

gênero. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 13, n. 20, 2019.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. In: **Psicologia Política**, v. 11, n. 21, jan/jun, 2011. pp. 73-90. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201100100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2022.

FERRARI, Anderson; DOS SANTOS BEZERRA, Carolina; DE CASTRO, Roney Polato. **Tensões e enfrentamentos na campanha ‘libera meu xixi’ e a presença de pessoas trans na universidade.** Diversidade e Educação, v. 8, n. 2, p. 21-45, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 dez. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

NUNES, Alex Ribeiro; PAULINO, Alessandro Garcia. **O banheiro da escola: as contradições de ambientes de proibições, experiências e descobertas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

PAEZ, Javier Andres. **Além das “necessidades”:** banheiros públicos e população trans em Córdoba (Argentina) e Florianópolis (Brasil). Dissertação de metrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.

PAEZ, Javier. **Limites em mutação: os banheiros públicos e a sexualidade.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

PRECIADO, Paul B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. Revista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019. ISSN: 2316-8102.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SAMPAIO, F. de S. O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade?. **Revista Periódicus**, 1(3), 131–151. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.14259>. Acesso em 26 jan. 2022.

SILVA, Emanuel Freitas da. TORRES, Monalisa. Pertencimento religioso e vocação política: estudo de caso acerca das razões religiosas do exercício parlamentar. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 32, 16 dez. 2021.

SILVA, Emanuel Freitas da; OLIVEIRA, Kerolaine. de Castro; DAVID, Renan Cairo. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, 2021, 11(26), 162–197.

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José. Conflitos entre democracia parlamentar e religião reacionária na Câmara Municipal de Fortaleza. **Plural**, 28(1), 109-135, 2022.

VAZ, Tales Gubes. **E o homossexual, usa que banheiro?** Pedagogia queer, cultura visual e discursos sobre (homo) sexualidades.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. **Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação**: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, v. 46, 2020.

Recebido: 04/03/2022

Aceito: 17/11/2022

Vidas negras entre artes, ciências e filosofias

Black lives among the arts, sciences and philosophies

José Juliano Gadelha¹

1. Pesquisador colaborador do Laboratório de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Arte, Mestre em Sociologia pela UFC. <http://orcid.org/0000-0001-5507-2376> jjulianogadelha@outlook.com

Resumo: Este artigo atravessa algumas fronteiras entre artes, ciências, filosofias e vidas *negras* para uma *práxis* ético-política da alteridade radical. O artigo conceitua e descreve certas políticas coloniais de acusação não como ataques voluntaristas de determinados *sujeitos* sobre os outros, e, sim, como ações estruturalmente arquitetadas no racismo e reproduzidas pelos *sujeitos* presos à imaginação colonial. Nos rastros dessa imaginação e atento às escritas anticoloniais/de(s)coloniais/pós-coloniais, o artigo analisa o cinismo de controle como estratégia coletiva de mascaramento dessas políticas em que o cinismo deixa de corresponder a uma mera questão de caráter particular, evidenciando-o como sistema afetivo, simbólico e material. O texto aposta em uma crítica e uma prática para além da ontologia e seus ideais humanistas como maneira de atravessar violências ontoepistemológicas sem sermos capturados/capturadas por elas.

Palavras-chave: Colonialidade. Controle. Ontologia. Política. Raça.

Abstract: This article crosses some boundaries between arts, sciences, philosophies, and black lives for an ethical-political praxis of radical alterity. The article conceptualizes and describes certain colonial politics of accusation

not as voluntaristic attacks by certain subjects on others, but rather as actions structurally designed by racism and reproduced by subjects trapped in the colonial imagination. In the traces of the imaginative and attentive to anti-colonial/(s)colonial/post-colonial writings, the article analyzes the cynicism of control as a collective strategy of masking these policies in which cynicism ceases to be merely a matter of private character, highlighting it as an affective, symbolic, and material system. The text bets on a critique and practice beyond ontology and its humanistic ideals as a way to cross onto-epistemological violence without being captured by it.

Keywords: Coloniality. Control. Ontology. Politics. Race.

Apresentação: Por uma ético-política da alteridade radical

Começo este artigo discutindo sobre quais as possibilidades para se falar do político e do social, no que tange às questões de poder/dominação, sem restringir tanto as vidas *negras*¹, como aquelas não *negras*, a dimensões de localidade, espacialidade e formalidade, que são os princípios de toda cartografia existencial. Acrescenta-se a isso minha definição de cinismo de controle referente a um programa moral que, a princípio, tende a agir pela oclusão de violências estruturais e desautorização de qualquer prática pessoal ou coletiva que revele o que ele obstrui. Porém, a agência desse programa moral é bem mais sofisticada, pois ela produz imagem, imaginário, espectro e valor em relações de afetabilidade, intencionalidade e reflexividade. Essa agência tem como um dos seus principais agentes a própria denúncia sobre a violência que exerce, refazendo em ordem não só discursiva² as gramáticas coloniais em seu poder

1. As palavras *negro(s)*, *negra(s)* e *negritude(s)* estão em itálico para salientar a não verticalidade dessas categorias e sua constante modificação de sentidos e práticas em/entre diferentes contextos sócio-históricos. Além disso, a palavra *negritude(s)* aqui não se resume a coletivos de pessoas e seus processos de subjetivação, como podemos ver a partir da noção de pretitude(s) também presente neste artigo. Compreendo por *negritude* uma força paraontológica que abrange as pretitudes e demais forças tornadas *negras* na matéria mais que humana.

2. Retomo a lição foucaultiana do discurso como praxiologia que produz as materialidades das coisas

de produzir, via estímulo-controle, os novos dispositivos de poder-saber agora. Porém, entendo esses dispositivos fora do fetichismo micropolítico que reduz a afetabilidade e as práticas de saber à ontologia do desejo – a conhecida reinvenção de Spinoza por Deleuze (2002) em sua crítica à psicanálise, em especial a freudiana e a lacaniana. Isso também impede de me associar à teoria farmacopornográfica³ de Paul Preciado, que refaz os roteiros de Foucault sobre o discurso agenciando-os com as máquinas desejanças da filosofia de Deleuze e Guattari (2010) para entender como as sociedades capitalistas atuais se fundamentam em estratégias que são tanto da ordem dos enunciados como das produções moleculares que embaralham divisões de humano e não-humano. Isso tudo não significa negar a importância dessas teorias para certas questões, como aquela da relação do próprio desejo com o capital em suas versões além das representáveis ou abaixo da representação – as chamadas camadas micropolíticas da existência –, que expandiram visões como a do fetichismo da mercadoria de Marx, por muito tempo lidas em solo extremamente representável. Ocorre que trato aqui de alcançar as implicâncias profundas que tornaram possíveis desejo, intenção e reflexão que comandam os jogos, agora sem partir deles como uma coisa em si, para entender os emaranhados dos poderes supremacistas que cruzam nossas vidas e as maneiras como deles nos desenlaçamos ou podemos nos desenlaçar em processos além da subjetivação, que já não podem ser lidos pelos pensamentos ontológicos da resistência.

A implicância profunda não é uma nova camada micropolítica e sim o não zoneado, sobretudo, o não mapeável. Ela não pode ser apreendida por tempo, espaço e forma embora aja intensamente no que formulamos, temporalizamos e localizamos. A implicância profunda diz de como tudo o que conhecemos está implicado em relações não humanamente ordenadas. Trata-se de um princípio da física quântica, mas que podemos encontrá-lo nos modos de espiritualidade de vários povos indígenas e africanos cujas

em relações transversais. Ver Foucault (2007).

3. Paul (Beatriz) Preciado desenvolveu a tese da farmacoponografia a partir de suas experimentações mais íntimas durante o seu início do uso de hormônios masculinos, quando ele ainda assinava suas obras como Beatriz Preciado. Ver Preciado (2008).

cosmovisões dizem que, no mundo tal como conhecemos, tudo é vivo e se encontra ligado ao que não conhecemos pelos olhos desse mundo, ligado aos mundos sutis. Essa ligação, por sua vez, permite que o todo esteja em tudo, de maneira que as coisas e os seres, por mais singulares, estão todos/todas conectados/conectadas. Na física quântica, tudo é energia e a matéria consiste em energia condensada. Nas cosmovisões que mencionei, é como se o espírito fosse energia e sua manifestação seria matéria, ou seja, a materialidade que os campos sutis colapsam em nossa realidade. A implicância profunda diz, então, de como as coisas podem se manifestar umas nas outras e umas pelas outras, resguardando as singularidades das forças envolvidas. Ela só se torna vista pelo invisível que, como energia ou, se preferir, espiritualidade, não tem localidade ao passo que está em todo lugar. Em suma, trago a visão de implicância profunda apenas para entender como, no plano humanamente ordenado, as coisas, por mais distinguidas que elas estejam e por mais singulares que sejam, encontram-se em relações constantes que, para entendê-las, devemos ir além da imaginação na qual as coisas do mundo são apreendidas e formuladas via dimensões de espaço e tempo, que sempre retornam às formas historicamente reconhecíveis, ainda que estas últimas se apresentem como novas e/ou fluidas.

Não é de hoje que a física atua em grandes teorias modernas das ciências humanas e filosofias. Basta lembrarmos do próprio Foucault (1979), em sua microfísica para pensar o poder, ou de Deleuze e seus intercessores, que se valeram da física de partículas para outras visões sobre os conceitos de molar e molecular⁴. E, aqui, tomo a implicância profunda para entender as arquiteturas coloniais naquilo que escapam delas não simplesmente por se situarem em algum território não representável, mas por abolirem mesmo a lógica do território e a sua possível cartografia.

4. Na teoria dos agenciamentos, Deleuze e seus intercessores compreendem o molar como forças representáveis, codificadoras/codificadas, identitárias ou que de alguma maneira produzem formas historicamente reconhecíveis pelo mundo. Ao passo que o molecular seriam processos de descodificação dessas forças por meio de outras nunca identitárias, tampouco representáveis. Ver Deleuze (2003, 2013), Deleuze; Guattari (1996, 2014), e Deleuze; Parnet (1998).

As vidas *negras*, para além da ontologia, como proponho no penúltimo tópico deste artigo, saem dos territórios coloniais dos racismos que se reinventaram com maior velocidade nos séculos XIX e XX de tantas maneiras como continuam se reinventando agora. Territórios que sempre colocam outras humanidades abaixo de certa humanidade, revelando que o próprio humano consiste em uma fantasia moral, jurídica, econômica e socialmente construída em um jogo de anulação da existência do outro, de várias vidas tornadas outras em/entre fronteiras políticas de alteridade violentas. Essa construção tem reproduzido e ajudado a arquitetar mudanças históricas variadas do que denomino de pânico racial.

O pânico racial não se trata somente da negrofobia, já tão avidamente descrita e analisada pelos estudos de Fanon (1968, 2008, 2020) sobre gentes pretas em situações de racismo, mas também das fobias raciais dos conflitos típicos desses dois últimos séculos, como o aumento do zoneamento das fronteiras da Europa em relação a países de continentes vizinhos, a empresa colonial do Estado de Israel contra povos palestinos, o genocídio *negro* nas comunidades periféricas do Brasil, as políticas racistas dos EUA contra imigrantes, a caça de mexicanos em suas fronteiras, a negação e a retirada de direitos da chamada população chicana desse país... O pânico racial compõe a partir do medo, do ódio e mesmo do fascínio em consumir o outro, toda uma genealogia do poder que mascara a si por meio de uma série de técnicas. O cinismo de controle aciona toda uma tecnologia que tende a mascarar esses problemas de origens raciais como problemáticas em que os espaços social e político voltam a serem vistos como não racializados e, não raramente, até separados, como se o racismo não fosse um problema social e a política estivesse isenta de ser estruturada por ele. Neste último caso, estamos, por exemplo, diante dos discursos europeus e estadunidenses de defesa do nacionalismo amplamente marcados pelo ódio racial, mas tratados como discursos de proteção da população e defesa do Estado. Alinha-se a isso, também, os discursos de cunho econômico nos quais supostas crises financeiras, de habitação, de saúde e de educação seriam problemas sociais causados e/ou agravados pelos/pelas imigrantes, como se essas questões também não estivessem recheadas pelo ódio racial. Por mais nítida

que seja a problemática racial de todas essas questões, o cinismo frente a elas, no intuito de negá-las, triunfa.

É no cinismo de controle que outras práticas de violência extrema também são isentas da questão racial-colonial, como costumam ser certas leituras sobre a violência do fascismo, esquecendo que esta última sempre foi um problema colado na ficção racial e, como tal, se tornou possível na Europa porque países colonizadores de lá exerceram durante séculos laboratórios de tortura contra outros povos, em especial *negros* e indígenas, durante a colonização moderna. Sem fazer recurso a um pensamento da flecha do tempo, em que o fascismo seria o desenvolvimento da própria escravidão, apagando singularidades históricas, ocorre que o poder do Estado nunca esteve dissociado das fantasias sobre a raça, da produção de um outro como inimigo, que em situações de terror movem uma série de práticas de brutalismo, como têm mostrado os estudos de Mbembe (2017, 2018a, 2018b). A raça, porém, não consiste em uma espécie de denominador comum desses casos de violência, mas o que permite o encadeamento das forças em cada caso envolvidas, forças que são políticas, econômicas, culturais, psicológicas... Ela diz de uma série de tecnologias que se atravessam, se excluem e se mutualizam, se complementam e se desfazem para se refazerem de outras maneiras.

É no refazer das tecnologias racializadas que o pânico racial abre conexões para outras modalidades de controle moral, servindo como algoritmo para reprodutibilidade de novas diferenças zoneadas e imaginações de exclusão, desejos de consumo e extermínio em encruzilhadas com várias outras violências, tais como as do pânico cisgênero, responsável por uma série de aparatos, técnicas e categorização/especificação/especulação sobre as vidas que não se acomodam às normatividades que alinham sexo e gênero em um projeto cisheterofuturista. As duas modalidades de pânico carregam o medo de que seus outros saiam da linha da subalternidade onde a todo custo de cinismo de controle se tenta prender mesmo quando se parece que existem alianças entre todas as partes envolvidas. Isso também tem sido um dos aspectos dos desdobramentos das estratégias do que a seguir apresento como Texto Brasileiro Racista da Miscigenação.

O texto brasileiro racista da miscigenação

O Texto Brasileiro Racista da Miscigenação corresponde não somente a narrativas, mas a uma gama de criações materiais, simbólicas e afetivas de ordenamento das sociedades do Brasil em modelos locais e globais de reprodutibilidade colonial e sustentação do racismo como princípios de ordenamento entre as pessoas, as instituições e as coisas se valendo de suas singularidades e ambiguidades para conjurar uma ideia de miscigenação cujos objetivos é desautorizar e até punir qualquer pensamento e qualquer prática que evidenciem não somente o racismo presente nas misturas, mas aquelas ações que mostram como a violência racial é instrumentalizada pelo próprio texto em atitudes supostamente antirracistas. Não se trata de uma ideia de miscigenação realmente crítica à colonialidade e inventiva de novas maneiras de descolonização, tal como é a poética *mestiza* de Anzaldúa (1987). A mestiçagem não é uma experiência universal vertical.

O Texto Brasileiro Racista da Miscigenação insiste em nos interpelar sob a ambiguidade de raças com o fim de ocluir o racismo, utilizando-se de categorizações coloniais (pardo, mestiço, mulato etc.) que, mesmo numa oposição ao *sujeito*⁵ da brancura colonial que aqui se expandiu, supostamente impediriam a detecção de *sujeitos* racialmente privilegiados e a continuidade do projeto da escravidão que muitos deles reproduzem estética, filosófica, psicológica, política, cultural e economicamente, dentre outras maneiras. Ocorre que esse texto trata o *sujeito* da brancura colonial como um *sujeito* que, por também possivelmente ser atravessado pela mistura de raças e imaginários étnico-raciais desde a dos países de origem dos seus antepassados até as que por aqui ocorreram pela violência colonial, não poderia ser responsabilizado como um

5. Uso a palavra *sujeito(s)* em itálico para salientar não uma limitação genderificada da categoria, que poderia ser pensada no feminino ou mesmo numa versão não binária de gênero. Destaco por meio do itálico a raiz profunda que diz do *sujeito* aquele ser com direito à existência, por mais precarizada que esta seja. Contrapõe-se a isso todos aqueles não-*sujeitos*, as vidas que, ainda que chamadas de *sujeitos*, não detêm esse direito. Trata-se de uma provocação aos marcadores ontoepistemológicos modernos-coloniais para que possamos propor uma nova *práxis* sobre direito e sujeição além dos limites da justiça.

privilegiado pela colonialidade e, assim, ser tomado como supremacista racial dentro da estrutura social do país, de maneira que as desigualdade brasileiras entre raças deveriam ser buscadas em outras causas, tais como o capitalismo apartado da colonialidade e o local que o Brasil ocupa no mapa político-econômico mundial, mas nunca na raça.

Incluem-se nessa narrativa também as famosas fantasias coloniais de democracia racial abaixo dos trópicos e de que todas as raças por aqui teriam as mesmas chances de se manterem vivas mesmo com toda adversidade e diferenças entre elas porque os problemas que enfrentam não seriam de ordem racial, sendo o racismo uma problemática estritamente comportamental ou mesmo uma falha pessoal de caráter que não condiz com a nossa história, uma história obviamente contada pelo *sujeito* colonizador e seus herdeiros e suas herdeiras. Essas, porém, são as versões mais duras do texto. O Texto Brasileiro Racista da Miscigenação também se reinventa ininterruptamente sofisticando seu racismo ao sabor das novas demandas da sociedade, chegando mesmo nos últimos anos, em razão do crescimento dos ativismos *negros* e indígenas, a “reconhecer” que a sociedade brasileira é estruturalmente racista.

Não se trata de atender estas demandas e, sim, de consumi-las para um roteiro cujo repertório comumente apresentado como alianças, coexistências e partilhas na verdade são modos de isenção da culpa branca-colonial, medo da perda de posições em certos espaços, armadilhas para desautorizar a existência do outro num jogo pretensamente de trocas justas, desejo de reexistir às custas de vidas racializadas utilizando-as como usinas de intensidade para narcisismos micropolíticos, em suma, a gama de exemplos é terrivelmente extensa. No caso específico das vidas *negras*, todas essas violências atualizam o local dessas vidas como mercadorias, herança maldita da *plantation*.

Em gestação desde a segunda metade do século xv, a *plantation* em particular e, mais tarde, a colônia constituíram, nessa perspectiva, engrenagens essenciais de um novo tipo de cálculo e consciência planetária. Esse novo tipo de cálculo concebia a mercadoria como a forma elementar da riqueza, sendo o modo de produção capitalista, nessas condições, uma imensa

acumulação de mercadorias. As mercadorias só têm valor porque contribuem para formação de riqueza. É, aliás, nesse sentido que são utilizadas ou trocadas. Na perspectiva da razão mercantilista, o escravo negro é simultaneamente um objeto, um corpo e uma mercadoria. Enquanto corpo-objeto ou objeto-corpo, possui uma forma. É também uma substância potencial. Essa substância, que gera seu valor, deriva de sua energia física. É a substância trabalho. O negro é, desse ponto de vista, uma matéria energética. Essa é a sua primeira porta de entrada no processo de troca (MBEMBE, 2018a, p. 145).

Os processos de troca nas sociedades agora são outros e continuam reproduzindo o racismo em que pessoas *negras* passam a servir aos interesses políticos, institucionais, científicos, artísticos e outros nos quais elas, de alguma maneira, continuam sendo objetos de especulação e lucro não mais somente na materialidade direta da carne e de sua força braçal de trabalho, mas às custas de suas virtudes, dons e afetos desde os mais imaginativos. Essa característica difere dos antigos modos de pilhagem de elementos culturais que marcaram os antigos extrativismos cognitivos da empresa colonial, uma vez que agora esse roubo vem acompanhado não de uma lógica direta do saque e do aniquilamento, mas sim de investimentos econômicos e culturais nas vidas do outro para que se possa novamente roubar, consumir e, por fim, matar em vida esse outro.

No plano da imaginação e dos imaginários, o Texto Brasileiro Racista da Miscigenação elabora sonhos para viver e para morrer, constrói narrativas de esperança e resistência. Não nos esqueçamos que a esperança também pode servir de ferramenta de controle-dominação, como podemos ver nos estudos de Berlant (2011) sobre o “otimismo cruel” e na crítica de Halberstam (2020) a respeito da “positividade tóxica”. O Texto Brasileiro Racista da Miscigenação produz afetos entre todas as partes envolvidas, o que dificulta a percepção de sua logística de adoecimento e morte. Mesmo quando esta é percebida, dificulta o desprendimento entre as partes da relação no que tange à textualidade cadavérica dessa narrativa, uma vez que uma parcela significativa da parte subjugada criou laços afetivos com a parte subjugadora e esta última, mesmo

ciente de seus desejos coloniais, também costuma ter afeto pelos seus outros, no entanto, um afeto extremamente negativo.

Há também um dispositivo de mistificação no qual o outro consumido fica completamente cego de como sua existência está sendo desmanchada e, não raramente, busca negar as evidências da expropriação, inclusive quando se é alertado sobre elas via outras pessoas racializadas, tornando-se, muitas vezes, inimigo daquelas que sofrem a mesma violência que ele. O que é bastante comum em redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, dentre outras.

O Texto Brasileiro Racista da Miscigenação é típico das reticências que adiam/interrompem nossos futuros de vida. Este texto refaz a miscigenação para além de misturas étnico-raciais, convocando muitas vezes a estética, a escrita e a invenção do novo como conteúdos para políticas coloniais de acusação e seus cinismos de controle. Para além desse texto, no entanto, esses tipos de políticas e cinismos constroem outros territórios perigosos. Mais perigosos porque tendem a parecer questões presas a relações interpessoais diretas e indiretas quando, na verdade, sua teia de violências diz sobre como estruturamos não somente a nós mesmos/mesmas, mas a toda sociedade da qual somos constituintes. O que a seguir veremos por meio de alguns efeitos dos estudos críticos à colonialidade em certos territórios que eles atravessam e pelos quais são atravessados.

Um campo minado de negociações

Os estudos contra a colonialidade, em especial as autobiografias de pessoas historicamente expropriadas (indígenas, *negras*, não cisgêneras etc.), têm sido, na academia, um campo minado de negociações totalmente aberto, mas também uma emboscada a separações entre individualismo e coletivismo, abstrato e empírico, pessoal e social, público e privado, entre outras divisões. No caso dos estudos auto etnográficos, por exemplo, estes tomam como centro de expansão histórias particulares para analíticas sociais e culturais mais amplas, desmanchando essas fronteiras.

No entanto, à luz de exigências hegemônicas de realismo, esquema e reflexão, os campos dos estudos autobiográficos em geral têm seu espaço para

imaginação radical cada vez mais constrangido. Sem falar da ainda insistente crítica intransigente de que estudos autobiográficos, para além daqueles feitos pelos grupos aqui mencionados, estariam presos demais a particularidades e esqueceriam do caráter mediado entre vida particular e problemáticas estruturais. No entanto, trata-se de uma crítica que se torna mais comum quando quem está tomando sua história para análise é uma pessoa de grupos desautorizados de ontologia humana, que expõe e critica essa desautorização, tais como autores racializados e autoras racializadas em seus estudos pós-coloniais, de(s)coloniais e anticoloniais. Ataques normativos disfarçados de rigor metodológico e de crítica epistêmica tendem a expor o racismo dessas investidas acadêmicas intransigentes.

Durante a minha experiência discente e docente em universidades públicas brasileiras, vi, corriqueiramente, professores/professoras que se diziam pós-estruturalistas, desconstrutivistas e outros/outras pós-modernos/pós-modernas fazerem acusações típicas do positivismo a favor da razão e da objetividade científicas em pura fobia com os estudos de pessoas *negras* e indígenas que tomavam suas respectivas histórias como campo de estudo. Acusações de pseudociência a trabalhos que falavam sobre ancestralidade e espiritualidade dos pesquisadores e pesquisadoras que estudavam o ancestral e o espiritual como modos de conhecimento para outros jeitos de pesquisar era mais um dos ataques comuns que presenciei e que sempre questioneei. Isso sem falar das acusações de que estes estudos *negros* e indígenas eram individualistas burgueses porque muitos decidiram dar adeus completamente aos modos supremacistas de pesquisa da academia e criar suas próprias linhas imaginativas e de elaboração de novas ontoepistemologias, deixando nítidas as suas recusas a tal ciência que os acusadores usam como bem precioso que nós supostamente quiséssemos ou deveríamos querer.

Hierarquizar conhecimentos com o fim de aniquilar o outro é uma atitude colonial e nada mais racista do que chamar uma pessoa racializada em sistemas hierárquicos de opressões de individualista burguês. A história desse individualismo foi fabricada pela brancura colonial que expropriou nossas terras e nos escravizou, sendo o extrativismo mais o tráfico negreiro e toda logística

da escravidão o que fundamentou e coroou as sociedades burguesas, em especial o seu individualismo. Recuso visões que se valem de revoluções europeias para tentar, mais uma vez, ocultar que o surgimento da burguesia como classe, marca por excelência dos novos ideais de indivíduo e sociedade que ganharam força nos séculos XVIII, XIX e XX, não estaria relacionado à colonialidade, fato que acaba por obliterar também como a Europa (moderna) se fez Europa às custas de sangue *negro* e indígena, como se os ideais emancipatórios dos países colonizadores estivessem isentos dos brutalismos dessas sociedades sobre suas colônias. Lembro que, por exemplo, igualdade/liberdade/fraternidade só pode ser gritado em França graças aos frutos de toda pilhagem e massacre do ocidente europeu contra povos colonizados, frutos estes que permitiram uma burguesia farta em recursos materiais nos territórios de todo o Ocidente Branco Europeu.

Para além do caso francês, os exemplos de como a Europa se tornou por muitos séculos o eixo socioeconômico do mundo às custas de seus colonialismos são vários e descrevê-los está fora dos propósitos deste artigo. Bastava aos acusadores de que nós de ancestralidade afro e/ou indígena seríamos individualistas burgueses um trabalho de pesquisa fora da “biblioteca colonial”⁶ para compreender como o capitalismo só foi possível graças ao racismo e a empresa colonial moderna. É no mínimo bizarro nós de matrizes afro e/ou indígenas, que somos povos oriundos de ancestralidades do “em comum”, ouvir de quem criou e continua se sustentando pela diferença por separabilidade⁷ – o *sujeito*

6. Mudimbe (2019) concebe como “biblioteca colonial” os arquivos tanto escritos e documentados como os imaginários de conhecimento que só compreendem a *diversalidade* do mundo a sufocando com modos coloniais de perceber, sentir e criar as coisas. Essa biblioteca, mais do que um arquivo, consiste em uma *práxis* de conceitos e métodos do *sujeito* colonizador como ferramenta para o entendimento da alteridade sem deixá-la existir em seus próprios termos.

7. Uso o conceito de separabilidade cunhado por Ferreira da Silva (2019), o qual não se resume a modos de operação/separação entre *sujeito* e objeto. Ele diz da herança moderna de como as coisas do mundo costumam ser apreendidas pela intuição e apresentadas em formas e dimensões que permitem a construção de categorias de entendimento que excluem outras maneiras de sentir e perceber as coisas. A separabilidade sustenta tanto o racismo como a colonialidade das quais ela (a

herdeiro dos privilégios da brancura colonial – que gentes *negras* e indígenas não pensariam coletivamente.

Advirto também que, quando acessamos posições privilegiadas socioeconomicamente, não estamos situados/situadas na mesma posição dos *sujeitos* da supremacia racial branca, porque o racismo em nossas vidas não finda com a chegada de alguns e algumas de nós ao topo da pirâmide social. E mais: os territórios de qualquer sociedade construída à base do extrativismo de terras indígenas e da escravização desta gente e do tráfico negreiro que escravizou/comercializou povos africanos pretos são nossos. Todos os lugares dessas sociedades são nossos! Se vamos reivindicá-los ou não é outra questão.

Se, por um lado, a escrita acadêmica (se for possível pensar por essa formalidade) pode nos afastar de outras de nós, gentes racializadas e não acadêmicas, por outro, estamos atentas a como o *sujeito* da supremacia racial branca e aqueles outros por ele mistificados se valem de uma pretensa pedagogia da inclusão para banalizar a complexidade de nossas ideias. A acusação agora seria a de que os estudos contra a colonialidade devem ter uma linguagem acessível, mais simples, livre de problematizações conceituais e metodologias sofisticadas. Subestimam as capacidades cognitivas de nossos leitores e nossas leitoras racializados/racializadas! Isso quando não chegam ao pânico de que teríamos saído de descrições (nativas) para visões por demais abstratas, sendo que essa separação entre abstrato conceitual e o concreto vivido não existe em nossas cosmovisões e corresponde a mais uma herança maldita dos modos cognitivos da *plantation*.

A imaginação radical *negra*, por exemplo, consiste exatamente em como nossas vidas produzem abstrações profundas cujos conceitos e métodos só podem se manifestar porque, a partir de nossa carne e do nosso sangue, improvisamos as gramáticas da transparência partindo para outras maneiras de imaginar. A nossa imaginação parte de toda uma imanência radical. Cheguei a ser interpelado várias vezes por essas críticas vindas de *sujeitos* brancos tanto da academia de ciências como das artes. No caso particular da primeira crítica, a da banalização de nossas complexidades de pensamento, mais uma vez

separabilidade) se encontra emaranhada e expandida.

o racismo se mostra atuante, uma vez que o exotismo faz parte dessa crítica a nós direcionada sob os auspícios de um progressismo de ideias que fantasia a simplicidade como um lugar originário das ideias *negras* e indígenas, que deveriam ter seu “primitivismo” preservado. Acessibilidade não é sinônimo de perda de complexidade teórica e metodológica. Os estudos contra a colonialidade e que buscam descolonizações são multiplicidades de visões-vidas, de maneira que seus autores e suas autoras não podem ser esvaziados e esvaziadas de suas respectivas singularidades e *outramente* objetificados e objetificadas.

Há também a fantasia colonial, mediante a leitura de certos estudos radicais contra-hegemônicos, que romantiza que toda escrita anticolonial/de(s) colonial/pós-colonial deva ser um combo de desconstrução estilística mais subversão analítica mais uma boa dose de certa violência. Os *sujeitos* dessa fantasia banalizam as condições de inexistência social a que somos arremessados/arremessadas pelos modos de governança, construídos e reproduzidos pelas arquiteturas coloniais. Eles banalizam as nossas questões críticas a essas condições muitas vezes nos pondo nesse local de uma suposta reatividade sem coerência estrutural ou simplesmente fantasiosa e a serviço das “políticas de inimizade” – para acionar uma expressão de Mbembe (2017).

Este último discurso nos fabula como delinquentes ontoepistemológicos e poéticos, esquecendo que a violência que alguns dos nossos estudos ativam contra as violências das hegemônias, bem como a desconstrução de modelos normativos e a subversão das leis e regras que nos constroem/matam, são questões de justiça (mais que) social. Essas questões e nossa autocrítica a elas têm levado hoje muitos e muitas de nós a entender os limites da justiça, o que também nos permite consolidar que, se há um “crime” nas visões anticoloniais/de(s) coloniais/pós-coloniais ou em outros estudos críticos aos modos de colonialidade, isso seria um ato além do político contra os modos de governança os quais, por sua vez, ditam tantos os parâmetros de acomodação como os de resistência, os de presente e os de futuro. Na fuga desses parâmetros, Ferreira da Silva, por exemplo, chega a propor uma praxiologia do pensar os limites da justiça:

Pensar os limites da justiça exige, portanto, um plano, um procedimento, mas um que não esteja comprometido com a resolução das condições que expõe numa medida mais efetiva, numa tabela, ou numa narrativa capaz de informar ações preemptivas ou mecanismos preventivos. Conhecer nos limites da justiça é simultaneamente um conhecer e um fazer; é uma *práxis* que desestabiliza o que veio a ser, mas que não fornece um guia para o que ainda virá-a-ser. Conhecer nos limites da justiça, ainda assim, é uma *práxis* ético-política, a qual reconhece todos os efeitos e implicações assim como as presunções que informam nossas narrativas sobre existir com/em outros. Conhecer nos limites da justiça por ser uma *práxis* ético-política, requer análises ontoepistemológicas que partam *da* e retornem à relação (afetabilidade) – que façam não mais do que antecipar o que ainda está para ser anunciado, talvez, um horizonte da exterioridade radical em que conhecer exige afetabilidade, intencionalidade e atentividade (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 53-54).

A partir da proposta de Ferreira da Silva, podemos *des-pensar*⁸ o mundo por algumas questões que já não consistem nas já postas pela autora em seu estudo sobre os limites da justiça. A relacionalidade estaria livre dos discursos sitiados em identidades e questões ontológicas como as que definem e hierarquizam humanidades e predizem futuros para aquelas vidas que sonham com a mudança das suas condições de existência ou inexistência social? Seria possível pensar e construir afetabilidades cuja intencionalidade primordial seria buscar o em comum sem cair numa gramática da transparência para o que estar por vir ou que ainda não é? Que atenção poderíamos ter para experimentar uma ético-política que não somente nos retire das localidades ordenadas pelo mundo tal como conhecemos sem esquecer que, no plano dos ordenamentos, o não-local existe como zona de todo território, como a sua parte ocluída que toma agência em representações, sensações, enunciados e visibilidades sem se resumir aos modos como elas se expressam por sistemas simbólicos e que

8. Ferreira da Silva (2019) traz a tese de des-pensar o mundo tal como conhecemos para podermos existir outramente.

são forças não-locais agindo lá mesmo em todas essas expressões? Quais as implicações profundas de certas maneiras de abordar as políticas de conquista, zoneamento e produção de futuros para vidas *negras* que tornam limitadas nossas compreensões por não ultrapassarem o espaço, o tempo e a forma?

A experiência plural *negra* e a colonialidade não-local

A colonialidade não é uma experiência territorial no sentido de que ela existiria como *modus operandi* de determinadas regiões do planeta em expansão para outras localidades, típica das teorias do Imperialismo presas a ideias de sequencialidade e determinabilidade⁹. Embora a colonização tenha sido imaginada dessa maneira, ou seja, atuante na lógica da expansão e da conquista de novos territórios, os processos de colonialidade por ela gerados e que se atualizam constantemente por todo planeta agem profundamente de maneiras não-locais, ainda que esses territórios sejam subjetivos. A colonialidade é um espírito de predação animado pelo racismo e movido pelo capital. Ela age como sistema de expropriação total que ultrapassa as espoliações materiais da vida, de maneira que a conquista também se (re)faz no mais profundo dos corpos e subjetividades, impedindo as cartografias de alcançá-la. Perceba que estou navegando por duas modalidades de território que não se excluem: um da matéria geofísicocultural e outro do desejo.

Quando Mbembe (2018a) cunhou seu conceito de *devir-negro do mundo*, ele acionou exatamente a impossibilidade de reificar processos coloniais a territórios particulares e isso sem negar os processos específicos de balcanização do mundo típicos das necropolíticas, tais como no caso das conquistas de territórios palestinos pelo Estado de Israel. O que o autor mostra por meio do *devir-negro do mundo* são forças de expropriação atuantes que são animadas

9. Ferreira da Silva (2019) define a determinabilidade tal qual os efeitos de como, pela *separabilidade*, damos formas às coisas do mundo em processos de apreensão e categorização espaço-temporais de modo que estas coisas só se tornam conhecíveis e reconhecíveis a nós uma vez que passam por este primeiro processo, que acaba por dizer de uma separação nossa do mundo sempre como pré-requisito para a determinabilidade se efetivar, ou seja, para que a verdade dessas coisas tenha sua materialidade concebida.

pelo racismo em todas as relações das sociedades capitalizadas sem fechar sua crítica aos modelos de compreensão da economia política que centralizam processos de exclusão e extermínio no poder do Estado e nas relações financeiras. As políticas de deixar morrer e matar – necropolíticas – são desinvestidas de compreensão que ainda insiste nas teorias do poder que tomam as tecnologias raciais apenas como efeitos das estruturas de dominação, sejam as macrológicas ou as microfísicas. O racismo é estrutural porque ele estrutura as sociedades e suas políticas, suas economias, suas psicologias, suas culturas etc., e não porque as estruturas o produziram como um fruto da dominação que elas estariam efetivando por outros meios e que agora estariam gerando zoneamentos sociais/raciais.

A raça constitui a peça fundamental para produzir fronteiras de todos os tipos e seus entres. A dominação colonial é em si mesma racista. A colonização moderna de territórios americanos e africanos por parte de países europeus ocorreu principalmente por ela mesma ser racista e os processos variados de racismo que gerou não têm suas causas como *a posteriori* da lógica colonial ou apenas como seus efeitos durante a extração e a escravização e tráfico de povos colonizados. O racismo nunca deixou de animar as políticas de extermínio de um povo sobre outro tornado *negro*.

Mbembe (2017, 2018b) concorda com a visão foucaultiana de que o poder não pode ser centralizado como uma propriedade absoluta em alguma zona ontológica distinta – distinção esta que marca a velha ideia do poder Soberano –, mas dá adeus à ideia de efeitos discursivos do poder como zonas para compreensão do *dever-negro do mundo*. O racismo não corresponde a um efeito das tecnologias modernas, mas sim à força terrível que as ajudou a se tornarem possíveis. Embora essas tecnologias produzam constantemente tipos raciais diferenciados, como foi o caso do personagem *O Negro*, entendê-las exclusivamente pela materialidade das coisas que os discursos efetivam apaga a implicância profunda de processos de materialização e desmaterialização da vida que embaralham e ultrapassam a ordem das palavras e as coisas¹⁰. E

10. Ver como Mbembe (2018a) opera com o pequeno segredo e as relações entre feitiçarias africanas e a produção do *Negro* como espectro da modernidade.

mais: a brancura colonial é, sim, a zona ontológica constantemente privilegiada no *devoir-negro do mundo*, mas, como *devoir*, esta força escapa de fazer da expropriação um jogo binário em que *sujeitos* opressores e oprimidos estariam definidos de uma vez por todas.

No *devoir-negro do mundo*, o *sujeito* da brancura colonial estará sempre sendo privilegiado porque as relações sociais estão constantemente refundando a ficção racial dessa supremacia, mas isso não o isenta de sofrer processos de expropriação onde ele é subjugado por outros deles mesmos. Óbvio que essa visão não irá trazer nenhum conforto para quem ainda se encontra preso/presa à imaginação colonial sobre o poder Soberano em suas mais variadas versões, que não quer ver nem saber que o racismo sempre habitou e impulsionou os desejos de conquista, expansão e consumo de vidas e territórios. Não se trata de uma redução à ficção racial, mas de entender que os ovos dessa ficção são crias do racismo, ainda que ele se manifeste por meios de outras categorias e suas agências, tais como as noções de gênero, sexo e sexualidade, que nunca deixaram de ser assombradas pela raça.

É por essa experiência não-local da colonialidade que podemos entender como certos movimentos de questionamento dos modelos eurocêntricos podem ser extremamente coloniais, como o caso da Semana de Arte Moderna de 1922, na cidade de São Paulo. Em busca de um nacionalismo brasileiro e em refutação às escolas e estilos artísticos/estéticos dominantes da Europa Ocidental Branca, o que se mostrou mais comum nesse evento foram artistas brancos/brancas brasileiros/brasileiras ou com nacionalidade brasileira adquirida cometerem toda espécie de objetificação, esvaziamento e banalização de ancestralidades *negras* e indígenas em uma espécie de milkshake extrativista e, sobretudo, racista. E se várias de suas obras até hoje consideradas baluartes das artes *brasilis* não deixam de provocar repúdio e mal-estar em nós, pessoas de origens afro e indígenas, por outro lado, quando olhamos nossas vidas vilipendiadas e fantasiadas/exotificadas, deixamos de nos ver no objeto pilhado.

Por essa perspectiva, a Semana de 1922 foi um desastre histórico que dificulta qualquer possibilidade de pensá-la como movimento anticolonial ou de improviso radical na lógica da colonialidade, embora tivesse intuítos de dessacralizar a arte europeia até então dominante. Todas as tentativas

de salvacionismo em relação a esse evento parecem só demonstrar o desejo colonial por parte de quem as efetua. De volta a Mbembe, precisamos ter cuidado com ideias vanguardistas “anticoloniais” que apenas refazem o jogo da colonialidade:

A crítica de caráter estético, vanguardista e anarquista recupera grande parte desses mitos e estereótipos coloniais que ela se esforça em subverter. Não questiona a existência canibal, de um mundo negro fundamentalmente irracional e selvagem. Procura abarcar todos os sintomas da degenerescência – na realidade, gotas de fogo –, convencida de que é precisamente aí que reside a força do ardente negro, seu furioso amor pelas formas, pelos ritmos e pelas cores (MBEMBE, 2018a, p. 87).

Embora o exemplo de Mbembe seja voltado à visão que relaciona antropofagia e vidas *negras* africanas efetuada por artistas europeus, tenhamos em mente que a antropofagia comumente evocada nas artes brasileiras parte do pressuposto de que, por aqui, sempre devoramos o estrangeiro (estilos, modelos, ideias de fora) e o regurgitamos criativamente de muitas maneiras. Essa ideia aproxima-se do exemplo de Mbembe pelo velho desejo (inconsciente) de consumir e aniquilar o outro. No caso brasileiro, essa prerrogativa costuma se embasar na objetificação de antropofagias ancestrais de certos povos indígenas, tais como as antigas gentes tupinambás, esvaziando o fato de que, para estas, a antropofagia consistia em tática de guerra, comunhão e sobrevivência de cunho ritual.

Outra coisa com a qual não percamos tempo é a transfiguração do conhecimento ancestral antropofágico feita pelos pontos de vista hegemônicos que digerem/dissolvem seus outros em mais uma faceta do projeto colonial-racista. Trata-se de fantasias artísticas brasileiras das ingestões culturais e seus hibridismos, os quais supostamente criam o novo e acabam por apagar o teor de violência com que as coisas foram impostas pela colonialidade em processos variados de criatividade estética racista, que cinicamente isentam aqueles *sujeitos* que até hoje vivem de devorar, desmanchar e regurgitar outras vidas por meio de desejos cruéis de afetabilidade e outramento.

Embora a Semana de 22 não tenha resumido as suas violências à questão antropofágica – e não cabe aqui esmiuçá-las –, esse evento continua como centro para referência da grande vanguarda brasileira das artes sem o questionamento profundo dos problemas e contradições que ela causou. Ela nunca deixou de ser o grande divisor do moderno e não moderno nas artes do país. No Ceará, é comum artistas se orgulharem de terem fabricado um modernismo à brasileira antes de São Paulo. Falo do movimento da Padaria Espiritual¹¹, no qual poetas/literatas/inventores forjaram outras linguagens poéticas até então desconhecidas do público e que antecede a Semana de 22. Trata-se de um movimento extremamente masculinista – e não estou interessado em cavar outros recheios hegemônicos dos padeiros, uma vez que um trabalho historiográfico não colonial possivelmente torne isso visto.

Saliento a crítica a questões de pioneirismo cego. O fato é que uma crítica à Semana de 22 por meio de certo pioneirismo da Padaria Espiritual também oclui os problemas e contradições do evento paulista por meio de uma política de inimizade nordeste *versus* sudeste, Ceará *versus* São Paulo, e só a estupidez da imaginação colonial para comprar essa narrativa dualista. A Semana de 22 segue em seu império de sujeira como um evento glorioso das artes *brasilis*.

De todo jeito, é inegável que a Ficção Brasil se reinventa todos os dias, seja pelas invenções que mantêm o projeto da escravidão e outras heranças coloniais, seja pelas invenções de resistências e fugas em relação a tais projetos e heranças malditas. A ontologia *negra* brasileira, se for possível, parece existir numa lacuna entre mundos, aqueles aos quais nos é impossível retornar – as antigas sociedades africanas – e aquele para nós impossível pertencer – o mundo branco-colonial. Existe a sensação de que orbitamos na escuridão.

A lacuna ontológica ou sobre orbitar na escuridão

As histórias que orbitam na lacuna da ontologia poderiam ser biografadas para além de sua perda e impossibilidades das mais diversas? E quando a lacuna é mais profunda, quando esse buraco diz de violências que não nos permitem rastrear essas vidas pelas convencionalidades do arquivo? Falo de vidas como

11. Ver Mota (1938).

aquelas assentadas no fundo do oceano durante naufrágios de navios negreiros ou de descarte de corpos *negros* ao fundo dos mares ou de cada pessoa indígena que morreu na luta, na fuga, na captura durante a colonização e das quais nos é impossível contar uma história específica de cada uma delas. Uma vez que o arquivo colonial quase sempre não nos permite acessar nenhuma dessas histórias em suas respectivas singularidades.

A maior parte dessas biografias permanece invisível aos olhos do mundo uma vez que a matéria dessas vidas não deixou marcas em uma forma historiograficamente reconhecível, uma vez que o arquivo colonial não se interessou por esse registro, uma vez que o projeto colonial corresponde a um programa exatamente de consumo e extermínio dessas vidas, uma vez que pelo arquivo colonial somos tratados e tratadas por cifras, relatórios de contabilidade, jornais de procura a fugitivos/fugitivas e por outros reducionismos e esvaziamentos coletivos.

Isso não ficou no passado, pois se atualiza hoje na constante falta de interesse em compreender vidas tornadas outras em seus próprios termos e produção de conhecimento. Isso se atualiza pela velha correlacionalidade das ideias supremacistas para com aquelas que as primeiras objetificam sob os apanágios do dialogismo, da troca de narrativas e da polifonia, que mascaram o extrativismo cognitivo e suas iconofobias¹², mas não desafazem o velho jogo de assentar novamente seus outros nos subterrâneos da diferença por zoneamento e silenciamento mortais. De que estratégias temos sido capazes para fugir de tudo isso? Faço aqui a mesma indagação de Spillers (2003, p. 406, tradução minha),

12. Chow (2007) definiu iconofobia como um modo em que os ícones de outras culturas são consumidos pelas maneiras de conceber o ícone postas por visões supremacistas, muitas vezes por meio de aproximações e/ou supostas cocriações com essas outras culturas, em plena manutenção do projeto fóbico do colonialismo de imagens, símbolos, narrativas etc. A iconofobia diz de uma aversão à imagem do outro típica do racismo e, assim, não raramente movida por um misto de fascínio, exotismo e desejo (inconsciente) de aniquilamento do outro, tal como no cinema de Quentin Tarantino, que a autora desmascara sem a menor condescendência.

[...] como reivindicar um local de investigação abandonado no discurso crítico quando a própria questão que ele articula é levada adiante como parte da estrutura metodológica como uma característica do próprio paradigma sob suspeita, enquanto a questão em si mesma é um primeiro plano temático que não pode ser abordado de nenhuma outra forma.

As tentativas para essa resolução têm sido várias, tais com as fábulas críticas de Hartman (2008, 2019), as afrofabulações de Nyong'ò (2018), os estudos fantasmagóricos de Gordon (2008, 2018) e as escrevivências de Evaristo (2006, 2018). Todas essas tentativas retiram o poder criativo/inventivo dos tentáculos da imaginação do Mundo do Mesmo, reivindicando locais abandonados pelo discurso crítico, seja o das ciências, o das filosofias, das artes e/ou das literaturas. No entanto, o que legaliza esse abandono ou permite que seja encarado como algo sem importância de ser questionado? O que me interessa agora corresponde ao “direito colonial” da escrita e da fala (compreendida aqui para além dos enunciados orais) que insiste em marcar as abordagens críticas aos processos de silenciamento voltados para certos grupos e fundamenta que não abordemos de nenhuma outra forma nossas vidas matizadas e subalternizadas pela raça que não seja ainda pelas velhas maneiras da colonialidade reexistir às nossas custas.

Quando Azoulay (2014, 2015) cunhou e desenvolveu seus estudos sobre o que ela veio a chamar de “direito colonial”, a autora estava preocupada com as práticas extrativistas das imagens sem resumir isso a velha atitude de fazer fotografias do outro sem a permissão desse outro. A autora navega pelas leis coloniais que se reinventam e aperfeiçoam suas respectivas violências cotidianamente com os aparatos das novas tecnologias, em especial as tecnologias visuais. O outro muitas vezes não impede ou não recusa a captura à medida que, por ter passado por longos processos históricos de constrangimento, não a compreende como tal, o que serve de recurso para que o direito colonial exercido seja mascarado como partilha ou mesmo cocriação. O direito colonial fabrica seu próprio cinismo de controle.

Ocorre que a análise de Azoulay, embora busque modos de colaboração

no uso das imagens, não se fecha na intencionalidade particular dos *sujeitos*, tanto aqueles que fotografam ou filmam outros como as atitudes destes outros na relação aí desempenhada em que eles mesmos produzem suas imagens. Azoulay se interessa principalmente por práticas artísticas que embaralham as fronteiras de quem captura imagens e quem é capturado ou capturada, evidenciando outros roteiros de colaboração no uso e fabricação de fotografias. Trata-se de navegar pelo que permitiu o jogo de expropriação visual ser exercido, saber conscientemente de onde ele veio, quais efeitos violentos essa expropriação gera e como poderíamos quebrá-los. E tal jogo nunca vem de um *sujeito* em si, mas de toda uma estrutura de dominação. A questão pela qual caminho agora vem como o direito colonial também se (re)faz presente em outras maneiras de produzir materialidades.

Por exemplo, o direito colonial de falar pelo outro muitas vezes é substituído pelo direito colonial de fazer o outro falar e prendê-lo na moldura de inteligibilidade de um mesmo diagrama de poder-conhecimento conveniente com a exclusão que, a princípio, impedia esse outro de ter voz. Eis porque diversos autores que postulam sobre silêncio e silenciamento de vozes subalternizadas não são defensores de certas teorias de locais de fala. Eis porque uma teórica profunda como Spivak, constantemente interpelada por essas teorias, foge delas. A questão da fala, para Spivak (1999, 2010), esteve sempre atrelada à impossibilidade dela se manifestar dentro da estrutura que a subjuga e como o chamado *sujeito* subalterno fala por outros meios, mas sem transformar seus modos de enunciação em localidades reconhecíveis pela linguagem colonial.

Assim, o caso das mulheres indianas analisadas por Spivak não significa uma intencionalidade em transformar seus respectivos corpos em locais de fala compreensíveis em um jogo de resistência à subalternidade e/ou à colonialidade, nem no caso em que alguma delas acata a estrutura da subalternidade e contesta as leis coloniais. Spivak releva a ficcionalidade dessas estruturas, tanto a colonial como a das castas, que subalternizam duas vezes as mulheres, como os únicos espaços possíveis de enunciação permitida sem fazer uma contrapartida a eles por algo que os mesmos ainda compreendam dentro de suas respectivas inteligibilidades.

Spivak atravessa tanto a transparência do discurso subalterno como aquela do discurso colonial. Há um segredo nas maneiras de falar dessas mulheres cujas linguagens não são acessíveis a quem não faz parte de sua profecia. Não à toa que o clássico ensaio de Spivak (2010) vem sempre na impossibilidade de tornar a voz do *sujeito* subalterno apreensível pela formalidade ontológica e espaço-temporal da colonialidade, além de embaralhar os próprios roteiros da subalternidade indiana. Na interrogação das tentativas coloniais de conferir voz ao *sujeito* subalterno só se afirma que essa voz está sempre perdida. Mais uma vez: “Pode o subalterno falar?”.

Embora locais de fala não digam respeito somente a questões de poder-dominância, uma vez que eles também são campos de sonhos, amores, espiritualidades etc., onde quero chegar agora é que afirmar as localidades nas quais somos situados/situadas pelas estruturas de dominação ou que, a partir do que nos é mais particular, costumamos apontar em referência a essas estruturas é fundamental para entender os processos que nos excluem e como podemos lidar com eles, modificá-los ou mesmo aboli-los. O que não significa que nenhuma vida esteja refém da posicionalidade que ocupa estruturalmente, ainda que cada posição seja marcada por contingências.

Entendo que os locais de fala também são campos de possibilidades, e não locais duros de ser/estar no mundo. O problema consiste no fato da contingência vir sempre mais do que situada, pois ela vem sitiada pelas mesmas logísticas de possibilidade já reconhecíveis pelo mundo tal como o conhecemos, uma vez que as ideias de localidade estão simultaneamente presas ao espaço, ao tempo e às formas histórica e ontologicamente reconhecíveis. Não é à toa que ideologias de ascensão dificilmente produzem imaginações radicais que nos retirem dos locais formais do mundo.

Concluir a saída da transparência

O fato de fincar vidas em/entre fronteiras (o campo de passagem para o que não seria humano ou humano inferior, no exemplo do racismo) ou vê-las como as próprias fronteiras (a manifestação dos sistemas de classificação entre humanidades)¹³, as vidas *negras* mostram-se paradoxalmente identidades capa-

13. Ver entrevista de Angela Mitropoulos a O'Brien (2017).

zes de infinitas desconstruções e universalizações. De um lado, as pretitudes desconstroem a não possibilidade da passagem se permitindo compreender também como socialmente construída em relação a outras identidades, exibindo, assim, a ficcionalidade de todas elas e expondo a ontologia como produto de processos políticos situados em encruzilhadas éticas e morais. Por outro, as pretitudes atuam em tecnologias da modernidade nas quais são apreendidas como produto da exclusão do narcisismo ontológico da brancura colonial que apregoa um número reduzido de seus *sujeitos* como aqueles detentores do *status* plenamente humano do mundo, em um jogo no qual as pretitudes servem como exemplo de diferença para a transparência da ontologia da brancura colonial. Para aqui com o despertar para abandonar a ontologia – e isso inclui a reivindicação das pretitudes de que sua ontologia é sempre negada e/ou roubada em um mundo *antinegro* –, porque não estou interessado em uma ontologia pura *negra* antes da própria ontologia, como poderíamos querer ao sacarmos que esta última já nasce marcada racial e estruturalmente em processos de violência. Ao vermos as questões morais, econômicas, jurídicas e políticas que marcam e definem a ontologia, podemos facilmente advogar histórias das pretitudes anteriores a essas marcações e seguir com elas no modo como estas mesmas histórias estariam posteriormente marcadas. Não sairíamos do binômio racial. Ultrapassemos!

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands: the new mestiza** = La frontera/Gloria Anzaldúa. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.
- AZOULAY, Arielle. **Historia Potencial y otros ensayos**. Mexico: TEE, 2014.
- AZOULAY, Arielle. **Civil Imagination: Political Ontology of Photography**. Israel: Resling Publishing, 2015.
- BERLANT, Lauren. **Cruel optimism**. Durhan: Duke University Press, 2011.
- CHOW, Rey. **Sentimental fabulations, contemporary Chinese films**. New York: Columbia University Press, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1933 - Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. p. 83-115.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 2014.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Editora Pallas Mini, 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GORDON, Avery F. **Ghostly Matters: Haunting and the Sociological Imagination**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

GORDON, Avery F. **The Hawthorn Archive: Letters from the Utopian Margins**. New York: Fordham University Press, 2018.

HALBERSTAM, Jack. **A Arte Queer do Fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route**. Princeton: Farrar Straus Giroux, 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Wayward lives, beautiful experiments: intimate histories of**

- social upheaval. New York and London: W.W. Norton & Company, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Editora n-1, 2018a.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Editora n-1, 2018b.
- MOTA, Leonardo. **A "Padaria Espiritual"**. Fortaleza: Edésio Editor, 1938.
- MOTEN, Fred. **In The Break**: the aesthetics of the Black radical tradition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- MOTEN, Fred. Black Op. PLMA, Topic: Comparative Racialization, v. 123, n. 5, p. 1743-1747, 2008.
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- NYONG'O, Tavia. **Afro-Fabulations: The Queer Drama of Black Life**. New York: New York University Press, 2018.
- O'BRIEN, Sean. **Border, Theory, Contract**: An Interview with Angela Mitropoulos. Public, Bristol, v. 28, n. 55, p. 84-92, jun. 2017.
- PRECIADO, Beatriz. **Testo lonki**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.
- SPILLERS, Hortense. **Black, White, & in Color**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- SPIVAK, Gayatri. **A critique of postcolonial reason**: toward a history of the vanishing present. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1999.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

Recebido: 07/03/2022

Aceito: 14/02/2023

Decolonialidade e a crítica ao projeto democrático

Decoloniality and democratic project critique

**José Raulino Chaves Pessoa Júnior¹,
Roberto Marques²**

1. Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará; Doutor em Ciência Política pela UNICAMP. [https:// orcid.org/0000-0002-6775-331X](https://orcid.org/0000-0002-6775-331X) raulino.pessoa@uece.br

2. Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-5494-6462> roberto.marques@uece.br

Resumo: A partir de breve contextualização sobre a definição do projeto democrático, democracia e as condições necessárias para sua institucionalização, discute-se em que medida a crítica decolonial pode apontar desafios contemporâneos para o ideal de participação política. Para isso, realiza-se um breve apanhado sobre a crítica pós-colonial e decolonial. A percepção da circulação de corpos marcados pela diáspora, expressos por marcadores de raça e gênero em relações de subalternização herdadas da experiência colonial, aponta a necessidade de pulverizar a ideia de nação e outros significantes abstratos, capazes de invisibilizar experiências locais. Se levado a sério, esse desafio pode vir a adensar questões referentes a participação política de sujeitos até agora invisibilizados no projeto democrático e suas categorias generalizantes.

Palavras-chave: Projeto Democrático. Participação Política. Decolonialismo. Pós-colonialismo. Subalternidade.

Abstract: From a brief contextualization on democratic project definition and the necessary conditions for its institutionalization, this paper discusses how decolonial critique can point out contemporary challenges to political participation ideal. For this, we part form a brief overview of postcolonial and decolonial criticism. The perception of the circulation of bodies marked by the diaspora, expressed by race and gender markers, in relations of subordination inherited from colonial experience, point to the necessity of pulverize the idea of nation and other abstract signifiers capable of making local experiences invisible. If taken seriously, this challenge may deepen questions regarding the political participation of subjects who have so far been invisible in the democratic project and its generalizing categories.

Keywords: Democratic Project. Political Participation. Decolonialism. Postcolonialism. Subalternity.

Democracia e projeto democrático: do que estamos falando?

Nas últimas cinco décadas, o debate sobre efeitos das relações saber-poder na constituição ontológica de territórios, imaginários espaciais e, consequentemente, nas formas de subjetivação no mundo contemporâneo, tem sido uma importante ferramenta de reflexão crítica para as ciências sociais. Como desenvolveremos adiante, dentre os principais efeitos desse debate, a materialização das relações coloniais traduzidas por dinâmicas de diferenciação a partir de marcadores de raça; gênero e origem social, tem evidenciado complexas formas de subalternização, tencionando temas fundantes do campo amparados em formulações hoje percebidas como universalizantes. Dentre esses temas, deteremo-nos aqui sobre as noções de projeto democrático, democracia e participação política.

A partir de levantamento bibliográfico sobre esses temas e cotejamento desse debate com as trajetórias de pesquisa dos autores (PESSOA JR., 2022A; PESSOA JR., 2022B; MARQUES, 2020; MARCONDES; MARQUES, 2022A), esboçaremos como o debate decolonial tem trazido contribuição relevante para a reflexão sobre as temáticas acima referidas. O artigo está dividido em três

partes. Nessa introdução, apresentamos sua ideia central e caracterizarmos brevemente o debate sobre democracia e projeto democrático conduzido no campo da ciência política. A partir desse delineamento, perguntamo-nos que efeitos possuem as teorias recentes que denunciam diferentes formas de subalternização vivenciadas por sujeitos políticos a partir da herança colonial, traduzida em marcadores de cor, gênero e origem social. Tomadas como características desabonadoras para esses sujeitos e suas coletividades, tais diferenças impõem formas de circulação social restrita, muitas vezes materializadas em experiências institucionais que teriam por obrigação garantir a participação social de sujeitos distintos na consolidação do projeto democrático. Para nos aproximar desse debate, delineamos as críticas decolônias e pós-coloniais, ressaltando o lugar que raça e gênero possuem nessas teorias. Por fim, no terceiro subitem do artigo, tentamos demonstrar como esse debate vem sendo apropriado por diferentes autores e autoras preocupadas com a garantia da participação por sujeitos sociais diversos. Iniciemos, portanto, delineando as ideias de democracia e projeto democrático em ciência política.

O debate sobre a ideia de democracia é tão antigo quanto a reflexão sobre a política. O termo vem sendo definido e redefinido ao longo do tempo, desde a antiga Grécia até o momento presente, constituindo-se como objeto de intensas disputas. Trata-se, portanto, de termo polissêmico, capaz de adensar e expressar significados relevantes para os agentes dessas disputas em torno das ideias de igualdade, hierarquia, representação, entre outras.

A definição do que é o projeto democrático foi ganhando sentido e significado no decorrer da trajetória do pensamento ocidental, acumulando acepções através de distintas teorias. Podemos mencionar que o debate contemporâneo em torno do valor da democracia é ancorado em antigas tradições do pensamento político. Norberto Bobbio (1997) ressalta três grandes correntes que contribuíram para estabelecer o significado atual da democracia.

A primeira corrente é a teoria grega clássica ou teoria aristotélica das três formas de governo. Aristóteles definiu a democracia como governo do povo em que predomina a vontade de muitos. Em oposição a esse tipo de governo, o autor cita a monarquia, caracterizado pelo poder de uma única

liderança, o monarca; e a aristocracia, marcada como poder de poucos que integram um grupo particular. A partir do debate grego, a democracia passa a ser caracterizada pela *isonomia*, igualdade perante a Lei, e *isegoria*, igualdade de participação na Assembleia Popular ou Eclésia. Os cidadãos possuiriam *status* político idêntico.

A segunda corrente citada por Bobbio é a tradição romano-medieval de soberania. Nesse debate, a democracia ganhou a dimensão de soberania popular em que o poder supremo é derivado do povo. Nessa concepção, o poder ou autoridade pertence ao povo, sendo transferido temporariamente a um príncipe, ou delegado, a representantes deste. O domínio da elaboração ou criação de leis, em que se apoia o poder soberano, diz respeito unicamente ao povo, que apenas atribui a outros o poder executivo ou o poder de governar no âmbito das leis.

A terceira e última corrente é a tradição republicana moderna. Nesse debate, os tipos de Estado seriam essencialmente dois, monarquia ou república, sendo o regime democrático um tipo específico de república. Nessa aceção, o ideal democrático se confunde com o ideal republicano. A democracia ou a república seria um governo livre, oposta a toda forma de governo despótico e autoritário em que o poder seria o domínio privado de algum poderoso que teria tomado a autoridade através da força.

A partir da contribuição dessas três tradições, a ideia de democracia foi tomando forma, sendo usualmente definida como poder do povo, ou da maioria, em que prevalece a soberania popular, tornando-se oposta a regimes despóticos ou ditatoriais.

A definição hegemônica de democracia foi formulada a partir do intercâmbio com o liberalismo que reivindicou e conquistou liberdades individuais. No século XIX, a concepção liberal do Estado soterrou o antigo regime absolutista, promovendo e desenvolvendo liberdades civis e políticas. O Estado liberal reconheceu e garantiu direitos fundamentais, como a igualdade entre os indivíduos e a liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião.

A democracia almejada não seria o modelo grego clássico, em que predominava a participação direta dos cidadãos reunidos em assembleia. O tipo de governo compatível com o Estado liberal seria uma democracia em que a

participação do poder político se daria de forma indireta, através da eleição de representantes que formariam o governo. O princípio democrático de soberania popular se expressaria pela ampla liberdade política, na vontade livre e autônoma dos cidadãos ao escolherem seus representantes.

Norberto Bobbio ressalta que o governo democrático ganha contornos de regime representativo, avançando o processo de democratização em dois pontos principais. O primeiro seria a ampliação gradual do direito do voto, antes restrito a uma parcela de cidadãos com base em critérios de censo, cultura e sexo, até alcançar o sufrágio universal. O segundo seria a multiplicação de instituições representativas abrangendo as duas assembleias legislativas (Câmara dos Deputados e Senado), os órgãos do poder subnacional e o Poder Executivo nacional.

Para Robert Dahl (1997), a democracia é conceituada como regime *poliárquico*, sendo sua característica-chave “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (p. 25-26). Essa conceptualização ressalta um elemento normativo do projeto democrático, qual seja: a correspondência entre as decisões políticas e os desejos da população.

Para que um governo seja responsivo e consiga satisfazer continuamente as preferências dos cidadãos considerados iguais, é necessário garantir a todos os cidadãos três condições básicas: a) a oportunidade para que possam formular suas preferências; b) a possibilidade para que consigam expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva; c) ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

Essas três condições necessárias ao regime democrático são fundadas em oito garantias institucionais: 1) Liberdade de criar organizações e integrá-las; 2) Liberdade de expressão; 3) Direito de voto; 4) Direito de competir pelo apoio e pelos votos; 5) Elegibilidade dos cargos políticos; 6) Fontes de informação alternativas; 7) Eleições livres e corretas; e finalmente, 8) Instituições que tornem o governo dependente do voto e das outras formas de expressão das preferências políticas.

A partir dessas definições, percebemos que o projeto democrático é fundamentado em garantias básicas, como igualdade e liberdade entre cidadãos, a livre competição eleitoral que forma o governo representativo e a responsividade do governo frente às preferências dos cidadãos. Nesse modelo, o projeto democrático se consolida pelo aprimoramento dos mecanismos de seleção dos governantes, compreendidos como ferramenta de tomada de decisão coletiva.

Que novos desafios são adivinhados para o projeto democrático se cotejarmos essa literatura às críticas recentes que denunciam as diferentes formas de circulação social vivenciadas por sujeitos políticos marcados pela cor, gênero e origem social tomados como desabonadores na experiência de consolidação das nações europeias? Como elementos expressivos da herança colonial podem nos ajudar a pensar os enormes desafios vividos nos dias de hoje para consolidação do projeto democrático? Para compreender esse desafio, faz-se necessário um breve apanhado sobre a crítica decolonial nesse início dos anos 2000.

Crítica Decolonial

Em artigo de 2016, Bernardino-Costa e Grosfoguel localizam o termo decolonial como resultado da crítica ocorrida à completa ausência de intelectuais latino-americanos nos chamados estudos pós-coloniais. Apesar de uma longa história colonial na América Latina e de inúmeras reações aos efeitos da colonização, trajetórias intelectuais advindas das disputas de saber-poder marcadas por essa experiência espacial não figuraram e não figuram no campo de estudos pós-coloniais. Vivências locais ou a variedade de manifestações políticas, econômicas ou socioculturais latino-americanas estão completamente ausentes nos escritos dos nomes mais expressivos do campo, tais como Homi Bhabha (1998), Edward Said (1990) ou Gayatri Spivak (2010).

Para Stuart Hall (2013), não haveria uma data para o nascimento das teorias pós-coloniais. Elas seriam resultado de uma crítica à antigas teorias advindas das noções econômicas, políticas, culturais nascidas com a modernidade/colonização. Centradas em grandes narrativas que se pretendem descentradas, impessoais e neutras. As grandes narrativas teóricas trariam em si um modo de pensamento colonial, à medida que consolidam um único modelo

de sujeito, política e instituições sociais. Nessa perspectiva, o que seria distintivo do pós-colonial seria a capacidade de fazer uma releitura da colonização, pensar o tempo presente a partir de uma perspectiva diaspórica, ao invés de centradas na ideia de nação. Experiências mediadas pelas noções de origem e localização são tomadas como instrumento de reflexão sobre relações de hierarquia e subalternização. Não mais edificando as potencialidades da nação, a constituição de sua memória oficial, mas observando deslocamentos e pontos de fuga mediados pela variedade de experiências espaciais.

A decolonização de colônias africanas e asiáticas, ocorrida depois da Segunda Guerra Mundial, não teria posto fim às relações coloniais. Pelo contrário, com o fim do domínio territorial, os conflitos de poder e os regimes de saber-poder estabeleceram uma disputa radical, demandando uma capacidade crítica a antigas formas de pensar. Durante algumas décadas, essa crítica esteve atrelada a intelectuais do terceiro mundo sediados na Europa e posteriormente nos Estados Unidos. Note-se, por exemplo, a ampla divulgação das obras de Edward Said (1990); Stuart Hall (2013); Homi Bhabha (1998) e Gayatri Spivak (2010). Aparentemente, os estudos pós-coloniais possuem uma língua, o inglês; um espaço de circulação, o mundo anglofônico; e um centro intelectual, a saber, os departamentos de estudos culturais e antropologia das universidades inglesas e posteriormente norte-americanas. Como exceção a essa situação, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2013) citam o Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, liderado por Guha nos anos 1980. Essa tensão entre intelectuais do terceiro mundo em circulação em universidades de língua inglesa e saberes advindos de pertencas e localizações sociais apagadas intelectualmente é uma importante chave para compreensão da dimensão política dos estudos decoloniais. Por enquanto, retenhamos a ideia de que para os estudos decoloniais, relações de circulação mediadas por hierarquias institucionais, origem e língua são tomadas como herança das experiências coloniais. Radicaliza-se, portanto, o projeto pós-colonial, ao denunciar que significados atrelados a noções espaciais importam. Que pensar a partir da experiência latino-americana faz diferença. A palavra de ordem de então impõe um enorme desafio: é necessário “Provincializar a Europa” (ELÍBIO JÚNIOR; LIMA; ALMEIDA, 2015).

Na virada do milênio, uma rede de investigadores latino-americanos em torno de um programa de investigação modernidade/colonialidade denuncia a possibilidade do pós-colonialismo tornar-se um “significante vazio”, já que se muda o contexto, mas não os termos da conversação: o pós-colonialismo poderia se impor como mais um modismo acadêmico anglofônico, mantendo a centralidade de carreiras e instituições no mundo intelectual e sócio-político. Nessa perspectiva, esvaziado de sua potência de deslocamento político de sujeitos e redes de relação, o pós-colonialismo se confundiria como mais uma gramática totalizante, capaz de abarcar todas as histórias locais. À medida que torna os centros anglofônicos os centros da crítica à colonialidade, perpetuaria a prática de emudecer as populações locais distantes desses centros. A rede de pesquisadores da decolonialidade lança, portanto, outras bases de pensamento a partir da experiência da América Latina. Busca-se “provincializar a Europa”, mas também toda experiência que se proponha universalizante, inclusive a própria contribuição latino-americana ao debate decolonial, caso passe a se conceber como centro.

Em texto de 2018, Bernardino Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel reiteram uma perspectiva mais difusa para a definição da perspectiva decolonial. Tal perspectiva estaria presente em toda atitude ou sujeito que reage contra os desígnios imperiais iniciados em 1492, ano de início da imposição de um “sistema-mundo capitalista, patriarcal, cristão, moderno, colonial europeu”. Pensada como atitude local em oposição aos desígnios do colonialismo, não existiria uma escola decolonial ou um conjunto de conceitos decoloniais. As ideias decoloniais poderiam ser encontradas décadas antes do termo, nos escritos de Aníbal Quijano, Franz Fanon, Ângela Davies, bell hooks ou Lélia Gonzales. Podem ser encontradas nos ritmos diaspóricos africanos ao redor do mundo. São formas de pensamento que resistem a reflexão da Europa como um “contêiner”, capaz de construir a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Industrial e em seguida o colonialismo. Pensando-se a partir de vivências localizadas em espaços transnacionais, a Europa e a modernidade seriam elas mesmas frutos do colonialismo e da exploração de sujeitos assujeitados, ou seja, destituídos da posição de sujeitos históricos, prenes de significados.

A Colonialidade se imporia assim como um imaginário europeu que destitui os corpos das colônias de sua dimensão subjetiva. Equivale-os a corpos a serem explorados. Para que esse imaginário possa se instaurar, faz-se necessário invisibilizar origens e pertencimentos raciais dos sujeitos outros que não os europeus. Faz-se necessário apagar epistemologias e formas de pensamento distantes da Europa. Pensar a partir dos termos mais abstratos e generalizantes possíveis, a fim de constituir uma história destituída de sentidos: uma história da humanidade sem cor, sem cheiro, sem sabor, sem tensões cosmológicas, sem sujeitos que se deslocam entre cosmologias. A Modernidade passa a ser lida como efeito da razão branca e não fruto de uma relação de poder e exploração, que define humanos e não-humanos, quem pensa e quem existe.

Dessa forma, as relações que caracterizam o pensamento decolonial reclamam a emergência desses sujeitos invisibilizados, suas dinâmicas de existência, a partir dos lugares a eles devotados e a reflexão de como essa experiência se comunica com outras experiências em outros lugares do globo. Poderia-se dizer que o pensamento decolonial está sempre atrelado a um corpo e a uma geopolítica específica, tornando-se sempre parcial. Nunca totalizante. Ao contrário, ele resiste à adesão a categorias e a uma história global, ainda que seja transnacional.

Podemos localizar o debate sobre relações hierárquicas de poder e geopolítica dos corpos remontando a duas obras fundamentais. Em 1977, em *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, Edward Said nos ensina como a imaginação geopolítica que compõe nossas referências históricas e espaciais são constituídas a partir de redes institucionais articuladas que negociam sentidos. A possibilidade de a imaginação ocidental constituir-se como imaginário privilegiado na narrativa sobre o Oriente teria se dado por uma empresa multifacetada que opera ao longo dos séculos. Textos que citam textos, enquanto excluem outros. Autores que citam autores e a consequente materialização institucionalizada desses textos e autores, capaz de criar relações de diferenciação política e econômica. A partir da imaginação ocidental, constituem-se as noções de civilização, diferenciando-a de todas as outras experiências humanas, nomeadas como periféricas, anti-modernas, bárbaras, atrasadas. Dessa forma, a partir de operações institucionalizadas e

multifacetadas de saber-poder constituem-se imaginários espaciais e formas de subjetivação. Para pensar isso, Said apoia-se nas *relações saber-poder*, tal como conceituadas por Foucault, e na noção de *hegemonia*, tal como presente em Gramsci. Na obra de Said, posições geopolíticas que implicam em formas de circulação econômica, imaginários políticos e formas de subjetivação e diferenciação entre sujeitos estão amparadas em instituições que circulam significados e poderio econômico. Dessa forma, as noções de desenvolvimento moral, democracia e igualdade estariam institucionalmente vinculadas à ideia de nação. Mais exatamente à ideia ocidental de nação.

Quatro décadas após a publicação de *Orientalismo*, as teorias pós-coloniais se multiplicam, fazendo-nos perceber a fecundidade da obra de Said e entrever alguns de seus limites. Em 1993 viria à tona *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy. Em Gilroy (2001), as relações que produzem um lugar referencial para a construção da realidade não estão amalgamadas à experiência de Estado-nação. Muitas vivências estão relacionadas a um marcador comum ou a uma relação de origem comum, vislumbrada a partir de deslocamentos díspares, transnacionais, diaspóricos. Forma-se o que o autor conceitua como “experiência atlântica”, uma realidade jamais abocanhada pela realidade da origem, pela realidade da raça, pela realidade da nação. Antes, uma experiência que resiste à forma ocidental de enquadrar categorias como participação política, gênero ou tradição. Por isso mesmo a experiência atlântica produz a imagem da pirataria como experiência entre-lugares. Não a hegemonia do lugar unificado descrito como saber-poder, mas a possibilidade de observar a partir de *locus* distintos consolidados em jogos de deslocamento.

A experiência transatlântica conceituada por Gilroy inspira a possibilidade da constituição de redes de saberes-poderes distantes dos elementos tomados como identitários no imaginário ocidental, apontando novas possibilidades de articulação de redes de corpos socialmente localizados e, em consequência, os limites da política que se concebe como democrática. Convida a constituir uma história transnacional a partir das fronteiras. Constituir outra geopolítica articulada com corpos de localização particular, saberes parciais, entre fronteiras, mas capazes de constituir formas de agência particulares.

Ao mesmo tempo, os textos de Said e Gilroy chamam a atenção para as formas de fixação tecidas pelas tensões geopolíticas ocorridas a partir da empresa colonial. Ao instituir que sem colonialismo não haveria modernidade, que relações de poder, que tipo de imaginação estabeleceria hierarquia entre corpos socialmente localizados? Como chamam a atenção Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), essa posição torna evidente que raça e racismo constituem-se como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder no sistema-mundo. Dentro desse novo sistema-mundo, a diferenciação entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça.

Para perceber o alcance dessa iniciativa, vale lembrar uma imagem trazida à tona pela cientista política da Ilha da Reunião, Françoise Vergès (2020), em seu texto “Um feminismo decolonial”:

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma intersecção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas

tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (p. 18-19).

O significante “mulher”, que demanda igualdade na noção ocidental de democracia, não é o suficiente para abarcar a variedade de experiências de raça, origem e classe descrita por Vergès. Qual a qualidade da participação política dessas mulheres? Como se articulariam em seu tempo e a partir de sua origem racial e de classe? Pela descrição de Vergès, a utopia de uma participação feminina na política seria uma ilusão de participação se passamos a perceber essas mulheres a partir de jogos mais complexos, que relacionem localização espacial, corpos e a geopolítica de nosso tempo. Mas Vergès vai além dessa crítica. Denuncia como o feminismo civilizatório adere a políticas de circulação econômica que financiam as grandes agências articuladoras da igualdade de gênero para garantir a mulheres brancas, institucionalizadas e acadêmicas posições privilegiadas de poder e localização institucional e espacial. Esse modelo de feminismo branco-burguês referenda a oposição entre sociedades abertas a igualdade de gênero e sociedades atrasadas. Referenda política de democratização da participação de mulheres ao tempo que confunde erroneamente sociedades igualitárias à ideia de democracia ocidental. Para esse modelo, as mulheres que “abrem a cidade” não são humanas. Para Vergès, o feminismo civilizatório é um importante braço dessa fala colonizadora, desse maquinário de exclusão e eliminação (MARCONDES; MARQUES, 2022B).

A Ecofeminista boliviana Julieta Paredes vai além e diz não se pensar como Feminista Decolonial porque os termos em que pensa a sua ação não precisam de categorização em relação à metrópole. Seus termos têm a ver com sua comunidade e com a base material da preservação da vida nesse lugar. Diz-se, portanto, feminista comunitária ou Ecofeminista (CHAVES, 2020). Como se pode perceber, formas de classificação vinculadas à raça e origem social estão intrinsecamente ligadas ao pensamento decolonial.

Para que o padrão de poder instituído pelo colonialismo se imponha, portanto, este poder não se restringe à codificação racial e exploração do trabalho racializado, envolve também o controle do Estado e de suas instituições,

bem como a produção de conhecimento. Com base no eurocentrismo, o outro é sempre compreendido como destituído de religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia. Ao identificarmos-nos com os desígnios do sistema-mundo que classifica os povos como supostamente desenvolvidos ou atrasados, seríamos todos cúmplices do epistemicídio ocorrido a partir desse sistema.

Nem tudo o que vem da América Latina está identificado como pensamento decolonial. Pelo contrário, há formas de sedução da metrópole instituídas nas instituições acadêmicas. Elas consolidam-se como forma de circulação de benefícios e posições. Assim, o pensamento decolonial articula-se a visibilização de outras formas de conhecimento e produção de saber, que não aquelas viabilizadas pela história ocidental e suas experiências de extermínio epistemológico. Formas de negação de saberes instituídas em negação de posições sociais e identificações com a metrópole. A esse respeito, vale a pena citar a experiência ocorrida nas universidades brasileiras chamada de “Encontro de Saberes” (ALBENAZ; CARVALHO, 2022), onde autoridades das manifestações localizadas usualmente chamadas de “cultura popular” eram convidadas a articular seus saberes nas instituições universitárias.

No Cariri cearense, a militância negra e de gênero tem sido fundamental para essa articulação, com presença em territórios quilombolas da região, em bairros periféricos Batateira e João Cabral, por exemplo (SILVA; CUNHA JUNIOR; NUNES, 2022, SANTOS; CUNHA, 2020; MARQUES, 2020; LUNA, 2018;).

Dessa forma, para retomar os pontos fundamentais sobre a articulação do poder nas teorias decoloniais, é fundamental afirmar a fixação da geopolítica a partir de corpos territorialmente localizados. Todo saber seria local e parcial por princípio. Utilizar esses saberes para dismantlar o sistema mundo seria um desafio. A fixação de corpos em lugares distantes dos grandes centros produz formas de articulação específicas, com potências específicas. O fortalecimento dessas formas funcionaria como combate ao extermínio de corpos e de experiências de poder localizadas. Essa fixação está presente na geopolítica, na institucionalização do sistema-mundo, mas também na concepção de determinados corpos como passíveis de extermínio. Sob essa perspectiva,

a enorme atenção devotada aos países europeus e Estados Unidos à noção de raça se justifica. Ela é marcador importante para a tentativa de controle e enquadramento dos corpos.

A partir desses pontos específicos fica evidente como a ciência política constitui um campo tenso para o pensamento decolonial. Ao se conceber como ciência à serviço da democracia, ao utilizar métodos generalizantes que enquadram alcances a partir de categorias de participação também generalizantes, não seria a ciência política uma ciência à serviço da instituição de formas modernas europeizadas de produção de conhecimento? O pensamento decolonial, assim como as metodologias amparadas no encontro complexo entre marcadores (CREENSHAW, 2002; BRAH, 2006) são importantes desafios para essas reflexões.

Democracia, projeto democrático e seus limites: em defesa do aprofundamento democrático

Mobilizando a teoria decolonial, observamos que sua crítica a modernidade colonial questiona os pilares fundantes do projeto democrático, como os conceitos de indivíduo, igualdade de direitos e liberdade.

A partir da crítica decolonial, compreendemos que a sociedade moderna elabora um conceito de unidade política que silencia determinados grupos políticos, fazendo com que suas ideias e valores sejam desqualificados de forma sistemática e muitas vezes invisibilizadas. A sociedade nacional contemporânea não seria redutível a uma identidade única e quando essa unidade é defendida ela ocorre às custas da marginalização de variados grupos sociais. Parte-se da denúncia dos preconceitos ocultos na linguagem, no sistema educacional e na mídia que exprimem racismo, sexismo, LGBTfobia, entre outros. Prevalecem processos coloniais que sustentam desvantagens estruturais que levam à exclusão de diversos grupos (proletários, mulheres, negros, LGBTQIA's, minorias étnicas) que são oprimidos, dominados e subalternizados.

O conceito de igualdade política, sustentado pela teoria democrática liberal, é incompatível com a realidade concreta, marcada pela existência de cidadãos com origens, crenças e valores diversos e muitas vezes conflitantes.

Essa igualdade torna-se apenas formal, presente na ideia de que cidadãos se equivaleriam pelo voto, ignorando as desigualdades econômicas, sociais e culturais. Mascaram-se desigualdades concretas na sociedade, bem como dificulta-se o reconhecimento de que estas desigualdades interferem na esfera política. A conflituosa relação entre democracia e capitalismo é negada, pois o mercado competitivo é visto como fragmentador do poder, portanto benéfico para a democracia.

Nessa corrente hegemônica do projeto democrático ocorre a redução da esfera política a um processo eleitoral de escolha em que todos os cidadãos são iguais e guiados por um entendimento esclarecido de seus interesses. A política seria uma agregação mecânica de preferências preexistentes, ignorando sua dimensão de formulação dessas preferências. Não analisa a construção dos interesses, das preferências, das vontades e identidades políticas.

Uma crítica contra hegemônica a teoria democrática é sustentada pela cientista política Iris Marion Young (2006; 2012; 2021) que defende o conceito de política da diferença. A ruptura ao liberalismo político ocorre na crítica a concepção de indivíduo político e sua imagem atomística, criando em oposição o conceito de grupo social como ator político legítimo e fundamental. Um grupo social não se limita a uma junção de indivíduos dotados com direitos individuais, mas se constrói por um sentido de identidade partilhada que reivindica determinados direitos coletivos.

A autora destaca a desigualdade entre os grupos sociais, visto que alguns estão em posição de desvantagem estrutural que os impede de participar de forma plena nos espaços de representação política. Essa dinâmica se dá a partir de processos institucionais de opressão e dominação, impossibilitando que grupos minoritários determinem suas ações.

Outra reflexão sobre a sub-representação de grupos minoritários é apresentada por Melissa Williams (1998), que os define como “grupos marginalizados e imputados”. Esse conceito define grupos condenados, censurados, culpados e criminalizados a partir dos padrões de desigualdade ditados pelo grupo dominante que controla o Estado, fazendo com que não tenham pleno acesso à cidadania. Esses grupos minoritários não seriam dotados de igualdade

política e de liberdade, caindo por terra a concepção de democracia liberal que sustenta o sufrágio universal como instrumento capaz de garantir a igualdade entre supostos pares. Podemos perceber, portanto, o quanto essas questões tencionam as concepções clássicas de democracia e projeto democrático apresentadas na seção um desse artigo. À medida que reconhecemos trânsitos sociais como definidores dos lugares sociais que os cidadãos ocupam e que as próprias participações política e econômica passam a ser compreendidas como efeitos da herança colonial, rompemos com a romantização usuais quanto a ideais de liberdade e equidade. Nesse horizonte, o processo eleitoral definido acima como “mecanismo de seleção de governantes” apenas confirmaria a superioridade daqueles considerados “providos de razão” em virtude de suas fortunas, gênero e raça. Ensinaria, portanto, aos pobres que suas preferências seriam representadas pelos abastados, às mulheres que seus interesses seriam tutelados pelos homens, e aos “não civilizados” que deveriam ser guiados pelos colonizadores (PRZEWORSKI, 2021).

Para romper com o ciclo de exclusão desses grupos, defende-se mecanismos reparadores que possibilitem sua inclusão na representação política. Como exemplos de direitos compensatórios, podemos citar o financiamento e apoio a auto-organização desses grupos; as cotas eleitorais, partidárias ou parlamentares; a fixação de poder de veto sobre políticas públicas que os prejudiquem. Defende-se também políticas redistributivas que garantam maior igualdade material entre os grupos e ações de visibilidade e reconhecimento dos grupos subalternos para que alcancem certo grau de respeito social (FRAZER, 2013).

Como se pode perceber, a crítica decolonial, compreendida em seu sentido estrito ou abrangente, tem se tornado importante aliada para a compreensão dos limites do projeto democrático, para uma atitude mais reflexiva da ciência política em torno de seus conceitos-chave, inspirando apropriações de significados múltiplos de democracia e participação política.

Referências

- ALBERNAZ, P. de C.; CARVALHO, J. J. de. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 63, p. 333-358, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO TORRES, Nelson.; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 09- 26.
- BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norbert. “Democracia” [verbete]. In: BOBBIO, Norberto (org). **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CHAVES, Kena Azevedo. ‘Hacia la Comunidad, Siempre’, os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 286 298, 2020.
- CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- ELÍBIO JÚNIOR, A. M.; LIMA, M. C.; ALMEIDA, C. S. D. M. de. Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 61–79, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10633> . Acesso em: 14 fev. 2023.
- FRASER, Nancy. Justiça anormal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, V. 108, p. 739-768, 2013.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 101-128.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LUNA, Edilvan. **Inscrições de discursos sobre uma região negra: a atuação política do grupo de valorização negra do Cariri (GRUNEC)**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Universidade Regional do Cariri. 2018.

MARCONDES, Guilherme.; MARQUES, Roberto. Gramáticas do Atlântico Negro: Virgínia Bicudo e Grada Kilomba. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n 2 , e75821, 2022a.

MARCONDES, Guilherme; MARQUES, Roberto. Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 37, n. 02, p. 715–721, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/42077>.

MARQUES, Roberto. Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE). **Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares.** , v.22, p.463 - 491, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento. **BIB.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 59, p. 5-42, 2005.

PESSOA JR., José Raulino Chaves. **Como se conquistam e mantêm bases eleitorais?** Disputa e dominação política na região do Inhamuns, Ceará. Fortaleza: Edmeta; EdUECE, 2022a.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves. Sistema Partidário e sua Interligação com Elites Regionais: o caso do subsistema partidário cearense (1998-2018). In: Denise Paiva; Pedro A. Pietrafesa. (Org.). **Sistemas Partidários, Partidos e Eleições (1998-2018): tendências e dinâmicas na Federação Brasileira**. 1ed.Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022b, p. 15-48.

- PRZEWORSKI, Adam. **Por que eleições importam?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, Ana Paula dos.; CUNHA, Henrique. Patrimônio Cultural Afro-Cariense: tecnologia ancestral dos ferreiros de Potengi. **Travessias**, v. 14, p. 299-311, 2020.
- SILVA, Meryelle Macedo; CUNHA JUNIOR, Henrique; NUNES, Cícera. Africanidades e patrimônio cultural do Crato-CE: a afroarquitetura do bairro Seminário. In: Ribeiro, E.; Loureiro, M. D. S.; & Torres, C. M. G.. (Org.). **Formação de Professores e Práticas Educativas em diferentes contextos formativos**. Sobral: SertãoCult, 2022, p. 93-108.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- WILLIAMS, Melissa (1998). **Voice, Trust, and Memory**: marginalized groups and the failure of liberal representation. Princeton: Princeton University Press. Przeworski.
- YOUNG, Iris Marion Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.
- YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9. Brasília, p. 169-203, 2012.
- YOUNG, Iris Marion. Cinco faces da opressão. **Revista Direito Público**, v. 18. n. 97, p. 487-515, 2021.

Recebido: 26/01/2023

Aceito: 15/02/2023

Corpo, espaço e criação artística na pandemia: um ensaio

Body, space and artistic creation in the pandemic: an essay

Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa¹

1. Artista sonoro com mestrado e doutorado em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador integrante do grupo Escutas - Grupo de Pesquisa em Sonoridades, Comunicação, Textualidades e Sociabilidade - no Departamento de Comunicação Social da mesma instituição. <https://orcid.org/0000-0002-2856-6132> **fredericoz@hotmail.com**

Resumo: Este artigo discute as relações entre o corpo, o espaço, a criação artística e a pandemia causada pela Covid-19, partindo da experiência de confinamento e como essas categorias se vêm imbricadas por essa situação e modificadas em suas articulações a partir dessa necessidade de isolamento social e permanência no espaço restrito de nossos lares. Serão abordados o espaço de convivência (espaço público ou da comunalidade), o espaço doméstico e o espaço virtual, discutindo como esses espaços integram a experiência de ser, estar e criar, e impactam as redes de afetação, criação e visibilidade artística.

Palavras-chave: Corpo. Espaço. Artes Visuais. Pandemia. Covid-19.

Abstract: This article discusses the relationships between the body, space, artistic creation and the pandemic caused by Covid-19. It starts discussing the experience of confinement and how the above categories are intertwined by it and modified in its articulations in face of the need for social isolation and staying in the restricted space of our homes. We will approach the space of convivence (identified as public or communal space), the domestic space and

the virtual space, discussing how those modes of space integrate our experience of being and creating, and impact the networks of affectation, creation and artistic visibility.

Keywords: Body. Space. Visual Arts. Pandemic. Covid-19.

1 Introdução

O advento da pandemia resultante da contaminação pela Covid-19 mostrou uma força disruptiva extremamente poderosa, que exigiu e exige soluções imediatas não só na área de saúde, mas também em diversas áreas que se viram afetadas pelas necessidades sanitárias impostas pela crise. O mundo já conta mais de 30 milhões de infectados e mais de um milhão de mortes¹. A necessidade de interrupção da circulação de pessoas pelas cidades, de rotinas de trabalho em espaços compartilhados, de fechamento de espaços de convívio, escolas, creches, locais de fruição cultural, dentre outros tantos, provocou danos expressivos ao sistema sócio-econômico em que vivemos. A cultura foi uma das primeiras áreas a se ver afetada e será, como tantos têm repetido, a última a se recuperar.

Os impactos econômicos gerados pela Covid-19 tem sido abordados por estudos em todo o mundo, e dentre eles a cultura tem recebido atenção tanto do noticiário, nas diversas mídias, quanto de pesquisadores que buscam entender a situação e procuram soluções para o momento atual e para a prevenção de situações semelhantes. Integramos o grupo *Escutas* – Grupo de Pesquisa em Sonoridades, Comunicação, Textualidades e Sociabilidade do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, que neste momento pesquisa o impacto da pandemia sobre músicos e mercado da música em Belo Horizonte.

Tendo em vista que há uma produção de trabalhos em curso que se debruça sobre a coleta de dados para um panorama amplo e profundo, além de efetivamente significativo quanto ao impacto direto, tanto qualitativo quanto em termos estatísticos, da pandemia em diferentes áreas da cultura, em vez

1. Este texto foi escrito em outubro de 2020, em um momento crítico da pandemia e de restrições mais rígidas para contenção do contágio.

de abordar o impacto econômico nas áreas artísticas gerado pela Covid-19, o que gostaríamos de propor aqui é um ensaio, no sentido de buscar elementos que cruzem fronteiras e digam da experiência do isolamento provocado pela pandemia e seu impacto no fazer artístico.

Não nos é possível abordar uma visão geral destas afetações, pois não temos dados que possam orientar leituras sobre este impacto, e também enfrentamos a dificuldade de acesso a construção destes dados de forma empírica. Por isso, optamos pelo ensaio, a partir de experiências em um microcosmo individual – que não pode ser separado do imbricamento da diversidade do compartilhado que o constitui – para tentar apontar possíveis caminhos para uma compreensão do que se passa. Pretendemos fomentar uma discussão sobre as relações entre o corpo, o espaço, a criação artística e a pandemia, partindo da vivência do confinamento e como essas categorias se vêem imbricadas por ele. Parto de minha experiência pessoal, como artista visual/sonoro e pesquisador do som em diferentes campos artísticos, mas apoiado nas discussões teóricas que dizem respeito ao tema que desejo desenvolver.

2 Desenvolvimento

2.1 Suspensão

A suspensão é um modo de estar no mundo e, ao mesmo tempo, estar fora dele. Um modo que sinaliza uma ausência, um hiato que se instala no seio da duração e do espaço, ou do espaço-tempo, no entremeio de uma ação que se interrompe, mas que espera ser retomada, de seu ponto de interrupção, para que seu fluxo chegue à conclusão esperada. Algo como um gesto de adeus interrompido, com as mãos ainda no ar, por um curto evento que irrompe e interrompe a sequência dos movimentos, um chamado ou um sutil deslocamento percebido na periferia da visão, mas que logo pode ser abandonado e permitir que os gestos retomem sua coreografia e a realizem até sua conclusão.

Ao acordarmos, nestes últimos duzentos e dez dias, nossa primeira sensação diária é a de suspensão. Continuamos aguardando, ansiando e ensaiando o retorno de algo que talvez não volte mais. Os gestos interrompidos

provavelmente não serão mais retomados e inseridos no contexto de sua coreografia suspensa, mas terão de ser substituídos por novos gestos, que implicarão novos corpos e novas coreografias.

A suspensão impacta o espaço-tempo vivido, em um movimento de retirada e de interrupção. Experimentamos a tensão crescente e dissonâncias cada vez mais profundas, enquanto aguardamos sua resolução em consonâncias possíveis. Não, não estamos suspensos em um momento de êxtase, mas certamente em um momento de estase. O impacto dessa suspensão ainda não pode ser mensurado e, principalmente seu impacto na criação e nas atividades artísticas. Não se trata somente de uma questão relativa à circulação das produções, das obras, mas do temporário fechamento de todo um circuito que engloba tanto o aspecto econômico e a difusão dos trabalhos, quanto as constelações que originam afecções e obras artísticas – sejam quais forem as linguagens que utilizem para manifestar-se.

Suspendemos nossos movimentos no espaço público e, ao sermos retirados do convívio, sermos obrigados a nos entrincheirarmos em nossas residências, evitando o contato, o toque, o compartilhamento, e também a circulação pelos espaços comuns, fomos afastados da imprevisibilidade dos encontros presenciais com os outros, humanos ou não. Dentro de nossas casas, restou-nos a circulação pelo espaço virtual, as trocas através dos aplicativos, as constantes visitas às redes sociais e o acompanhamento diário de *feeds* como substituição ao contato presencial. Esse espaço já integrava nossas vidas, como dimensão paralela que se estrutura em fluxos e ritmos próprios da rede, bem como uma espacialidade característica, com a aproximação das distâncias e a troca através de múltiplas linguagens: sonora, imagética e textual. No entanto, deixa de fora outros aspectos sensoriais da experiência do mundo, como a tatilidade, os sabores e os aromas, por exemplo. Com a pandemia, fomos lançados em tempo integral no cotidiano limitado de nossos lares – espaço privado, em que todo um circuito de afetos e construções simbólicas delimitam, a princípio, diferenças entre seu âmbito e os espaço-tempos de comunidade.

Jean-Luc Nancy nos diz que nossa existência é caracterizada pela convivência – ou melhor, é definida ontologicamente pela convivência: “comunidade

é simplesmente a posição real da existência” (NANCY, 1991, p. 2, tradução nossa). Estamos e somos já lançados no mundo, constituindo-nos como movimentos e relações. Nossa própria subjetividade se constitui na relação com o outro, ou na multiplicidade de interações que realiza com outros seres - humanos e não-humanos. Somos esta multiplicidade que está lançada, exposta a outros e com outros: “Coletividades inteiras, grupos, poderes, e discursos estão expostos aqui, ‘dentro’ de cada indivíduo assim como entre eles” (NANCY, 1991, p. 7, tradução nossa). Expostos aos outros, junto com eles, constituímos o que chamamos de espaços de compartilhamento enquanto nos constituímos a nós mesmos.

Estar no mundo é estar aberto às trocas, à possibilidade de expressão e de contato, de partilha e de enfrentamento, de acordo e desentendimento, de estímulo e afetação, de compreensão e de intolerância. A mobilidade, a transformação, a diferença e a multiplicidade são elementos deste estar em convívio.

2.2 O Espaço

Pensamos o espaço não como algo dado, fixo e estável que iremos simplesmente ocupar, pano de fundo para os eventos. Pensamos o espaço como a própria tecedura destes eventos através dos encontros. O espaço é o contínuo fazer-se, sempre aberto aos cruzamentos e às trajetórias diferentes que o constituem (MASSEY, 2008). E incluem-se aqui as questões políticas: são trajetórias de vida, modos de agir e ocupar o espaço que constituem, em contato com a alteridade, o comum. A geógrafa Doreen Massey nos diz: “Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (MASSEY, 2008, p. 95).

A pandemia se revela como a transposição dos espaços de trabalho, da escola, da visita aos entes queridos, das comemorações e momentos efusivos, do entretenimento e da fruição cultural para o mundo virtual. Adentramos os espaços emoldurados pela janela de nossos computadores, onde buscamos intencionalmente conteúdos e contatos que nos interessam e, ao mesmo tempo, somos direcionados para encontros definidos, ao menos parcialmente, pelos algoritmos que estudam nossas escolhas e determinam, em grande parte, nosso

trânsito pelas redes. Com isso, há certa limitação dos encontros entre diferenças e das transformações que estes encontros suscitam.

Estar em contato com outros implica em uma troca de saberes, fazeres, perspectivas e modos de agir e pensar que se manifestam na circulação e nos encontros. A circulação pelo espaço real nos coloca em constante contato com o outro, e muitas vezes com o outro desconhecido. Gostaríamos de destacar aqui a imprevisibilidade que caracteriza parte destes contatos, imprevisibilidade que provoca as sensações e o pensamento a partir da diferença e do inesperado. O acaso faz parte da construção da comunidade – as cidades estão povoadas de pessoas que não se conhecem e se cruzam constantemente. O controle que temos sobre os encontros fortuitos no espaço público é pequeno frente às possibilidades de cruzamentos. Um simples banco, em um ponto de ônibus, pode ser a concretização do encontro casual que provoca o pensamento, afeta a sensibilidade e gera novas relações, tanto com pessoas quanto com modos de ser e atuar. Os encontros podem se dar, com a mesma potência, entre seres humanos e não-humanos – animais, paisagem, natureza, estruturas arquitetônicas, configurações espaciais fortuitas ou planejadas, objetos encontrados, etc.

O acaso, a imprevisibilidade característica do cruzamento de trajetórias – da presença da multiplicidade, ou da heterogeneidade – que é central para a compreensão do espaço como em contínua construção e não como receptáculo que os entes ocupam é parte da construção da história ou, se quisermos, das histórias. O inesperado, o indecível, o que deixa em aberto as possibilidades de entrelaçamento e construção conjunta, influência mútua e constituição de articulações, faz com que nos transformemos a nós e a tudo o que conosco se relaciona. Desta forma, o acaso é parte da abertura para que confluências e configurações momentâneas se dêem e sejam modificadas – configurações que são políticas. Massey chama a atenção para essa característica do espaço e da ideia de lugar: “um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular [...] e como um processo, uma tarefa inacabada” (MASSEY, 2008, p. 191).

É claro que o espaço inclui o oposto complementar do acaso, a ordem – que se manifesta tanto nas estruturas físicas que são parte de sua constituição,

como nas formas pré-definidas que apontam para certa delimitação das modalidades dos encontros, dos modos de ser e de agir, das maneiras de constituir a alteridade e compor com trajetórias que encontramos. Há sempre uma interação entre essas duas características. E há sempre a possibilidade de ruptura do pré-definido pelo acaso.

A própria circulação pelo espaço pode ser a criação de trajetórias individuais, de paisagens que se convertem em territórios estéticos, a partir de seu simples atravessamento, e com isso nos transformam - trajetórias que constituem novas experiências do espaço compartilhado e da cidade ou paisagem percorrida - novas percepções, apropriações e sentidos. A *deriva* pelos espaços públicos, originada no movimento da Internacional Letrista (década de 1950), se manifesta como ação de resignificação destes espaços, constituição de novos sentidos por aqueles que deambulam: “a *derivê* é a construção e a experimentação de novos comportamentos na vida real, a realização de um modo alternativo de habitar a cidade, um estilo de vida que se situa fora e contra as regras da sociedade burguesa” (CARERI, 2013, p. 85). Deambular pela cidade, deixar-se levar pelo fluxo de pessoas, pelo burburinho, pelas aglomerações, pelos caminhos muito ou pouco frequentados, experimentar percursos desconhecidos e com isso deixar-se tocar pelo acaso das descobertas que essa deambulação pode produzir é reconfigurar o espaço conhecido e a si mesmo, transformar, ao menos parcialmente, o modo de estar no mundo.

Como dissemos, o espaço carrega em si sentidos múltiplos, ora inscritos pelas pessoas/trajetórias que o percorrem, ora pelas próprias formas arquitetônicas e pelo desenho urbano, ora pelas intervenções realizadas sobre estas estruturas - sejam elas fortuitas ou pensadas. As configurações urbanas e arquitetônicas carregam histórias, propostas, pensamento, e suscitam modos de estar, modos de compartilhar e modos de habitar os espaços. Podem provocar um diálogo entre tempos, entre povos, entre diferenças. Ou podem deixar trechos inteiros de cidades esvaziados, sem interesse e sem vida (JACOBS, 1961).

O espaço se abre como encontro, como troca e também como suporte expressivo, como possibilidade de criação individual ou coletiva, de resignificação e inscrição de novos sentidos. Há uma disputa que se estrutura através

da própria circulação de diferenças, de seu encontro e negociação - esta última pode não passar necessariamente pela argumentação racional compartilhada por sujeitos de direito, com visibilidade e escuta constituída, mas pode se dar em formas de ação sobre o espaço público. Artistas do “*pixo*” inserem a si mesmos no circuito através de sua assinatura sobre as estruturas arquitetônicas com as quais se deparam – símbolo da constelação de poderes que se encontram e conformam aquele espaço-tempo particular de aqui e agora. Michel de Certeau fala das práticas que se inserem no espaço e o transformam, criando novos sentidos - práticas que caracterizam pequenas rupturas dos indivíduos em relação ao grande “texto” que a cidade, com suas configurações de poder, escreve.

Eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de ‘operações’ (‘maneiras de fazer’), a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência ‘antropológica’, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada (CERTEAU, 1996, p. 172).

Mencionamos os artistas do *pixo*, pois expressam mais claramente uma discussão sobre as constelações de poder e visibilidade na cidade, mas poderíamos dizer de outras intervenções artísticas, como as projeções, os *site specific*, as performances na rua, dentre outros, que colocam questões para a cidade e seus fluxos rígidos ou para seus engessamentos momentâneos, buscando reafirmar a sua abertura fundamental e a possibilidade de reconfiguração contínua das forças que a constituem enquanto espaço. A saída dos locais institucionais da arte – galerias, museus, salões – e a criação de novas articulações nos espaços de vida comum, muitas vezes efêmeras, já fazem parte dos processos artísticos e de sua efetivação em diferentes linguagens.

Ainda na década de 1970, em Belo Horizonte, a manifestação “Do Corpo à Terra”, que aconteceu no Parque Municipal e em ruas da Capital, contando com artistas que “não apresentaram obras, mas realizaram várias ações”, conforme depoimento de Frederico Morais, coordenador da mostra juntamente

com os artistas envolvidos, a Ribeiro:

[é] na rua, onde o ‘meio formal’ é mais ativo, que ocorrem as experiências fundamentais do homem. Ou o museu leva à rua suas atividades ‘museológicas’, integrando-se no cotidiano e considerando a cidade (o parque, a praça, os veículos de comunicação de massa) sua extensão, ou será apenas um trambolho. (RIBEIRO, 1997, p. 296).

Trabalhos de artistas como Mônica Nador, Hélio Oiticica, o coletivo Poro, Ines Linke e Louise Gans, Flávio de Carvalho, Paulo Nazareth e tantos outros, são exemplos de ações que ressignificam o espaço-tempo de compartilhamento e colocam questões para as configurações de poder que ali se veem articuladas, fixadas, de uma determinada maneira, que se mostra, muitas vezes, excludente e limitadora.

Suely Rolnik aponta uma diferença entre dois aspectos complementares nas relações que se dão nos diversos ambientes pelos quais circulamos: a relação entre um eu e vários outros, no plano visível; e a relação entre fluxos diversos, no plano invisível, mas não por isso, menos real. Ela nos fala das *marcas*, estados de novidade que irrompem quando os fluxos que compõem nossos corpos vão sendo afetados por outros fluxos:

[...] o que há é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições [...] geram em nós estados inéditos [algo que] nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. (ROLNIK, 1993, p. 2).

A autora nos diz que as marcas são a gênese de um devir. Assim, estar em circulação pelo espaço amplia a possibilidade de afetação que pode nos acontecer, e com isso, a abertura para novos devires, novas conformações de fluxos em nós mesmos. São estas experiências, potencialmente provocadoras

e transformadoras, e sua resultante ação sobre os corpos, o que suscita, em muitos de nós, a necessidade da criação. Muitos, a partir destas experiências, reconfigurarão a si mesmos, criarão novas formas de se relacionar com ou de compreender certas diferenças. Outros, a quem talvez possamos denominar artistas, produzirão “obras” – em suas inúmeras materialidades e conformações – que articulem, concentrem e manifestem sua afetação para que outros ainda, aqueles a quem destinam sua obra, possam experimentar através destes “objetos” o que eles experimentaram.

A pandemia provocada pela Covid-19 colocou em suspensão modos de vida, não só um modo “globalizado”, neoliberal, neocolonialista e neoextrativista, mas modos de conduzir, experimentar, sentir e ser afetado pelo cotidiano. Estes modos incluem, é claro, a sensibilidade, o pensamento e a criatividade artística, em suas diversas formas de materializar-se. Ao sermos enclausurados em nossos lares, fomos forçados a reconfigurar essa rede de encontros e afetos que provocam o pensamento e suscitam experiências geradoras de novas configurações, novas subjetividades, novos devires. Além disso, artistas foram privados de formas de materialização de seu pensamento que se daria nestes espaços compartilhados, modos de visibilidade que ultrapassariam os locais previamente estabelecidos como destinados à fruição e à circulação da arte – recomposição de forças e sentidos do espaço compartilhado.

2.3 A casa: o corpo

Uma vez que discutimos aqui a dimensão espacial e suas características, nos interessa abordar o corpo em sua espacialidade. O corpo é o ponto de referência da percepção do espaço-tempo – caracterizado por estar já lançado no mundo, agindo sobre outros corpos, movimentando-se e deslocando-se e, com isso, constituindo, junto com tudo o que o envolve, atravessa ou almeja, o espaço-tempo que habita. Merleau-Ponty nos chama a atenção para o fato de que o corpo estabelece uma relação eminentemente prática com seu entorno, e a dimensão espaço-temporal se manifesta para ele a partir de sua colocação em situação:

A palavra ‘aqui’, aplicada ao meu corpo, não designa uma posição

determinada pela relação a outras posições ou pela relação a coordenadas exteriores, mas designa a instalação das primeiras coordenadas, a ancoragem do corpo ativo em um objeto, a situação do corpo em face de suas tarefas. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 146).

A transformação do espaço em lar implica a constituição de relações práticas entre a estrutura arquitetural e os objetos que ela engloba e meu corpo. Mas também implica a tecitura de uma rede de relações com objetos que carregam, para quem o habita, cargas simbólicas para além de suas funcionalidades.

A casa, foi aos poucos, ao longo da história, se constituindo como espaço diferente e em oposição ao espaço público, espaço da comunalidade. As barreiras físicas e simbólicas entre um e outro foram delimitando características específicas para os feixes de relações que ali se dão e para as entradas e saídas autorizadas nestes espaços. A princípio, a casa - o lar - reduz a possibilidade dos encontros fortuitos e do acaso, embora não os exclua por completo. Os controles sobre a circulação entre dentro e fora, buscam barrar o indesejado e o inesperado - e, com isso, a diferença.

Nossas casas são locais de liberdade individual, onde as escolhas que fazemos não implicam, até certo ponto, a heterogeneidade que integra o espaço comum. Nos imaginamos blindados das influências externas, em um espaço que já possui, antes de mais nada, características de isolamento e afastamento em relação às exigências da vida em comum. A busca pelo controle do que entra e sai desse lugar é parte do estabelecimento deste território individual - ou familiar - controle que busca incluir até mesmo aquilo que pode nos provocar os sentidos e nos afetar corporalmente: visão, sons, cheiros.

Assim, o espaço do lar se caracteriza, inicialmente, por certa homogeneidade, pela escolha, mesmo que limitada, dos feixes de relação que ali se dão, e pela tentativa de se evitar a interferência externa sobre ele. Doreen Massey (2008), comparando espaços de trabalho e lares, observa que “Cada um desses tempo-espacos é relacional. Cada um é construído pela articulação de trajetórias. Mas em cada caso, também, o alcance das trajetórias que é admitido é, cuidadosamente, controlado” (MASSEY, p. 253).

As casas são espaços de conforto e segurança, construídos a partir do

entrelaçamento das vivências e da imaginação, articulando nossas inúmeras experiências de habitar, atuais e passadas, e criando não só referências de acolhimento e proteção, mas permanecendo inscritas fisicamente em nós, através até mesmo de nossos hábitos (BACHELARD, 1974). “Corpo de imagens” que nos fornece sentimentos de estabilidade e permanência, como nos diz Bachelard, a casa é central em nosso estar no mundo, espaço privilegiado de proximidade entre o corpo e o exterior imediato, quase uma extensão do si mesmo, que se espelha na própria ambientação da casa – na ocupação do espaço com nossos objetos e hábitos, e que o tornam *nosso*.

Estar em casa também é estar dentre objetos que comumente ocupam nosso dia-a-dia. Embora não percebamos, sua influência sobre nossos corpos é significativa, talvez justamente porque não nos damos conta deles – a “humildade das coisas”, como define Daniel Miller (2010) – ou seja, a capacidade dos “trecos”, como diz o autor, de passarem despercebidos. Além disso, estar em casa é estar também dentre objetos que inserimos em uma determinada conformação arquitetural para nos apropriarmos dela e desfazermos, ao menos parcialmente, sua pressuposta rigidez, funcionalidade e determinação – tornando o espaço *lugar*. Daniel Miller (2010) usa o termo “acomodação” para indicar tanto o encontrar um lugar para viver, quanto a adaptação, a apropriação da casa escolhida para os modos de vida de seus moradores, e ainda uma acomodação destes últimos à casa que passam a habitar.

Sair do espaço público e das trocas, e ser obrigado a permanecer no espaço privado do lar, é entrar em contato de forma intensificada com estas configurações de objetos e tomar, por força da situação, consciência de sua presença e de sua atuação sobre e com nossos corpos: seus limites, seus sentidos, suas possíveis provocações. A alteridade humana é substituída, em grande parte, pela alteridade dos objetos e do próprio espaço de confinamento, de limites palpáveis e reiterações contínuas. O trânsito restrito e repetitivo – da sala para o quarto, do quarto para a cozinha, da cozinha para o banheiro – impacta radicalmente nossa experiência de estar no mundo. Este trânsito limitado é ainda reforçado e colocado no centro de nossa percepção pela dimensão temporal extensa de suspensão que a quarentena nos exige.

As pequenas ações cotidianas passam a ter novas dimensões, e sua

capacidade de nos afetar ganha proporções consideráveis. Gestos que nos ocupavam em ações práticas, que visavam a realização de tarefas simples na domesticidade dos lares, se tornam possíveis coreografias, desenhos de movimentos que podem compor com outros movimentos e serem desligados de sua articulação em “técnicas corporais” específicas, herdadas de nossa cultura (MAUSS, 2003), para se tornarem construções estéticas por si mesmos. Os gestos aprendidos, ao longo de cadeias de observação, repetição e aprendizagem, que que formatam nossos corpos para a vida em sociedade e sua reprodução expressa nas ações cotidianas, se tornam objeto de estudo, observação, e simbolização:

Desde o momento em que trazemos as luzes da consciência ao gesto mecânico, desde o momento em que fazemos fenomenologia limpando um móvel velho, sentimos nascer, sob o terno hábito doméstico, impressões novas. A consciência rejuvenesce tudo. Dá aos atos familiares um valor de começo. (BACHELARD, 1974, p. 398) .

2.4 O corpo: a casa

Em um edital recente de apoio público a projetos artísticos, pudemos observar diversas propostas que abordavam o estar em casa e o corpo; imagens diárias do corpo em situação de confinamento e na repetição interminável dos dias; performances em múltiplas linguagens utilizando a domesticidade como motivo, cenário, tema e provedor de situações que exigiam a inserção e respostas corporais; o registro dos movimentos cotidianos e as rotinas repetidas *ad infinitum* durante a quarentena. Não queremos dizer com isso que esses gestos banais não poderiam ser apropriados em suas possibilidades simbólicas e estéticas sem a pandemia, ou que não o fossem, mas que a redução do espaço amplo para o microcosmo do lar convoca de maneira ainda mais forte a atenção ao banal e corriqueiro e dá a eles novos sentidos e articulações justamente pela situação particular vivida.

A casualidade do encontro no espaço comum se vê espelhada, nessa situação de confinamento, em encontros com os objetos e com nossos corpos – a

consciência aguda de seus modos de estar no mundo e entrar em conformações uns com os outros. Em nossas rotinas diárias, entramos em contato com uma grande diversidade de objetos, os quais solicitam gestos específicos para nossa interação com eles e deixam rastros das ações que com eles realizamos – marcas da confluência entre nossos corpos, suas formas, seu intento, seus sentidos e sua integração no fluxo espaço-temporal de nosso estar em casa.

Em poucos cliques nas redes sociais observamos inúmeras imagens realizadas por artistas que retratam o banal na repetição ampliada pela quarentena: xícaras com marcas de café no fundo, realizando desenhos espontâneos ao mesmo tempo em que marcam a passagem do tempo e a repetição cotidiana das situações; embalagens consumidas de viveres diversos que se acumulam em uma recorrência incontrolável referida ao universo da pop art e falam tanto do consumo, quanto de modos de vida, ao mesmo tempo em que alçam o banal ao nível de objetos estéticos; fotografias dos “trecos” que integram a casa, em sua riqueza de cor e forma, em composições *quase-naturais*, como se sempre estivessem ali para serem vistos e só agora conseguissem exercer sua potência sobre os olhares. Estas imagens estão disponíveis para serem vistas, num ato de publicização/exposição dos *afetos* vividos pelos corpos destes artistas e como sinal da necessidade de transpor para o espaço público suas afetações e a construção dos “objetos” que geraram.

Além das experiências que se originam no espaço habitado, o lar, aparentemente protegido das afetações externas, se vê, repentinamente, mais devassável do que gostaríamos. Os ruídos indesejados, por exemplo, parecem ser amplificados pela permanência prolongada em casa e o contato estendido com sua origem que a situação provoca, em oposição à tranquilidade esperada dentro do lar: “vir para casa é buscar refúgio do incontrolável fluxo de ruídos e da arenga do exterior, não importa quão conscientemente” (LABELLE, 2010, p. 51, tradução nossa). A dimensão sonora, que não encontra persianas ou pálpebras cerradas que possam mantê-la afastada, invade o interior da casa e se sobrepõe aos eventos cotidianos que ali ocorrem, mesmo os que produzem seus próprios sons. A consciência do entorno sonoro, da cidade ou do campo, que antes passava quase despercebida ou pouco intrusiva, se torna, por vezes,

avassaladora. Bachelard fala da imaginação como poder de domesticação dessas forças disruptivas ao comentar a experiência de viver imerso no barulho das cidades e encontrar formas de alento ante a sua inevitabilidade, imaginando, por exemplo, seus ruídos como um ‘mar barulhento’ e ouvir, “no meio da noite, o murmúrio incessante das ondas e das marés”. Para o autor, está claro que “a imagem dos barulhos oceânicos da cidade está na ‘natureza das coisas’, que essa é uma imagem verdadeira, que é salutar tornar naturais os barulhos para fazê-los menos hostis” (BACHELARD, 1974, p. 373).

Quase da mesma forma que a circulação das imagens produzidas no interior dos lares, a partir da experiência de isolamento e permanência contínua em casa, observamos a circulação de criações sonoras que abordam o cotidiano, os sons da casa e os sons do entorno para compor suas propostas. No meu caso, as locomotivas da empresa Vale, que transportam minério, em sua maioria, e passam (quase) sob minha janela em “inúmeros” horários do dia e da noite, ganharam dimensão disruptiva ainda maior do que já possuíam. Minhas horas de trabalho durante a pandemia se dão em casa e não circulo mais pela cidade diariamente, como antes fazia. Embora não tenha conseguido transformar os ruídos das locomotivas em um “mar barulhento”, nem imaginá-las como manifestação das “incessantes ondas e da maré”, fui afetado por elas a ponto de ter de transformá-las em outra coisa. A partir da percepção não só de seu impacto em minha experiência diária, mas da assombrosa complexidade sonora que produzem, foi-me possível realizar uma peça musical a partir de seus sons e utilizá-la para compor um trabalho de videoarte que aborda as diversas rupturas, deslocamentos e tragédias humanas que a companhia produz. Desta maneira, a experiência do banal ganha novas dimensões e se torna universalizável e compartilhável, na expectativa de tornar a experiência individual em uma experiência comunitária.

2.5 A Janela: o espaço

Olhar através das janelas e ver a paisagem que nos cerca faz parte dos atos constitutivos do *dentro* e do *fora*. No entanto, a paisagem não se opõe ao interno como exterioridade pura. Ela é, na verdade, uma composição entre o recorte

que a moldura da janela delimita (e toda a técnica envolvida em sua construção), o espaço circundante, a incidência das luzes e das sombras, a constituição de figuras e fundos, o interesse que move o olhar, a casualidade do encontro entre o que vê e o que é visto, o modo com que o que vê se manifesta naquilo que é visto, o fechamento momentâneo de um confluência entre corpo, espaço e tempo: “Para os ocidentais que somos, a paisagem é, com efeito, justamente ‘da natureza’. A imagem, construída sobre a ilusão da perspectiva, confunde-se com aquilo de que ela seria a imagem” (CAUQUELIN, 2007, p. 38).

Vivemos um momento em que as janelas virtuais substituem, cada vez mais, as janelas reais em nossas casas, e emolduram não um recorte da natureza, mas uma construção de um mundo virtual que se articula de diversas maneiras ao mundo real, trazendo elementos deste último, mas criando formas particulares de conhecimento, armazenamento de informações, contato e troca entre pessoas. Observa-se um crescimento expressivo do uso das tecnologias de informação e das redes sociais – empresas em trabalho remoto, reuniões virtuais de grupos de trabalho e pesquisa, decisões coletivas através de salas de conferência, aulas virtuais, seminários, festas de família, podcasts, redes de notícias, publicações virtuais, grupos de *WhatsApp* e *Facebook*, entre outras tantas modalidades de uso que se ampliaram e/ou passaram a existir a partir das restrições impostas pela Covid-19.

Em estado de confinamento, não se pode mais acessar apresentações musicais ao vivo, espetáculos cênicos em teatros, espetáculos de dança, de circo, ou exposições de artes visuais *in loco*, nem tampouco performances e ações artísticas nas ruas das cidades ou espaços de compartilhamento e trânsito de pessoas podem ser realizadas. Só o espaço virtual, neste momento, se apresenta como possibilidade de fruição das produções culturais que antes experimentávamos de forma presencial. A necessidade do distanciamento reforçou algumas das características atribuídas às redes, como “aproximar o que está longe” e “tornar a janela virtual uma janela para o mundo”.

No entanto, não se trata de um simples movimento de deslocamento – a rede virtual não é apenas uma representação da vida em outra plataforma, tampouco apenas uma outra maneira de acessarmos o mundo. O virtual é uma

outra esfera de espaço-tempo que se conecta ao espaço-tempo real, mas que possui particularidades que distanciam uma e outra esfera, embora sua ligação seja efetiva. A compreensão dos aspectos tecnológicos e simbólicos do espaço virtual ainda esbarram em uma diversidade considerável de interpretações e leituras sobre o como se dá, o que constitui e o que significa. O fenômeno das redes sociais e seu impacto atual nas formas de vida e nas questões políticas que temos presenciado ainda são objeto de pesquisa e de formulação para que se possibilite um entendimento mais adequado e profundo de seu funcionamento e sua capacidade de atuação nos diversos campos da vida em que tem sido observada sua presença. Não iremos adentrar essas discussões neste texto, e nos limitaremos às relações entre a arte e os modos de visibilidade e experiências que as janelas virtuais podem prover neste momento pandêmico.

Instituições culturais como Museus e galerias de arte têm tentado atender às demandas de publicização de seu acervo em tempos de pandemia através de visitas virtuais. Na mesma linha, salões de arte têm migrado para a internet – em alguns casos, solicitando a remessa dos trabalhos reais para que sejam fotografados em todas as suas dimensões e diversidade de ângulos de visão, e transpostos em versões *3D* para sítios na internet; editais tem sido lançados para realizações de atividades artísticas com transmissão via redes telemáticas. Sabe-se que se tratam de medidas paliativas, que tentam atender público e redes de visibilidade, ao mesmo tempo que, em parte, tentam atender às demandas de sustento dos artistas.

No entanto, as janelas virtuais nos colocam em situações complexas, onde o corpo permanece estático, em confinamento, enquanto olhos e ouvidos vagueiam pela experiência recortada pela tela; onde o contato e a experiência de troca e presença de alteridades se apaga e é substituída pela pretensa transparência e impessoalidade da janela virtual; onde o encontro casual é trocado pelos controles de acesso, desenho de perfis e direcionamento de interesse das redes telemáticas. Virilio nos diz da perda do contato implicado nas interfaces:

Com a *interface da tela* (computador, televisão, teleconferência...) o que até então se encontrava privado de espessura – a superfície de inscrição – passa

a existir enquanto ‘distância’, profundidade de campo de uma representação nova, de uma visibilidade sem face a face, na qual desaparece e se apaga a antiga confrontação de ruas e avenidas (VIRILIO, 2008, p. 9, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, as janelas virtuais se tornam campos de interação onde a distância geográfica se reduz e os olhos percebem lugares que se localizam do outro lado do globo; onde o acesso remoto abre a possibilidade de contato com culturas distantes e diversas (embora apenas através da tela); onde, a princípio, a troca entre pessoas pode construir perspectivas e ações políticas transformadoras e se voltar ao mundo real, como nos indica Manuel Castells ao comentar o 2013² brasileiro:

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p. 145)³.

As limitações impostas pela pandemia fizeram com que artistas encontrassem nas janelas virtuais modos de compartilhamento das experiências que vivem em seus espaços-tempos da rotina e do lar. Modos de trazer a público aquilo que os afeta durante a permanência prolongada em casa e o

2. 2013 foi o ano em que diversos movimentos se uniram nas ruas do Brasil, em cidades diferentes, partindo da inconformidade com o aumento da tarifa do transporte público, mas ampliando suas reivindicações para incluir a exigência de direitos e a participação efetiva na condução política do país, construindo um estar coletivo nas ruas que se declarava apartidário e distante da institucionalização da política.

3. Muito embora, não possamos deixar de observar a diferença de situação entre a pandemia e a mencionada pelo autor – havia ali uma complementaridade entre as ações e encontros reais, nas ruas, e a troca virtual, não uma separação rígida desses espaço-tempos como vivemos agora, em situação de quarentena.

que produzem a partir destas limitações. A necessidade de compartilhamento dos afetos experimentados e das obras realizadas, sem seu canal tradicional de compartilhamento, ampliou a circulação destas obras através destes circuitos.

No entanto, esta circulação carrega consigo todas as questões apontadas acima. A experiência visual – e, algumas vezes, sonora – que se dá através das telas não substitui a experiência corporal e não lhe é equivalente. Trata-se de uma outra modalidade de experiência, com suas conformações particulares: o corpo não constitui espaço juntamente com os objetos que estão a sua volta, nem tampouco se coloca em vias de ação, em situação (PONTY, 1999); não há encontros entre corpos, que dialogam tanto pela linguagem falada quanto por outras articulações expressivas – gestos, por exemplo; o acaso se reduz às induções da própria rede, que direcionam o que aparece na tela de cada um, em uma composição entre interesses econômicos, desenhos *maquínicos* de interação, desejo do usuário e controle pelos criadores das redes (SAMBULI, 2020). A transposição de instalações, trabalhos de *site specific*, intervenções urbanas, por exemplo, não são realizáveis nas redes, e a interação do “público” com os trabalhos, além de se limitar à *janela*, se manifesta quase que unicamente através das *curtidas*. Mesmo obras que nascem no universo virtual, criações digitais, podem ser afetadas, se a sua circulação não se limitar a esse espaço – o que normalmente é o caso, frente às exigências dos modos de visibilidade e valoração das obras artísticas – redes de exposição, instituições reconhecidas, *marchands* e galeristas, críticos de arte, colecionadores e patrocinadores, todo o sistema da arte contemporânea (CAUQUELIN, 2005).

Assim, para além do impacto econômico direto resultante da Covid-19 e das limitações do circuito de remuneração dos artistas, neste caso, o que se revela é a limitação radical da experimentação efetiva das obras artísticas, e com isso, a limitação radical de uma afetação real a partir delas. A imagem artística se torna uma dentre as milhares de imagens que circulam pelas redes telemáticas, disputando espaço com as últimas notícias, as informações sobre a pandemia, as imagens de campanhas políticas, as fotos individuais das vivências cotidianas, etc. Seu impacto se vê potencialmente reduzido e seus possíveis sentidos diluídos na trama de sentidos das imagens circulantes nas redes sociais.

3 Considerações finais

A pandemia resultante da Covid-19 vem impactando diretamente as diversas áreas das atividades artísticas, colocando em situação de penúria inúmeros profissionais que atuam nesses campos. A suspensão dos eventos presenciais, ainda sem data certa para sua retomada no campo da cultura, resultou na suspensão da atuação de artistas, corte de postos de trabalho, fechamento de espaços culturais e, como consequência, o abalo de toda uma rede de produção e veiculação/circulação artística.

Neste artigo, debatemos o impacto da pandemia nas experiências do espaço e do corpo, e seu reflexo nos processos de criação artística, com o intuito de fomentar uma discussão que aborde as limitações e alterações que se deram nesses processos e nos modos de visibilidade das obras – limitando-nos ao campo das artes visuais. Para além da resultante redução na circulação financeira e no sustento de artistas e técnicos ligados às artes, a Covid-19 alterou, mesmo que temporariamente, os circuitos de afetação, experiência e criação artística, exigindo a reestruturação das relações entre os elementos que constituem esses circuitos.

A restrição da experiência de estar no mundo circunscreveu os lares como espaço-centro - lugares limitados onde a confluência entre corpo, objeto e espaço se traduz em características particulares, diferentes da livre circulação nos espaços comuns. Os objetos ganham novas dimensões dentro do circuito e o lar, entendido inicialmente como espaço protegido e isolado do externo, se torna centro de afetação e, ao mesmo tempo, irradiação das experiências ali vividas. As janelas virtuais passaram a ser a principal forma de relação com um mundo mais amplo, em uma versão limitada da troca entre pares e entre artista e público que carrega consigo questões relevantes quanto a sua conformação e sistema de funcionamento. Observou-se que as alterações nos modos de viver, sentir e criar causadas pela pandemia limitaram ainda a possibilidade de atuação artística no âmbito das composições de forças nos espaços compartilhados, de seu questionamento e de sua reestruturação através de ações diretas nesses espaços, retirando da arte parte de sua potência de construção do estar junto.

Desta maneira, ao abordar as questões aqui discutidas, espera-se que este artigo possa contribuir para uma reflexão acerca do impacto da Covid-19 sobre as artes que incentive abordagens que considerem não só as questões financeiras que a pandemia reestrutura, mas também os circuitos de afetação, criação e circulação das artes que ela altera, e possa auxiliar o desenho de soluções futuras e modos de reestruturação do sistema das artes para que tenham em conta as questões complexas que essas alterações trazem consigo.

Referências

- BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. In: **Os Pensadores: Bergson, Bachelard.** vol. 38. São Paulo: Abril Cultural, pp. 339-512, 1974.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.
- CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea:** uma introdução. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996, 2.ed.
- JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities.** Nova Iorque e Toronto: Random House, 1961.
- LABELLE, Brandon. **Acoustic Territories:** sound culture and everyday life. Nova Iorque, Londres: The Continuum International Publishing Group, 2010.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.
- MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, pp. 399-422, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1999, 2.ed.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

NANCY, Jean-Luc. Of Being in Common. In: Miami Collective (Org.) **Community at Loose Ends**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1991. pp 1-12.

RIBEIRO, Marília Andrés. **Neovanguardas**: Belo Horizonte, anos 60. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1997.

ROLNIK, Suely. Pensamento, Corpo e Devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, v. 1, n. 2, 1993. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>> Consultado em: 10 out. 2020.

SAMBULI, Nanjira. **Igualdade na Era Digital**. Entrevista concedida ao Goethe Institut. Disponível em: <https://www.goethe.de/prj/lat/pt/dis/21653156.html?fbclid=IwAR308LWgqSXqyUb-ca63Y3wiI9lNy87wEsi1k7loslUt8QyZ1fuf-jXBPW0> Acesso em: 12 out. 2020.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico**. São Paulo: Editora 34, 2008. 4a reimpr.

Recebido: 15/10/2020

Aceito:16/01/2023

RESENHA

Tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique

Girino Dinis José Nhatave¹

1. Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da CAPES, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2599-748X>
desgui69@gmail.com

MARIANO, Esmeralda; MOREIRA, Andrea. **Estudo comparativo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique**. Maputo: CEMIRDE, 2021, 54 p.

Esmeralda Mariano, do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Andrea Moreira, Antropóloga e Consultora Independente, publicaram uma pesquisa organizado pela Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados (CEMIRDE)¹, intitulada

1. A CEMIRDE é um organismo da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) e existe desde o início da década de 1990. Busca servir as pessoas em situação de mobilidade, por meio de ações focalizadas na promoção humana, assistência psicossocial, pastoral e espiritual. Na área de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, destaca-se na publicação de três pesquisas sobre a temática, nas regiões Sul, Norte e Centro, de Moçambique, nos anos 2016, 2018 e 2020, cujos resultados informam o desenvolvimento de uma série de ações de sensibilização sobre a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, ajustadas à realidade de cada região. Também presta ações de assistência e acompanhamento às vítimas do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, fruto da coordenação multissetorial que a Organização tem desenvolvido a partir da identificação de vítimas do tráfico de

Estudo comparativo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique. O método antropológico conduz a obra, o que se revela na preocupação das autoras em manter um equilíbrio entre a prática etnográfica e a descrição dos conteúdos, principalmente, colhidos se utilizando das técnicas de entrevista, grupos focais de discussão e observação direta, incluindo conversas informais (MARIANO, MOREIRA, 2021).

Trata-se de um trabalho de interesse da CEMIRDE, preocupada em direcionar suas ações de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, tendo em consideração os distintos contextos culturais e sociais das regiões Sul, Centro e Norte do País. Apesar desse caráter particular do estudo, tenciona elaborar uma abordagem mais compreensível e atual, no sentido de suscetibilizar a todos os atores envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano.

O estudo foi apresentado no mesmo período em que se publicou o trabalho realizado na região Centro de Moçambique, que também aborda sobre o tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, elaborado também pela CEMIRDE. Os dois foram desenvolvidos e publicados em meio à pandemia da COVID-19, pelo que servem de mais um alerta sobre as vulnerabilidades das vítimas ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humanos, exacerbadas pelo contexto imposto pela doença (UNODC, 2020; NHATAVE, 2020; MOREIRA *et al.*, 2021; MARIANO; MOREIRA, 2021; BIASIBETTI, 2021). A contar ainda, que em Moçambique, em particular, “além da pandemia, a situação da guerra no Norte do país, que tem causado deslocamentos populacionais forçados e de forma descontrolada, aumenta a vulnerabilidade de pessoas ao tráfico de diferentes maneiras”²² (BIASIBETTI, 2021, p. 233).

pessoas, permitindo que às vítimas lhes sejam garantidas a assistência psicológica, material e, em alguns casos, o apoio à promoção de pequenos negócios que facilitem a reintegração das vítimas (HUMILITAS SCALABRINIANAS, 2022, online).

2. Desde 2017, Moçambique vem sendo alvo de indivíduos que se supõe serem de orientação islâmica radical (SITOE, 2019). A CEMIRDE presta assistência humanitária aos deslocados internas vítimas do terrorismo em Cabo Delgado, principalmente no processo de acolhimento e acompanhamento espiritual e psicológico das pessoas que chegam por via marítimas em situações deploráveis

O prefácio do livro foi elaborado pelo Dom Atanásio Amisse Canira, Bispo de Lichinga e Presidente da CEMIRDE. Dom Canira destaca o envolvimento da Universidade Eduardo Mondlane, da Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD), da Vastenactie da Holanda e da Cáritas Espanhola na elaboração do estudo e de outras três pesquisas elaboradas de 2016 a 2021, pela CEMIRDE, sobre a mesma temática, por terem tornado possível a preocupação de todos, que é: “Defender a vida e a dignidade humana”.

Na parte introdutória do estudo se informa sobre evidências do Jornal Notícias que, em 2003, relatou sobre o desaparecimento de crianças em Nampula, cujos corpos foram encontrados no interior da mesma província com órgãos e partes removidas. Em tal caso, a denúncia serviu para se considerar a existência de uma rede de tráfico de crianças em Nampula. O caso foi mediatizado, o que, por um lado, criou um ambiente de medo para as populações e, por outro, trouxe questionamentos sobre a veracidade da denúncia, pois “as instituições governamentais afirmavam que “tudo se [resumia] a rumores sem provas” (SERRA, 2006 *apud* MARIANO; MOREIRA, 2021, p. 15).

Seguidamente em 2004, de acordo com um extrato do Jornal Notícias de 16 de março de 2004 que consta do estudo, o então Ministro do Interior Almerino Manhenje, reconheceu a existência de casos de extração de órgãos humanos, o que veio a ser consolidado com a publicação de estudos elaborados em Moçambique, com objetivo de melhorar o conhecimento e a compreensão do fenômeno, nas vertentes social e cultural, bem assim advogar junto do Governo para a criação de normas internas para o enfrentamento do problema.

de saúde, higiene e alimentação. Desenvolve, ainda, o apoio humanitário aos deslocados em seis assentamentos no distrito de Chiúre, Província de Cabo delgado, por meio de visitas, formações em temáticas sobre saúde comunitária e direitos humanos, celebrações, encontro de partilha, aulas de alfabetização, incentivo a famílias para desenvolver pequenos negócios de auto sustentabilidade, atividades educativas e recreativas com crianças, corte de cabelo, encontros psicossociais, curso de corte e costura. Essas atividades são realizadas pelas irmãs Missionárias Scalabrinianas e Irmãs Salesianas e contam com apoio de jovens ativistas e outros colaboradores (HUMILITAS SCALABRINIANAS, 2022, online).

Se observa que em Moçambique, antes da aprovação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado transnacional e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (conhecido por Protocolo de Palermo [2000]), não haviam estudos elaborados internamente sobre tráfico de pessoas, órgãos ou partes do corpo humanos. Daí ser pertinente elucidar, que um dos primeiros estudos, orientados à compreensão do fenômeno foi publicado em 2009, pela Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), abordando sobre o “Tráfico de partes do corpo humano em Moçambique e na África do Sul”. Essa pesquisa concluiu que em Moçambique havia extração de órgãos humanos (FELLOWS, 2009). Porém, “políticas e programas em vigor para combater o tráfico de partes de corpo [eram] praticamente inexistentes” (FELLOWS, 2009, p. 6).

Em 2006, uma pesquisa sobre tráfico de pessoas em Moçambique, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), também, havia relatado sobre a ocorrência do tráfico de pessoas envolvendo, essencialmente, mulheres, meninas e rapazes, traficados para fins de exploração sexual, trabalhos forçados e colheita de órgãos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA [UNESCO], 2006). No mesmo ano, o estudo sobre tráfico de menores em Moçambique, coordenado por Carlos Serra, também havia se debruçado sobre o problema nas províncias do Norte e Centro do País (SERRA, 2006).

Em 2002, Moçambique havia iniciado o processo de ratificação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado transnacional e do Protocolo de Palermo (2000), por intermédio das resoluções n. 86 e 87/2002, de 11 de dezembro, respectivamente, mas não o concluiu, uma vez não ter enviado, de imediato, os instrumentos de ratificação às Nações Unidas, depositário dos mesmos, tendo o feito apenas em 20 de setembro de 2006 (UNITED NATIONS, 2022, online).

De acordo com os autores, o estudo intitulado “*Trafficking in Body Parts in the Great Limpopo Transfrontier Park*” publicado em 2013 pela *Southern African Regional Network Against Trafficking and Abuse of Children* (SANTAC)

em parceria com a LDH, também provou a existência do tráfico de partes do corpo perpetrado em Moçambique e Zimbabwe, sendo um dos principais destinos a República da África do Sul, considerada a potência econômica da região (UNESCO, 2006; SOUTHERN AFRICA REGIONAL NETWORK AGAINST TRAFFICKING AND ABUSE OF CHILDREN [SANTAC], 2013; MAGODE *et al.*, 2014).

Dessa forma, tomando em consideração essa linha de tempo, que denota os principais estudos elaborados no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre o tráfico de pessoas, especialmente sobre o tráfico de órgãos e partes do corpo humano, é recomendável que a leitura do presente seja realizada conjuntamente com três estudos anteriores a este, realizados pela CEMIRDE, sobre a mesma temática: o mais recente “Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Centro de Moçambique”, também publicado em 2021, elaborado por Andrea Moreira, Esmeralda Mariano, Teresa António e Titos Quembo; o “Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Norte de Moçambique”, elaborado por Andrea Moreira e Esmeralda Mariano, publicado em 2018 e o “Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Sul de Moçambique”, publicado em 2016, elaborado por Esmeralda Mariano, Carla Braga e Andrea Moreira.

Mariano e Moreira (2021), ao abordarem sobre Políticas, leis e estratégias de gestão de casos de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, recorrem ao Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas de 2018, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que considera alguns progressos em muitas partes do mundo, com destaque para a África Subsaariana, não obstante uma fraca resposta, motivada pela falta de capacidade institucional, para abordar o tráfico de pessoas em alguns países (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME [UNODC], 2018). Seguidamente, o último Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas de 2020 reiterou sobre esses progressos, referindo que até agosto de 2020, cerca de 169 países dos 181 avaliados tinham legislação em vigor, criminalizando o tráfico de pessoas, de acordo com o previsto no Protocolo de Palermo (2000). Apesar disso, “alguns países da África e do Médio Oriente carecem de legislação sobre tráfico ou têm cobertura legislativa parcial” (UNODC, 2020, p. 61).

Moçambique, por exemplo, está entre os 38 países da África Subsaariana que introduziram um crime sobre tráfico de pessoas (UNODC, 2020). Em Moçambique, a legislação sobre tráfico de pessoas foi introduzida, pela primeira vez, por intermédio da Lei n.º 6/2008 de 9 de julho de 2008, que estabelece o regime jurídico nacional aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças e os crimes conexos, tendo na sequência preceituado sobre o tráfico de pessoas e considerado o tráfico de órgãos humanos, apenas como finalidade do tráfico de pessoas (MOÇAMBIQUE, 2008). Somente em 2014, essa problemática passou a constar do quadro jurídico interno, com a aprovação da Lei n.º 35/2014 de 31 de dezembro, que anuiu sobre o primeiro Código Penal moçambicano, no qual nos termos do art. 161 tipificou, pela primeira vez, a posse, transporte e tráfico de órgãos humanos, incluindo partes do corpo humano e estabeleceu o novo conceito de tráfico de pessoas, nos termos do art. 198, revogando o anterior que constava do art. 10 da Lei n.º 6/2008 de 9 de julho (MOÇAMBIQUE, 2014).

Atualmente, essa matéria é prevista no Código Penal moçambicano de 2019, aprovado pela Lei n.º 24/2019 de 24 de dezembro, que nos termos do art. 1.º, revogou o Código Penal moçambicano de 2014, tendo, na alínea c), do art. 160, previsto a extração ou consumo de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano, como uma das circunstâncias do “Homicídio agravado” e no art. 165, tipificado sobre o “Transporte, detenção, posse e comercialização de órgãos humanos” (MOÇAMBIQUE, 2019). Com a aprovação da Lei n.º 17/2020 de 23 de maio de 2020, a questão da remoção de órgãos humanos passou, também, a constar do n.º 2 do art. 196-A, como finalidade do tráfico de pessoas e o tráfico de pessoas passou a ser tipificado pelo art. 196-A (MOÇAMBIQUE, 2020), considerando que era omissa no Código Penal de 2019.

Os autores concluem que o tráfico de órgãos e partes do corpo humano é um fenômeno nacional e transnacional, envolvendo complexas redes nacionais e internacionais, rompendo as estruturas de segurança e controles fronteiriços. É um crime, muitas vezes associado, aos altos índices de pobreza, notáveis desigualdades educacionais, a crise econômica e as disparidades sociais, os conflitos, guerras e deslocamentos e os desastres naturais, epidemias e pandemias. Por

essa via, no sentido de pensarem sobre a comercialização da vida humana, os autores lançam um olhar sobre as vulnerabilidades internas e esboçam recomendações a serem consideradas aos níveis comunitário e institucional (Tabela 1), no sentido de facilitar a operacionalização das intervenções da CEMIRDE e chamando a atenção de todos os atores envolvidos nesse processo.

Tabela 1: Recomendações do estudo.

Recomendações/Nível comunitário	Recomendações/Nível institucional
Sensibilizar os pais e os encarregados de educação para transmitir aos menores desde muito cedo sobre a cautela a ter em relação a propostas de aliciamento que podem esconder outros objetivos.	Realizar sistematicamente palestras de sensibilização para a prevenção do tráfico, gestão de casos e proteção das vítimas, dirigidas aos líderes comunitários, às organizações comunitárias de base e aos profissionais de Saúde, da polícia, da ação social.
Incentivar os jovens “ativistas” que já beneficiaram de formação neste tema a realizar atividades de sensibilização nas comunidades como educadores de pares.	Incluir nos programas escolares, desde o nível primário, materiais de ensino e aprendizagem, como temas transversais, conhecimentos sobre o fenómeno do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano.
Divulgar exemplos de boas práticas, com projeção de filmes ou reportagens, como o caso “Diana” que chamou a atenção do público pelo desfecho do caso, evidenciando o funcionamento e eficácia da justiça, para desmotivar a prática do tráfico.	Utilizar as várias plataformas digitais e <i>media</i> disponíveis para facilitar a comunicação entre os profissionais dos diferentes setores do grupo de Referência, entre estes e a comunidade (utentes). Criar sinergias para a angariação de fundos para o acompanhamento das vítimas no que diz respeito aos processos judiciais, às despesas médicas, incluindo a saúde mental e apoio psicossocial.

Recomendações/Nível comunitário	Recomendações/Nível institucional
Disseminar informação em línguas locais e numa linguagem culturalmente sensível em locais de grande concentração de pessoas, tais como: hospitais, igrejas, mesquitas, escolas, mercados, concertos e outros.	Desenvolver manuais com conteúdos relacionados com a desmistificação de preconceitos sobre o uso dos órgãos e partes do corpo humano, as consequências e o impacto que o tráfico tem na saúde e bem-estar individual, das famílias e na comunidade, abordando ainda os vários mecanismos de denúncia e a sua acessibilidade.
	Capacitar a Polícia de trânsito em relação aos crimes transfronteiriços e à sinalização das possíveis vítimas de tráfico ao longo da via pública.
Reforçar o uso do espaço de antena nas rádios (com enfoque para as rádios comunitárias), por exemplo, para transmitir informações educativas sobre o fenómeno, sobre as leis, canais para denúncia de suspeitas e ainda, sobre os desfechos dos processos transmitindo as sentenças.	Reforçar a colaboração e a ação da AMETRAMO dentro do Grupo de Referência com vista a melhorar a compreensão e a gestão do tráfico de órgãos e partes do corpo humano.
	Garantir o acesso a apoio psicológico aos profissionais que lidam intimamente com o fenómeno, estando estas suscetíveis a um elevado nível de stress decorrente de formas extremas de violência, com consequências graves no bem-estar e saúde mental.
Recorrer às várias plataformas digitais e <i>media</i> disponíveis para a prevenção (redes sociais, grupos de WhatsApp entre outras), sempre utilizando linguagem acessível à população alvo.	Assegurar a proteção e assistência social às vítimas na tentativa de recuperar a dignidade violada, apoiando no processo de reintegração social precavendo a revitimização da mesma.
	Certificar que a polícia e o sistema judiciário apliquem as normas e procedimentos estabelecidos para garantir a segurança física e o anonimato dos denunciante.

Fonte: Mariano e Moreira (2021).

O estudo é um grande contributo para os atores que operacionalizam as políticas e programas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano. Considerando, que em Moçambique estão em curso ações de aprimoramento da legislação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas,

sendo o destaque, a elaboração do Plano Nacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, o estudo servirá de esteio para informar a todos os atores governamentais, não-governamentais, setor privado e individualidades sobre a atual situação do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano nas regiões referenciadas.

Por último, o fato da CEMIRDE, uma entidade religiosa, estar a envolver acadêmicos na elaboração de seus estudos, ela se esmera na sua atuação, mas também estende sua contribuição para a academia, uma vez que quebra a “linha tênue”, que separa a teoria e a prática. Isso serve, também, de oportunidade para pensar o tráfico de pessoas a partir dos “muros da academia”, servindo de incentivo para elaboração de mais pesquisas sobre a temática.

Referências

BIASIBETTI, Marinês. O tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique: um olhar a partir de 3 estudos realizados pela CEMIRDE. In: **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, v. 29, n. 62, ago. 2021, p. 227-224.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas - 2016**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2016.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas - 2018**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2018.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas - 2020**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2021.

FELLOWS, Simon. **Tráfico de partes de corpo em Moçambique e na África do Sul**. Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, 2009.

HUMILITAS SCALABRINIANAS. **Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados (CEMIRDE)**. Disponível em: <<https://scalabrinianas.org.br/cemirde/>>. Acesso em: 23 oct. 2022.

MAGODE, Joaquim; JOSÉ, Patrício; CONGOLO, Frederico; CADEADO, Calton; PATRÍCIO, António; LINDY, Rafael. **Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular de crianças**. Moçambique: Procuradoria Geral da República, 2014.

MARIANO, Esmeralda; BRAGA, Carla; MOREIRA, Andrea. **Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Sul de Moçambique**. Maputo: CEMIRDE/CAFOD, 2016.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 17/2020, de 23 de dezembro. Altera os artigos 214 e 215 do Código Penal, aprovado pela Lei n. 24/2019, de 24 de dezembro. **Boletim da República**. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www.ts.gov.mz/images/--_Lei_17_2020__Lei_18__2020___Alteram_artigos_do_Codigo_Penal_e_Codigo_de_Processo_Penal___BR_246_I_2.%C2%BA_SUPLEMENTO_5%C3%89RIE_2020.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 24/2019, de 24 de dezembro. Lei de Revisão do Código Penal e revoga o artigo 2 do Decreto-Lei n. 182/74, de 2 de Maio e o Código Penal aprovado pela Lei n. 35/2014 de 31 de dezembro. **Boletim da República**. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em: <<https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/lei-24-2019-lei-de-revisao-do-codigo-penal.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 35/2014, de 31 de dezembro de 2014. Lei da Revisão do Código Penal (CP). **Boletim da República**. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 6/2008, de 9 de julho. Dispõe sobre o regime jurídico aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas. **Boletim da República**. Maputo: Imprensa Nacional.

MOREIRA, Andrea; MARIANO, Esmeralda. **Estudo comparativo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique**. Maputo: CEMIRDE, 2021.

MOREIRA, Andrea; MARIANO, Esmeralda. **Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Norte de Moçambique**. Maputo: CEMIRDE/CAFOD, 2018.

MOREIRA, Andrea; MARIANO, Esmeralda. **Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no Centro de Moçambique**. Maputo: CEMIRDE, 2021.

NHATAVE, Guirino Dinis José. Tráfico de Pessoas em Tempos de COVID-19. In: **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas**. (Org.) FROTA, Francisco Horácio da

Silva; FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Andréa Luz da. 1. Ed. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Tráfico de Pessoas em Moçambique: Causas Principais e Recomendações. **Policy Paper** n. 14.1 (P). Paris: UNESCO, 2006.

SERRA, Carlos. **“Tatá papá, tatá mamã” (Tráfico de menores em Moçambique)**. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

SITOE, Rufino. TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE? QUE SOLUÇÕES DE POLÍTICAS? Um olhar aos ataques de Mocímboa da Praia. **Revista Moçambicana de Estudos Internacionais**: Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique, Maputo, vol. 1, n. 1, p. 1-20, janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39408387/Revista_Mo%C3%A7ambicana_de_Estudos_Internacionais_Vol_1_no_1_Janeiro-Junho_2019>. Acesso em: 22 oct. 2022.

SOUTHERN AFRICA REGIONAL NETWORK AGAINST TRAFFICKING AND ABUSE OF CHILDREN. Trafficking in Body Parts in the Great Limpopo Trans-frontier Park. Maputo: SANTAC, 2013.

UNITED NATIONS. Treaty Collection. UNITED NATIONS, 2022. In: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-12&chapter=18&clang=_en>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Recebido: 31/05/2022

Aceito: 11/10/2022